RUSVÊNIA LUIZA BATISTA RODRIGUES DA SILVA

PATRIMÔNIOS

ESPAÇO E LUGAR

ESTUDO DAS VILAS
DE CIBELE E CAIÇARA
E SEUS CONTEÚDOS

SÃO PAULO
2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

RUSVENIA LUIZA BATISTA RODRIGUES DA SILVA

PATRIMÔNIOS: ESPAÇO E LUGAR
ESTUDO DAS VILAS DE CIBELE E CAIÇARA E SEUS CONTEÚDOS

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, do Departamento Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Marta Inez Medeiros Marques, para obtenção do título de doutor em Geografia.

SÃO PAULO

2008

À minha família: João Batista, Júlia, Caroline, Mikaela e Pedro.

AGRADECIMENTOS

Aos moradores das vilas e roças de Cibeles e Caiçara que se dispuseram a partilhar suas histórias e parte do seu quase sempre farto pão. Nas trocas de presentes, tenho para com eles dívidas eternas: empréstimos de fotografias íntimas, relíquias guardadas com zelo e partilhadas com confiança, histórias e segredos. Nos dois anos iniciais da pesquisa, a companhia sempiterna da amiga, Maria Emília, antropóloga e pesquisadora, possibilitaram muitos aprendizados intelectuais e afetivos.

À professora Marta, a qual eu insisto em tratar, a seu contragosto, como “professora” pela ‘formalidade sertaneja’ que advém da minha educação. A dificuldade deste formalismo nunca nos afastou: ela sempre se comunicou de forma afetuosa, sem, contudo, deixar de exigir clareza e estudo. Este equilíbrio compõe sua “fertilidade” e seu jeito de “mimmar”.

Ao professor Jadir que sugeriu o estudo dos “povoados”, definindo meus interesses de pesquisa. Doou e emprestou livros, tempo, prosa e afeto. À sua esposa, “Cida”, pela doçura e simplicidade.

Ao CNPQ pela concessão da bolsa.

Às secretárias da pós-graduação pelo modo como elas procedem ao atendimento “afetivo-burocrático”: Cida, Rosângela, Ana e Jurema. São exemplos de humanidades raras de se encontrar em ambientes acadêmicos.

Aos professores, pelo aprendizado e seriedade: Odette, Amélia, Ariovaldo, Ana Fani e Bernardete.

Aos colegas, alunos e orientandos do curso de Geografia da UFT, pela paciência e concessões. Aos colegas do CEPAE/UFG, pela licença no último semestre.

Aos colegas da USP, do AGRÁRIA e do Grupo Campo em Movimento, pela amizade: Aldiva, Andrezinho, Carina, Eduardo, Evandro, Heitor, Ibirá, Luis da Montanha e Luis do Cachimbo, Rodrigo, Selito, Simone, Yamila e Vilma.

Aos queridos amigos: Mauro e Maíra, pais do Arthur; Thaís e Alex, pais da Flora; Lúcia e Zé, pais do Martin; Eric e Mônica, pais da Luiza; Livia e Zé, pais da Bia e do Miguel; Dona Neuza (*in memoriam*); Rosenberg e família; Izabel, Dante e Dona Maria;

A Mônica e Wilton pelas conversas, na reta final, sobre os namoros da Geografia com a História e a Arquitetura. Aos amigos Eliane e Ivanilton pelos incontáveis e incansáveis favores prestados sempre com humor, carinho e amizade.

Ao Márcio, namorado, pelo colo que me alegra e me faz acreditar no amor.

“O futuro é um território temporal aberto. O tempo pode ser novo, pois não é somente a extensão do passado. E, desta maneira, a história pode ser percebida já não como algo que ocorre, que seja natural ou produzido, por decisões divinas ou misteriosas, como o destino, mas como algo que pode ser produzido pela ação das pessoas, por seus cálculos, suas intenções, suas decisões, portanto como algo que pode ser projetado e conseqüentemente ter sentido.”

Aníbal Quijano, 1988.

RESUMO

A pesquisa trata da análise dos espaços de duas vilas do interior de Goiás, sedes dos distritos de Cibeles e Caiçara, considerando suas roças e imediações, assim como a peculiaridade de suas distintas situações geográficas, com vistas a apreender seus conteúdos que expressam os modos de morar lá encontrados. Elas foram compreendidas como patrimônios, categoria que pareceu, primeiramente, como “nativa”, mas que expressa, de fato, uma referência às nomeações das primeiras aglomerações urbanas brasileiras desde o período colonial. As vilas estão alocadas nas Regiões do Centro e Noroeste Goianos e foram fundadas no momento em que se dá a mudança da sociabilidade e da dinâmica produtiva das fazendas em Goiás, na segunda metade do século XX. A partir desta mudança são fundados inúmeros “patrimônios leigos” em Goiás, constituídos por um processo de parcelamento, loteamento e venda das terras de fazenda e ocupados por ex-agregados excluídos dessas propriedades: camponeses que viviam como meeiros e arrendatários. O processo de transferência para novas formas de morar implica a formação e constituição do conjunto urbano que elucidam os conteúdos rurais nas formas de uso do espaço, os quais expressam claras referências ao modo de vida camponês. As formas de ocupação do espaço e a constituição do lugar são tributárias das contínuas referências socioespaciais — de fartura, de fertilidade e de religiosidade, recompostas nos depoimentos e nas práticas dos moradores e na manutenção de elos com a roça, construindo um lugar intermediário: nem roça, nem cidade. Patrimônios.

PALAVRAS – CHAVES: Patrimônio, Vilas Rurais, Fronteira, Situação Geográfica, Modo de Vida Camponês.

ABSTRACT

The Research is about the analysis of two towns in the interior of the state of Goiás, headquarters of the districts of Cibeles and Caiçara, considering their countryside and surroundings, as well as peculiarity of their different geographical situations, looking for to learn their contents that express the found way to live there. They were understood as historical heritage, category that, at first, seemed as 'native', but that actually express a reference to the firsts Brazilians urban agglomeration since the colonial period. The towns are allocated in the Center and Northwest regions of the state of Goiás and were founded at the moment of the changing of the sociability and productive dynamic of farms in Goiás in the second part of the twentieth century. By this change are founded many "lay assets" in Goiás, constructed by a process of fragmentation, division and sales of the farm's lands and occupied by former households banned from those properties: peasants who lived as tenants or in a contract that works half for his family and half for the employer. The process of transference to new ways to live implies the formation and building up of the urban set that clarifies the countryside contents in the forms of use of space, which express clear references to the peasant way of life. The ways of occupying the space and the building up of the place are taxes of the continuous social and spatial – of abundance, of fertility and of religiosity, recomposed in the testimonies and in the practices of residents and in the maintenance of links with countryside, building an intermediate: neither countryside, neither urban. Assets.

KEY – WORDS: Asset, Countryside towns, Border, Geographic location, Peasant way of life.

LISTA DE FIGURAS

1.	(Foto) O quarto-de-rezar de Dona Margarida na roça da Vila de Caiçara, 2005.	29
2.	(Foto) Calendários da casa de Dona Divina na roça da Vila de Cibebe, 2006.	29
3.	(Mapa) Divisão microrregional do estado de Goiás.	51
4.	(Foto) Rancho para acomodação das provisões dos trabalhadores e placa na entrada da Fazenda Santa Clara, roça de Cibebe, 2006.	72
5.	(Foto) Placa da entrada da Fazenda Santa Clara, roça de Cibebe, 2006.	72
6.	(Foto) Acomodação dos alimentos no rancho, roça de Cibebe, 2006.	73
7.	(Foto) Cama no rancho, roça de Cibebe, 2006.	73
8.	(Mapa) Localização das vilas de Cibebe e Caiçara.	77
9.	(Foto) Entrada de Cibebe a partir do primeiro entroncamento da GO 230, após trevo de Itapuranga, 2005. Chegada à Vila de Cibebe, onde se inicia a pavimentação, 2005.	81
10.	(Foto) Entrada da Vila de Caiçara a partir da GO 230 que se inicia no trevo de Itapuranga. Placa indicando trecho “em obras”, localizada no final da Vila, onde a pavimentação se encerra em direção à sede-municipal, Faina.	81
11.	(Croqui) Vila de Caiçara – Situação Antiga.	106
12.	(Croqui) Vila de Cibebe – Situação Antiga.	107
13.	(Foto) À esquerda, primeira casa da Vila de Cibebe, saída da fazenda Pite; à direita, primeira casa da Vila de Caiçara, saída para a Cidade de Goiás.	110
14.	(Foto) Caminhões preparados para viagem à festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Cruzelândia (Morro Agudo de Goiás).	112
15.	(Foto) Um dos eixos internos da Vila de Cibebe com placa indicando “Morro Agudo”.	113
16.	(Foto) Placa na entrada da Vila de Cibebe, 2007.	127
17.	(Foto) Placa indicativa do perímetro urbano da Vila de Caiçara, 2008.	128
18.	(Foto) Cerimônia de Casamento de Wesley e Laís (20 e 17anos) na Vila de Cibebe, 2007.	136
19.	(Foto) Registro da ‘prosa’ diária dos senhores Germano e Raimundo na Vila de Caiçara, 2006.	136
20.	(Foto) À esquerda, estabelecimento destinado à Política Militar na Vila de Caiçara, 2007. À direita, estabelecimento destinado à Política Militar na Vila de Cibebe, 2007.	139
21.	(Croqui) Vila de Caiçara – Situação atual (2008).	141
22.	(Croqui) Vila de Cibebe – Situação atual (2008).	142

23.	(Foto) ICA em localização periférica, na Vila de Cibebe, 2007.	143
24.	(Foto) Igreja de Cristo, na Rua do Comércio de Cibebe, 2007.	144
25.	(Foto) Assembléia de Deus, na Rua do Comércio de Cibebe, 2007.	144
26.	(Foto) Igreja Católica na entrada da Vila de Caiçara pela GO 230, 2007.	145
27.	(Foto) Igreja dos Vicentinos na saída da Vila de Caiçara, em direção ao município de Faina, 2007.	145
28.	(Foto) Igreja Assembléia de Deus, em situação periférica, na Vila de Caiçara, 2007.	146
29.	(Foto) Casa de Marilo e Dona Júlia, eixo principal da Vila de Caiçara, 2006.	147
30.	(Foto) Casa Alpendrada de Dona Rosa, Vila de Cibebe, 2007.	147
31.	(Foto) A antiga entrada principal da Vila de Cibebe entre a ICA (direita) e o Centro Comunitário (esquerda), 2007.	148
32.	(Foto) Crianças limpam os lambaris de uma “bem sucedida” pescaria infantil, roça de Caiçara, 2007.	152
33.	(Foto) Pamonhada de vizinhos na Vila de Cibebe.	153
34.	(Foto) Mãe, filha e cachorro banham-se no “barranco” de uma fazenda, próxima ao “perímetro urbano” da Vila de Cibebe, 2007.	154
35.	(Foto) Prosa de senhores na porta de uma venda fechada, da Vila de Caiçara, 2007.	154
36.	(Foto) Cômodo de despejo da casa de dona Brecholina e Seu Losa, em Cibebe.	155
37.	(Foto) Vista do conjunto da AGEHAB, na Vila de Caiçara, 2007.	156
38.	(Foto) Planta de casa da AGEHAB na Vila de Cibebe, 2007.	156
39.	(Foto) Uma das casas da AGEHAB em construção, na Vila de Cibebe.	157
40.	(Foto) A porca e seu criador, na roça do Seu Divino, Baixa da Serra, Cibebe, 2007.	169
41.	(Foto) Homens de Cibebe colocando a porca no caminhão do Fio, Baixa da Serra, 2007.	169
42.	(Foto) Seu João Doce (que pediu para que eu tirasse a foto) ajudando na fritura da pele da porca, guardada nas ‘latas’, Vila de Cibebe, 2007.	170
43.	(Foto) Dona Divina exibe as lingüiças resultantes da porca, Vila de Cibebe, 2007.	170
44.	(Foto) Armazém da Vila de Cibebe, 2006.	175
45.	(Foto) Os sacos de arroz de Seu Joaquim Viera, Vila de Cibebe, 2007.	175
46.	(Foto) Os bordados e tapetes de Dona Antônia e da filha Emi, na Vila de Cibebe, 2007.	178

47. (Foto) Os cultivos de milho do Seu Joaquim, no espaço do posto telefônico, na Vila de Cíbele, 2007. 179
48. (Foto) Os cômodos-acessórios das casas de Dona Brecholina e Dona Divina na Vila de Cíbele, 2007. 181
49. (Foto) Os cômodos-acessórios das casas de Dona Maximina e de Seu Joaquim, na Vila de Cíbele, 2007. 181
50. (Foto) À esquerda, chás no quintal da casa de Seu Onofre; à direita, plantação de milho, ambos na Vila de Caiçara, 2007. 183
51. (Foto) À esquerda, horta do Seu Afonso, Vila de Caiçara; à direita, plantação de Guariroba e vaca pastando, num dos quintais expostos da Vila de Cíbele, 2007. 183
52. (Foto) Terra arada, “*esperando a quaresma*”, no extenso quintal de Seu Joaquim e de Dona Lázara, no Distrito de Cíbele. 187
53. (Foto) Registro do frete feito por Seu Joaquim a Seu Itamar, no trevo-limite do distrito de Cíbele, acesso à rodovia GO 230. 189
54. Passeata “Paz no Mundo” promovida pela Escola Estadual de Cíbele em junho de 2002. 196

LISTA DE TABELAS

1.	Goiás: Extensão em quilômetros da rede rodoviária 1952, 1955, 1960.	56
2.	Goiás: distribuição da população urbana e rural em termos percentuais ao longo das décadas de 1940, 1950, 1960 (%)	58
3.	Distribuição dos migrantes para Goiás, pelos estados de origem, em 1940 e 1950 (%)	60

LISTA DE QUADROS

1.	Meso e Microrregiões do Estado de Goiás, 2007.	48
2.	Funcionamento do campo religioso nas Vilas Cibebe e Caiçara, 2008.	159
3.	Natureza do deslocamento dos moradores das vilas, 2008.	188

LISTA DE SIGLAS

AGEHAB – Agência Goiana de Habitação

HAB. – Habitante (s)

IAD – Igreja Assembléia de Deus

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC – Igreja de Cristo

ICA – Igreja Católica

LC – Lavoura Comunitária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MGG – Mato Grosso Goiano

SEPLAN-GO – Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UFG – Universidade Federal de Goiás

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
I PRIMEIRA PARTE	
TROPEAR SEM TROPEÇAR: PRODUÇÃO DO ESPAÇO E ANTECEDENTES HISTÓRICOS DE GOIÁS	27
1. Fronteira e Imaginário: significados da espacialização pioneira no Sertão	33
2. Percorrendo Goiás: o espaço ao ritmo das marchas	40
3. As diversas faces de uma regionalização: o Centro e o Noroeste Goianos	48
3.1. Os eixos de circulação do espaço goiano: as trilhas e os trilhos da modernidade	56
4. Agregados e Fazendeiros: os anúncios de uma relação entre compadres	63
II SEGUNDA PARTE	
CIBELE E CAIÇARA: ENTRE A SERRA E O VALE	75
1. Provisoriedade e intencionalidade: as primeiras vilas do interior de Goiás	85
2. Patrimônio Leigo: percursos e indefinições das noções espaciais	92
3. Nascidas e Batizadas. Registradas e Parceladas – A infância do Lugar	103
III TERCEIRA PARTE	
CIBELE E CAIÇARA: TUDO É SONHO, NEM ROÇA NEM CIDADE	120
1. As Vilas e seus conteúdos rurais: lugares de morar, tecidos no presente	132
2. Tachos de toucinho, cestos de pamonha: arcos e nós da fertilidade	167
3. “ <i>Deus dá o dom</i> ” e “ <i>o Diabo passa o rabo</i> ”: o Lugar pela ótica do uso	186
IV CONCLUSÃO	203
V REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	207

INTRODUÇÃO

“Como os rios não dormem. O rio não quer ir a nenhuma parte, ele quer é chegar a ser mais grosso, mais fundo.”

Guimarães Rosa (2001)

Em ciência, é sempre possível definirem-se vários caminhos para empreender-se uma análise. O pesquisador, o cientista, o ensaísta e o intelectual vêem-se, desse modo, diante da dúvida em definir que rumo escolher no desafio de compreender o mundo e de contribuir para as discussões do campo científico a que pertencem. A opção teórica é o desenho da forma, que expressa como se realiza a organização do pensamento disposto ao difícil exercício de construir um trabalho científico.

A escrita da interpretação de um lugar é marcada pelos floreios textuais do narrador. O trabalho acadêmico enuncia um conjunto de fatos, como uma ‘narração de histórias’, apresentando as possibilidades e escolhas feitas. A responsabilidade da pesquisa e o compromisso que se anunciam ao encetar-se uma tese, desde o surgimento do problema até a finalização do trabalho, descortinam as opções do autor: noções que não puderam deixar de estar no texto, planos a serem revistos ou que foram analisados superficialmente, elementos não considerados do processo histórico, percursos interpretados sob diversas influências, enfim, escolhas que se apresentam como bases para a formulação do raciocínio.

Definir o ponto de partida é necessário e eficaz. Assim sendo, parto da idéia de que a espacialização de todo objeto só pode ser compreendida, profundamente, perante sua relação com e na sociedade e história de que faz parte. Tal premissa faz-me conceber o domínio lógico no histórico e o histórico a partir do lógico, ou seja, o olho que mira o faz por veredas históricas compreendidas pela coerência edificada pelo pensamento.

Cibele e Caiçara são duas vilas goianas — não muito diferentes de outros lugares do interior de Goiás e do Brasil¹. Ficam no ‘meio do caminho’ entre a roça e a cidade, constituindo-se um espaço marcado por um aparente ‘intervalo’, uma vez que não realizam a transição esperada, como ocorreu com muitas aglomerações surgidas pelo mesmo processo que as

¹ É importante fazer referência à fala da Professora Bernadete Oliveira durante a argüição da qualificação desse trabalho, quando disse que via as Vilas de Cibele e Caiçara em outros lugares, citando exemplos por ela estudados no Mato Grosso e em São Paulo e, de maneira mais tangível, nos arredores de Piracicaba. A rica argüição da referida professora foi, na medida do possível, incorporada ao texto final do trabalho.

concebeu. Aos poucos, tornaram-se ‘meus lugares’ à medida que a pesquisa desenrolava-se e o fio da vida não fez escapar de mim suas intempéries. Não apenas uma vez, as chamei ‘minhas’ e talvez isso tenha facilitado a apropriação inadvertida de situações cotidianas diversas: tristes, alegres e constrangedoras, partilhadas por mim e pelos informantes. Ao longo da pesquisa, desenhou-se um profundo e fértil universo de troca e reciprocidade. Os presentes que recebia sempre dificultavam meu retorno, pois criavam a dúvida da contraprestação. As trocas afetivas nunca tiveram possibilidade de retribuição.

A investigação feita é consequência do aprendizado possível da interpretação dos textos estudados e das observações de campo. Procurei não conceber os trabalhos de campo como um momento à parte da pesquisa como totalidade. Esta tese construiu-se com base na intercalação das ferramentas teóricas (estudos, descobertas de textos, debates e disciplinas cursadas) e a experiência (trabalho de campo, exercícios de observação no olhar-aprender), na tentativa de superação da dicotomia existente entre esses eixos. Relacionamo-nos com a teoria e a prática, atentos à sugestão de Pierre Bourdieu (1994) quando fala da ‘operacionalidade dos conceitos’. Pouco a pouco, desenhou-se a realidade estudada, revelando uma convivência de tempos citadas no espaço e indicando um movimento que interpretamos como uma transição que não se conclui entre tradição e modernidade.

Grosso modo, nunca entendi que o trabalho de campo devesse subsistir como uma figura imagética, desenho ou pátina, que muitas vezes funciona para o reforço de idéias já esboçadas pela escolha anterior de uma direção teórica. Optei pela incorporação contínua dos obstáculos encontrados ao longo do caminho, o que despertou uma dificuldade em superar análises canônicas, perigosas a qualquer campo científico, cuja tendência em se manter no centro das possibilidades de interpretação e em conformidade com fórmulas já consagradas pode beirar o dogmatismo.

Todavia, a construção desta pesquisa não significa rejeição absoluta do que foi edificado anteriormente — implica um modo de desfazer uma estrutura quase clássica mediante leitura crítica. Em outras palavras, de algum modo, estar-se-á refazendo um caminho já percorrido, só que com outros sapatos e pés. Savian Filho (2007, p.42), inspirando-se no filósofo argelino Jacques Derrida, afirmou: “alguém que refaz o caminho do outro não abre uma senda já batida, não faz um caminho novo, mas refaz a mesma via ao andar por onde o outro andou”.

É importante fazer alguns esclarecimentos sobre as condições materiais e intelectuais a partir das quais este estudo foi elaborado sem, contudo, enveredar por um caminho puramente autobiográfico. Afinal, o trabalho é *mapa inacabado* e, conforme Almeida (2004, p.9),

As introduções servem como esboços, guias, mapas provisórios para serem revistos e completados permanentemente. Essa é sua face positiva. Além do mais, é sempre melhor dizer de forma parcial (consciente da dinâmica coletiva do conhecimento) do que esperar para anunciar a suposta informação completa, inequívoca, exata e verdadeira — atitude tão a gosto da ortodoxia que nutre os discursos de autoridade e reanima o velho paradigma da certeza.

Assim, na ocasião da pesquisa do mestrado, propus-me a analisar a organização produtiva das famílias assentadas a partir do seu ‘lote’, tendo a produção do espaço fundiário goiano como referência. Empreendia uma análise que já vinha sendo feita durante minhas reflexões no curso de graduação, quando passei três anos estudando acampamentos de sem-terra em Goiás, sob a perspectiva política. Ouvi muitas histórias contadas pelos sujeitos pobres do campo, de origem camponesa, nas quais reconstituíam sua trajetória errante de vida e trabalho desenhada pela condição subordinada que tem constituído sua reprodução social.

No mestrado, ao estudar a organização produtiva dos lotes nos assentamentos rurais, verifiquei que havia uma lógica própria de controle do território que indicou a permanência de referências camponesas: na edificação e usos da casa e dos espaços domésticos. O mergulho etnográfico e as descobertas de campo, que esse exercício permitiu, incitaram questões de importância substancial embora nem todas pudessem ser incorporadas ao trabalho. A motivação investigativa não se findou com o término daquela pesquisa, descerrando a construção de novas possibilidades e incursões futuras dado que a construção de um objeto de pesquisa, tal como expressa Bourdieu (2002, p. 26),

[...] não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de acto teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efetua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos pelo que se chama de ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas.

Mesmo com orientações diversas, que não se restringiram apenas a professores com formação em Geografia, a reflexão das observações de campo e a construção da análise deram-se com muita dificuldade. O olhar não se constituía apenas no movimento do pesquisador diante de seu universo analítico. Transcorria, também, de forma contrária: exercício que me colocou diante das indagações e observações dos grupos estudados, assim como de seus julgamentos, cujas bases morais repousam em referências de mundo próprias de suas influências culturais. Essa não é uma sensação isolada no cenário da pesquisa social. A interpretação do modo de vida explicita os problemas relativos a esta relação: a recepção ao sujeito estranho, o estabelecimento de uma interação, às vezes mantida no nível do ‘mínimo’, as diferentes falas dos informantes e, principalmente, o cuidado com os procedimentos de análise.

Berreman (1975), etnólogo que estudou, por ocasião de sua tese de doutorado, uma aldeia indiana no Baixo Himalaia, na Índia Setentrional, durante o anos de 1957 e 1958, discorre sobre a necessidade de enfrentar o trabalho de campo, pois ‘só a experiência é capaz de ensinar’ (1975, p.123). Por mais que ele se identificasse como pesquisador e explanasse sobre suas intenções, amiúde foi indagado, com desconfiança, sobre seu ofício. Era sempre identificado como missionário, agente do governo, responsável pela convocação militar dos jovens e, até mesmo, espião estrangeiro. Tais funções propiciaram reflexões que se incorporam ao seu texto e ensinam que o exercício de reflexão deve se dar de modo constante ao longo da pesquisa. Assim, a falta de receptividade, vivida e experimentada, mostra o modo como as pessoas estão vivendo o mundo, seus medos, impressões e receios². Não se deve, portanto, naturalizar as ocorrências do ‘campo’ como se elas fossem externas ao trabalho: as cortinas que se abrem durante o trabalho de campo possibilitam reflexões fecundas e norteadoras para a pesquisa. O balé entre o familiar e o exótico, nos termos de Da Mata (1978), demonstram a impossibilidade em trocar, estabelecendo equivalências estanques de valores.

O tempo de elaboração da dissertação de mestrado não foi suficiente para que muitas das questões encontradas ao longo daquela pesquisa se resolvessem. Após o término do trabalho,

² A necessidade de recorrer a um intérprete para a efetivação de sua pesquisa possibilitou-lhe uma reflexão aparentemente limitada, mas, sobretudo, interessante no que alude à relação com as “castas” dessa “sociedade estratificadamente fechada”, como definiu. O primeiro tradutor fazia parte de uma “casta alta” e era assim identificado pelos informantes da referida casta, composta por proprietários rurais que o recebiam com respeito e zelo. Já entre os “intocáveis”, artesões e dependentes de castas mais baixas, a convivência entre os informantes e o pesquisador e seu intérprete era mais tensa, como se estes fossem identificados com os representantes das “castas baixas”, cuja dominação econômica, política e ritual era freqüente. Após a troca do tradutor por outro, que se vinculava à casta inferior, houve uma mudança expressiva na representação do pesquisador e de seu intérprete (p. 157), sendo que, nesse momento, muitas práticas, principalmente religiosas (consumo de carne...) alteraram sua relação com o grupo.

construí um novo projeto de pesquisa, cuja intenção foi retomar o debate sobre a produção do espaço, o que chamei, àquela época — muito convencidamente — de ‘identidade camponesa’, focalizando, do ponto de vista empírico, as pequenas chácaras existentes no município de Goiás³. Esses núcleos rurais foram, à primeira vista, universos diferenciados dos assentamentos rurais estudados: tanto pelo modo de transmissão das parcelas de terra quanto pela experiência política dos moradores. Com o passar do tempo, decidi estudar as Vilas de Cibele e Caiçara, opção sugerida pelo professor e pesquisador Jadir Pessoa quando percebeu que eu estava ingenuamente à procura de um ‘camponês puro’.

Para tanto, a construção desse texto é estimulada pela possibilidade de pensar uma Geografia que não elabora simplesmente discursos sobre a alteridade, mas que se constrói a meio-caminho, ‘eterno intemezzo’, esforçando-se por desconstruir uma interpretação naturalizante, a fim de estranhar a experiência mais aparente, própria ou elementar do mundo social. Encontrou-se aporte para semelhante discussão em Pierre Bourdieu (1994), o qual, propondo a elucidação do campo científico, diz ser essencial entender a construção das análises que se tornam tradicionais no interior de uma ciência. Tais análises podem fazer perpetuar oposições não opostas em si, além de engendrar uma ciência muito “fora” de qualquer intervenção do mundo social⁴. Conhecer o funcionamento do campo científico é relevante para constituir uma autonomia de reflexão para além da experiência dóxica⁵ do mundo social. O *campo* é definido como ‘conceito operacional’, o qual, nos termos do autor, serve para

Designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são mais as mesmas. Se jamais escapa às imposições do

³ O interesse pelo município de Goiás deu-se pelo fato de este agregar um número expressivo de assentamentos rurais e pequenas chácaras no entorno da Cidade de Goiás, elemento vinculado ao papel desempenhado pela Igreja Católica e pelos Movimentos Sociais que lá atuaram.

⁴ Em *Esboço de uma Teoria da Prática*, texto do final dos anos de 1950, publicado no Brasil em 1994, Pierre Bourdieu apresenta os “três modos de conhecimentos teóricos” operantes em um conjunto de teses antropológicas, que implicam a compreensão do mundo social: o fenomenológico, o objetivista e o praxiológico. Segundo o autor, o conhecimento objetivista e fenomenológico, reproduzidos em certas interpretações, ora valorizam a experiência “primeira” do mundo social, ora negam por completo essa experiência, rompendo com esse conhecimento e assumindo pressupostos interpretativos. O autor diz ser importante proceder a um movimento que integre essas formas de conhecimento, numa “dupla translação teórica” a partir do que chamou de “duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade” (1994, p.47).

⁵ Dóxica (doxologia), segundo Leibniz (1646-1716), “é a compreensão meramente superficial da realidade já que se restringe a uma reprodução irreflexiva de sua aparência”. In: FERRATER MORA, José. *Dicionário de Filosofia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. (...) O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitando independência das pressões do mundo social global que o envolve. (Bourdieu, 2004, p. 30).

Encontrar as ‘leis do microcosmo’ é perceber como cada *campo* científico tem construído seu lugar na reflexão do mundo social, os níveis de autonomia e dependência com relação às diversas áreas do conhecimento ou, ainda, no caso da Geografia Agrária, é perguntar-se quais são as questões que têm motivado as escolhas desse *ramo* do conhecimento, para explicar o mundo rural brasileiro. Do mesmo modo em que há questões motivadoras, por outro lado, há também questões, temas, práticas e objetos ignóbeis. Não se pode fazer uma reflexão partindo-se apenas do que tem sido pesquisado numa área específica, mas deve-se, também, observar que o oculto revela, na mesma medida, aspectos significativos sobre a atuação dos intelectuais no campo científico.

A tradição de submeter o objeto selecionado a determinado tipo de interpretação já estabelecida, inclusive àquelas próprias do campo científico da Geografia, não é o que se fará neste trabalho. Nossa análise observará as contradições inerentes à interpretação da realidade no próprio exercício dessa interpretação, ou seja, realizando a leitura crítica e percebendo os limites e conquistas das análises feitas, de modo a apontar novos direcionamentos a partir das aquisições existentes, integrando-as e buscando superá-las, descobrindo, descortinando. Enfim, abrindo a clareira.

Os Caminhos da Pesquisa e a Construção do Objeto

“Como a matemática ou a música, a etnografia é uma das raras vocações autênticas. Podemos descobri-la em nós, ainda que não tenha sido ensinada por ninguém.”

Claude Lévi-Strauss (1996, p. 53)

Do ponto de vista etnográfico mais imediato, a base empírica deste trabalho vincula-se à pesquisa em duas vilas, sedes dos distritos de Cíbele e Caiçara, considerando suas roças e imediações, assim como suas sedes municipais — Itapuranga e Faina. Pretendi construir as condições que me permitissem entendê-las como Patrimônios, que me pareceu, primeiramente,

como uma ‘categoria nativa’. Trata-se de uma nomenclatura corrente entre os moradores, que guarda as referências de nomeações das primeiras aglomerações urbanas brasileiras do período colonial.

Os elementos que motivaram a proposição desse estudo foram sugeridos no curso *Cultura e Ações Rurais Coletivas*, ministrado pelo professor Jadir Pessoa, no Departamento de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia. Ao longo da disciplina, foi-nos instigado conhecer os *povoados* de Goiás, espaços pouco estudados pelos intelectuais goianos embora guardadores de um “saber profundo”⁶. Listadas algumas possibilidades, Maria Emília e eu — que na ocasião era estudante do curso de doutorado em educação da UFG — viajamos em direção ao Mato Grosso Goiano, onde verificamos a existência de inúmeros lugarejos estradeiros, os que cobicamos investigar a partir de nossas perspectivas e referências de olhar científico.

A professora Odette Seabra sugeriu-me pensar a força de resistência e transformação das práticas sociais por mim reafirmadas (lidas como *regras* para os etnólogos), diante do processo em curso. Semelhante questão indica a orientação de pensamento que guia os estudos a partir do processo, que pode ser sintetizado na tríade: o que fica, o que se transforma e o que é subsumido pelo movimento do processo. As imagens de que me recordo — seja do interior das casas, da ‘mistura de estéticas’, do movimento das ruas das vilas, das conversas obtidas nos ‘intervalos’ das entrevistas e da presença de noções e categorias nativas — levaram-me a pensar numa abordagem que não considerasse o passado como uma resistência, mas procurasse percebê-lo a partir do que tem mais relevância na vida das pessoas para decifrar os conteúdos dos lugares.

Ao longo do primeiro dia de viagem, começamos a perceber certa confusão na denominação dos povoados. A mim, como pesquisadora do campo científico da Geografia, coube chamar a atenção para as nomenclaturas de caráter oficial, sem deixar de observar que elas quase nunca comparecem nas falas dos moradores. Destarte, o que parecia ser mera definição de nomenclatura tornou-se um problema, cuja resolução demandou o empreendimento de uma análise substancial.

Tendo em mãos uma lista com nomes e localizações de sedes de distritos, deparamo-nos com Cibeles e Caiçaras, vilas acessadas pela rodovia GO 230, na margem esquerda da BR 153 (Rodovia Belém-Brasília) a, respectivamente, 33 e 25 km da cidade de Itapuranga. A situação espacial das vilas chamou-nos a atenção, sugerindo, num primeiro momento, um exame

⁶ Tanto a discussão do termo “saber profundo” quanto a elucidação teórica do seu significado podem ser encontrados no trabalho de doutorado da antropóloga Maria Emília Carvalho de Araújo, intitulado *“Lugar é laço: o saber profundo nas comunidades goianas Cibeles e Caiçaras”*.

comparativo: Cibeles está escondida pela dificuldade de acesso e Caiçara fica na beira da estrada, cortada pela rodovia GO 203, pavimentada, acostumada ao cheiro de óleo derramado pelos caminhões que transportam gado e leite. Na ocasião da viagem, observamos uma placa caída na estrada da Vila de Cibeles, com os dizeres: ‘Visite Cibeles antes que ela acabe’. A condição de ‘fim-de-linha’ de Cibeles e de ‘beira-de-estrada’ de Caiçara indicou, em preâmbulo, a possibilidade de um estudo comparativo, considerando-se suas peculiares situações geográficas.

A dificuldade da escrita do lugar me conduziu, em alguns momentos, a transcrições quase literais de episódios de campo nas quais procurei mencionar as virtudes e demandas que eram narradas e percebidas. Bourdieu (2004, p. 9) assevera que, muitas vezes, é mais difícil retirar os obstáculos da comunicação pelo lugar em que se situam, ou seja, menos na ordem do entendimento do que na ordem da vontade. Talvez mais por vontade do que por entendimento, eu caminhava para a certeza do reforço idiossincrático da existência de elementos que considerava intransponíveis do modo de vida tradicional camponês. A antípoda disso é tão falsa quanto a afirmação.

Na primeira observação de campo, havia poucas pessoas circulando nas ruas das vilas; algumas crianças estavam na escola enquanto outras brincavam no interior das casas; em Cibeles, o campo de futebol, a cadeia e o cemitério pareciam estar abandonados. Em Caiçara, a vila inteira parecia experimentar o abandono. Aos poucos, o universo de pessoas ‘aparentemente acudadas’ abria-se, aparecendo os primeiros interlocutores cujas falas revelavam ora a negação, ora a afirmação de elementos do catolicismo rústico os quais marcaram o universo mágico-mítico característico de uma estrutura camponesa tradicional.

Os moradores da Vila de Caiçara vivem a sensação da pecha de já ter sido ‘cidade’, ao menos na representação oficial, sede de município, inclusive de ter ‘trocado de lugar’ com Faina que fora seu antigo distrito e que detém, atualmente, condição de sede municipal. Antes de ter sido emancipada e de retornar à condição atual, era distrito de Goiás (município da antiga capital do Estado). Viveu, conseqüentemente, tempos áureos, quando era ‘mais remediado, mais movimentado e mais populoso’⁷. É vizinho, de fronteira, de Cibeles, vila que pertence ao município de Itapuranga. Separa-se oficialmente da vizinha em virtude da política do Estado a despeito de as amarras da circulação cotidiana dos moradores emaranharem-nos por outros laços e vínculos. A ‘Região da Baixa da Serra’, que fica entre Caiçara e Cibeles, foi um lugar de onde saíram muitas famílias de ex-agregados de fazenda, as quais hoje são moradoras das duas vilas.

⁷ Informações recolhidas no depoimento do Senhor Cezário, que, na ocasião das observações de campo, era o responsável pelo cartório localizado na Vila de Caiçara.

Nas Vilas de Cibele e Caiçara moram uma segunda geração de antigos agregados de fazendas do entorno. Verifiquei que as famílias que residem nelas foram impulsionadas pelo movimento de formação do chamado Mato Grosso Goiano. Advêm do Estado de Minas Gerais e de outras localidades rurais do interior de Goiás, cujo processo de migração ocorreu ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960. São mineiros e goianos, em sua maioria, descendentes de trabalhadores rurais pobres e desapropriados, nascidos na própria região e nas áreas que receberam a influência direta da construção da Estrada de Ferro de Goiás, em 1913. Trata-se de agrupamentos que, pela trajetória e origem social, podem ser chamados de ‘homogêneos’ se considerarmos o que Cândido (2001, p. 23) chamou de ‘padrões ideais’ tanto pelos laços de parentesco consanguíneo quanto por se relacionarem a um mesmo processo migratório, realizado num mesmo período, com expectativas coincidentes e, principalmente, por serem orientados por uma ordem moral camponesa⁸. A perda do passado, da vida na fazenda, da condição de agregado (em qualquer que seja a peculiaridade da relação de trabalho) foi constantemente lamentada pelos meus interlocutores mais velhos. A falta de emprego, nunca de trabalho, também foi mencionada pelos informantes mais jovens.

Na Vila de Caiçara, os moradores pareceram, no primeiro campo, mais introspectivos. Era como se o lugar fosse alvo diário de olhares estranhos e tivesse a necessidade de ocultar seus segredos. Diferente do que aconteceu em Cibele, a vila pareceu mais inóspita, as falas mais desconfiadas e obscuras. Porém, tanto na vila como nas imediações do distrito, a presença de tradições ligadas ao campesinato goiano — como, por exemplo, as práticas de mutirão, festividades como folias e festas de roça — não foi ocultada. Recriado, embora de maneira precária, o antigo ‘mutirão’ refaz-se, combinado às necessidades dos moradores das vilas, como reformas e construções de casas. Não há segredo sobre a presença de benzedeiros (as), como aconteceu em Cibele. Em Caiçara, eles são agentes ativos, anciãos, ‘os sábios do lugar’.

As lamentações sobre a ausência do padre e as proibições a festividades feitas pelo bispo, responsável pelo uso da paróquia, marcaram o primeiro dia de campo na Vila de Caiçara. Na ocasião, presenciamos um casamento, realizado na Casa Paroquial, ministrado pelo Senhor Cesário, autoridade cartorial do distrito. A jovem Jôse, de 18 anos, carregava seu vestido branco cuidadosamente bordado à mão, numa caixa de papelão, também branca, indo a caminho da casa

⁸ Importa fazer referência ao texto de Klass Woortmann, “*Com parente não se negueia*” — *O Campesinato como Ordem Moral*. Anuário Antropológico — Editora da UNB/ Tempo Brasileiro, 1990. Trata-se de um estudo sobre a ética camponesa como constituidora de uma moral, culturalmente pensada a partir de três categorias nucleantes: terra, família e trabalho, em que o trabalho é uma categoria moral a partir da qual os grupos definem seus valores e caracterizam os ditames de uma campesinidade.

de uma amiga que a ajudaria nos preparativos de suas núpcias. Junto com o seu vestido, conduzia uma sacola com cremes capilares da marca *Seda*, maquiagens da *Avon* e bijuterias que seriam utilizadas em seu adorno nupcial. Reencontramos a mesma jovem e seu esposo dois anos depois, que se lembrou de nós, e disse: “*No dia do meu casamento foi um bafafá porque Caiçara inteira pensava que a gente estava casando porque eu estava grávida. Depois o povo calou, passou o tempo e a barriga nunca cresceu...*”.

A idéia de *coexistência*, presente em Bourdieu (1979), e de *comunhão de tempos*, presente em Maffessoli (2001), serviu de escopo teórico para que eu compreendesse, de maneira mais profunda, os limites da ‘ruptura’ com o passado, bem como certa obstinação dos jovens com o futuro. Encantamento do mundo, desencantamento e re-encantamento do mundo, sem ordem lógica: aportada nessa tríade, procurei as conexões que me fizessem aproximar do lugar.

Apesar de a ruptura com o passado comparecesse enviesada (o que confundia bastante a minha observação), entendi que a insistente representação da fartura — não apenas de alimentos, como estudou Brandão e Ramalho (1985) e Cândido (2001), mas de sociabilidade e de violência, como verificou Franco (1997)— estava amplamente representada no universo onírico e pretendida nas práticas do lugar, sustentada pela memória em sua substância social, como matéria lembrada, conforme definição de Chauí (1994, p.31). Desconfiei da continuidade da fartura e novamente as dualidades foram elucidadas também nos trechos das entrevistas: “— *Minha fia, colher se colhe as farturas. Já quando é pra comprar, se compra as misérias!*”, como exclamou Dona Margarida. Qual seria o lugar da fartura? Teria ficado perdida no passado?

Os elementos de rusticidade observados nas vilas comparam-se às considerações de Bofete no estudo de Cândido (2001, p.11), acerca da fala das “atuais modalidades antigas que se caracterizavam pela estrutura mais simples, a rusticidade dos recursos estéticos, o cunho coletivo da invenção e a obediência a certas normas religiosas.” A fala coletiva sobre o passado-áureo-perdido, na Vila de Caiçara, revelou o desejo ingênuo e declarado de voltar a ser sede de município para tornar a ser assistida ‘por um homem sério que viesse a ocupar a prefeitura’. Assistência antes fornecida pelos fazendeiros é que torna o passado saudoso, como na fala de Seu João Doce: “— *Menina-professora, o mundo atrás era mais bom!*”.

Exclamações sobre a ausência de uma assistência política direta, mais imediata e eficaz, também fizeram parte do *corpus discursivo* no primeiro dia de campo na Vila de Cibeles, provavelmente uma reação coletiva diante de duas pesquisadoras, ‘mulheres que chegaram

sozinhas e de carro”⁹ e podem estar a serviço da prefeitura, do INSS, dos programas assistenciais do governo federal como o ‘Bolsa Família’ e o ‘Bolsa Escola’. Certos discursos soam de modo evasivo, a fim de sanar a curiosidade advinda da presença furtiva de pessoas estranhas que chegaram perguntando ‘obviedades’, especulando a vida alheia, querendo esmiuçar os segredos do lugar.

As primeiras observações de campo mostraram-nos algumas questões novas e nunca antes pensadas, o que incitou nosso interesse pelo estudo. Na ocasião, apareceram as primeiras grandes e claras contradições, o que nos sugeriu a reconstrução da hipótese de que essas vilas estariam passando por uma travessia/transição de uma vida marcada por características ‘tradicionais-conservadoras’ para um modo de vida mais ‘moderno-hodierno’ ou ‘modernizado’. Ao longo do tempo, com o aprofundamento do conhecimento de claras contradições, verificamos empecilhos na realização plena da modernidade. Assim, a transição parecia não se concluir, aspecto que reforça a condição de ‘meio do caminho’ entre as fazendas, onde os moradores declaravam terem estado durante toda a vida e a cidade na que nunca moraram.

Ainda que com uma dinâmica marcada pelo caráter de transição (como uma constante na vida desses grupos), o universo dos costumes, crenças, relações de sociabilidade, de vizinhança, de reciprocidades e de trocas, e até o caráter organizativo do espaço de vida dos moradores (bem como o estabelecimento de suas fronteiras) demonstram que as mudanças na vida social não obedecem a um só ritmo e direcionamento. Durante as visitas de campo e as observações que fomos construindo por ocasião de nossa moradia próxima aos distritos¹⁰, atentamos para a existência de vínculos sociais de caráter e nível distintos, o que tornou difícil o exercício comparativo que havia motivado inicialmente a pesquisa.

Os moradores das vilas freqüentam, sistematicamente, a cidade de Itapuranga (sede do município onde se encontra Cibebe). Com esse município, estabelecem a maior parte dos vínculos no âmbito financeiro e comercial (para o recebimento de aposentadorias, movimentações bancárias, compras de supermercado, etc.); hospitalar (tratamento dentário, atendimentos de urgência, partos e óbitos) e escolar (formação em nível de terceiro grau), sendo que, neste último aspecto, também se deslocam para a Cidade de Goiás, no caso daqueles que moram em Caiçara. No que concerne aos campos de ordem cultural (religiosidade, relações vicinais, visitas,

⁹ Durante muitas vezes, ao longo das conversas de campo, tivemos que responder às perguntas: “Quem veio guiando?”, “Quem trouxe vocês?” Ou mesmo, “Vieram de ônibus?”.

¹⁰ Durante o primeiro semestre de 2006, morei na cidade de Itapuranga a fim de viabilizar melhor uma observação mais regular nas Vilas de Cibebe e Caiçara.

participação de ritos como casamento, nascimentos e velórios), os eixos percorridos são de outra ordem. Estreitam-se, nesses aspectos, as relações entre os moradores e as roças, mediação que comunica com suas referências culturais de modo mais pungente.

O relacionamento dos moradores das vilas com a cidade de Itapuranga estreita-se quando se trata da frequência aos cultos cristão-pentecostais e neopentecostais (este apenas no caso da Vila de Cibele). Já no caso do catolicismo clerical, as relações mudam, pois as sedes das capelas obedecem às normas da divisão oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo, portanto, de gerências diocesanas distintas (o padre que assiste a Vila de Caiçara é vinculado à paróquia do município de Rubiataba e o padre que assiste a Vila de Cibele, à paróquia da Cidade de Goiás). Assim, o “mapa católico” é concernente às instruções das dioceses responsáveis, sendo possível verificar diferentes orientações teológicas.

No que alude ao catolicismo rústico e de missão (como a comunidade representada pela Igreja dos Vicentinos em Caiçara), as relações ocorrem mediadas por outras ‘fronteiras’, muito mais tênues, havendo um trânsito entre os vários espaços dos distritos e vilas, nas festas de Folias de Reis, rezas domésticas, assim como na circulação dos vários agentes religiosos — como disse Brandão (1978), ‘profissionais do povo’: rezadores, benzedeiros, mães e pais de santo, profetas e feiticeiros.

Tais observações fornecem um quadro inicial do trabalho da tese. Compõem o desenho que se constrói ao longo do texto, sendo o eixo que norteou a interpretação dos conteúdos espaciais das vilas. Ao todo, foram realizados 13 trabalhos de campo, durante os quais houve permanência de, no máximo, 15 e, no mínimo 5 dias, além do período de moradia, em um semestre, no município de Itapuranga. As entrevistas e questionários foram elaborados nas primeiras visitas de campo, alterando propostas de acordo com novas observações, leituras e conversas com a orientadora. Optou-se pelo modelo semi-estruturado, conduzindo as questões de modo a reunir informações sobre:

1. A trajetória das famílias de moradores das vilas (naturalidade, origem, número de vezes que se deslocaram, regime de trabalho anterior e atual, etc.);
2. Aos fatores responsáveis pela ‘fixação’ nas vilas e as relações vicinais estabelecidas, bem como a natureza das relações;
3. A situação das famílias quanto à renda, aos acessos no campo educacional, hospitalar e bancário, entre outros;

4. O modo como os moradores organizam e dinamizam seu espaço de circulação, etc.;
5. As relações religiosas e as diversas redes de interação entre as igrejas-sedes e as locais (bem como a natureza da fé);
6. As noções próprias do universo pesquisado, sintetizadas nas inúmeras concepções de fartura.
7. As formas de uso e desenho do conjunto urbano;

Quando não foi o objetivo entrevistar pessoas específicas, como pastores, padres, professores, funcionários dos postos de saúde e proprietários das pequenas casas de comércio existentes, as questões foram respondidas pelos moradores disponíveis nas residências, optando, quando possível, por entrevistar o casal responsável pela casa. Adolescentes e crianças também contribuíram, esporadicamente, com observações interessantes, nos espaços da escola e dos quintais, prestando também pequenos serviços. Os dados coletados em campo foram organizados em blocos de anotações; questionários fechados e entrevistas semi-estruturadas com e sem o uso de gravador; fotografias tiradas pelo pesquisador e outras cedidas pelos moradores; anotações dos moradores (cadernos de registros de atividades de trabalho, receituários, entre outros), documentações dos livros de registros dos cartórios em ambas as vilas e documentos das igrejas e das escolas.

Utilizei, no texto, o recurso das aspas para citações de autores dentro do texto (ora bibliográficos ou informantes) e para expressões metafóricas e de significados dúbios. Optei por identificar os informantes por seu primeiro nome, servindo-me do consentimento dado por eles. Suas falas comparecem, sempre, em *itálico*, recurso utilizado, quase de modo exclusivo, para fins de citações de entrevistas, trechos de conversas informais e ‘partes’ retiradas dos questionários. Nos casos em que não identifiquei os informantes são ‘falas comuns’, idéias muito repetidas, que querem expressar o mesmo sentido. Sem renunciar à percepção sensorial, à atenção e ao bom-senso dos sujeitos que, mais do que observar o seu universo, vivem-no como totalidade, optei por conservar os termos utilizados nas falas, tendo como recurso a transcrição de 7 fitas, o que resultou em mais de 200 páginas de material etnográfico, utilizado por mim e por Maria Emília. Apliquei, ainda, 50 questionários¹¹, 25 em cada vila, a partir do que pude cartografar dados de

¹¹ O modelo de questionário utilizado é uma adaptação feita a partir do questionário da pesquisa do professor Jadir Pessoa, utilizado em sua tese de doutorado e está contido no Anexo 1.

identificação geral das famílias, a trajetória familiar e cultural, as concepções de futuro e a representação religiosa nas vilas. Os dados de fontes oficiais utilizados são do IBGE, dos cartórios (com sedes nas vilas) e do cartório de ofício de Itapuranga.

O trabalho se divide em três partes. Na primeira, que tem por título: **Tropear sem Tropeçar: Produção do Espaço Goiano no Tempo**, procurei apresentar uma discussão teórica do processo da formação de fronteira em Goiás, respaldando as diferentes formas de abordagem do tema a partir da convivência distintas de ritmos, tempos e marchas. A formação da fronteira incide um processo de convivência de grupos distintos: fazendeiros e agregados de fazenda.

Na segunda, intitulada **Cibele e Caiçara: Entre a Serra e o Vale**, apresento as Vilas e os efeitos de uma situação geográfica distinta, caracterizando as referências históricas do processo de formação espacial e localizando-as, neste contexto, como “Patrimônios Leigos”. Neste texto analiso croquis da fundação dos patrimônios, elaborados por meio de dados fornecidos nas entrevistas de campo assim como na minha observação.

A terceira e última parte, chamada **Patrimônios, Tudo é Sonho, Nem Roça, Nem Cidade** refere-se a discussão dos conteúdos: o ‘conjunto urbano’, a fartura, a fertilidade e a religiosidade. Enquanto o projeto de doutorado inicial esboçava a intenção de entender as diferenças desses conteúdos, cuja hipótese era a de que as condições de isolamento e de conexão influenciavam de maneira distinta as formas de organização e a vida de seus moradores, percebeu-se que ambas vivem uma transição inacabada entre a tradição e a modernidade. Esta condição permite que os fios de transmissão do processo de ‘modernização’ recebam interferências e não se realizem por completo, reafirmando e equilibrando valores camponeses de modo, por vezes, ‘incoerentes’ ou ‘desconexos’, mas recriados, cingidos num mesmo mundo, num mesmo Lugar.

TROPEAR SEM TROPEÇAR: PRODUÇÃO
DO ESPAÇO GOIANO NO TEMPO

“Êh, gente, ia agora a matutar o sertão — escola do mundo.”

Hugo de Carvalho Ramos (1998)

As latas que guardam os mantimentos reluzem nas prateleiras limpas, arcadas, sustentadas por forrinhos alvejados e adornados com “bicos” de crochê e bordados em ponto-cruz. Na cozinha, há, quase sempre, um fogão a gás, utilizado com menor frequência, a não ser para ‘passar’ um café a alguma visita que chegue de surpresa, o que raramente ocorre quando não há alguma festa, nubentes ou velório. Nesses casos, faz-se café em maior quantidade, sendo prudente usar o fogão à lenha. Numa das visitas de campo, ouvi de Dona Márcia, moradora e informante da Vila de Cibele, que *“café quando está cheirando, a moça já pode casar”*.

Os objetos que enfeitam as casas quase sempre são os mesmos. Variam de acordo com a possibilidade de adquiri-los, habilidades artesanais dos moradores ou com a natureza da fé cristã da família. São inúmeros os exemplos como as contas do rosário cor-de-rosa pálido pendurado à beira da cama da mineira Dona Margarida. Benzedeira e moradora da roça de Caiçara, ela sempre repetia na entrevista concedida: *“Não sou eu que curo, quem cura é Deus... Mas a pessoa tem que ter fé.”*

Na vila do mesmo distrito, observaram-se os quadros de vários santos, dependurados na parede da residência da também mineira Dona Joaninha, “ex- benzeadeira” desde que ficou doente, mas que divulgava, sem receio, suas receitas de benzeções e de cura. Moradora de Caiçara, não lembrava *“desde que era”*. Dizia: *“Fui benzeadeira, hoje eu não sou mais... O que eu espero... Só por Deus!”*.

Forros de crochê cobrem os filtros de barro; calendários — muitas vezes mais de um, do mesmo ano, acondicionados lado a lado nas paredes —, com imagens de gado nelore ou desenhos de paisagens bucólicas e pastoris; orações de referência cristã e fragmentos bíblicos escritos em cartazes; bibelôs de gesso; bíblias abertas na estante da sala; fotografias expostas em grossas e antigas molduras de resina marrom.

Figura 1 - O quarto-de-rezar de Dona Margarida na roça da Vila de Caiçara, 2005.

Fonte: Arquivo da autora: trabalho de campo, outubro de 2005.

Figura 2 – Calendários da casa de Dona Divina na roça da Vila de Cibeles, 2006.

Fonte: Arquivo da autora: trabalho de campo, maio de 2006.

Ao mesmo tempo, os televisores estão presentes nas salas-de-estar de quase todas as casas. No entanto, o rádio¹² tem sido o principal transmissor das notícias para ambas as vilas, sendo ligado pela manhã, bem cedinho, como no “tempo da roça”. Alguns moradores possuem celulares com antena, pois não há cobertura das operadoras de celular na maior parte do perímetro ‘urbano’. Nas ocasiões de festa, nos cultos e nas missas, mulheres percorrem chão de terra usando desconfortáveis sapatos de salto fino e peças de vestuário “da moda” adaptadas à estética local e às condições artesanais de bricolagem.

Tais descrições são produzidas a partir das anotações e imagens dos primeiros trabalhos de campo iniciados ainda em outubro de 2004. No entanto, sabe-se que, entre o que se via, supunha-se e presumia-se, há muitas possibilidades de leitura, desde os aspectos estéticos de organização das casas, na vila e na roça, até a existência de referências e conteúdos rurais e urbanos que podem ser analisados com base nos diversos modos de conduta¹³. A explicação dos significados dos elementos narrados não está simplesmente na descrição do universo particular, “concha íntima, concha inicial”, parafraseando Bachelard (2000). Até porque a existência do homem comum, segundo Martins (2000, p.11), é “atravessada por mecanismos de dominação e alienação que distorcem sua compreensão da História e do próprio destino”.

A materialidade imediata e visível do mundo detém inúmeras possibilidades de abordagens. Cada pessoa sente o mundo, como pesquisador ou não, atribuindo a ele sentidos e significados. Viver o lugar, sentir a fluidez do ar de um determinado ambiente, diferenciá-lo e classificá-lo enuncia que o homem busca, conquista, produz, consome, realiza-se e realiza historicamente, encerrando-se no espaço. Assim, a relação com o espaço é uma condição humana indissociável do tempo, consoante ressaltou Lefebvre (1983, p.50-52):

Consideremos a relação entre o espaço e o tempo. Os dois infinitos simultâneos e atuais se diferenciam e se cruzam na representação. Cada um (se) representa no outro e somente se representa através desse outro.

¹² A estação de rádio mais ouvida nas Vilas de Cibebe e Caiçara chama-se Primavera FM e é transmitida pelo município de Itapuranga. Ela noticia casamentos, velórios, nascimentos, festas religiosas, jogos esportivos e as datas das visitas dos médicos em Cibebe.

¹³ A idéia de modos de conduta é discutida por Norbert Elias (1994) no volume 1 do livro *O Processo Civilizador — Uma História dos Costumes*. O autor relaciona os costumes às mudanças e alterações na constituição da sociedade e o caráter de espontaneidade que cedeu lugar à regra nas chamadas “civilizações” como, por exemplo, hábitos e comportamentos à mesa, atitudes corporais, entre outros.

Partindo do entendimento da condição simultânea entre duas categorias centrais, espaço e tempo, tem-se a necessidade de apresentar a maneira como Goiás foi compreendido como formação social, adentrando a literatura produzida regionalmente, para que seja possível entender os conteúdos das práticas espaciais encontradas nas Vilas de Cibele e Caiçara. A análise dos processos sociais e de sua espacialidade implica direcionamentos que se colocam ora como norteadores da reflexão, ora como obstáculos epistemológicos a uma tentativa crítica que busca avançar em relação à produção intelectual pré-existente.

Vale salientar que nossa compreensão sobre o tratamento do espaço vincula-se ao que a geógrafa britânica Doreen Massey chama de “abordagem alternativa do espaço”. Isso porque, segundo Massey (2008, p.29), o espaço deve ser compreendido a partir de três proposições básicas:

Primeiro, reconhecemos o espaço como o produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. Segundo, compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade de existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Terceiro, compreendemos o espaço como estando sempre em construção. Precisamente porque espaço, nessa interpretação, é produto de relações — entre, relações que estão necessariamente embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se.

Espaço e o tempo, enredados um no outro, permitem uma análise dos processos articulados simultaneamente às trajetórias dos diferentes grupos sociais. Nas abordagens do espaço, o tempo foi considerado como categoria residual e também o contrário ocorreu sobre o tempo em relação ao espaço, conforme apontou Massey (2008, p.81). Idéias como multiplicidade, pluralidade e coexistência são adotadas como fio interpretativo do espaço, não no sentido da adoção de múltiplos métodos, mas no que diz respeito à desconformidade de referenciais de tempos que se ajustam no lugar. Milton Santos (1997, p.258) esclarece a força da análise do lugar para pensar a superposição de tempos:

No lugar, nosso próximo, superpõem-se, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores, e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e de tempo.

Assim sendo, nosso pensamento situa-se no enigma de elucidação dos conteúdos da realidade presente no interior goiano e das suas condições de existência, a partir da realidade encontrada nas vilas. Interpretamos ambas como Lugar considerando o tempo como dimensão da mudança e, o espaço, dimensão do social, a coexistência contemporânea de diferenças formuladas pela formação socioespacial específica. É profícua a idéia de situação geográfica¹⁴ para sustentar esse debate.

Para tropear ser tropeçar, retomar-se-á o que foi chamado na literatura consultada de “antecedentes históricos” dessa formação espacial, considerando, principalmente, as características apontadas na vasta bibliografia produzida sobre Goiás. Antes, porém, será feita uma abordagem sobre o significado simbólico e imaginário da constituição da fronteira-Goiás, elucidando a formação das Regiões do Centro e Noroeste Goianos. O surgimento das vilas estudadas está associado ao processo migratório de ocupação dessas regiões, bem como à mudança do caráter produtivo da fazenda goiana nas décadas de 1950 e 1960.

Por fim, nesta primeira parte, far-se-á uma análise dos aspectos elucidativos da relação agregados e fazendeiros, pois é no ajustamento dessa relação que se acham os importantes nexos entre as condições materiais de vida dos moradores das vilas. Os limites entre a necessidade e a virtude, a coação e a espontaneidade, entrelaçam-se num sistema de trocas e dádivas, entre moradores e antigos patrões, equilibrando-se em suas diferenças sociais e constituindo um sistema de relações espacialmente circunscritas.

¹⁴ Novamente, o geógrafo Milton Santos (1995) tentou-nos nos fazer atentos à idéia de que *a geografia é uma ciência da situação*. Situação como posição espacial, ato ou efeito de situar-se, mera localização geodésica ou, mesmo, “ação no situ”, invertendo o conceito. Aí está a riqueza conceitual do termo. Situar-se é ser e estar num tempo. É, ainda, a capacidade de “fazer-se”, que, é claro, implica outras dimensões como construir, transformar, simbolizar. (...) Situação contém duas amplas idéias possíveis de serem apreendidas ao separarmos etimologicamente o conceito: *situ* (lugar / espaço) e *ação* (tempo/ movimento, mudança/ transformação). (Rodrigues da Silva, 2003, 25-26).

1 FRONTEIRA E IMAGINÁRIO: SIGNIFICADOS DA ESPACIALIZAÇÃO PIONEIRA NO SERTÃO

“A natureza — meio geográfico em sentido amplo — pode ajudar o homem na fixação das fronteiras, mas é o próprio homem que, em última instância, as tornará vivas e dinâmicas.”

Antônio Teixeira Neto (1975)

Estudar Goiás parece ser uma provocação permanente, uma vez que sua centralidade — o que para o geógrafo Teixeira Neto (2002, p.12) é um elemento que está além de suas coordenadas — torna-o conectado a histórias que não se circunscrevem aos seus limites “naturais”. Investigações sobre a construção espacial da nação, a incorporação do sertão — concebido como um espaço derradeiro e amplamente solicitado —, a dinâmica econômica do País, assim como outros temas, tocam em acontecimentos que implicam a produção do espaço goiano.

Por mais que esse pressuposto seja óbvio, afinal, todas as histórias estão ligadas, de algum modo, pode-se afirmar de maneira mais imediata a oportuna relação entre o movimento das bandeiras, composta pelos “pioneiros paulistas” e o estabelecimento de uma fronteira-Goiás, esclarecendo o papel das políticas de migração, como temas fundamentais para a compreensão da formação do território goiano.

A abordagem da formação da fronteira é vasta: pode-se interpretá-la como sinônimo de limites e/ ou linha demarcatória como os tradicionais estudos de Fábio Guimarães (1941), que definiram as regiões brasileiras com base em critérios “fronteiriços naturais”. Lia de Osório Machado (1995), em texto sobre as origens do pensamento geográfico no Brasil, chama atenção para o “caráter topográfico” que permeou os estudos formulados por pensadores brasileiros, inclusive os geógrafos, os quais relacionavam mais de perto a relação fronteira, natureza e sociedade numa perspectiva marcadamente determinista. A geógrafa propõe uma diferenciação entre fronteira e limite:

A palavra *fronteira* implica, historicamente, aquilo que sua etimologia sugere — o que está na frente. A origem histórica da palavra mostra que seu uso não estava associado a nenhum conceito legal e que não era um conceito essencialmente político ou intelectual. Nasceu como um

fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado. (...) A palavra *limite*, de origem latina, foi criada para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna. Essa conotação política foi reforçada pelo moderno conceito de Estado, onde a soberania corresponde a um processo absoluto de territorialização. (...) As diferenças são essenciais. A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). (Machado, 1995, p. 41-42).

Assim, a fronteira é fruto de inúmeros significados. Sinônimo de tempo para o bandeirante, de espaço no qual se confluem os objetivos dos grupos de frente de expansão, ela pode ser definida de acordo com distintos critérios. Considerando o sentido etimológico do termo, apontado na citação de Machado (1995), pode-se asseverar a existência de três grandes movimentos significativos da formação de fronteira em Goiás: uma fronteira étnica, estabelecida, primordialmente, com a ocupação indígena; uma fronteira econômica, com a chegada dos bandeirantes e uma fronteira política, vinculada à orientação rumo ao oeste brasileiro e às condições de realização de um projeto político sistematizado na marcha para o oeste.

Não apenas Goiás, mas outras áreas tidas como “extensas, ricas e vazias”, “espaços à espera”, formam o eixo que se integrará a um programa nacional de deslocamento de fronteira. É rica a literatura acerca do assunto, sendo amplamente explorada no texto de Vidal e Souza (1997) a respeito do qual nada se tem a acrescentar. Entretanto, vale considerar que o movimento de uma fronteira “econômica e civilizada” teve sempre como objetivo aumentar o território econômico do Brasil, fazendo de todos os lugares, não ocupados ou ocupados inapropriadamente às vistas do projeto oficial, o fulcro do problema nacional (Vidal e Souza, 1997, p.155).

O entendimento da produção do espaço goiano numa direção de fluxo de renovação econômica e social não se reduz a investigações dos aspectos relativos à chegada dos “pioneiros”, embora essa seja uma direção perscrutada em grande parte da produção científica goiana. A análise da produção do espaço deve estar liada ao caráter histórico e ao seu princípio produtor, bem como à maneira como se territorializaram os processos sociais compondo a formação espacial.

Outrossim, pioneiros não devem ser tratados como se constituíssem grupamentos únicos, comuns e homogêneos. Monbeig (1998, p.139-166), ao estudar o mundo pioneiro paulista,

menção a coexistência de tipos sociais distintos, fazendeiros e loteadores de terra, indivíduos que lançaram os fundamentos dos povoamentos rurais e contribuíram para o surto das cidades pioneiras, assim como “plantadores”, “negociantes de terras”, “criadores de gado” e famílias inteiras e mutiladas de “imigrantes miseráveis” que compunham o êxodo estimulado pelo café no interior paulista.

No estudo supramencionado, o geógrafo enfatiza o papel dos migrantes, pioneiros que se chocaram com os índios, estabelecendo-se nos cafezais situados nos sopé dos contrafortes da Serra Mantiqueira. Alguns deles, saídos de Minas Gerais, não foram para São Paulo, procurando outras regiões “mais longínquas” onde poderiam, mais facilmente, continuar a viver, conforme seus hábitos de criadores, acostumados aos grandes espaços, suficientemente à distância dos poderes constituídos (Monbeig, 1998, p.133). Goiás é, certamente, um desses lugares, conforme reafirma as pesquisas realizadas por Brandão (1985), Pessoa (1997), Silva Junior (2002), entre outros.

Assim como se pôde falar de choques entre pioneiros e indígenas, no caso de São Paulo, também a formação territorial de Goiás contou com avanços e recuos de ‘brancos e indígenas’, conforme Teixeira Neto (2002). Porém, as repartições espaciais fixadas pelas tribos já eram estabelecidas e respeitadas pelas sociedades indígenas, fazendo com que os limites da antiga Capitania de Goiás fossem praticamente os mesmos do território indígena. Mesmo que a história da ocupação de Goiás demonstre inúmeros conflitos, para Teixeira Neto (2002, p.16), “um espaço cuja delimitação territorial era alongada e com peculiar posição geográfica (ao centro) não ofereceria tantas dificuldades de penetração”.

A situação de fronteira permeou a produção histórica e social de Goiás a qual, segundo Martins (1997, p.151), é praticamente uma “condição para o entendimento histórico das lutas étnicas e sociais que marcam a vida social brasileira”. O desencontro das temporalidades históricas, das quais fala esse autor, diz respeito aos conflitos sociais inevitáveis quando se têm grupos de origens, objetivos, interesses e possibilidades diferentes produzindo o espaço.

Goiás nasceu dividido não só pelos interesses de territórios politicamente mais fortes (Minas Gerais) ou militarmente mais estratégicos (Mato Grosso), mas pelas dificuldades apresentadas por sua imensidão e seu fraco povoamento e ocupação, conforme Teixeira Neto (2002, p.38). Idéias como imensidão territorial e a dificuldade de povoamento inserem-se no corpus discursivo que configura e fixa acontecimentos e problemáticas fundamentais para pensar

a construção do espaço brasileiro e são recorrentes nos textos clássicos que versam sobre áreas do sertão¹⁵.

Afora as questões eminentemente geopolíticas de controle e demarcação dos limites territoriais, há também o imaginário produzido sobre a condição de fronteira — parte dele, inclusive, pela sociografia brasileira, como se percebe em Cassiano Ricardo (1940, 1970), Elísio de Carvalho (1921) e Euclides da Cunha (1991). Esse imaginário edificou-se nas análises como “fonte mais abundante, longa e poderosa das opiniões do sertão, problema para a nacionalidade” (Vidal e Souza, 1997, p.133). Salienta-se o papel dos grupos de trabalhadores e sua condição de retirantes: diferentes gerações de homens livres e pobres com suas precárias condições de reprodução social, definindo fronteiras caracterizadas por situações de ajustamentos e também de conflitos. É vasta a literatura que versa sobre conflitos por terra e propriedade em Goiás como, por exemplo, Lisita (1992), Guimarães (1988) e Pessoa (1997).

A compreensão das bandeiras como evento original, parafraseando Vidal e Souza (1997, p.11), e o significado da “penetração civilizadora” Brasil-continental adentro — tradicional e inculto, porque ‘posterior’ — estão vinculados à compreensão da fronteira. Cassiano Ricardo (1940) afirmou que a palavra fronteira no Brasil não se separa de bandeirante. Porém, nem todas as fronteiras nasceram “onde o bandeirante parou” como asseverou o jornalista e ensaísta brasileiro; outras foram geradas por grupos sociais que proporcionam a existência de lugares, “escalas espaciais” conforme Smith (1988, p.196), não propriamente incorporadas pelo capital de modo pleno, embora também resultante da expansão do processo produtivo capitalista.

Estabelecida a primeira fronteira — qual seja: litoral-sertão; leste-oeste; civilização-barbárie —, outras são formuladas e reformuladas a partir das práticas sociais dos sujeitos, segundo critérios específicos a suas referências culturais. Para Marcel Mauss¹⁶ (2005, p.96), as fronteiras definem-se pelos conteúdos interiores de uma comunidade, assim como por “sentimentos e lugares determinados”.

¹⁵ “A querela com o Mato Grosso foi a mais traumática e demorada de todas as querelas de fronteiras e limites que Goiás teve. Apenas recentemente (1991) é que se definiu que, realmente, o Rio Araguaia é o limite juridicamente reconhecido entre Goiás e Mato Grosso e que o Rio Aporé é o limite natural que separa o nosso Estado do Mato Grosso do Sul (Teixeira Neto, 2002, p.17)”.

¹⁶ Marcel Mauss foi um sociólogo e antropólogo francês, nascido quatorze anos mais tarde e na mesma cidade que Émile Durkheim, de quem é sobrinho. É considerado como o “pai” da antropologia francesa. No texto *Ensaio de Sociologia* (2005), procura apresentar os fatos gerais definidores da vida social, expondo, a partir dos exemplos etnográficos de seus estudos em sociedades agrícolas, o que chamou de “elementos gerais da vida intra-social”. A idéia de Estado e de sociedade é questionada não apenas numa concepção moderna, mas, mesmo nas sociedades arcaicas, ele se manifesta no conjunto dos fenômenos gerais concretizados na coesão, autoridade, tradição, cultura e educação, entre outros fatores.

Mauss (2005) incorpora uma idéia clássica da noção de território ratzeliana. Para ele, assim também como para Ratzel, “a sociedade define-se pelas fronteiras, pela sensação do espaço e do território social”, que corresponde a uma forma de “coesão social”. Mesmo assim, Mauss não desconsidera a possibilidade de se pensarem os fatos de descontinuidade presente em tais “coesões”. A orientação antropológica ressalta os níveis de interação, conservação e transformação das tradições e até as circunstâncias ecológicas de reprodução social de uma fronteira numa dada situação geográfica, a exemplo do que fez Evans-Pritchard (2005) em sua pesquisa. Os elementos ecológicos, interacionais e conservacionais enleam a constituição de fronteiras étnicas, as quais, conforme Poutignat & Streiff-Fenart (1998, p.194), estão permeadas por conteúdos culturais como:

1. sinais e signos manifestos — traços diacríticos que as pessoas procuram e exibem para demonstrar sua identidade, tais como o vestuário, a língua, a moradia ou o estilo geral da vida; 2. orientações de valores fundamentais — os padrões de moralidade e excelência pelos quais as ações são julgadas.

Assim sendo, a constituição das fronteiras espaciais não é apenas um processo baseado no “choque de temporalidades” ou de “indivíduos de temporalidades distintas”. Aproveitando a idéia de fronteira étnica de Fredrik Barth, conforme discussão supracitada em Poutignat & Streiff-Fenart (1998), é prudente transcender a visão unilateral e dualista apresentada no debate clássico, amplamente difundido no Brasil, no qual a fronteira é vista como um “lugar social” definido pelo choque de interesses e de temporalidades, “o limite entre a civilização e a barbárie” (Turner, 1956, p.02 apud Martins, 1997, p.162); o encontro entre civilizados diversificados e intitulados pelos conceitos de “frentes pioneiras” e “frentes de expansão”¹⁷.

A definição de fronteira étnica admite a possibilidade de interação de grupos de várias origens, considerando, entretanto, a persistência de certas diferenças culturais. Ela constitui-se e manifesta-se espacialmente a partir da referência cultural, assim como pelas condições de

¹⁷ O quesito “frentes pioneiras” e “frentes de expansão” foi também discutido por Martins (1997, p.156 e 157), segundo o qual, “quando os geógrafos falavam de frente pioneira, estavam falando de uma das fases de reprodução do capital: a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria(...)” e “quando os antropólogos falavam originalmente de frente de expansão, estavam falando de uma forma de expansão do capital que não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista”.

reprodução das relações sociais dos sujeitos. Sobre a dinâmica da cultura de um grupo étnico¹⁸ em situação de contato, Carneiro da Cunha (1987, p.99) explica:

A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna cultura de contraste: esse novo princípio que a subentende, a do contraste, determina vários processos. A cultura tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se mais visível, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos.

As condições de reprodução das relações sociais, como determinantes da cultura, que definem a produção do espaço e das fronteiras, podem ser compreendidas de várias formas. Numa leitura rigorosa acerca da produção do espaço goiano, Teixeira Neto (2002, p.13) citou a importância da presença indígena, ao falar dos Kayapós, pertencentes ao grupo Macro-Jê¹⁹, sendo “os primeiros a desaparecerem do mapa, um século depois do início da colonização e do povoamento de Goiás”. O desaparecimento não impediu que vários traços do que hoje é definido por “cultura goiana” estivessem associados às heranças culturais desses povos, assim como dos negros, como se observa, por exemplo, no estudo de Molina (2002, p.125) sobre o ato de comer em Goiás e a apropriação das tradições.

Em textos que optam por uma delimitação cronológica, o período de 1722 a 1780, “auge e início da decadência” da mineração, tornou-se um tópico inicial, quase “natural” da história econômica goiana, entendido como referente à primeira atividade produtiva efetiva, na qual os Bandeirantes Paulistas, “agentes da civilização, da modernização e da economia capitalista” nos termos de Martins (1997, p. 158), soerguem-se simbolicamente rumo ao Oeste como redentores do sertão, *construtores da fronteira*, abrindo as portas à “civilização”. A sociografia brasileira, ao mesmo tempo em que eleva o papel dos bandeirantes — aproveitadores da inexistência de um

¹⁸ Segundo Oliveira (1994) “Para Barth, um grupo étnico não se define por seu estofo cultural (que se modifica no tempo e varia de acordo com ajustamentos ecológicos), mas através de critérios pelos quais ele mesmo estabelece as suas fronteiras (critério de pertencimento e exclusão) e pela tentativa de normatização da interação entre os membros do grupo e as pessoas de fora. Nessa concepção, a homogeneidade cultural é uma resultante de um processo de criação coletiva e a constituição de um sujeito coletivo, fator determinante no estabelecimento de um grupo étnico.”

¹⁹ Sugere-se sobre o assunto, a leitura do livro de Horieste Gomes e Antônio Teixeira Neto, *Geografia Goiás-Tocantins*, Editora da UFG, Goiânia: 1993.

estado ubíquo em termos espaciais —, conforme ressaltou Vidal e Souza (1997, p.80), também pondera sobre o caboclo, os tropeiros e, posteriormente, a figura do vaqueiro, outros sujeitos que participaram da construção da nação, sem tantos louros e glórias.

A construção geográfica de Goiás é desnudada à proporção que se consideram as diferentes ações transformadoras dirigidas ao seu espaço. O conjunto de representações presentes nos relatos sobre o sertão, espaço social no qual Goiás está geográfica e simbolicamente inserido, submete suas características a um grupo de representações produzidas por ensaístas situados no litoral (Vidal e Souza, 1997, p. 68). O interior sertanejo brasileiro subordina-se à nação a partir de premissas retóricas para fazer do sertão um lugar incluído, moral e economicamente, no projeto nacional. O entendimento múltiplo da construção da fronteira e a exploração das várias “marchas” que se efetivaram em Goiás é uma tentativa de considerar que cada uma delas produziu, concomitantemente, a existência de lugares que alimentam e caracterizam o sertão goiano.

2 PERCORRENDO GOIÁS: O ESPAÇO AO RITMO DAS MARCHAS

Várias foram as marchas para o Oeste no território goiano, antes da consolidação do projeto estadonovista de Vargas. Várias foram as fronteiras abertas para construir os caminhos de Goiás ao longo de seu processo histórico.

Chaul (2000, p.113)

Entre as muitas interpretações existentes sobre Goiás, variadas, ricas e singulares, verifica-se que, apesar de nem sempre serem concordantes, oportunizam a compreensão do espaço. O descobrimento do ouro como elemento da formação do espaço goiano é consensual entre os historiadores (Chaul e Duarte, 2004, p.8). Recorrer à leitura do período não significa mero floreio retórico.

Oportuniza-se, conscientemente, uma apresentação quase estrutural da história goiana, com o propósito de explicar várias nuances e conteúdos do espaço, tanto no sentido mítico-imaginário como, principalmente, no material- simbólico. Porém, tal leitura não deve ser feita sem as devidas precauções. Até porque, no caso, muitas características encontradas nas vilas rurais estudadas estão em consonância com vários tempos vividos na formação do território goiano.

Ao delinear o entendimento da formação espacial goiana a partir dos discursos que expõem o processo histórico, estabelece-se como referência a análise reconstituída por “fases”. Sabe-se, todavia, que a história goiana foi lida de várias formas, inclusive considerando a perspectiva de tempo “cíclico”, tratamento comum a certas influências epistemológicas. No entanto, os acontecimentos atribuídos a um e outro período não são exclusivos e a opção pela periodização não se encerra na exposição cronológica. Verifica-se que não se pode explicar uma formação espacial considerando apenas essa referência — como se o tempo pudesse ser espacializado e metrificado. Porém, considerar a periodicidade dos acontecimentos nos parece essencial, inclusive para propor a discussão sobre uma transição que não se realiza numa direção esperada, conforme se verifica ao longo das discussões deste trabalho.

Constatou-se, em pesquisa realizada no mestrado²⁰, que a produção do espaço goiano foi entendida, por parte da produção científica produzida regionalmente, com base em três fases que nos permitem propor uma síntese:

Primeira fase — Marcada pelo período aurífero, que vai da chamada “conquista do território”, em 1722, até as primeiras décadas dos oitocentos quando se inicia um processo de “decadência”²¹ que se intensifica ao longo de todo século XIX; **Segunda fase** — Refere-se à chegada da Estrada de Ferro em Goiás, iniciando-se em Goianira, em 1913, até Anápolis, em 1935. Nesse intervalo, ocorreu a construção da capital do Estado e sua transferência para Goiânia; no plano nacional, a crise de preços do café inclui o Estado de Goiás numa política econômica capitalizadora e modernizante, impulsionada por Getúlio Vargas nas primeiras décadas do século XX até meados de 1950; **Terceira fase** — Inicia-se com a modernização da grande propriedade subdividida por dois períodos, 1950 e 1967, que perdura até os dias atuais conforme (Carneiro, 1986), (Guimarães, 1988), (Bertran, 1988), (Gomes, 1995), (Pessoa, 1997), (Estevam 2002), entre outros. (Rodrigues da Silva, 2003, p.26).

As interpretações de Goiás, organizadas com base nessas três grandes “fases” de desenvolvimento econômico, elegem momentos primordiais, marcos herdados de outras histórias, padrões explicativos que enredam variadas representações acerca da ocupação espacial. A despeito de se reconhecer a crítica feita às abordagens que destacam a perspectiva cronológica, entende-se que é um modo de interpretação da realidade, posto que fornece instrumentos indispensáveis na construção do conhecimento no que alude ao processo histórico.

²⁰ Há estudos específicos sobre cada uma dessas “fases” da produção do espaço goiano com detalhamentos que definem “fases nas fases”. Corrêa (2001, p.85) diz ser “possível situar a urbanização do território goiano no século XVII em três fases (...)”.

²¹ A noção de decadência foi abordada no trabalho de Nasr Fayad Chaul. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: UFG, 2001.

Assim, encurralados pela vastidão dos acontecimentos e também pela possibilidade de crítica²², o detalhamento de cada um desses momentos só será referido naquilo que consideramos contribuir para o entendimento das vilas aqui estudadas. Optando por uma análise do processo histórico e considerando a coexistência de tempos, tais vilas demonstram referências que se comunicam com momentos distintos desse processo, os que serão apontados no trabalho, ainda que se apensem mais especificamente à ascensão da atividade agropecuária.

Numa opção direfenciada de abordagem, o historiador Nars Chaul (2002, p.50-52) afirmou que Goiás foi constituído por várias marchas: a *Marcha da Mineração*, “infância goiana sob as rugas da decadência”; a *Marcha do Boi*, com “a ascensão da agropecuária, a formação das fazendas de gado, a construção da estrada de ferro e das rodovias”; e outras “marchas”, mesmo antes da *Marcha para o Oeste* e de qualquer influência mais direta do Governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Em outra fonte, o mesmo autor questiona nossa verdadeira identidade e o falso-fausto aurífero:

Ao olharmos para Goiás, em seus primórdios, vem-nos a preocupação imediata de perguntar por onde andamos; em que espelho do tempo deixamos de ver a parte crítica de nossa identidade, de nossa formação atávica; que ouro nos levou os marcos tão caros às nossas reflexões. Tudo começou e acabou com o ouro na nossa pobre colônia. O ouro escondeu, diante de seu brilho fácil, o nosso passado, a mão-de-obra escrava ocultou o índio, a economia determinou o nascimento da História sem povo e demarcou a infância de Goiás sob as rugas da “decadência”. Quando bateram à porta os 250 anos da capitania de Goiás e os 500 anos do Brasil, foi mais do que necessário repensar a nossa história e nossa produção historiográfica. (Chaul, 2001, p. 09-10)

Embora a narrativa apresentada não seja puramente cronológica, é evidente que o autor estabelece marcos análogos à síntese explanada anteriormente. Porém, ocupa-se mais em questionar o sentido da ascensão e da decadência, presente nas atividades econômicas de Goiás

²² Já se nota um movimento crítico ascendente de apropriação do pensamento social brasileiro e da sociografia goiana, como se pode perceber em alguns textos como, por exemplo, àqueles reunidos por Chaul e Ribeiro (2001).

— ou no modo como elas foram compreendidas no decorrer do tempo pela produção científica produzida regionalmente. É mister reiterar que, ao se fazer a leitura do território, haja intempéries e discordâncias as quais contribuem para o esclarecimento de quesitos pouco investigados.

Os estudos atuais feitos sobre Goiás revistam o passado na tentativa de decodificar algumas pendências. Essa volta a “novas origens” faz-se para entender temas diferentes daqueles *demasiadamente* pesquisados, como mineração, transportes, coronelismo, lutas camponesas e migrações, entre outros, como afirmam Chaul e Duarte (2004). Isso não significa que semelhantes temas tenham sido amplamente esgotados ou tratados em sua totalidade. Contudo, os novos horizontes de pesquisas que despertam outros objetos de análise impõem uma releitura abundante de alguns ensaios pouco elucidativos, cujos procedimentos explicativos devem ser questionados.

Um exemplo disso é a polêmica em torno da definição de uma atividade econômica inaugural em Goiás. Há autores que defendem a simultaneidade de atividades diversas: mineração, agricultura e pecuária. Outros apostam no ouro como sendo a que primeiro elemento que marcou o povoamento de Goiás, de forma vagarosa, diversificada e muito tumultuada, conforme Ferreira de Salles (1983, p.98). O trabalho de Coelho (2001) sobre o espaço urbano em Vila Boa recorre a antecedentes medievais para demonstrar a influência daquele urbanismo na arquitetura goiana, evidente no decorrer do período mineratório, em que pese o fato de possuir formas baseadas em conhecimentos populares e eruditos tanto de organização e estruturação do espaço quanto de suas edificações.

Reconhece-se, dessa feita, o caráter de simultaneidade de atividades econômico-produtivas em Goiás que está presente nas interpretações que não circunscrevem os oitocentos como um período especificamente marcado pela atividade aurífera. Convém assinalar que algumas abordagens reiteram a existência simultânea das atividades de agricultura e pecuária, mesmo sendo, naquele período, amplamente necessária uma intervenção por parte da Coroa (Metrópole). As intervenções da Coroa tentaram impedir o recrudescimento de quaisquer outras atividades que não fossem as auríferas, exceto a agricultura destinada à subsistência dos homens. No entanto, é apenas quando o ouro deixa de ser o principal produto da economia goiana, dando lugar ao “êxodo aurífero”, que notar-se-á um verdadeiro processo de ocupação — também chamado de ruralização —, o que, de fato, tornará a economia goiana agrária (Chaul, 2000, p.116).

Nesse contexto, é lícito questionar: a coexistência de atividades rurais no processo de desenvolvimento urbano — como se percebeu no período colonial — mantém-se como espaço e como modelo explicativo das cidades goianas? A organização do espaço de pequenas cidades goianas — mesmo surgidas em outros contextos — herda referências do povoamento minerador? Quais associações podem ser feitas entre os antigos arraiais e as vilas impulsionadas pela atividade agropastoril?

Paradoxalmente, o olhar dos viajantes que percorreram Goiás nas primeiras décadas do século XIX — embora nem a situação geográfica do Estado tampouco suas características biogeográficas se apresentassem convidativas para eles — elevou maior destaque aos aspectos do estilo da vida rural, onde foi salutar considerar que se percebiam diante de uma população atrasada. Os juízos estabelecidos não se limitam apenas a características sociais, como se percebe nesta breve descrição das posturas socioculturais feita por Corrêa (2001, p.81-83):

Trazendo [os viajantes europeus] a postura “civilizada” diante de uma população “atrasada”, atribuíram ao estilo de vida em Goiás, das primeiras décadas do século XIX, o signo da decadência material e moral: as mulheres eram reclusas e inibidas ou devassas e sem princípios, todas ignorantes; os brancos, libertinos, soberbos e preguiçosos; os negros, imorais e, os sertanejos, a personificação da apatia e da indolência.

Também são sintomáticas e importantes as observações acerca da precariedade das estradas, das características dos *arraiais* do ouro e de outras tantas referências que formularam e sustentaram uma imagem depreciativa da realidade goiana do século XIX, retificada nos documentos oficiais da época. Todavia, o povoamento goiano, sobretudo após a crise do ouro, foi marcado por certa ruralização em decorrência da atividade mineratória. O esgotamento da capacidade produtiva das minas, que vinha ocorrendo, progressivamente, desde o final dos oitocentos, impeliu uma economia gradativamente marcada pelo crescimento das atividades primárias como agricultura de subsistência e ampliação dos rebanhos. No entanto, vale ressaltar que:

Na verdade, a agropecuária sempre esteve presente no processo histórico de ocupação de Goiás, representando, nos primeiros tempos, uma

atividade acessória da mineração que possuía mercado e preços garantidos, apesar da interdição ao cultivo da cana-de-açúcar e à formação de engenhos. Os mineiros, entretanto, não se interessavam por essas atividades produtivas, pois o que motivava não era a fixação definitiva no território goiano, mas o enriquecimento fácil e rápido, seguido do retorno às suas regiões de origem (Corrêa, 2001, p.102).

As afirmações de que foi a pecuária o verdadeiro estimulador de um povoamento mais “fixo” podem ser corroboradas em inúmeras fontes. O livro do historiador Barsanufio Borges (2000), o qual analisa as transformações da sociedade goiana no contexto da expansão capitalista no Brasil, após 1930, tem a preocupação de estabelecer um recorte histórico defendido pelo autor como “não aleatório”, que vai do período de 1930 a 1960. Tal recorte é marcado pela industrialização do Sudeste, a qual possibilitou a criação de uma economia nacional e reduziu os espaços específicos de reprodução dos capitais regionais (Borges, 2000, p.7) ²³. Assim, Goiás desenvolve-se na convivência do setor agrário-tradicional com o setor industrial-moderno, subordinação simbiótica de uma unidade de contrários, como apontam muitas análises sobre a expansão do capitalismo no Brasil.

Um dos aspectos mais elucidativos de “transição” da mineração para as atividades de agricultura e pecuária em Goiás foi chamado de “processo de ruralização”. Para autores cuja primazia é uma leitura proeminentemente econômica, após a chamada “crise da mineração”, a economia goiana tornou-se essencialmente agrária, com baixo índice de circulação monetária (Gomes, 2000, p.93). Entretanto, a produção agrícola e a pecuária organizam-se gradativamente num ritmo lento. Nas palavras de Bertran (1997, p.13),

A economia primária de subsistência obedecia às lentidões do calendário agrícola e ao lento crescimento vegetativo dos rebanhos. Nada era urgente ou inadiável, a não ser libertar o tempo para o ócio, para as inúmeras festas no campo ou do arraial — a sociabilidade do tempo —

²³ Gomes (2000, p.15) afirma: “O Centro-Oeste é uma criação do Sudeste e, no que se refere ao setor agrário, pode ser considerado como uma reserva de “acumulação primitiva” para expansão do sistema capitalista, já que seu setor industrial é inexpressivo e cresce em função da renda gerada pelas atividades agropecuárias”.

para pescarias, caçadas, enfim, numa palavra, para o exercício dos prazeres da vida simples.

O domínio da vida simples no interior da fazenda fez com que a agricultura permanecesse por muito tempo em seu “estado de subsistência”, sendo moldada aos parâmetros de uma pequena produção e comercialização de gêneros básicos. Enquanto isso, a pecuária, sobretudo devido à facilidade do transporte do gado, que se autotransportava, foi capaz de “elevar” Goiás ao cenário nacional. Ambos os processos, pecuária e agricultura serão, cada qual ao seu modo e tempo, os dois vetores de produção formadores da dinâmica econômica em Goiás após a mineração. Porém, ambos devem ser lidos de modo articulado, considerando-se tanto o povoamento do território quanto as políticas territoriais que constituem a vida socioeconômica goiana, assim como a formação de uma identidade regional calcada de maneira atávica às atividades de origem rural, sem desconsiderar o movimento da modernidade como uma identidade afirmativa e desejada, para superação da “crise”, da “decadência”, rumo ao tempo do progresso, conforme as preocupações elucidadas na pesquisa de Chaul (1997).

O entendimento dos termos “conquista”, “ocupação”, “formação” ou qualquer outro semelhante que, não raro, compareça nos estudos do território brasileiro dá-se, mormente, firmado em aspectos econômicos e produtivos. Em relação a Goiás, isso não é diferente. Os usos desses termos, recorrentes na literatura que versa sobre Goiás, denotam um viés de “processo comandado”, opondo-se ao período anterior (sobre o qual não há muitos trabalhos), marcado pela presença de tribos indígenas e analisado como “*ocupação espontânea*” (Teixeira Neto, 2002, p.12).

A situação geográfica de Goiás e a firme idéia de vazio espacial e demográfico que, durante muito tempo, atribuiu-se ao Estado, são vislumbradas no trabalho de Luis Estevam como impulso para a consolidação de um “tempo de transformação”. Segundo ele, foi “no bojo desse processo que Goiás se constituía área de fronteira relativamente próxima a São Paulo e caracterizava-se, juntamente com Mato Grosso, como o “segundo grande vazio nacional” depois da Amazônia. (1997, p.76).

O que tem sido designado de *território de ontem* e mesmo a *forma atual do território* (Teixeira Neto, 2002) são episódios de um mesmo processo, que, a cada tempo, reveste-se de várias roupagens e realiza-se de acordo com as possibilidades, intenções, articulações, capacidade produtiva e interesses envolvidos. A análise da bibliografia regional arrola um conjunto de noções

que sustentam a idéia de “*desenvolvimento retardatário*”, como as questões, em síntese, enunciadas, novamente, na pesquisa de Luis Estevam (1997, p.11):

Não obstante, nas interpretações historiográficas regionais, percebe-se clara tendência de se identificarem "obstáculos" ao "desenvolvimento" de Goiás. Argumentos de ordem espacial apontaram para o isolamento geográfico do estado, para sua insuficiência populacional e para a carência de vias de comunicações inter-regionais. Na dimensão econômica, o latifúndio, a pecuária extensiva e a débil produção agrícola comercial foram identificados como entraves ao dinamismo da região. No aspecto político, algumas pesquisas constataram — em determinados eventos históricos — "descaso" de autoridades governamentais para com o progresso da região. Mesmo no aspecto sociocultural, pesquisadores realçaram certo “desapego” ao trabalho, lamúria e preferência pela ociosidade por parte do homem goiano, desalentado e distanciado do progresso. No todo, esses seriam fatores históricos que retardaram ou mesmo impediram o desenvolvimento econômico da região. (grifos meus)

A reflexão sobre o atraso teve sempre como fundamento argumentos de ordem espacial, assim também como a origem econômica de Goiás, de cunho minerador e agrário. A figura símbolo desse agrarianismo é sempre a de homens “cujo horizonte visual não vai além do alqueire de terra” (Abreu, 1988, p.56). A superação do quadro estrutural (carência de vias), espacial (isolamento), cultural (desalento, preguiça e ociosidade), somados à débil produção agrícola comercial e às características da pecuária, serão motes para que se desenvolva uma série de políticas territoriais dos governos federal e estadual direcionadas para Goiás.

3 AS DIVERSAS FACES DE UMA REGIONALIZAÇÃO: O CENTRO E O NOROESTE GOIANOS

“Em Goiás, a atividade agropastoril foi estabelecida não como uma zona selvagem, mas numa região que foi civilizada há mais de duzentos anos.”
(Referindo-se ao Mato Grosso de Goiás)

Léo Waibel (1979, p.161)

Dos estudos clássicos, conforme se vê na epígrafe, até os declaradamente contemporâneos, consoante Arrais (2004), a abordagem geográfica de Goiás sempre esteve marcada pela presença das categorias regionais²⁴. De natural à inevitável, a presença da categoria Região não foi suficiente para garantir que os processos de regionalização fossem lidos de uma só maneira tampouco para assegurar uma homogeneidade de nomenclaturas.

A regionalização do Estado de Goiás foi interpretada de modo pouco variado, pois tem valorizado, sempre, as características econômicas do Estado. Há interpretações que regionalizam Goiás mediante os chamados “ciclos produtivos”, ou seja: a existência de regiões influenciadas pela atividade do ouro ou pela chegada da estrada de ferro; regiões adensadas a partir da atividade pecuária ou povoadas por intermédio de projetos de colonização agrícola. Elas diferenciam-se e assemelham-se, distribuem e agregam, elegem e camuflam elementos que podem ser significativos para uma interpretação mais adequada do espaço.

Segundo a definição oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), Cibeles e Caiçara localizam-se, respectivamente, nas mesorregiões Centro e Noroeste Goianos (Quadro 1) e nas microrregiões do Rio Vermelho e Ceres, respectivamente.

Quadro 1. Meso e Microrregiões do Estado de Goiás, 2007.

MESORREGIÕES	MICRORREGIÕES
Norte Goiano	Porangatu e Chapada dos Veadeiros
Leste Goiano	Vão do Paranã e Entorno de Brasília
Noroeste Goiano (Estrada do Boi)	São Miguel do Araguaia, Rio Vermelho (Caiçara) e Aragarças
Centro Goiano (Mato Grosso Goiano)	Ceres (Cibele) , Anápolis, Anicuns, Iporá e Goiânia
Sul Goiano	Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois, Quirinópolis, Meia Ponte, Catalão e Pires do Rio

Fonte: DER-GO, 1999 (BRASIL 1989). Org. Silva, Rusvênia Luiza B. R. da

²⁴ Gomes (1993), Teixeira Neto (1993), Barreira (1997), Mello (1999), Gomes, Teixeira Neto e Barbosa (2005).

O Centro e o Noroeste goianos são regiões cujos processos de ocupação deram-se em períodos distintos. Enquanto a primeira associa-se ao desenvolvimento de uma agricultura comercial por estar próxima aos principais eixos econômicos produtivos e escoadores do Estado, a segunda vincula-se diretamente à atividade pecuária “desenvolvida por nortistas que vinham do gado, só do gado...” (Barreira, 1989, p.25). Arrais (2004, p.38) sintetiza:

A diferença do povoamento reflete o processo histórico de ocupação dessas regiões (...). O povoamento das microrregiões de Goiânia, de Ceres e de Anápolis foi marcado pela construção de duas capitais (Goiânia e Brasília), pela presença sempre forte de Anápolis como centro de comércio e pelo projeto da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), que deu origem ao município de Ceres em 1942. Essa região, que forma o Centro Goiano, era conhecida como Mato Grosso de Goiás (...), Região de solos férteis e cobertura vegetal com altos estratos de floresta, que ainda podem ser observados, em forma de manchas, na saída de Anápolis (GO – 060)(...) O Noroeste do Estado tem relação maior, pelos próprios fatores ecológicos favorecidos pelas planícies do vale do Araguaia, com a atividade pecuária, desenvolvida no Médio Araguaia. Não por acaso essa mesorregião ainda é conhecida com a região da Estrada do Boi (GO – 163), uma referência ao processo histórico de povoamento que envolveu e ainda envolve a atividade pecuária.

O Noroeste Goiano — que era chamado de Região da Estrada do Boi — é uma das áreas de povoamento mais antigo de Goiás. A idéia de vazio demográfico povoou as interpretações sobre o Médio-Norte e o Norte Goianos. Esta área foi considerada, por muito tempo, isolada e disponível, conforme se verifica em Barreira (1989, p.14). A partir de 1956, com o início da construção da Estrada do Boi, a atividade de gado intensifica-se na região, impulsionada pela penetração de pecuaristas e pelo aumento dos rebanhos, os quais exigiram a derrubada da mata e o plantio de capim. Para Barreira (1989, p.106 - 116), a Região da Estrada do Boi compõe-se de três sub-regiões, sendo nove municípios correspondentes: São Miguel do Araguaia, Porangatu, Mundo Novo de Goiás, Mozarlândia, Crixás, Nova Crixás, Goiás, Araguapaz e Aruanã. A atual

composição do Noroeste Goiano, de acordo com IBGE, é de 23 municípios, agrupados em três microrregiões.

Gomes, Barbosa e Teixeira Neto (2005) propõem uma regionalização de Goiás e Tocantins mediante a consideração dos processos de ocupação e características “atuais” do território. Nessa obra, a “antiga” Região da Estrada do Boi é chamada de Vale do Araguaia e compõe as microrregiões de Aragarças, Rio Vermelho e São Miguel do Araguaia, as mesmas arroladas no Noroeste Goiano. A análise feita pelos autores realça os aspectos agropecuários para os quais essa região sempre esteve voltada, como uma espécie de vocação social e econômica. A atividade da pecuária foi desenvolvida por famílias advindas do nordeste brasileiro, antes de 1970 e, a partir da pavimentação da ‘Estrada do Boi’, cidades crescem e reorganizam-se como: Faina, Araguapaz, Mozarlândia, Nova Crixás, Mundo Novo de Goiás e São Miguel do Araguaia (Gomes e outros, 2005, p.119, 120). O mapa (Figura 3) permite a visualização da configuração atual das microrregiões do Estado.

Processos diferentes ocorreram na formação do atual Centro Goiano. A região, que já foi chamada de Mato Grosso de Goiás, foi a “coqueluche” que germinou um dos principais movimentos migratórios para o Estado na década de 1940, sobretudo com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Ceres²⁵ (CANG), a primeira de uma série de oito colônias criadas pelo governo federal. Segundo Estevam (1997, p.112):

A CANG foi implantada em um terreno extremamente fértil, ao norte de Goiânia, porém inexplorado — zona do “Mato Grosso de Goiás” — onde a densidade populacional já era relativamente elevada em lugares próximos. Esta localização geográfica da CANG acarretou ao projeto algumas conseqüências e condicionou o seu próprio futuro como colônia, pois a zona Mato Grosso de Goiás encontrava-se em febril exploração em função da criação de Goiânia e da chegada da ferrovia em Anápolis.

²⁵ Há várias pesquisas sobre o funcionamento da CANG e o seu papel nas frentes demográficas e econômicas sob a ótica da fronteira que configura o “espaço social da região”, como descreve Dutra e Silva (2002, p.36). Luis Estevam (1997, p. 92 e 186) diz que os posseiros que estiveram plantando na CANG de Ceres foram em “grande parte obrigados a abandonar a condição de proprietários, negociando ou mesmo renunciando a seus direitos de posse, durante a década de 1950. A partir de então, a CANG passou a descaracterizar-se e cedeu espaço para grandes fazendas circunvizinhas. O capital mercantil, por sua vez, havia ganhado fôlego, permitindo sua expansão por larga parcela do território”. Em outro momento do texto, diz o autor: “O mandatário de Goiás mostrou a Getúlio Vargas em mapa ”uma zona ótima para tal empreendimento, que ficava muito distante de Goiânia e mais perto de Anápolis, que nesse tempo era a cidade mais populosa e progressista do Estado”.

Figura 3. Mapa da divisão microrregional do estado de Goiás.

A grossa faixa fértil de terras de mata que estimulou a construção da CANG e deu origem ao município de mesmo nome era denominada, até a década de 1970, de Mato Grosso de Goiás (MGG) (Arrais, 2004, p.40). Sobre a composição dos municípios do MGG, Luis Estevam (1997, p. 110) propõe um levantamento de acordo com a emancipação. Segundo o economista, a composição do MGG é: (Anicuns, Anápolis, Campinas, Goiás, Trindade, Itaberaí e Jaraguá (1920); Goiânia (1940); Firminópolis, Guapó, Hidrolândia, Iporá, Inhumas, Itauçu, Nerópolis,

Petrolina, Trindade, Uruana e Nazário (1950) e Turvânia, Brazabrantes, Damolândia, Firminópolis, Goianápolis, Goianira, Aruanã, Carmo do Rio Verde, Ceres, Córrego do Ouro, Diorama, Itapuranga, Mossâmedes, Rubiataba, São Luís de Montes Belos, Itapirapuã, Fazenda Nova, Novo Brasil, Jussara, Caturai, Araçu, Goianésia, Rialma, São Francisco de Goiás, Itaguaru, Rianápolis, Nova Veneza, Petrolina de Goiás, Brasilândia e Hidrolândia (1960). Enquanto são 50 os municípios listados por Luis Estevam — para composição do antigo MGG —, a mesorregião do Centro Goiano, de acordo com o IBGE, possui 82 municípios. Há ainda no levantamento feito pelo economista outro paradoxo: o município de Goiás (ou Cidade de Goiás), onde se localiza a antiga capital do Estado, está alistado como sendo parte do MGG, enquanto que em todas as outras fontes ele constitui a antiga Estrada do Boi, o atual Noroeste Goiano.

Não apenas o IBGE, mas também outras instituições elegem critérios específicos, de acordo com seus interesses, estabelecendo sua proposta de regionalização. A Secretaria Estadual de Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN-GO) divide o Estado em 10 regiões, organizadas de acordo com a circulação (eixos e fluxos): Região Metropolitana de Goiânia, Centro Goiano (Eixo da BR – 153), Norte Goiano, Nordeste Goiano, Entorno do DF, Sul Goiano, Sudeste Goiano (Estrada de Ferro), Sudoeste Goiano, Oeste Goiano (Eixo GO – 060) e Noroeste Goiano (Estrada do Boi). Segundo as informações colhidas na Revista do SEPLAN-GO de 2005, as regiões de planejamento do Estado são:

- A Região do Entorno do Distrito Federal foi definida conforme o estabelecido na Lei de criação da Ride: Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno — Lei Complementar (Constituição Federal) nº 94, de 19 de fevereiro de 1998.
- A Região Metropolitana de Goiânia é a definida pela Lei Complementar Estadual nº 27 de dezembro de 1999 e alterações posteriores. A grande Goiânia compreende doze municípios e sua Região de Desenvolvimento Integrado é composta por mais oito municípios.
- As regiões do Norte Goiano e do Nordeste Goiano, constantes no primeiro PPA (2000-2003), foram delimitadas em função de sua homogeneidade em termos de condições socioeconômicas e espaciais e como estratégia de planejamento para investimentos governamentais, a fim de minimizar os desequilíbrios regionais.

- As outras seis regiões foram definidas tendo como critério os principais eixos rodoviários do Estado. Todos os municípios, cujas sedes utilizam o mesmo eixo rodoviário para o deslocamento à Capital do Estado, foram considerados pertencentes a uma mesma região de planejamento.

Para a SEPLAN-GO, o Noroeste Goiano comporta doze municípios: Araçu, Araguapaz, Aruanã, **Faina (Caiçara)**, Goiás, Guaraíta, Itaberaí, Itaguarí, Itaguaru, **Itapuranga (Cibele)**, Itauçu e Matrinhão. Tais municípios são acessíveis, saindo da capital do estado, Goiânia, pelo eixo da rodovia estadual GO-070. O Noroeste Goiano é definido pelo critério da circulação ou da “homogeneidade em termos das condições socioeconômicas e espaciais, tendo como estratégia de planejamento a minimização dos desequilíbrios regionais”, além da idéia de desenvolvimento dos “eixos rodoviários”, ou seja, favorecimento da “valorização dos fluxos de circulação dos municípios em direção às capitais federais, estaduais e municipais”, segundo se confirma na Revista Goiás em dados (2005).

Assim, os distritos de Cibele e Caiçara estão alocados em municípios separados nos termos das divisões regionais do IBGE, enquanto que, na regionalização da SEPLAN, eles compõem uma única região: o Noroeste Goiano. Afinal, a “geografia social das regiões goianas varia”, segundo Arrais (2004, p.58), de acordo com os “processos econômicos e a distribuição de renda no seu território”. No entanto, diferente do Centro, a região Noroeste de Goiás sempre representou um desafio para o planejamento regional. É uma região carregada de esperas e expectativas: “suas cidades não cresceram como se esperava, a estrada não trouxe o progresso esperado, enfim, as grandes transformações em termos de progresso não aconteceram” (Barreira, 1989, p.48). Em contrapartida, o Centro Goiano tornou-se a região mais central e dinâmica de Goiás devido ao seu caráter histórico. Segundo Gomes, Barbosa e Teixeira Neto (2005, p.55):

O Mato Grosso Goiano como um todo é, sob todos os aspectos, a região mais dinâmica, a mais rica, a mais urbanizada e povoada de todas as regiões do estado de Goiás. Ela esconde quase metade da população goiana e abriga cerca de um terço de todas as cidades do estado. Apesar de “velha”, porque conhecida e freqüentada há muito tempo, esta região pioneira teve sua ocupação e seu povoamento acelerados somente a partir dos anos 1930. (...) A mata virgem cedeu lugar às roças tradicionais

e depois às atividades agropecuárias de moderna tecnologia. As cidades, até os anos 70, surgiram do dia para a noite.

Quando as instituições definem visões acerca dos “contrastes regionais”, apostam nos termos contrastantes como conteúdo para seus discursos, não entendendo a fronteira de modo diferenciado senão como linha divisória, limite espacial, seleção e recorte de uma área limítrofe. Porém, a fronteira jamais deve ser percebida “como um quadro rígido e definitivo. Ela se movimenta, avança, recua e torna a avançar em função do dinamismo de cada território, de cada estado” (Teixeira Neto 2002, p.18).

Arrais (2004, p.34) ressalta o critério geoeconômico empregado no texto de Teixeira Neto (1993), que diverge dos aspectos considerados pelo IBGE e pela SEPLAN, associando a regionalização ao processo de urbanização e adensamento da atividade econômica. Sugere, assim, serem as regiões geoeconômicas de Goiás: o Sudoeste Goiano, o Mato Grosso Goiano, o Sudeste Goiano e o Corredor da Belém-Brasília, não se prendendo aos limites municipais. Contudo, apesar de o que tem sido eleito como critério significativo para a definição das regiões de Goiás ser bastante variável, a discussão tem demonstrado uma opção inequívoca pelo econômico. Recorrendo novamente a Bourdieu (2002, p.113):

Ninguém poderia hoje sustentar que existem critérios capazes de fundamentar classificações “naturais” em regiões “naturais”, separadas por fronteiras “naturais”. A fronteira nunca é mais do que produto de uma divisão, à que se atribuirá maior ou menor fundamento na realidade, mesmo que os elementos que ela reúne tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes, dando por entendido poder-se discutir sempre acerca dos limites de variação entre os elementos não idênticos tratados pela taxionomia como semelhantes. Cada um está de acordo em notar que as regiões delimitadas em função de diferentes critérios concebíveis (língua, habitat, tamanho da terra, etc.) nunca coincidem perfeitamente.

O jogo de classificações que implica a escolha de melhores critérios para a definição das regiões é para Pierre Bourdieu um estado de lutas por poder. Nessa perspectiva, não se pode

relacionar um conjunto de critérios defendendo serem mais ou menos legítimos, à revelia de outros. Considera-se, porém, a existência de outros critérios e terminologias que possuem legitimidade, assumindo importante papel na definição de uma regionalização mais apropriada pelas pessoas. Dessa feita, a fronteira e a região não compreendem um ato político ou econômico simplesmente, mas a reunião de elementos tratados como semelhantes mediante os critérios que se elegem.

A terminologia Vale do São Patrício²⁶, por exemplo, é bastante usada na região em que se localiza Cibeles, não apenas no campo político. A prefeitura do município de Itapuranga, sede do distrito de Cibeles, promove eventos que aglutinam municípios vizinhos, à exceção de Faina. O Vale do São Patrício é uma nomenclatura que comparece nos trabalhos de Barreira (1989) e Silva Junior (2002), porém com uma diferença: no primeiro texto, a região se estende do MGG em direção ao Noroeste Goiano e, no segundo, ela aparece como sinônimo do MGG.

Embora se perceba as diferentes interpretações acerca do Centro e do Noroeste Goianos demonstrando definições que separam as duas microrregiões em “rica” (Centro) e “pobre” (Noroeste), “planejada” (Centro) e “carente de planejamento” (Noroeste), tais diferenças não afetam a compreensão das vilas estudadas. Elas desencadeiam, contudo, uma compreensão mais aprofundada da formação de uma “região de fazendas” entre estas duas microrregiões, aquelas em que moraram os informantes da pesquisa. Cibeles e Caiçara estão diretamente influenciadas por uma área-limite entre o Centro e o Noroeste Goianos. Isto as faz se associar ora a aspectos históricos relativos a uma e outra destas microrregiões, por exemplo, no que se refere aos processos que atraíram os migrantes agricultores para o atual Centro Goiano e aos processos de formação do Noroeste de Goiás, cuja ocupação pecuária se intensificou a partir da década de 1950.

Assim, ambas as microrregiões expressam as características que se acham na composição da vida ordinária dos moradores das vilas. Os sujeitos que as compõem são amplamente móveis e transitaram por uma extensa “área de fazendas,” cujos limites espaciais não obedecem aos municipais, mas compreende os arredores dos municípios de Itapuranga, Faina e Goiás. Assim, utilizam denominações mais palpáveis a suas referências e critérios, bem como ao seu universo de

²⁶ São Patrício é o nome do rio que banha a região de Ceres, cidade de que ele é o padroeiro. O nome foi dado por dois padres que moraram na região, em 1733, sendo que em 1800 o vale e a região também eram conhecidos por “Vale de São Patrício” e “Região do São Patrício”, segundo o historiador Zoroastro Artiaga (Santos, 2005, p.130).

vida, como: “região das fazendas”, “baixa da serra”, “terras do morro preto”, “rio dos bois” entre outras. Estes princípios de denominação são constitutivos das experiências e as produzem explicitando o caráter distinto que caracteriza definições oficiais e nativas. Eles informam o modo como se dá a inserção social dos sujeitos e a representação do seu espaço de vida mesmo quando envolvidos de forma subordinada, como trabalhadores de fazenda, elucidando não estritamente os aspectos econômicos.

3.1 Os eixos de circulação do espaço goiano: as trilhas e os trilhos da modernidade

Seja como prática ou como planejamento, retórica ou orientação espacial, há uma generalização das reflexões que apontam os seguintes termos para falar dos objetivos da ocupação de Goiás, em síntese: construir e realizar a nacionalidade, legitimar uma grilagem planejada, ensejar a dinâmica migratória, acabar com o “vazio” territorial, proclamar a unidade nacional com a ocupação em dimensões continentais, estreitar uma aliança com o mar, vencer a descontinuidade histórica, aproveitar, encurtar, devassar, fixar, intervir, colonizar, modernizar, povoar, interiorizar, integrar e marchar, de acordo com os trabalhos produzidos no final do século XX²⁷.

A discussão não se especifica apenas no que diz respeito à produção sociológica brasileira dos “intelectuais do Estado Novo” como denominou Lenharo (1986). A junção dos ideários da aventura das bandeiras de um lado e, a valorização do povoamento “racionalizado” do outro, justificou a opção pelos projetos de modernização como necessidade redentora com vistas a alterar as feições do Estado de Goiás em relação ao Brasil. A nação ainda “não pensada em si mesma”, conforme expressão de Ianni (1994) soerguia-se no âmago de uma sociedade rural, ao mesmo tempo em que contraditoriamente era:

constituída por laços tradicionais de *clientelismo* e *patrimonialismo*, com costumes e regras de conduta fortemente determinados pela vida na fazenda, e ancorados paradoxalmente, por sua vez, em instituições e

²⁷ Abreu (1988), Bertran (1988), Vidal e Souza (1997), Pimentel (1997), Castro (1997), Pessoa (1997), Carneiro (1986), Mendonça (1998), Campos (1985), Lenharo (1986) e Machado (1990) entre muitos outros que serão citados ao longo do trabalho.

valores modernos, o mercado capitalista e Estado racional centralizado (Souza, 2001).

Não é possível pensar essa dinamização, em termos de investimento, sem ponderar sobre o papel dos fluxos dinâmicos. A história “moderna” de Goiás, desembocada a partir da “segunda onda de ocupação”, está intrinsecamente vinculada, na maior parte dos discursos e estudos acadêmicos, à implantação dessas vias “ágeis” e do aumento das rodovias federais, estaduais e municipais, exemplos de investimentos que, além de diminuir distâncias, não deixam de ter seu viés ideológico. A tabela 1 demonstra o aumento substancial, em termos de extensão, da rede rodoviária goiana nos períodos de 1950 e 1960, décadas importantes para a compreensão da dinamização de nossa área de estudo.

Tabela 1 - Goiás: Extensão em quilômetros da rede rodoviária 1952, 1955, 1960.

Anos	FEDERAL		ESTADUAL		Total
	Total	Pavimentada	Total	Pavimentada	
1952	103	-	2.263	-	3.916
1955	489	-	2.038	4	24.903
1960	2.192	590	5.720	10	35.912

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1953, 1956 e 1973.

Embora a força da extensão das estradas não coadune com a pavimentação, percebe-se que houve um adensamento de fluxos nas décadas arroladas. Isso se deve à necessidade de escoamento de produção, além de ser, principalmente, consequência de investimentos na abertura e ocupação da fronteira, que se avolumaram na região do MGG incentivadas pelo governo federal. O período de 1940 até 1960 foi significativo para Goiás: ele tornou-se um dos Estados da federação que mais receberam migrantes. Concomitantemente, houve uma extensão da malha rodoviária, de modo considerável, sob efeito da construção de Brasília e Goiânia, o que sem dúvida constituiu elementos que viabilizaram o processo de migração.

No que concerne às outras vias de circulação, especificamente à ferroviária, o ponto final da estrada de ferro atribui valor ao município de Anápolis. Ele aparece como 19º em termos de tamanho em relação aos demais do estado no início do século XX. Em 1940, consoante pesquisa de Bertran (1988), o município passou para 7º posição e, na segunda metade do século, foi para 2º, inclusive em termos de população. Em 1935, a ferrovia já havia percorrido todo o sudoeste goiano, tendo saído do Triângulo Mineiro e começado em Araguari, entrando por Goiandira, em 1912; Ipameri, em 1913; Pires do Rio, em 1922; Vianópolis, em 1921; Silvânia, em 1930 e

finalmente em Anápolis. Essa impetuosidade na circulação e todo o investimento depreendido em direção à região do MGG marcaram uma alteração no ritmo da vida social da região e em toda sua “vocação agropastoril”.

A estrada de ferro em Goiás foi construída nas trilhas das manchas de “solos férteis”, começando pelo Sudoeste, rumo ao Centro e Noroeste Goianos, e influenciando toda a região do Vale do Rio São Patrício, o MGG, “a vertente goiana do Rio Parnaíba” (Barreira, 1989, p. 08). Com a construção da BR 153, a Belém-Brasília ou Rodovia Bernardo Sayão, aos poucos a dinâmica produtiva do Estado deixou de subordinar-se especificamente às áreas de influência da estrada de ferro. Nas décadas de 1940 e 1950, desencadeou-se uma crise no setor ferroviário e o esgotamento dos solos do Sudeste Goiano, segundo Borges (1990, p.196), o que fez com que alguns municípios daquela microrregião entrassem em relativo e temporário processo de estagnação.

No período que se segue à construção da estrada de ferro, a partir de 1935, o mapa de incorporação produtiva de várias regiões goianas alterou-se em virtude do estímulo ao “povoamento” e à “ocupação” de novas áreas. Até a década de 1950, uma grande parte do território político-administrativo goiano ainda era visto, sobretudo nos discursos oficiais, de modo pejorativo: caracterizado como um Estado formado por muitas “terras devolutas” e “de baixo valor de venda”, sendo que as mais valorizadas estavam no eixo de entrada da estrada de ferro, próximas a Goiânia e Anápolis²⁸. Esse fator impulsionou a chegada de migrantes — muitos dos quais pais e avós das famílias que moram em vilas como as estudadas neste trabalho. Assim, a distribuição da população ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960 (Tabela 2) reforça a hegemonia rural sobre a urbana.

Tabela 2 - Goiás: distribuição da população urbana e rural em termos percentuais ao longo das décadas de 1940, 1950, 1960 (%)

POPULAÇÃO	1940	1950	1960
Urbana	17,3	20,3	30,2
Rural	82,7	79,7	69,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censos Demográficos, IBGE, 1940, 1950 e 1960.

²⁸ Esses dados encontram-se no mapa elaborado pelo Conselho Nacional de Migração e Colonização, que demonstra a situação, em 1949, das *regiões onde predominam as terras devolutas no estado de Goiás* conforme a publicação “Goiás: uma nova fronteira humana”, Rio de Janeiro, 1949.

Há o peso simbólico no que alude às expectativas dos migrantes estimulados não apenas pela intensa propaganda do governo, mas também pela comunicação entre as famílias dos lavradores pioneiros e os parentes que ficaram. Silva Junior (2002), que estudou a memória dos migrantes mineiros no Vale do São Patrício (região de Itapuranga), apresenta depoimentos de pessoas os quais sugerem a importância da propaganda “boca-a-boca” para reforçar imagens das “matas virgens”, “terras abundantes e férteis”, possibilidades de “produzir com fartura”. O fragmento abaixo, retirado desse texto, é bastante significativo:

A função que assumiam os lugares de reunião como espaços de circulação de notícias pode ser apreendida pelo depoimento de Seu Antônio, em sua afirmação de que “era um dia de festa e todos estavam reunidos quando chegou a notícia que abalou nós”. Ele se refere à notícia de uma superprodução agrícola, obtida por seu Joaquim Lenheiro, seu primo, “que veio para Ceres e colheu 300 sacos de arroz”. Os boatos desempenharam uma importante função no movimento de migração, operando como um instrumento cotidiano que configurava expectativas e fundamentava justificativas para a decisão de partir. (2002, p.59).

Os conflitos entre migrantes mineiros e goianos nativos também são apontados na pesquisa de Silva Junior (2002). A mistura de costumes não se deu de forma harmoniosa já que o goiano nativo (sertanejo) era considerado arcaico, rude e de má índole. Vidal e Souza (1997) menciona a rigidez do *modo de vida* sertanejo apesar de todas as tentativas de superação desse “atraso de placenta”. Segundo a autora, ele foi apresentado como “falhas na nossa evolução, outra raça, sociedade rude, resumo da má-índole dos habitantes do oeste”. O sentido da má índole está na “fuga ao domínio, à autoridade da coroa e à fixidez” ao menos nos discursos do pensamento social brasileiro, que sempre ressaltam uma insatisfação com os modelos de vida do sertão (Abreu, 1988, p.67).

Para entender o surgimento e a dinamização da vida nas vilas, influenciados pelo processo de produção agropecuária do espaço goiano, é fundamental relacioná-las com a natureza da estrutura fundiária de Goiás. As áreas nas quais as vilas se localizam foram ocupadas por uma sociedade rural diversificada: “fazendeiros e agricultores”, de acordo com Brandão (1985, p.86). Os agricultores eram de todo tipo, de investidores a migrantes mais “fracos”, em sua maior parte

do sul de Minas Gerais, que ao longo das décadas de 1940 e 1950 vieram para Goiás — aspecto confirmado no estudo de Léo Waibel (1947, p.335). Os municípios do sul de MG foram amplamente apontados nos depoimentos das famílias entrevistadas, sendo os mais significativos: Formiga, Passatempo, Patos de Minas e Tiros. Assim, ao longo das décadas de 1940 e 1950, predominava a presença de mineiros em Goiás, como elucida a tabela 3, abaixo:

Tabela 3 - Distribuição dos migrantes para Goiás, pelos estados de origem, em 1940 e 1950 (%)

1940	1950
Minas Gerais 44,77	Minas Gerais 53,32
Maranhão 21,30	Maranhão 16,72
Bahia 20,66	Bahia 15,74
Piauí 4,66	São Paulo 5,41
São Paulo 4,63	Piauí 4,31
Outros 3,98	Outros 4,50

Fonte: Graham, D. H. e Buarque de Holanda Filho, S. (1984, p.94)

A migração camponesa ocorrida em Goiás no período é a chamada “migração definitiva”, segundo classificação de Woortmann (1990), ou “migração de fronteira” e constitui-se, em muitos casos, a única possibilidade de reprodução social das famílias pobres. O MGG, área cuja promessa de fertilidade estava amplamente difundida nos discursos dos governos federal e estadual, conforme pesquisou Luis Estevam (1997), constituía-se desses lavradores que povoaram fazendas na situação de agregados, posseiros e moradores de favor e alguns pequenos proprietários que, aos poucos, “venderam” suas terras para fazendeiros da região. Nos textos de Silva Junior (2002), Dutra e Silva (2002), Pessoa (1999) e Estevam (1997), os municípios do MGG são formados por inúmeras “populações mineiras”, frutos do processo migratório específico dessas duas décadas. Já para o Noroeste Goiano, foram os nordestinos (ou nortistas), como reafirmou Barreira (1989).

As descrições que se acham sobre as áreas do cerrado, da “região central brasileira”, feitas por geógrafos como Deffontaines (1939), Faissol (1952), Geiger (1960), Waibel (1947), dão importância diferenciada ao MGG como “área de mata virgem e farta cobertura vegetal”, exaltando certa “descontinuidade” em relação às outras áreas do mesmo Estado, as quais,

antagonicamente, possuem “pobres solos, vegetação adaptada a difíceis condições climáticas e edáficas e fraca densidade demográfica”. Assim, o MGG será uma das “três pequenas áreas de maior concentração da porção meridional de Goiás”, tanto pelo desenvolvimento de um conjunto de políticas de povoamento e colonização²⁹ (Andrade, 1968, p.181-183) quanto em função da construção de Goiânia, conforme ressaltou Estevam (1997, p.84):

A propaganda oficial nos anos trinta — ressaltando em nível nacional as possibilidades econômicas de Goiás — colaborou para que imigrantes de outros estados, principalmente a partir de 1935, ocupassem as adjacências da nova capital e adentrassem as florestas virgens da zona “Mato Grosso de Goiás”. O desbravamento dessa área, situada no centro-sul do estado, foi tamanho que, entre 1920-1940, 34,0% do estoque de matas do Estado foi destruído.

Manoel Correia de Andrade (1968, p.182) analisou que, a ocupação do solo na região Centro Oeste, obedeceu a um critério básico: a separação das “terras de mata” e das “terras de campo”. As “terras de mata” foram aquelas ocupadas em períodos posteriores à ocupação das “terras de campo”, estas amplamente preenchidas pelos criadores (pecuaristas). No entanto, as terras de mata se tornaram ao longo dos anos, terras de campo, ou seja, o espaço goiano foi paulatinamente sendo tomado pela acessão da atividade de pecuária extensiva³⁰, encolhendo o espaço da produção agrícola.

No caso do espaço da agricultura destinada à subsistência, esta sempre teve papel acessório. Estevam (1997, p.63) diz que houve um processo de agregação de sujeitos produtivos à fazenda goiana, sendo o trabalhador imigrante de cabal importância, pois ele se converte em pequeno fornecedor de alimentos para o consumo de sua família e da própria fazenda, engendrando um peculiar processo produtivo.

Não apenas esses fatores foram hegemônicos para alterar a composição da fazenda goiana, pois é a partir da intensificação do processo migratório ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960 que as relações no interior da fazenda entre agregados e proprietários serão mediadas pelo pagamento de uma renda ao fazendeiro. A dialética da oposição entre o plano comercial e o

²⁹ Esses aspectos são também discutidos no livro de Barreira (1989), Dutra e Silva (2002), entre outros.

³⁰ Em termos de Rebanho Bovino, segundo dados da SEPLAN-GO (2003), as microrregiões do Rio Vermelho e de Ceres estão, simultaneamente, em segundo e oitavo lugares no *ranking* do estado de Goiás (dados de 2001).

plano da subsistência; o plano da agricultura e o plano da pecuária sugere o desenvolvimento de relações entre fazendeiros e agregados, as quais, diluídas no princípio da reciprocidade, do compadrio, da coesão e de outras astúcias, transcorriam sutilmente no interior das fazendas, preservando um sistema social ao mesmo tempo em que o sistema de contrato alterava-se.

4 AGREGADOS E FAZENDEIROS: OS ANÚNCIOS DE UMA RELAÇÃO ENTRE COMPADRES

“Antigamente, aqui era muito o movimento, porque tinha muitas famílias nas fazendas. Aqui tinham três fazendeiros bons no entorno! Agora diminuiu... E os fazendeiros que têm a terra não dão agregação mais...”

Seu Germano, Vila de Caiçara (2007)

Há dois tipos de fazenda em Goiás, segundo Silva e Souza (1978, p.169): as de agricultura e as de pecuária. Funes (1986) explica que as primeiras fazendas de agricultura caracterizavam-se pela predominância da força produtora familiar com a presença de escravos e ocasionalmente de empregados remunerados. As de produção pecuária eram de maior porte e primavam pela presença de trabalhadores livres: posseiros, assalariados ou moradores de favor. Nelas, os trabalhadores dividiam-se em vários grupos, dentre eles os de agregados, camaradas e vaqueiros. Gumiero (1991, p.27) diferenciou:

O agregado — despossuído dos meios de produção estabelecia-se, após permissão, em uma determinada propriedade rural, onde construía sua casa. Essa permissão é o que, basicamente, diferencia-o do posseiro. (...) O camarada era o trabalhador que recebia um salário e mantinha-se submisso ao senhor, que o contratava. (...) O vaqueiro — trabalhador livre na pecuária — recebia o pagamento em espécie, sistema de quarta, a partir das crias de gado que estavam sob seu cuidado, ou seja, de quatro novas crias que lhe pertenciam, podendo o empregado receber em dinheiro o pagamento referente às crias que lhe cabiam.

Houve muitas variações concernentes à ordem do contrato social no interior da Fazenda Goiana, as quais estão relacionadas às mudanças produtivas depreendidas nas propriedades quanto às opções e destinações de uso da terra. Os aspectos atinentes às diferentes normas de concessão do direito a terra que vigoraram no Brasil foram, num primeiro momento, determinadas pelo reino — com os instrumentos específicos do funcionamento do sistema de concessões de sesmarias, assim também como as cartas de doação e forais —, constituindo nossa

herança delineada por um sistema fundiário que criou e legitimou a grande propriedade, como elucidou Murilo Marx (1997, p.105).

Raimundo Faoro recupera a história do sistema fundiário brasileiro apresentando as heranças permeadas de concessões indevidas e expressivas doações, inclusive a um mesmo requerente, que definiu nosso desenho agrário e o destino de “muitas famílias pobres, vagando de lugar a lugar, segundo o favor e o capricho dos proprietários de terras, e sempre faltas de meios de obter algum terreno em que façam um estabelecimento permanente” (1987, p.407). O desembocar do século XIX reforçou o prestígio dos fazendeiros que dividiam suas terras em pastagens, plantações para alimentação e subsistência empreendidas por homens livres, “moradores sem terras, precariamente fixados ao solo, sem nenhum contrato escrito, ‘vendendo’ as sobras ao proprietário, que lhes fornecia os implementos agrícolas” (Faoro, 1987, p.247). De tal herança, constituiu-se a fazenda goiana, que viveu três fases no tocante ao tipo de contrato social, apresentadas por Marques (2000 p.37-41):

A primeira delas tem início quando a grande fazenda tradicional torna-se a instituição dominante. Nesse período, a fazenda vivia numa condição de quase isolamento e constituía unidade autônoma, na qual vigorava uma ordem social regulada pelo princípio da reciprocidade (...). As fazendas abrangiam grandes extensões de terras exploradas de forma bastante extensiva e contavam com o trabalho de agregados e vaqueiros, também conhecidos como retireiros. Cada vaqueiro cuidava de certo número de cabeças de gado que pastavam num determinado retiro — área sob sua responsabilidade na fazenda. (...) A segunda fase ocorre nos anos 1930, 1940 e corresponde a um período de transição marcado pela expansão da *frente pioneira*. Ou seja, é quando se verifica na região a expansão da lógica da economia de mercado, impulsionada pela construção de Goiânia, pela abertura de estradas interligando as principais regiões do Estado à nova capital e pela conseqüente formação de um mercado regional. As mercadorias são transportadas por caminhões. (...) Redefine-se a forma de acesso a terra, que agora se condiciona ao pagamento de uma renda ao fazendeiro. O contrato social muda, a relação entre o proprietário e o camponês vai se restringindo cada vez mais à dimensão econômica. (...) A roça não é mais domínio

pleno do agregado e deve ser dividida com o patrão através da parceria ou do arrendamento. A terceira fase inicia-se nos anos de 1950 quando a construção de Brasília determina a integração de Goiás ao resto do País. A população do estado cresce e desenvolvem-se importantes centros urbanos como Goiânia e Anápolis. A fazenda transforma-se numa nova unidade produtiva, com utilização de máquinas e insumos modernos. (...) Os fazendeiros passam a ter menos interesse em manter o regime de meia e de arrendamento e tornam-se mais exigentes.

Os fios narrativos da análise, sintetizados a partir do trabalho da geógrafa, obedecem a uma reconstituição cronológica que nos permite afirmar que, no momento traçado da primeira para a segunda fase, há uma mudança no contrato social, porém não há o efetivo esvaziamento da fazenda. O agregado permanece na terra, lavrando-a, saindo dessa condição apenas quando o regime de ‘arrendamento’ e ‘meia’ deixa de ser lucrativo para os donatários das terras e as fazendas passam a se caracterizar produtivamente pela pecuária. Para Barreira (1989), a expansão da pecuária em Goiás não é um tema de abordagem simples. O aspecto relevante da discussão firma-se na tentativa de definir o elemento pioneiro da fixação populacional conforme o fragmento:

Para alguns estudiosos, essa atividade não se caracteriza como processo pioneiro algum, porque o criador de gado não se constituiu stricto sensu em um elemento de povoamento. Tradicionalmente, ele utiliza pouca mão-de-obra. Entretanto é difícil admitir ou negar uma ocupação pioneira promovida pela pecuária ao longo da rodovia Belém-Brasília ou mesmo na região da Estrada do Boi (caracterização da região de influência dos municípios vizinhos à rodovia BR153). Essa atividade pode não ter sido a atividade principal inicialmente desenvolvida pelos pioneiros, mas ela foi certamente a que deu, depois, sustentação econômica mais sólida às zonas de ocupação. (Barreira, 1989, p. 35).

Indo além da discussão das narrativas sobre o sertão que se projetam como verdadeiros topos da análise historiográfica regional, os significados das representações e da conquista do território goiano constituem eixos ordenadores e contraditórios. No Brasil do século XIX, como

disse Franco (1997, p.98), as “facilidades de acesso a terra possibilitaram o ajustamento social do homem pobre, pela sua incorporação a grupos rurais relativamente auto-suficientes”, mas nunca sua posse. Essas famílias agrupavam-se no interior das fazendas que eram a unidade produtiva básica. A figura do agregado foi corriqueiramente associada ao processo de ocupação da terra em Goiás. Conforme Estevam (1997, p.63):

O surgimento do agregado — morador de favor — esteve relacionado com o processo de ocupação da terra em Goiás. Um dos requisitos para concessão de sesmaria eliminava do processo os menos favorecidos que obviamente não se enquadravam na condição de “homens de bens”. (...) Os agregados produtores de alimentos alojaram-se em grandes fazendas por serem estas a melhor — quem sabe a única — opção. Vincularam-se a um fazendeiro, mesmo porque seus produtos não conseguiam atingir mercados distantes, impossibilitando a exploração da atividade como geradora de renda.

Assim, as amálgamas jurídico-sociais do sistema produtivo definiram concessões e benesses aos donos das fazendas de gado em Goiás. Num primeiro momento, a pecuária, como atividade produtiva, acarretou uma organização interna da fazenda num duplo plano: o comercial, desintegrado do sistema local, e a produção destinada à subsistência. Depois, a fazenda especializou-se no plano comercial e essa mudança de caráter produtivo implicou a intensificação da migração de famílias que viviam no seu interior.

A ruptura da relação contratual entre fazendeiro e agregado inicia-se na terceira fase, um momento de surgimento de significativo número de ‘patrimônios rurais’, criados a partir de uma doação e vendas de frações de terra de um ou outro grupo de fazendeiros interessados em manterem próximos grupamentos de roceiros para assistirem a eles como trabalhadores volantes. Essa doação tinha cunho religioso (terra para o santo), uma vez que primeiro se erguia uma capela, em seguida, loteava-se a área (estabelecendo ruas e lotes) e realizava-se a venda das parcelas, até que se instaurasse o cartório e demais infra-estruturas.

Estevam (1997, p.230) assevera que os fazendeiros já não necessitavam mais de tanta gente trabalhando nas fazendas, o que provocou um fluxo rural-urbano e criou novos personagens como diaristas e pequenos proprietários sazonalmente assalariados que prestavam serviços nas fazendas. Quando se expandiu a economia de mercado, caracterizando o plano comercial —

segundo momento da Fazenda goiana —, nos antigos pontos de confluências de rotas, pousos e ranchos, formaram-se aglomerados de comércios, muitos dos quais serviram de orientação aos fazendeiros quando da fundação dos patrimônios rurais: inicialmente destinados ao abastecimento das fazendas, às atividades comerciais e, mais recentemente, a moradias — possibilidade dos roceiros pobres que não conseguem ir para as cidades maiores.

Franco (1997) procura entender a filiação política que constituía um “princípio de dominação” entre fazendeiros e sitiantes pobres na velha civilização do café no século XIX. A autora diagnostica a durabilidade dos laços, no caso, sustentados pela condição semelhante entre os pares. Diferente do exemplo aqui estudado, no caso da pesquisa de Franco (1997), ambos, sitiantes e fazendeiros, eram “donos de terras” e, mesmo que em situações de renda diferenciadas, tinham interesses parecidos em relação à manutenção da propriedade, o que conferiu a continuidade e permanência da relação entre eles. Em suma:

Essa persistência de um existir paralelo do grande e do pequeno proprietário fundamentou, para o desenrolar de suas relações, um sistema de referência em que o tempo constituiu um fator de grande importância: o presente e o passado estiveram encadeados numa sucessão de graças recebidas e de serviços prestados, projetando-se num futuro firmemente confinado pelas lealdades assim fixadas (Franco, 1997, p.88).

As Vilas Cibeles e Caiçaras surgiram como patrimônios, criadas por fazendeiros da região de Goiás Velho, Itapuranga e Faina. Os informantes da pesquisa, moradores das vilas, são, sem nenhuma exceção, ex-moradores de fazendas, migrantes que vieram de Minas Gerais e de outros municípios goianos até assentarem moradia nesses lugares. Nasceram, cresceram e casaram nas fazendas. Dona Cirlene, Da Vila de Caiçara, disse: *“Sou lá da Fazenda Catitu. Nasci e saí de lá casada!”* Assim também falou Dona Divina, da Vila de Cibeles: *“Nasce no Morro Preto... Nas terras de um fazendeiro antigo... Não sei se você conhece...”* Alguns nunca tinham morado em “cidade”, como exclamou Dona Antônia, de Cibeles: *“Eu não gosto de currutela [corruptela, sentido “urbano” que se atribuía à condição de moradia na vila] não, nunca tinha morado em currutela! Gosto de roça!”* Assim, só saíram das fazendas a partir de uma mudança significativa no caráter produtivo dessas propriedades quando o fazendeiro *“deixou de dar agregação”*, como afirmaram, separadamente, Seu João Doce na Vila de Cibeles e Seu Germano da Vila de Caiçara.

A massa de trabalhadores rurais empobrecidos em Goiás, atraída pelos projetos de colonização, fez seus herdeiros. Tais populações, altamente móveis, estabelecem relações entre si, de reciprocidade e dependência, dependendo do estado e das condições nas quais se encontrem. Monbeig (1984, p.178) descreveu o modo como essas relações davam-se na constituição no antigo mundo pioneiro paulista, ressaltando que relações “estabelecidas entre o senhor e sua família com os escravos e, depois, com os colonos livres” desenharam os laços que os uniam³¹. Franco (1997) fala do compadrio, permanência de laços que se desenharam entre iguais e diferentes — todavia, semelhantes — assim definida:

Dominação entre semelhantes, o compadrio supõe certo grau de indeterminação na forma de estratificação social. Esse estado de coisas traduziu-se (...) na ausência de marcas exteriores nítidas de diferenciação social, submersas na simplicidade dos costumes, mantidos mesmo quando a antiga pobreza foi substituída pela prosperidade trazida com o café. (1997, 86)

Seu Onofre e Dona Maria Rodrigues são de Catalão e Corumbá, respectivamente, municípios que receberam influência direta da estrada de ferro. São casados e moram na Vila de Caiçara, numa casa com amplo quintal, todo ocupado por cultivos que auxiliam a complementação da dieta. Eis como eles descrevem a mudança da condição de agregado:

“Nós morávamos na Fazenda Natalino. Mudamos dentro da roça várias vezes, trabalhando como agregado. Minha mulher sempre foi doméstica, só que hoje não pode falar que é doméstica, tem que falar que é [trabalhadora] rural, porque assim a gente anda de tudo, pelo governo, pela lei. Aí a gente veio pra cá pra dentro da Caiçara, tem um ano. Os fazendeiros foram deixando de dar a roça pra plantar, agora é pimenta, maracujá, tiração de leite. De primeiro, tocava muita roça, agora, ninguém dá mais, só pra bater um pasto de vez em quando. E a gente vive de aposentadoria rural.”

³¹ Em palestra proferida no Simpósio de Geografia Agrária de 2007, ocorrido em Londrina-PR, Teodor Shanin, uma das referências para a leitura clássica do campesinato na Geografia, chamou atenção para as relações entre camponeses e fazendeiros nas vilas russas que visitou, chegando a afirmar que: “o fazendeiro, mesmo não conhecendo o campesinato, estava se tornando um camponês virado”.

Foi comum encontrar pessoas com laços consangüíneos e famílias que vivem há mais de duas gerações na condição de agregados de fazenda. Um dos casos é o de Dona Antonieta e Seu Edson de Faria, casados, goianos e primos de primeiro grau. Morador da Vila de Cibele, o casal reconta sua vida e os acontecimentos, como nascimentos de filhos, perdas de bens ao longo de muitas andanças desde os tempos dos seus avós. O depoimento do casal é ilustrativo das relações de compadrio estabelecidas e demonstra que a relação com o fazendeiro não se perde com a ruptura do contrato, mas permanece assegurada pela intenção de dádivas não concedidas.

Rusvênia - Há quanto tempo vocês estão morando aqui em Cibele?

Senhor Edson - *Ab, não, aqui está com... Desde que o meu criador vendeu lá o lugar que nós morava e foi embora pra Itapuranga. Aí eu não quis ir porque não tinha profissão nenhuma, fazer o que, não é? Ele falou: “não, vamos! Insistiu!” Mas eu respondi: “Não vou é nada!”. Aí eu fiquei lá na fazenda (...) lá onde eu fui criado, do Zé Cascudo. Depois o Jataci (outro fazendeiro) pegou e vendeu. Aí eu tive que ir pra fazenda do Agenor. Mas às vezes não dá certo, não né? morar em terra dos outros... Foi assim que eu comprei esse lotinho aqui e nós viemos embora pra dentro do patrimônio. Foi meu genro que construiu essa casinha pra nós.*

Rusvênia - E isso está com mais ou menos quanto tempo?

Dona Antônia - *Uns quatro anos. Eu gostava era lá da Baixa da Serra, não é? Mas nunca podemos comprar um lote lá na roça. Lá é bom mesmo, não é? Lugar bom, sadio, água boa. Aqui a água é boa também. Mas roça com bom patrão é bom demais!*

A ida para a vila resulta na recriação de relações que transgridem seus fundamentos de igualdade embora não impliquem uma distinção precisa entre ex-agregados e fazendeiros. O compadrio é, na definição de Franco (1997, p. 86),

(...) instituição que implica o reconhecimento recíproco daqueles que une como portadores dos mesmos atributos de humanidade, só poderia ser transposto para o esquema de dominação e assim integrado à ordem estabelecida se a hierarquização social, por sua vez, não implicasse distinções precisas quanto à concepção honorífica e ao destino dos homens livres.

A situação dos moradores nas vilas permitiu a manutenção de sutilezas nas ligações entre antigos agregados e fazendeiros. Tais sutilezas são obscurecidas pela reciprocidade e maculadas por intermédio da relação de poder exercida pelos fazendeiros, uma vez que são eles os donos da terra e do poder, parafraseando Faoro (1987), e por tal fato possuem o direito de alterar o uso social da propriedade, condicionando os trabalhadores a buscarem outros caminhos. Todavia, não se poderia ser compadre, no sentido total, daquele com quem não se partilha do mesmo nível de prestação e contraprestação dos mesmos valores morais. Em outro exemplo de depoimento, os motivos da mudança para o patrimônio são atribuídos à necessidade da família, por motivos de doença, como no caso de dona Brecholina e Seu Losa, da Vila de Cíbele:

Dona Brecholina - *Eu, eu tenho muito pouco tempo que eu moro aqui, tem muito pouco tempo que convivo com as pessoas daqui... Eu não era daqui, era assim mais da roça mesmo.*

Rusvênia - Quanto tempo a senhora mora aqui?

Dona Brecholina - *Uns 10 anos aí pra traz. Aqui antes tinha loja, tinha farmácia, e eu não alcancei esse tempo... Tinha açougue, eu num alcancei esse tempo aqui não.*

Rusvênia - Você veio da onde?

Dona Brecholina - *Eu vim... eu nasci em (...) ... a gente sempre morô na região das fazenda né? Toda vida meu pai morô em fazenda.. Aí depois eu casei, meu marido mora em fazenda, nós morava em fazenda, agora hoje ele é doente, nós fica aqui no (...). Nós somos aposentados e aqui é melhor pra quem não tem que trabalhar...*

O caso descrito pela informante está alinhado a muitos outros encontrados nas vilas rurais. O elo existente entre a família de Dona Brecholina e proprietário da fazenda em que ela morava não terminou com a moradia na Vila de Cíbele, mantendo-se em muitos aspectos. Frequentemente os filhos e netos do fazendeiro a visitam quando estão passando pela vila, sempre por motivos de lazer, solicitando dela préstimos e iguarias culinárias.

A permanência da relação de compadrio entre os ex-agregados e fazendeiros justifica-se por muitos motivos. São os fazendeiros aqueles que, para os moradores das vilas, “*davam roça e moradia*” e permitiam, ao mesmo tempo, que a reprodução social da família se realizasse no interior de suas fazendas, tornando-se assim uma espécie de “*pai-padrinho*”. Com a saída das

famílias da fazenda, a manutenção dessa relação tem permitido que alguns serviços solicitados pelos fazendeiros sejam ainda realizados, esporadicamente, por seus antigos agregados, inaugurando outra forma de relação de trabalho: a de trabalhador diarista ou volante.

O informante Seu José Doce, de 69 anos, e sua esposa, Dona Divina, de 67 anos, dividem-se como moradores da vila e da zona rural do distrito de Cibeles, onde têm um pequeno sítio. Ele é um dos responsáveis por arregimentar trabalhadores volantes para serviços solicitados pelos fazendeiros do entorno, como o de “*bateção de pasto*”. Sazonalmente ele presta serviços para fazendeiros do entorno. Ao longo de sua entrevista, fez uma separação bem clara na qual a roça aparece como o “*lugar do trabalho*” (Figuras 4, 5, 6 e 7) e, a vila, o “*lugar do descanso*”. Semelhante antagonismo roça – vila / trabalho-descanso é significativo para que se possa entender que, mesmo exercendo outras atividades complementares de trabalho, nas vilas, a representação do trabalho é sempre aquele voltado para agricultura, muito embora a condição de morada nas vilas não exclua por completo essa possibilidade, como se verá a seguir.

A mudança do caráter produtivo da fazenda goiana e o modo como ela se expressa na vila permitem que muitas famílias permaneçam vinculadas a essas relações. A dependência explicitada na relação de compadrio não se rompe com a mudança verificada na organização da produção nas fazendas e perda da condição de morador dos agregados em consequência da alteração do contrato social. Mesmo em observações acerca dos camponeses “ocupantes” nos assentamentos rurais goianos³², como na análise de Pessoa (1997), verifica-se a presença dessa condição.

³² Nos estudos sobre a realidade dos assentamentos rurais no interior de Goiás, permanecem certos comportamentos, como os tipos de contrato para aluguel de tratores e de pasto feitos entre assentados e fazendeiros, que demonstravam um nível desigual de condições de negociação por parte dos assentados. Verifiquei, ao longo de minha pesquisa de mestrado realizada no período de 2001-2003, nas falas de muitos assentados, uma consciência da situação de desigualdade ao fazerem negociações com os fazendeiros. Isso foi, em parte, pela necessidade dos “favores” concedidos pelos fazendeiros aos assentados, assim como também pelas relações de compadrio mantidas entre as famílias.

Figura 4 - Rancho para acomodação das provisões dos trabalhadores na Fazenda Santa Clara, roça de Cibeles, 2006.

Fonte: Arquivos da autora, foto de Itamar Evangelista, Cibeles, outubro, 2006.

Figura 5 – Placa da entrada da Fazenda Santa Clara, roça de Cibeles, 2006.

Fonte: Arquivos da autora, foto de Itamar Evangelista, Cibeles, outubro, 2006.

Figura 6 – Acomodação dos alimentos no rancho, Roça de Cibebe, 2006.

Fontes: Arquivos da autora, Fotos de Itamar Evangelista, Cibebe, outubro de 2006.

Figura 7 – Cama no rancho, Roça de Cibebe, 2006.

Fontes: Arquivos da autora, Fotos de Itamar Evangelista, Cibebe, outubro de 2006.

Quando os cibelenses e os caiçarenses afirmam em seus depoimentos que esses lugares são “*lugarzinhos-de-gente-fraca*”, estão revelando, com base em sua experiência e condição, a percepção de uma dependência para com o lugar. As vilas se adensam em consequência do esvaziamento das fazendas, deixando sua condição antiga de espaços de entroncamentos e passagens e passando a ser espaços de moradia das famílias de ex-agregados. Pensar as vilas e a dificuldade de entender essa situação geográfica complexa — o meio do caminho entre a roça e a cidade — é antes de tudo fazer um exame dos sentidos que esses lugares recebem assim como suas contradições.

CIBELE E CAIÇARA: ENTRE A SERRA E O VALE

“Rumo a rumo de lá, mas muito pra baixo, é um lugar. (...) Lugar não onde. Lugares assim são simples — dão nenhum aviso”.

Guimarães Rosa (2001)

Enxertados entre a Serra Dourada e o Vale do São Patrício situam-se Cibeles e Caiçara, distritos do interior de Goiás, cujas vilas de mesmo nome são objeto de estudo deste trabalho. O caminho que conduz às Vilas de Cibeles e Caiçara é composto de bonitos vales verdejantes, assim como as descrições literárias que se acham do Mato Grosso Goiano, como, por exemplo, em Bernardes (1986). No tempo das secas, sobressai a cor ocre do cerrado em contraste com as veredas, sempre-verdes, mesmo fora do tempo das águas.

Não se chega a Vila de Cibeles senão por estradas de terra, havendo vários caminhos que para lá convergem. Muitos desses acessos tiveram seu momento dinâmico no passado alguns dos quais já há alguns anos, como se notou no período dessa pesquisa, se encontravam apagados, empoeirados, vazios e abandonados. A circulação de pessoas circunscreve-se à coleta e comercialização de leite, atividades de lazer em feriados e finais de semana (em chácaras e fazendas do entorno), visitas a parentes, recebimentos de benefícios além de outros deslocamentos convencionais, que constituem a vida ordinária dos moradores.

O principal e mais utilizado é uma estrada de terra denominada, trecho de 23,56 km, a partir do primeiro entroncamento da rodovia pavimentada GO 230, iniciada no trevo de Itapuranga, sede do município onde se encontra assentado a jurisdição do distrito de Cibeles. Em posição geográfica aparentemente oposta a Vila de Caiçara convive, diariamente, com o fluxo de veículos que circula pela rodovia GO 230, cortando esta vila de ‘beira-de-estrada’. O acesso à cidade de Faina, sede do município em que se encontra, compreende 31,9km, pelas GO 230 (trecho não pavimentado) e GO 164 (pavimentada), como demonstrado na Figura 8.

Figura 8: Mapa de localização das vilas de Cibeles e Caiçara.

Estradas quase sempre vazias foram uma companhia constante nos períodos das viagens de campo. As placas de sinalização existentes em todo o trajeto da GO 230 informam apenas o acesso à Vila de Caiçara, reforçando a condição periférica de Cibeles. Na entrada de Caiçara há

uma igreja católica, copiosa e exuberante, como se anunciasse a hegemonia deste tipo de fé cristã no lugar. A supremacia do catolicismo em relação às outras crenças foi reforçada na falas dos muitos informantes caiçarenses, mesmo os de outras filiações religiosas. Da mesma forma, em Cibeles, os informantes da vila reforçaram a hegemonia da crença pentecostal, a despeito da católica.

O trecho da GO 230 após o trevo do município de Itapuranga não possui muitos moradores, nem postos de gasolina, borracharias ou lanchonetes, infra-estruturas tão comuns em eixos de deslocamentos. Predomina uma paisagem de pastagem para gado, feixes de matas nativas, pequenas roças associadas a casinhas pobres e, nos últimos três anos, empreendimentos de maior vulto como plantações de eucaliptos e cana-de-açúcar. As lavouras de cana-de-açúcar que aos poucos se assentaram nesta região têm modificado os caminhos do interior de Goiás, com a instalação progressiva de usinas³³.

Cibeles foi, inicialmente, observada por sua condição periférica, vila de ‘fim-de-linha’, uma vez que seus acessos são por leito natural, como se verifica na Figura 8, seja a partir do trevo de Itapuranga via GO 230 — onde dois entroncamentos³⁴ direcionam-se àquela vila —, ou a partir da Vila de Caiçara, pela GO 482, também não pavimentada, de onde se percorre 14,57 Km. A placa informativa que indica Cibeles só aparece numa das entradas dos entroncamentos que acessa a vila, rodeada por fazendas e pequenos sítios. Numa entrevista de campo feita em junho de 2007, a jovem Emi de Faria, de 30 anos, moradora da Vila de Cibeles, relata ter sido impedida de sair da vila para ir numa festa por causa da qualidade da estrada. Abaixo o fragmento da conversa com a informante:

Rusvênia – Você costuma freqüentar as festas de Folia da região?

Emi - *Ichil rs, eu queria ir nas festa só que a chuva num deixou; o córrego encheu... as festa da folia são boas mas não deu...*

Rusvênia – O que houve?

³³ Esta informação foi percebida nos primeiros trabalhos de campo em 2005. Ela está ratificada em pesquisa realizada por Castro e outros (2007), que realiza um estudo sobre a expansão da cana-de-açúcar no Estado de Goiás e, ainda, observa significativo crescimento e expansão do número de usinas de cana, sobretudo nos últimos 2 anos (2006 – 2007), sendo mais que o dobro no número de usinas de 2005. Tais usinas se localizam, em sua maior parte, na região do Sul Goiano (77 das 103 arroladas na pesquisa), sendo que, na região do Centro Goiano, (onde está alocada a Vila de Cibeles) há 21 usinas instaladas.

³⁴ Apesar do mapa (figura 8) demonstrar dois entroncamentos para acessar Cibeles, a partir da GO 230, apenas um deles é utilizado. As estradas de acesso por dentro de fazendas modificaram-se ao longo dos anos devido à mudança dos proprietários e do seu uso produtivo.

Emi - Não! Ab...não! o córrego encheu e a água passou por riba da ponte... as estradas ficou sem ter como passar... e aí ninguém pôde sair daqui de Cibe! Nois ficou isolado aqui.

O eixo de terra que acessa a Vila de Cibe é constantemente reformado pelos moradores, ainda mais no “*tempo das águas*”, quando os rios da região transbordam e o destroem, assim como as pontes ao longo deste trajeto. Isto faz com que a vila não seja local de passagem e nem de acesso inadvertido. Quem trafega por estes caminhos ou está indo para a Vila de Cibe ou para sítios e fazendas do entorno, pois, qualquer deslocamento para municípios vizinhos é mais bem acessado por intermédio de outras rodovias.

Caiçara é área de passagem pra quem se desloca da GO 230 em direção aos municípios e fazendas do Noroeste Goiano. A condição de acesso diferenciada das vilas — Cibe, leito natural; Caiçara, cortada por via intermunicipal —, não é privilégio exclusivo delas. Em outro estudo, sobre as mesmas vilas, Araújo (2006, p.11) inicia seu texto dizendo:

Quem passa pelo interior de Goiás, mesmo que inadvertidamente, não pode deixar de observar perto das estradas asfaltadas pequenas vias de acesso a grupos de casinhas cercadas de roças e até mesmo com algum comércio, um centro de oração, capela ou igreja evangélica. São chamados de Vilarejos e na classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), distritos. Araújo (2006, 11).

A fisionomia desses ‘vilarejos’, verificável na arquitetura das casas de comércio, muitas delas caiadas de um pálido branco-azulado; ou na silhueta sugestiva das igrejas, ‘confundindo’ a orientação da fé; nas ruínas das cadeias [também chamadas de “*delegacias*”, “*prisão*”, “*postos policiais*”]; no abatimento das casas de morar, nos acessos abandonados e na decadência das escassas instalações que compõem o conjunto urbano, permite reiterar que estes lugares são frutos de processos de um tempo lento em que as formas imateriais “teimam” em continuar, diferente de muitas cidades contemporâneas do Brasil Central, constituídas com um ‘piscar de olhos’ — ‘cidades-sem-infância’. Esta materialidade é fruto de um processo lento e vincula-se a uma referência de tempo cujos arremedos sugerem a ausência de situações de eventualidades. Aparentemente, tudo é controlável pelos olhos atentos dos moradores dos lugares, prefixados numa lógica própria de suas referências culturais a qual identificamos como camponesa.

A situação geográfica³⁵ diferenciada das vilas indicou, em preâmbulo, a possibilidade de se estabelecer uma análise comparativa. Boas (2004, p.33 - 34) apresentou as limitações deste tipo de estudo a partir da Antropologia, polemizando sobre o determinismo geográfico e ambiental e ressaltando os perigos existentes quando se busca o estabelecimento de analogias:

Não se pode dizer que a ocorrência do mesmo fenômeno sempre se deve às mesmas causas, nem que ela prove que a mente humana obedece às mesmas leis em todos os lugares. Temos que exigir que as causas a partir das quais o fenômeno se desenvolveu sejam investigadas, e que as comparações se restrinjam àqueles fenômenos que se provem ser efeitos das mesmas causas. (...) Parece necessário dizer que algo em relação a uma objeção a meus argumentos, que será levantada por pesquisadores que defendem a similaridade de ambiente geográfico como causa suficiente para a similaridade cultural — o que valeria dizer, por exemplo, que as condições geográficas de uma bacia do Missisipi tornam inevitável o desenvolvimento de uma determinada cultura.

A relação entre situação geográfica e desenvolvimento cultural foi amplamente discutida nos estudos da Antropologia com ênfase na busca de padronizações, analogias, definições de traços culturais e outras evidências que apontassem “níveis de desenvolvimento dos grupos culturais”, conforme exemplos sugeridos por Franz Boas (2004). No caso de um estudo de bases geográficas, o isolamento da Vila de Cibele se deu a partir de processos históricos claramente verificáveis: não é uma conformação espacial totalmente isolada e capaz de preservar um ‘ambiente cultural específico’, mas a perda do dinamismo de uma região de fazendas em que a vila está inserida. Isto a levou, aos poucos, perder a função de entroncamento de caminhos vitais entre pousos, sedes e povoados, função que possuía no passado. Esses caminhos nunca se pavimentaram, contribuindo para seu relativo isolamento pela natureza dos acessos, o que se soma à ausência de novas funções.

³⁵ A noção de situação geográfica que tão recorrentemente é visitada ao longo deste texto esteve presente em muitos estudos urbanos “clássicos” feitos no Brasil. Pedro de Almeida Vasconcelos (1994) propõem um levantamento desses estudos e arrola autores como Caio Prado Junior, Pierre Mombeig e Milton Santos como três exemplos de intelectuais que investiram nesta noção para o entendimento de cidades. No caso específico de Pierre Mombeig, o autor relata sobre o roteiro elaborado por ele para um estudo monográfico de cidades, cuja posição (situação e sítio) seria um dos elementos fundamentais a serem considerados.

Cibele (Figura 9) conserva sua antiga condição de acesso, sendo pavimentado apenas um dos seus eixos internos, aquele que, no ‘tempo presente’, é considerado e reconhecido pelos informantes como rua principal. Caiçara (Figura 10) se caracteriza por ter vários eixos internos pavimentados, além da GO 203, eixo principal que atravessa a vila.

Figura 9: Entrada de Cibele a partir do primeiro entroncamento da GO 230, após trevo de Itapuranga, 2005. Chegada à Vila de Cibele, onde se inicia a pavimentação, 2005.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de campo, 2005.

Figura 10: Placa indicando trecho “em obras”, localizada no final da Vila, onde a pavimentação se encerra em direção à sede-municipal, Faina. Entrada da Vila de Caiçara a partir da GO 230 que se inicia no trevo de Itapuranga.

Fontes: Acervo da autora. Trabalho de Campo, fevereiro de 2006.

O trecho que liga Caiçara à sua sede municipal, Faina, está em obras há quatro anos e, no último trabalho de campo (fevereiro de 2008), ainda não havia sido concluído. Foi feita a base da rodovia seguindo o mesmo nível do asfalto existente, porém, não houve a compactação do material sedimentar nem a realização das obras de contenção e direcionamento do escoamento superficial. Estes fatores favorecem o assoreamento de material superficial para as drenagens locais e podem ocasionar prejuízos ambientais para os moradores que se servem desses mananciais.

A constituição de eixos de comunicação que surgem e se apagam e tornou possível a existência de vilas de beiras-de-estrada (Caiçara) e de fim-de-linha (Cibele) direcionam o olhar para as diferenças entre ambas as situações geográficas. Apesar de aparentemente integrada e facilmente acessada, Caiçara se “isola” com o final da pavimentação da GO 230, o início do Noroeste Goiano — considerando especificamente esse acesso —, região que não se caracteriza por atividades que exigem uma forte dinâmica rodoviária³⁶. Assim, verifica-se um duplo isolamento: de *sítio* (Cibele) e de *situação* (Caiçara). Porém, ambas estão igualmente “isoladas” devido ao caráter das relações estabelecidas. Segundo Silveira (1999, p.22 - 27):

Uma situação geográfica supõe uma localização material e relacional (sítio e situação), mas vai além porque conduz à pergunta pela coisa que inclui o momento da sua construção e seu movimento histórico.

A relação entre o sítio (o lugar como localização material precisa) e situação (o lugar em relação a outros lugares – ou seja, como ação- situada) auxilia no entendimento das mediações entre o lugar e as relações que envolvem sua formação espacial. Considerando o tratamento clássico da análise situacional, quando a idéia de situação esteve associada à posição (proximidade e periferia em relação ao mercado), buscar-se-á associá-la à perspectiva indicada por Silveira (1999) partindo da identificação da situação para elaboração de um “retrato dos lugares na história do presente”.

³⁶ Segundo Censo Demográfico de 2000, que informa os dados de população e densidade demográfica de Goiás para as 18 microrregiões existentes, Ceres (Itapuranga – Cibele) é a 6ª microrregião em densidade demográfica enquanto que Rio Vermelho (Faina – Caiçara) é a 13ª. Em termos de área, o Rio Vermelho é a 11ª, tendo 20.277,1km² e Ceres a 7ª, tendo 13.224,4 km². Os dados da SEPLAN sobre a produção agrícola da Região do Rio Vermelho informam que ela está em 15º lugar no que se refere às principais culturas permanentes e temporárias (0,42% do Estado), enquanto que Ceres está em 9º (1,46%). Situação antagônica ocorre no que se refere aos dados do Rebanho Bovino. A microrregião do Rio Vermelho é o 2º no ranking do Estado, segundo dados da SEPLAN (2003), enquanto Ceres é o 8º.

Murilo Marx (1980) discutiu a relação entre situação e sítio num estudo sobre as características das primeiras cidades brasileiras (do litoral e do sertão) erigidas em diferentes momentos históricos. Dialogando com um conjunto de autores, inclusive geógrafos tradicionais, tais como Pierre Mombeig e Aroldo de Azevedo, o arquiteto refletiu sobre o que denominou ser a ‘conveniência dos lugares’, para entender a escolha dos sítios e as vantagens e características urbanas que implicam os traçados das ruas e as formas espaciais influenciadas pela topografia.

Acerca do surgimento das cidades de Goiás, a noção de situação geográfica comparece, também, na historiografia regional. Oliveira (2004, p.16) escreve sobre o lugar ‘Meia Ponte’ [atual Pirenópolis] ainda no século XIX, quando define:

Situar-se significa abranger a complexidade das relações sociais que compreendem o espaço como produto histórico de uma sociedade que é também histórica. O espaço é uma construção com significações e significâncias, relacionado com a circunstância de temporalidade que o envolve.

Propõe-se aqui explicar a situação geográfica e a constituição das vilas que são frutos de processo cuja materialidade se expressa num tempo lento, porém preciso. Vinculam-se a produção do espaço goiano e a especificidade fundiária da formação das fazendas, e, ao mesmo tempo, se assentam na representação e práticas de herança cultural camponesa, ou seja, de sujeitos de “desnecessidade do tempo”. Milton Santos (1996, p.63) diz ser preciso “buscarmos as categorias analíticas que permitam rever o todo como realidade e como processo, como situação e como movimento”. Assim buscar-se-á os aspectos que marcaram a fixação dos primeiros agrupamentos ‘urbanos’ em Goiás levando a historiografia regional a fazer uma leitura de ‘transição’: de arraiais pretensiosamente efêmeros para vilas e de vilas para cidades.

Seguindo a orientação defendida por Marx (1991) as Vilas de Cibeles e Caiçara são “patrimônios leigos” surgidos entre a primeira e a segunda metade do século XX. Devido sua situação geográfica, dentre aspectos que serão tratados ao longo do trabalho, não realizaram a ‘transição’ completa, ou seja, não se emanciparam e não se tornaram cidades, restando, oficialmente, como sede de distritos. Esta intransição, dentre outros aspectos, possibilitou a manutenção de noções, práticas e conteúdos espaciais conservados, uma vez que, elas estruturaram-se, contraditoriamente, na medida em que seus moradores preservam antigas relações com a fazenda bem como suas condições de acesso à ‘roça’.

A opção pela utilização da denominação ‘Vila’ não significa uma ‘substituição’ e/ou ‘descaso’ com as categorias nativas³⁷ — aquelas amplamente disseminadas nas falas dos moradores de Cibeles e Caiçara. Mesmo nomenclaturas como distrito pode ter muitos significados, como o tratamento que deu Pritchard (2005). São inúmeros os modos de nomear os lugares eleitos pelos moradores e informantes para caracterizar as vilas. Oficialmente o IBGE³⁸ subdivide o território brasileiro em unidades político administrativas nas esferas federal, estadual e municipal. Por este veio, as nomenclaturas têm caráter classificatório e hierárquico e são utilizadas para dar sustentação à divisão cidade / campo, sendo elas: capital federal, capital, cidade, vila, aglomerado rural (que se subdivide em povoado, aglomerado rural de extensão urbana, aglomerado rural isolado e lugarejo), propriedade rural, local e aldeia.

Nos textos acadêmicos, o modo de nomear o lugar diz respeito ao que cada autor tem elegido como elemento fundante na formação espacial. Ora se acham descrições sobre um determinado lugar com o adjetivo de ‘vilas- do- ouro’, ora como ‘patrimônios religiosos’, ou também arraiais, capelas e freguesias. Outros estudos sobre relações de vizinhança, reciprocidade e cultura utilizam para se referir a pequenos aglomerados, além da nomenclatura de vila, termos como povoado e bairro rural.

A vila é a sede distrital onde está sediada a infra-estrutura e os serviços localizados no ‘perímetro urbano’ do distrito como escola, igrejas, comércio, cartório, cemitério, cadeia, entre outros. O trabalho se apóia nesta nomenclatura, mas estende o conceito para vila rural, patrimônio, esboçando a contradição latente em relação à denominação oficial por sua usual incoerência e contra-senso em relação aos conteúdos e categorias nativas. Também é possível aduzir outras possibilidades de nomeação, valorizando os conteúdos e formas de nomeação que reaparecem ao longo das enunciações dos moradores de Cibeles e Caiçara e seu consoante caráter explicativo.

³⁷ Manuela Carneiro da Cunha (1987, p.107) ao fazer a discussão da categoria *etnicidade* discute a diferença entre categoria nativa e categoria analítica, sendo que categoria nativa é aquela usada “por agentes sociais para os quais ela é relevante”. Assim sendo não se pode reificá-la e nem tampouco reduzi-la à retórica, mas percebê-la como “linguagem co-nata, dada simultaneamente, com a realidade que expressa”.

³⁸ Dados do site: www.ibge.br. Acessado em 28/02/2006.

1 PROVISORIEDADE E INTENCIONALIDADE: AS PRIMEIRAS VILAS DO INTERIOR DE GOIÁS

Embora ao viajante, depois de ter atravessado por dias inteiros vastas planícies e campos crestados, a primeira visão da cidade ofereça um belo quadro, o interior não corresponde a essa impressão, tendo aspecto pouco atraente.

Johann Emanuel Pohl (1976, p.140)

Viajantes e naturalistas estrangeiros que estiveram em Goiás no período de 1800 a 1850 descreveram as características das vilas-do-ouro as quais eram chamadas de *arraiais*. Suas impressões e registros feitos após o ‘declínio da mineração’ reforçam o abatimento e a descrença da população naquele período, bem como uma aparente falência dos lugares. O significado do termo *arraial* corrobora com as descrições obtidas nos relatos dos viajantes: “lugarêjo provisório, temporário”; “povoado transitório de trabalhadores especializados em atividades extrativas (garimpo, minas)”; “local onde são realizadas festividades populares” e, por fim, “falta de ordem, confusão, bagunça” (Houaiss, 2001, p.112).

Os primeiros arraiais goianos se caracterizavam pela exploração sistemática das minas, multiplicando-se na medida em que crescia o afluxo de garimpeiros. As três zonas ocupadas com relativa densidade no século XVII, segundo Corrêa (2001, p.84-85), foram: 1. O Centro-Sul de Goiás [Arraiais de Santa Cruz, Santa Luzia (Luziânia), Meia Ponte (Pirenópolis), Córrego de Jaraguá e Sant’ Anna (Cidade de Goiás)]; 2. A região do Alto Tocantins [Traíras (Tupacirama), Água Quente, São José do Tocantins (Niquelândia), Santa Rita do Pontal e Muquém] e 3. A extensa área do Rio Tocantins [Arraial de São Félix, Cavalcante, Porto Real (Porto Nacional) e Natividade].

Coelho (2001, p.150-151) afirma que os primeiros arraiais situavam-se próximos aos cursos d’água³⁹ no mesmo local da exploração do ouro. No caso do Mato Grosso, citando a pesquisa feita por Susuki (1996, p.21), os núcleos de povoamento “nasceram e se desenvolveram (...)

³⁹ De modo coincidente alguns interlocutores da pesquisa afirmaram serem de regiões designadas com os mesmos nomes dos rios localizados no entorno das vilas. Disseram, por exemplo, serem da região dos Rios: “Peixe”, “Canastra” e “Bois”. A função dos rios dentro das fazendas era para a manutenção da propriedade no exercício das atividades domésticas e de subsistência. Algumas vezes o mesmo rio assistia a mais de uma propriedade. Sendo assim, os roceiros, moradores de fazendas diferentes, utilizam a mesma referência para explicar a própria origem.

vinculados à atividade garimpeira, fortificados pelas riquezas extraídas da natureza, mas reunindo atividades que assegurassem a continuidade da extração aurífera”. Nas cidades de Minas Gerais houve uma proximidade entre os primeiros núcleos urbanos e as vias de comunicação, em decorrência da necessidade de escoar as mercadorias que chegavam e do ouro que saía. A antiga cidade de Vila Rica — atual Ouro Preto — estruturou-se da união de pequenos núcleos urbanos, antes ‘vizinhos’, como Cabeça, Pilar, Padre Farias, Piedade, entre outros. A diferença entre o caso mineiro e o goiano, segundo Coelho (2001, p. 151-154) foi que:

Em Goiás, ao contrário, cada pequeno núcleo, se prosperar, dará origem, sozinho, a um aglomerado maior e, futuramente, a uma Vila. Não existe aqui, como em Minas Gerais, uma preocupação com a fixação mais estável. (...) Não existe no processo de ocupação do território goiano uma seqüência racional na forma como surgem os núcleos urbanos e nem em sua distribuição espacial. Existe um centro inicial irradiador, que é Sant’Anna, de onde partem os exploradores em busca de novos descobrimentos, principalmente nos sentidos norte e nordeste, sendo poucos e esparsos os núcleos surgidos a sul e sudeste. A oeste de Sant’Anna, reduzidos descobertos provocam o surgimento de arraiais de curta duração, desaparecidos ainda no decorrer do próprio século XVIII. O surgimento e a manutenção dos centros urbanos em Goiás ficaram, assim, condicionados à existência e à duração dos veios auríferos.

Segundo Santos (2005, p.30), a localização num dado sítio e num dado momento das frações da totalidade social depende tanto das necessidades concretas de realização da formação social quanto das características próprias do sítio. Sendo assim, é contestável a idéia de ausência de uma seqüência racional quando se fala da distribuição espacial dos núcleos urbanos no período aurífero em Goiás. Sant’Anna foi um centro irradiador de onde vertiam os chamados ‘exploradores’ responsáveis pela existência de inúmeras aglomerações no seu entorno. Nas proximidades da Serra Dourada, no leito do Rio Vermelho, muitos arraiais surgiram e desapareceram determinados e racionalmente direcionados para a exploração do ouro.

De modo geral, a situação característica dos primeiros núcleos urbanos foi definida por um conjunto de elementos estratégicos, dos quais se podem enunciar dois: a proximidade dos rios e a confluência de rotas e pousos. Até mesmo as povoações, constituídas após o período minerador,

estarão vinculadas a esta dimensão relacional da convergência das rotas, provocando, necessariamente, uma difusão ou isolamento de outras áreas na qual estão imersas. Pierre George (1966, p.14) ensinou: “todos os elementos agem em conjunto para definir uma situação geográfica, reforçando-se ou contrariando-se uns aos outros”.

Afora o aspecto minerador, outros elementos devem ser considerados no aparecimento das aglomerações urbanas no período colonial. A ligação entre Estado e Igreja fez surgir o ‘patrimônio religioso’: uma espécie de “instrumento fundiário” erigido mediante as condições impostas pelas ordenações do Reino, como a concessão de terras, o arcabouço jurídico-metropolitano e outras determinações eclesiásticas, conforme Murilo Marx (1991). Houve uma confluência de diversas lógicas possibilitando o surgimento das primeiras vilas goianas, considerando o sentido religioso fundante, demarcado territorialmente, associado aos vínculos existentes entre Estado e Igreja. Unem-se a lógica política apensa ao sistema sesmarial de doação de terras, assim como a econômica, já que a escolha para localização do sítio associava-se à exploração das minas e às facilidades de escoamento. Não obstante, os primeiros povoados brasileiros surgiram “quebrando uma continuidade no bojo do próprio sistema sesmarial” e sendo assim, foram considerados como uma “brecha”, conforme ressaltou Murilo Marx (1991, p.40- 41):

São reiteradas as passagens dos depoimentos, até inícios deste século [XX], que consideram ou ressaltam o cunho rural de nossos povoados, pelo seu acanhado porte, pela singeleza de suas construções, pela maneira como parecem despontar no campo: pouco adensados, brotando ao longo de algum caminho, preguiçosamente gravitando em torno de um pequeno templo. (...) O tamanho dos patrimônios e capelas não costumava ser grande, não costumava contrariar a lógica do que, como dissemos, constituía brechas no sistema das sesmarias, no sistema da apropriação de terras que dominava, preponderantemente rural. Brechas no sistema, sim; e mais, brechas do sistema. (grifos meus)

Discutindo as vilas e cidades do Brasil colonial, Aroldo de Azevedo (1957) apresenta as confusões existentes acerca do registro das primeiras cidades devido a luta por poder empreendida entre igreja e cartório no processo de oficialização da vida da comunidade e de sua

ermida⁴⁰. Na Cidade de Goiás, assim como em outras cidades coloniais brasileiras, a construção das capelas se dava no local mais alto e plano, mesmo quando eram feitas com certa precariedade, “uma capela-rancho”, como definiu Santos (1951, p.30).

As normas que conformavam a formação das concentrações humanas no Brasil e atravessaram o Império, exigiam que os templos fossem destacados nas vilas do ouro, nos escarpes e nas colinas, além do espaço derredor que deveria estar livre para a passagem das procissões (Marx, 1991, p.22). Sob o aspecto religioso, os estágios de desenvolvimento das povoações eram: a Capela (fundando o patrimônio), a Paróquia (marcando a estabilidade dos povoamentos) e a Diocese (empreendendo a administração), cuja prelazia de um bispo administrava um conjunto de capelas e paróquias dependentes de sua jurisdição.

Ainda sobre a organização interna das vilas coloniais, acerca da exploração aurífera, Bertran (1987, p.2-3) afirmou que, em Goiás, havia um espaço entre a realização do trabalho da mineração e os primeiros ranchos construídos a certa distância do rio. Tais ranchos não eram distanciados suficientemente para descaracterizar o acesso ao leito do rio. As ruas se voltavam para a direção dos rios e o fator incidentalidade só pode ser relacionado aos primeiros momentos de existência dos arraiais, dando lugar à intencionalidade, ambos os conceitos adotados pelo historiador.

Chaul e Duarte (2004, p. 12) propuseram uma síntese do desenvolvimento do espaço “urbano” goiano dividindo a existência das cidades em três fases: 1ª. A cidade-ouro (arraiais e freguesias); 2ª. A cidade-patrimônio (povoados e vilas da pecuária, da agricultura e da cultura rústica), e 3ª a cidade planejada. Sem fazer uma alusão dentro do esquema ‘período áureo’ seguido de ‘decadência’, a primeira fase da cidade goiana, determinada pelos arraiais (cidade-ouro ou vilas-do-ouro), tem dois momentos: o período de demasiada incidentalidade e de relativo abandono.

A natureza do povoamento goiano, tomada como ponto de partida, conduz as impressões e influências existentes nas características de muitas cidades do interior, mesmo aquelas que não se distinguem pelo desenvolvimento da atividade mineira. No entanto, esta atividade redigiu suas heranças no espaço: muitos arruamentos e edificações ficaram conservados, mesmo após a extinção da atividade aurífera. Várias povoações posteriores foram influenciadas pelo desenho do plano urbano, de referências coloniais. As imagens de rusticidade e simplicidade, do plano

⁴⁰ “Uma ermida, uma pequena capela eram, e o foram por tanto tempo, uma aspiração de um pequeno arraial. (...) Não bastava, contudo, erguer a ermida; não bastava construir, por melhor que fosse, uma capelinha; era necessário oficializá-las. Não era suficiente dotar o povoado de um abrigo para o exercício religioso comum; era necessário sagrá-lo. A sacralização iria tornar esse abrigo uma ermida também para a Igreja, uma capela reconhecida como tal, uma capela curada, ou seja, visitada regularmente por um padre”. (Marx, 1991, p.19).

urbanístico e das construções das casas, foram descritas nos relatos dos viajantes europeus. Spix e Martius, naturalistas bávaros, visitaram Goiás em setembro de 1818 e, apesar de fugaz permanência, deixaram suas impressões sobre o “quadro físico e humano” da época:

As casas baixas, construídas de ripas, amarradas com tranças de cipó e barreadas, e a pequena igreja, do mesmo modo edificada, são de feição muito efêmera, de sorte que essas habitações parecem sempre construídas para pouco tempo, apenas para refúgio dos viajantes. A impressão de duração, baseada na solidez das habitações européias, falta aqui de todo, mas, em verdade, não deixando de ser adequada ao clima; o morador cuja residência não tenha estabilidade, não precisa de teto duradouro. Spix e Martius (1938, p.182).

As impressões dos naturalistas nunca foram isentas de uma visão eurocêntrica. O período das viagens, por eles descritas, corresponde à época em que Goiás já passava pela ‘crise’ diante do progressivo esgotamento e decorrência da praticamente extinta atividade mineratória, o que fortaleceu a feição agropecuária no Estado. A efemeridade que fizera surgir e desaparecer antigos arraiais e a característica de terem sido aporte para abrigar as estruturas ‘urbanas’ — de comércio, religiosas e militares —, estão presentes nas interpretações e descrições que se referem a esse período.

Se a efemeridade caracterizou os primeiros arraiais, ela foi amplamente incorporada pela historiografia regional e reforçou uma infinidade de aspectos negativos acerca da realidade goiana. Criou-se uma forte imagem de decadência, como se Goiás tivesse experimentado outra condição, um ‘verdadeiro esplendor’, um pretenso e primoroso desenvolvimento, idéia muito contestada por Chaul (1997). A instabilidade da produção aurífera será responsável pelo desaparecimento de um grande número de arraiais, alguns isolados por motivos de acesso, como uma “ponte estragada que ninguém se dispõe a reformar”. O ouro condicionou a existência, a continuidade e também o fim dos arraiais no século XVIII (Coelho, 2001, p.155).

A cidade-ouro é retratada no texto de Murilo Marx (1991) com outras nomenclaturas: arraial, freguesia e patrimônio religioso, uma vez que este autor esteve preocupado em analisar a relação “negligenciada”, porém basilar e surpreendente entre Estado e Igreja na história das cidades (1991, p. 11). Para ele, as primeiras cidades devem ser pensadas a partir dos seus vínculos com as normas eclesiásticas, destacando as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* elaborada

em 1707 e publicada em 1721. Este documento definiu as codificações da vida religiosa e mundana que influíram na formação das concentrações humanas em seus primórdios. Segundo esta constituição, as igrejas eram as fundadoras dos lugares e, por este fato, elas têm consoante destaque em todas as cidades criadas no período colonial. Assim, é possível relacionar a sociabilidade religiosa e a urbanização ocorrida nas primeiras décadas do século XVIII, quando a presença da capela modelava a sociabilidade das comunidades, assim como ocorreu no mundo Português. (Andrade: 2007, p 154).

O processo de concessão de terras no período colonial contribuiu para a conformação da paisagem ‘urbana’ e da estrutura fundiária brasileira demonstrando a estreita relação entre Estado e Igreja. Imbricado aos aspectos institucionais da época o sistema de concessões definia as definitivas obtenções das parcelas. As indefinições de limites das parcelas marcaram a distribuição de terras na colônia, conforme apontou Marx (1991, 33 – 49), também não eram bem definidas as funções dos agentes do processo: o concessionário das terras não era, exatamente, um proprietário, mas “beneficiário das terras da Coroa”.

É fácil imaginar a adoção do mesmo sistema legal de distribuição de terras em colônia tão vasta e inóspita. As terras para sesmo eram fartas e a desbravar. O seu desbravamento, em geral, não contava, e por muito tempo não contaria, com uma rede de vias de acesso e muito menos de núcleos urbanos maiores ou menores. Seria, e foi muito mais difícil, oneroso e arriscado devendo-se considerar o esforço, a coragem e a pertinácia dos primeiros concessionários e dos que se seguiram, desbravando por séculos o imenso território brasileiro dentro desse sistema. E podemos concluir que, para que não perdessem o direito adquirido pela concessão, teriam que investir muito em relativamente pouco tempo, como sugere considerável documentação. Marx (1991, p.35).

Os primeiros assentamentos coloniais reproduziam práticas e costumes importados do reino e galgavam alcançar estágios hierárquicos rumo à constituição de uma emancipação municipal. Com a extinção da atividade do ouro, antigos arraiais se fixarão como moradias para aqueles que não viviam diretamente desta economia, como artesãos, padres e ex-escravos.

Ocorrerá um processo de interiorização e muitos habitantes se ocuparão, quase exclusivamente, da subsistência, a partir do trabalho no campo. Saint Hilaire (1975, p.26) relatou:

A maioria dos arraiais de Minas e Goiás, cuja origem se deve às minas de ouro, há de ter tido o seu encanto em seus tempos de esplendor, e é evidente que Santa Luzia foi um dos mais aprazíveis (...) à época de minha viagem, não existia em Santa Luzia uma única pessoa que se dedicasse em grande escala a exploração das minas, e apenas uns quatro ou cinco negros, quando muitos, ainda iam procurar palhetas de ouro nos córregos (...) com exceção de uns pequenos números de artesãos, todos os habitantes de Santa Luzia dedicam-se ao cultivo da terra e só vão ao arraial aos domingos e dias de festa (...) durante a semana não se vê ninguém nas casas e nas ruas.

A situação geográfica definiu a sobrevivência dos antigos arraiais do ouro. Ela é, para Oliveira (2004, p.18), “o primeiro elemento que caracteriza a organização dos núcleos urbanos”. Os arraiais que se posicionaram próximo a caminhos vitais de passagem constituíram-se como entrepostos comerciais, mesmo durante o período minerador e assim também ao longo de todo século XIX. Sobre a cidade de Pirenópolis, Peixoto (1994, p. 32) reafirmou: “os caminhos integradores do arraial com o resto da Colônia, e que garantiram a sua permanência após a exaustão das minas, prolongam-se no tecido urbano”.

No início do século XX, a localização dos antigos arraiais será considerada desfavorável, intensificando a ocupação das regiões próximas à estrada de ferro e a abertura das estradas rodoviárias. De modo geral, em todo Brasil, o século XX marcará o avanço da estrutura ferroviária que irá proporcionar a celebração do que Monbeig (1984, p.132) denominou de “mundo pioneiro”. Os novos agentes deste processo se tornarão fundadores das “cidades”. Os fazendeiros e antigos loteadores⁴¹ de terra, uma espécie de “sociedade colonizadora”, desenharão a feição do interior brasileiro agora estipulados pelo patrimônio “leigo”.

⁴¹ Marx (1991, p.108) aponta que o termo loteamento irá despontar mais para o fim do século XIX e se torna corriqueiro no início do atual [XX], seja nos textos legais que se sucedem nesta como em outras matérias, como que ensaiando o trato com coisas novas e problemas novos.

2 PATRIMÔNIO LEIGO: PERCURSOS E INDEFINIÇÕES DAS NOÇÕES ESPACIAIS

Outrora dizia-se “fulano abriu tal fazenda”, agora diz-se “fulano fundou tal cidade”.

Pierre Monbeig, 1984, p.204.

Conceitos como povoado⁴², bairro rural, pequena povoação, freguesia, capela, lugarejo, pequena comunidade, pequena cidade, dentre outros, além de vila e distrito, são denominações elaboradas em diferentes circunstâncias históricas e possuem vários fins e influências. Muitas vezes a escolha por uma delas se mostra de modo estrito e inexato à interpretação da totalidade de relações e conteúdos que se referem à realidade contemporânea. A utilização dessas nomenclaturas pode servir para o reforço de uma dicotomia clássica entre urbano e rural ou mesmo reforçar uma perspectiva quase obrigatória de transição campo – cidade. Segundo Durkheim (2003, p. 06):

Com efeito, as noções, ou conceitos, não importa o nome que se queira dar-lhes, não são os substitutos legítimos das coisas. Produtos da experiência vulgar, eles têm por objetivo, antes de tudo, colocar nossas ações em harmonia com o mundo que nos cerca; são formados pela prática e para ela. Ora, uma representação pode ser capaz de desempenhar utilmente esse papel mesmo sendo teoricamente falsa.

O conceito de patrimônio leigo valoriza o processo de constituição e as formas de transmissão das terras no surgimento dos núcleos urbanos apoiados nas tensões que compreenderam as mudanças nas práticas de fundação das vilas no Brasil. Ele funda como um ‘instrumento fundiário’ que ora rompia e ora complementava o mundo rural. A ruptura entre Estado e Igreja, embora um pouco aparente, quebra uma antiga forma de partilhar a terra, dando origem à venda, artifício mais racional do qual se beneficiavam os fazendeiros, os ‘donos da terra’ que dividiam com o Estado a pecha de ‘particulares poderosos’, segundo Murilo Marx (1991, p.105), que assim descreveu o processo:

⁴² Suzuki (1996, p. 8 e 9) usa o termo aglomerado e povoado nomeando o lugar que antecede a formação da cidade de Rondonópolis. Sua pesquisa o fez defender que a cidade só existe a partir do momento em que há a reprodução ampliada do capital, sendo essas condições gerais de produção e consumo, o suporte para que a transição do rural para o urbano aconteça.

De fato, está abalado casamento do Estado com a Igreja e, com a república, advirá o rompimento formal definitivo. Fundiariamente, com o primeiro Código Civil, virá, em 1917, a condenação do sistema de foros. Não importa, advirá o patrimônio leigo. Fazendeiros doam parte de suas terras para a constituição de um patrimônio voltado por tradição, que sabe ainda por devoção, a algum santo, porém já mais livre de superados controles e obrigações legais, atingindo o modo enfiteutico de detenção do domínio direto das terras por parte de uma capela. Não importa — muito melhor a mudança —, pois, ao lado das vantagens da criação ou da tolerância dessas brechas fundiárias, surge agora, justamente, a oportunidade do negócio: a venda dos lotes a serem oferecidos.

As abordagens existentes sobre o surgimento e a estruturação da fazenda em Goiás, como terra acumulada e apropriada, inclusive pelo artifício da ‘grilagem’, permitiram que se tivesse uma leitura muito sólida do processo produtor da renda capitalizada e, conseqüentemente, da massa de trabalhadores expropriados e despojados de todo e qualquer direito à propriedade. Este processo é recordado pelo historiador Nasr Chaul (2000, p. 120 - 121):

Terras em abundância, formas ilegítimas de posse, produção para a subsistência no início e crescente desenvolvimento da criação de gado davam a tônica da economia goiana pós-mineração. (...) O agregado que passou a fazer parte da paisagem goiana era predominantemente pardo e solteiro, embora não raro se encontrassem famílias inteiras empregadas nas fazendas goianas. Este trabalhador rural surgiu em decorrência do processo de ocupação de terras em Goiás, proveniente da seleção que se fazia para concessão de sesmarias, nas quais só se enquadravam “os homens de bens”.

O momento de recrudescimento dos patrimônios leigos em Goiás associa-se ao desenvolvimento das atividades agropecuárias vinculadas ao mercado nacional, as que modificaram internamente o sistema produtivo da fazenda goiana. Eles foram chamados por Chaul de Duarte (2004) de “cidades-patrimônio”. Deste processo originaram as Vilas de Cibele e

Caiçara, ambas criadas por fazendeiro(s) e inicialmente mantidas pela influência e necessidade de um conjunto de fazendas. A fundação destas vilas é recordada, ao longo das narrativas dos informantes, tanto pela presença do fazendeiro quanto da igreja católica. No caso dos antigos patrimônios religiosos, Murilo Marx (1980, p.31) apontou as dificuldades na definição dos limites das vilas relacionadas à proximidade do espaço rural circundante, elemento comum aos patrimônios religiosos, assim também por causa dos mecanismos estabelecidos pela Coroa para distribuição e concessão de terras públicas.

De tradição lusitana, como afirmaram separadamente Florestan Fernandes (1975) e Gustavo Coelho (2001), as primeiras vilas no Brasil se constituíram relativamente condensadas e altamente dispersas. Para Fernandes (1975, p.47) “a palavra ‘vila’ e mesmo o conceito de ‘cidade’ estão deturpados na literatura, aplicando-se a povoações que, na tradição lusitana seriam ‘arraiais’, ‘vilarinhos’, ‘aldeias’ e ‘lugarejos’”. A transição da condição de arraiais para vilas, em Fernandes (1975) não é uma simples conversão lingüística, mas uma conversão de funções e forma urbanas.

A definição de vila carrega a relação com o espaço agrário sendo que, muito tardiamente, ela assumirá características urbanas. Jacques Le Goff se propõe a “interrogar a cidade na longa duração”, processo que se inicia na Idade Média e se estende nos âmbitos da constituição do poder político, econômico (monetário e financeiro) e que aos poucos se altera provocando uma cidade contemporânea múltipla: “algumas demonstram heranças da cidade do passado e outras inauguram um novo modelo, justapondo centros fragmentários” (1998, p.143). Com o auxílio do exercício da etimologia, Le Goff (1998, p.12) citou:

Não nos esqueçamos de que a palavra “ville”, para designar aquilo que chamamos de cidade, é muito tardia. Até os séculos XI e XII, escreve-se quase que estritamente em latim e, para designar uma cidade, usa-se “civitas”, “cite”. Ou urbs, a rigor, mas basicamente “civitas”. E, quando as línguas vernáculas aparecem, o termo “cite” vai permanecer por muito tempo. “Ville” se tomará o sentido urbano apenas tardiamente, já que, como você lembrou, antigamente a palavra designava de fato um estabelecimento rural importante. Uma “Vila” (...) é o centro de um grande domínio. (...) Enfim, a villa é um domínio com um prédio principal que pertence ao senhor; em consequência, é um centro de poder (...).

É característico do surgimento dos patrimônios leigos a dependência dos eixos de deslocamento, para que fosse possível dinamizar a circulação de pessoas e mercadorias. Os antigos caminhos que demandavam Goiás se constituíam interligando povoados numa enorme rede de picadas e pontes por onde passavam os tropeiros e suas tropas de muares ao longo dos séculos XVII e XIX acomodando-se em *ranchos*.⁴³ Estes caminhos foram responsáveis pela dinamização de vilas caracterizadas, conforme Gumiero (1991, p.30), pela mesma instabilidade e turbulência dos antigos arraiais do ouro.

Para Franco (1997, p. 72), muitos tropeiros tornaram-se camaradas de fazenda com o passar do tempo, enquanto outros, ajudados pelas funções de abastecimento das propriedades e pequenos comércios interioranos, tiveram diferentes possibilidades de integração junto ao ‘outro lado da sociedade’, auxiliados pelo aumento das tropas de muares: as riquezas destes homens do sertão. Para Walsh (1830) *apud* Franco (1997, p.73) “há quatro tipos de pouso encontrados nas estradas do Brasil: o rancho, a venda, a estalagem, a fazenda”. Cândido sinalizou (2001, p.76) que o “comércio” era o lugar, geralmente “pouco habitado, a que vêm ter os moradores da cercania quando precisam de sal, religião ou justiça. A partir da nota desse autor percebe-se a permanência de uma relação entre Estado (justiça) e Igreja (religião) como necessidade basilar, que ultrapassa referências a períodos específicos como as antigas normas e procedimentos eclesiásticos de codificação colonial portuguesa. (Marx, 1991, p.11).

O trânsito dos tropeiros, figura social proeminente desde os tempos dos arraiais, movimentou as antigas casas de comércio (ou simplesmente “*comércio*”). Ele foi o ponto de articulação entre a tecnologia rudimentar e a difusão de mercadorias que marca o percurso do século XIX:

sua atividade firmou-se por ser indispensável a um momento das operações comerciais, que dependiam, contudo, de um equipamento tecnológico conservado da fase em que a produção tendia para o nível de subsistência. (Franco, 1997, p.66).

⁴³ O nome rancho foi muito utilizado pelos informantes de Cibeles e Caiçara, para falar das moradias provisórias de uso comum, usadas durante os finais de semana antes da transferência definitiva das famílias para as vilas.

O nome *comércio* foi sugerido como sinônimo de vila e ou de *rua* nas falas dos informantes⁴⁴, sendo definido como o local onde se realiza a atividade comercial, enquanto o patrimônio abarca todo conjunto urbano: as casas comerciais, as casas residenciais, o “patrimônio público” e os traçados. Os patrimônios leigos formavam uma espécie de elo entre a roça e as mercadorias industrializadas provenientes de áreas longínquas, trazidas pelos tropeiros nos lombos dos burros. Neles se ‘esboçavam’ uma estrutura administrativa e um mínimo de intercâmbio com o “mundo exterior”.

As vilas do MGG, conforme os exemplos estudados, forneciam a produção agrícola ao mesmo tempo em que eram abastecidas com os produtos industrializados transportados pelas cidades de influência da Estrada de Ferro, conforme Pessoa (1997)⁴⁵. Estabelecida sua função comercial, constituíam-se espaços de gambiragem [atividade de negociação] entre tropeiros, agricultores da migração pioneira, fazendeiros e comerciantes. Tais atividades foram responsáveis por erigir, devido os intensos fluxos, um “arruamento principal”. Algumas vilas viveram a situação de efemeridade e decaíram, recebendo o estatuto de ‘cidades mortas’ (Ribeiro, 2006, p. 180). Outros, segundo Gumiero (1991, p.57):

Firma o pouso, a palhoça se transformava em rancho, pois surgia nas suas imediações outro morador, que negociava os frutos de sua roça com os tropeiros. O rancho logo virava povoado, e o povoado prosperava chegando às vezes a Vila ou cidade. Em Goiás as cidades de Campo Alegre, antigo arraial Calaça, Piracanjuba (Pouso Alto) e Formosa (Arraial dos Couros) são, entre outros, exemplos de cidades que surgiram de pouso de tropeiros.

Os antigos ranchos de palha — pousos de tropeiros e retireiros —; as casas de comércio, compondo pequenas aglomerações — “vilarejos estradeiros do interior” (Ribeiro, 2006, p.180) —, tinham várias funções, tais como: beneficiar culturas produzidas nas redondezas, abrigar um pequeno “grupo escolar”; ser o elo entre roças vizinhas, assim como, garantir um espaço de lazer

⁴⁴ A ênfase dada as terminologias como “*rua*” e “*comércio*” indicam um possível deslocamento do significado de vila, ao longo do tempo. Esta temática não foi suficientemente explorada merecendo maiores estudos.

⁴⁵ “Nos pontos terminais da estrada de ferro surgiram várias casas comerciais, que passavam a beneficiar arroz e financiar a produção desse cereal. (...) A expansão da fronteira agrícola nos estados vizinhos à região Sudeste não só era requerida como fonte de produtos primários para o seu abastecimento, mas também como mercado para os produtos de uma indústria emergente” (Pessoa: 1997, p.35).

e de assistência religiosa por meio da realização de missas e festas como o tradicional ‘pagode’. As condições de trânsito de pessoas, entre a fazenda (roça) e a vila, modulam os laços de dependência entre os moradores e os fazendeiros já que as estradas se abriam, como no caso do texto de Franco (1997), “de acordo com as necessidades da fazenda”. Bernardes (1986, p.165) recorda a origem do município de Damolândia em Goiás, que já teve o nome de Capoeirão, derivado do mesmo nome da fazenda que o originou no qual faz uma alusão à enorme capoeira encontrada pelos roceiros mineiros e desmatada para constituição da sede da fazenda em meados de 1912.

Na primeira metade do século XX, intensificaram-se a formação e o povoamento das cidades em Goiás caracterizadas pelos fluxos da migração pioneira. Estes povoamentos foram mais intensos nas áreas circunvizinhas a Estada de Ferro em Goiás. Pires do Rio, município que surgiu como patrimônio, é fruto de uma ‘sociedade pioneira’ que recobre as características das cidades neste período. Ferreira (2004, p.89) a chamou de “cidade ferroviária”, elucidando a ‘posição geográfica privilegiada’, embora tenha sido um tanto confuso e difícil o processo de sua emancipação. Ressaltando o momento de seu surgimento, Ferreira (2004, p.96) diz que “as formações urbanas originavam-se de patrimônios ou capelas, que consistiam na convergência das populações rurais para determinado local, em terras doadas pelos fazendeiros para ser erguida uma igreja”.

A presença dos cartórios nas Vilas de Cibeles e Caiçara demarcam a fundação e laicidade desses patrimônios. Conforme Murilo Marx (1991), os patrimônios religiosos, as “terras de santo”, obedeciam a determinações atinentes as normas e influências exercidas pela Igreja Católica. Mesmo que se perceba a continuidade da influência da igreja ela não tem mais o mesmo poder que determinava nos patrimônios religiosos. No que se refere a fundação dos patrimônios leigos foi, fundamentalmente a figura do proprietário das terras que passou a conduzir as feições dos espaços das vilas atinentes a suas necessidades e interesses, portanto, nem mais a igreja, nem tampouco a coroa ou o Estado.

Exemplos de outras localidades são importantes de serem mencionados, como a constituição do mundo pioneiro paulista analisado por Lencioni (1985). A autora faz a opção analítica pela idéia de “processo de industrialização e da quebra da hegemonia da cafeicultura paulista” a partir da investigação de Jardinópolis, uma ‘pequena cidade’. Diz a autora:

A análise do capital nas atividades urbanas foi particularmente interessante porque nos tornou possível equacionar o conteúdo dessa

pequena cidade na medida em que a entendemos como aquela que não se industrializa e que, embora acolha trabalhadores agrícolas fazendo crescer sua mancha urbana, permanece pequena. Com isso pretendemos retomar o estudo sobre pequena cidade num sentido qualitativo e não apenas quantitativo. (Lencioni, 1985, p.6).

As pequenas cidades mencionadas no estudo acima referido diferem da realidade que analisamos, pois, além de terem sido conduzidas ao estatuto de cidade, seu ‘desenvolvimento’ está amplamente vinculado ao processo de ocupação do território paulista no decorrer do século XIX, bem como com a expansão da atividade cafeeira. No entanto deve ser apontada a valorização da análise do processo histórico, presente neste estudo. Há menções aos pequenos lugarejos que não escaparam à atenção da geógrafa, como o Distrito de Jurucê⁴⁶, acerca do qual ela esboça sua angústia:

Situação angustiante é a das casas comerciais e de serviço do distrito de Jurucê, limitadas ao consumo da população daquele distrito que tem não só uma dimensão pequena como também, um baixo poder aquisitivo, concorrendo para dar uma fisionomia de solada às poucas casas comerciais e de serviço ali instaladas (nota de rodapé da autora: Desde meados da década de 1950 o distrito de Jurucê vem sofrendo uma regressão de sua população, contando, em 1980, com apenas 786 pessoas na Vila). (Lencioni, 1985, p. 117).

Lencioni (1985) menciona a agonia recorrente sofrida pelos moradores do distrito por causa da venda dos pequenos sítios de que eram proprietários bem como a perda da terra que gerou uma dependência e submissão ao comércio do município-sede. Por outra ótica que não valoriza o processo de urbanização/industrialização, mas considera questões de caráter funcional,

⁴⁶ Encontrei inúmeros sites que falavam sobre Jurucê e sua condição de entroncamento (entre Ribeirão Preto e Jardinópolis). O mercado imobiliário da região se apropriou dos termos “qualidade de vida e tranquilidade” para oferta de loteamentos no distrito. Um dos sites exibia o seguinte texto “É quase um Vilarinho. Fica a 17 quilômetros de Ribeirão Preto. Oferece uma das melhores qualidades de vida da região. Ocorrências policiais são raríssimas. Tem boa infra-estrutura, comércio e prestação de serviços, ainda que precários. Pertencente ao município de Jardinópolis, o distrito aos poucos vem atraindo moradores de Ribeirão Preto que querem fugir do caos urbano, principalmente furtos, assaltos, homicídios, trânsito e poluição. Nos últimos 10 anos, o número de habitantes dobrou em decorrência desta migração, conforme afirmou o fiscal distrital Jair Riul, que há 60 anos mora no local”. (www.piramidemoveis.com.br/jurucê acessado em 10/03/2007).

no trabalho de Moura (2000, p. 15) comparece semelhante angústia ao estudar distritos mineiros vinculados ao município de Uberlândia. Entretanto, aqui a angústia parece ser do pesquisador:

(...) como será o futuro desses distritos? Permanecerão como estão, com a população se mantendo em suas Vilas e com seu modo de vida voltado ora para o urbano, ora para o rural e sob uma forte influência da cidade de Uberlândia, onde seus moradores buscam trabalho, lazer, estudo? Ou talvez se emancipem, tornando-se novos municípios? Esta é a situação mais complicada, pois a emancipação dos distritos, como vimos, está subordinada a uma lei municipal subordinada a uma lei estadual e agora também depende da Emenda Constitucional nº 15, de 12 de dezembro de 1996, que foi criada como objetivo de dificultar o processo de emancipação municipal.

Em outros estudos, na tentativa de estabelecer os parâmetros definidores de uma ‘pequena cidade’, mesmo admitindo não haver uma “definição absoluta”, Oliveira (2001, p. 27) elege um conjunto de critérios dizendo serem “específicos” para a realidade da Região Amazônica:

1. A baixa articulação com as cidades do entorno; 2. A nulidade das atividades econômicas com o predomínio do trabalho ligado aos serviços públicos; 3. a pouca capacidade de oferecimento de serviços, mesmo básicos, ligados à saúde, educação e segurança e a predominância de atividades caracterizadas como rurais.

Não só no caso amazônico, mas, especificamente no goiano, Olanda (2005, p.1) que estudou o pequeno município de Sancelândia diz ser necessário definir parâmetros de investigação para estudos dessas “micro-dimensões”, conforme se percebe na citação:

o conhecimento produzido nos e para os grandes centros não servem de parâmetros para o estudo de pequenas cidades (...), pois elas detêm particularidades e singularidades que só podem ser atingidas com estudos específicos.

Retomando os conteúdos presentes nas pesquisas feitas sobre cidades mineiras, a perspectiva funcional é recorrente, havendo uma valorização do caráter demográfico e de infraestrutura para pensar as ‘pequenas cidades’. Soares (2007, p.461) fala das “alternativas de sobrevivência das pequenas cidades” assumindo a definição dada pela Constituição Brasileira de 1946, citada pela referida geógrafa, pela qual “toda sede de distrito é cidade independente do tamanho territorial ou populacional”. Mais adiante define a ‘pequena cidade’:

No sistema urbano brasileiro, as pequenas cidades foram gradativamente transformadas em “cidades econômicas”, “cidades do campo” ou “cidades médias” enquanto que as cidades médias passaram a representar importantes especializações, adquirindo funcionalidades de “cidades regionais”. (...) Nessa perspectiva, o presente trabalho tem por objetivo conhecer o significado das chamadas cidades locais, situadas no cerrado mineiro, que possuem população total de 20.000 a 50.000 habitantes e influência estritamente local. Para tanto, consideram-se os aspectos demográficos, as condições econômicas, e a base infra-estrutural, especialmente no que tange aos transportes, às comunicações e à energia elétrica. (Soares: 2002, p. 12).

Ainda sob esta ótica, Lobato (2007, p.29) propõe um recorte para tratar das pequenas cidades, dividindo-as em quatro tipos:

1. Lugares centrais de áreas agrícolas prósperas; 2. Centros especializados; 3. Lugares de concentrada força de trabalho para o mundo agrícola; 4. Centros que vivem de recursos externos como aposentadorias e/ ou remessa de fundos de imigrantes;
- 2.

Lobato (2007), adota um conjunto de critérios funcionais que está reiterado em grande parte dos textos do livro: Cidades Médias: espaços em transição. Este debate ainda tem proposto a construção de metodologias próprias para o entendimento das cidades médias e pequenas de modo que se possa prever o futuro delas no contexto regional na medida em que a função ‘residencial’ é apontada como insuficiente para garantir a permanência e continuidade dessas cidades. A abordagem funcionalista combina as seguintes características: tamanho demográfico,

funções urbanas, intensidade das relações com o campo, indicadores de qualidade de vida, relações com a região, contextos territoriais concretos e definidos em diferentes realidades sócio-espaciais e, ainda, organização do espaço intra-urbano (Soares, 2007, p.475).

Estes indicadores podem, de fato, ajudar a definir a cidade, porém pela ótica do espaço absoluto, ou seja, na perspectiva de uma planície isotrópica. As escalas elegidas neste contexto tornam alheios os processos relativos a historicidade e a análise do processo. Assim, as formas de uso do espaço e também na convivência dos modos de vida não são considerados e isto não esboça somente referências de pesquisa distintas, mas, principalmente, posicionamentos dentro do campo científico que se referem a influências filosóficas de um determinado momento, correntes de pensamento que se estendem e se institucionalizam enclausuradas em seus formatos explicativos.

É suficiente atentar ao fato de que, muito embora se construa um arsenal de técnicas e critérios para entender as cidades — pequenas, médias ou grandes —, a realidade tem demonstrado mais a insuficiência deles do que o contrário. O procedimento científico que privilegia as necessidades de classificações perde, muitas vezes, a riqueza da complexidade da realidade. Sendo assim, ampliar os critérios em busca de um conceito universal não tem demonstrado ser suficiente para a abordagem do tema. Esta abordagem funcional e seus procedimentos, como a eleição dos vários critérios que fundamentam, classificam, operacionalizam e hierarquizam a cidade, não é o caminho escolhido neste trabalho.

Armando Corrêa da Silva (1988) propôs uma reflexão na qual sugeriu uma ‘técnica de pesquisa no estudo de pequenas cidades’ em virtude da aceitação de que, na época, apenas as grandes e médias cidades estavam ocupando as reflexões dos pesquisadores. No entanto, já naquele texto, o geógrafo chamou a atenção para a hegemonia do critério quantitativo, ressaltando que este elemento obscurece a necessidade de planejamento das pequenas cidades:

As pequenas cidades, muitas das quais em crescimento também acelerado, não são lembradas com tanta frequência, na suposição, nem sempre correta, de que seus problemas não apresentam a gravidade dos das metrópoles. Este critério puramente quantitativo esquece o fato de que o planejamento das pequenas cidades também é necessário uma vez que estão em crescimento, com a vantagem justamente de permitirem

uma menos onerosa organização do espaço local e regional. Silva (1988, 101).

A prática do planejamento, todavia, não parece sugerir uma análise que considere as mediações entre cidade e campo, tão comuns em cidades que tem um distanciamento relativo de um grande centro urbano e pouca variação na estrutura produtiva. Na pesquisa feita por Neves (2006, p.35) sobre ‘uma pequena cidade goiana’, o autor diz:

Embora estas ligações se estabeleçam segundo configurações sociais específicas de cada lugar, na pequena cidade pesquisada, as pessoas em geral ainda estão vinculadas ao trabalho na roça, às representações que envolvem o mundo misterioso da mata e dos rios, aos encantamentos das histórias e tradições mantidas ao longo dos anos, enfim, não há uma separação brusca e estanque entre o “meio rural” e o “meio urbano”.

Nosso estudo pretende compreender as representações dos moradores das vilas buscando ultrapassar as perspectivas que contrapõem “campo” e “cidade”. Não está assim, centrado, numa escrita espacial do lugar e no estabelecimento de tipologias urbanas ou rurais. Considera-se que a compreensão do espaço no qual se inserem estes lugares de pesquisa, se faz a partir do entendimento desses espaços sociais considerando as sutilezas e os limites dessa relação — sem se ocupar com a definição ou legitimação de uma escala hierárquica. Este argumento teórico reforça nossa compreensão de uma análise mais profunda e eficaz das contradições vividas pelos moradores das vilas rurais.

3 NASCIDAS E BATIZADAS. REGISTRADAS E PARCELADAS — A INFÂNCIA DO LUGAR

“A rua curva é o caminho das mulas, a rua reta o caminho dos homens. A rua curva é o resultado da vontade arbitrária, da indolência, do relaxamento, da descontração, da animalidade.”

Le Corbursier (2000)

As narrativas das Vilas de Cibele e Caiçara, feitas pelos moradores, informam experiências que, na maior parte das vezes, inscrevem-se nos tempos passado e presente. A idéia de ‘tempo passado’ não é homogênea; varia de acordo com a experiência dos informantes. Ora o passado é o “tempo da fazenda” e demonstra uma constância das relações de trabalho que se expressam em algum tipo de ‘dependência’ (agregado, meeiro, arrendatário, etc.), ora alude aos primeiros anos de moradia nas vilas, quando estas já estavam “registradas”. A ‘segunda’ referência de passado está ligada à instauração e à edificação do patrimônio leigo, já nascido, batizado, registrado e parcelado — uma vez que a prática religiosa de cunho católico é descrita como precursora das primeiras atividades e edificações das vilas, ocorrendo, simultaneamente ao seu registro e parcelamento.

Conforme os dados do IBGE (1955), os municípios Itapuranga e Faina, assim como o distrito de Caiçara, foram desmembrados do município Cidade de Goiás, conhecido por ‘Goiás Velha’, antiga capital do Estado. Caiçara foi fundada por influência dos fazendeiros Osvaldo Estival, Geraldo Silva e Sebastião Xavier, comparecendo na Comarca de Goiás no período de 1939 – 1943. O município de Itapuranga foi registrado, como distrito, na mesma comarca, em 1953, quando se chamava Xixá⁴⁷. Nos anos de 1954 e 1953, respectivamente, Caiçara e Itapuranga tornaram-se municípios. Em 3/3/1964, estabeleceu-se, em Caiçara, a sede do primeiro Cartório de Ofício do Registro Civil e Tabelionato de Notas, vinculado à jurisdição de Goiás. Em 1988, Caiçara voltou à condição de distrito, dessa vez, subordinado ao município de Faina, que na mesma época foi desmembrado e emancipado de Goiás.

⁴⁷ O município Cidade de Goiás, onde esteve assentada a antiga capital do Estado, foi instalado em 25 de julho de 1739 quando era composto por 22 distritos (IBGE: 1948 p. 29). Mesmo após a emancipação do município Cidade de Goiás, quando o IBGE publicou as Tábuas Itinerárias de Goiás, em 1954, o deslocamento para qualquer região continuava precário. Com a intensificação dos fluxos e a alteração da qualidade e da característica das estradas, possível a partir de uma intervenção mais ativa do Estado, muitos distritos de Goiás, antes “isolados”, elevaram-se à condição de município.

Este fator é recorrentemente recordado pelos informantes ‘mais velhos’ como uma perda — e o é, inclusive, na ‘hierarquia urbana’ —, no entanto, as reclamações são no sentido de que o retorno a condição de distrito ocasionou um abandono no campo político. Se a autonomia municipal tem mesmo o sentido definido por Marx (1991, p.52) que, para todos os efeitos, é ela que garante ao ‘povoado’ “um lugar ao sol”, a perda de um posto hierárquico ressalta uma feição modorrenta e acanhada ao lugar.

Cibele foi criada pela lei municipal de 13/7/1963 e registrada no Cartório de Ofício de Itapuranga. O Cartório de Ofício de Cibele data de 4/6/1964, vinculado à comarca do município-sede, na qual sempre esteve assentado o distrito. Segundo os moradores mais antigos, a vila já existia quatro anos antes da criação do cartório. Ao fazendeiro José Batista de Faria, foi dado o atributo de “*fundador do patrimônio, construtor da igreja e do desenho das ruas*”, conforme vários informantes como, por exemplo, Dona Judith⁴⁸.

Antes do registro oficial, Cibele era conhecida como ‘*Calango Tonto*’, alusão nominativa que compareceu em duas entrevistas — e foi repetidamente mencionada em outras conversas informais. A nomenclatura não-oficial foi determinada por uma brincadeira feita pelo fazendeiro, fundador da Vila, que pegou um calango (lagarto de pequeno porte) e enfiou pinga em sua goela. Conforme depoimento de Seu Manoel Rosário, “*depois disso, o calango saiu dançando na rua do comércio*”. O desfile instaurou o legado: Calango Tonto é apelido que desabona uma nomenclatura oficial à vila. Araújo (2006, p.111) disse:

O jocoso do nominar, a identidade é prenhe desse jogo identitário, às vezes contrastivo, quando da indagação dos entrevistados de Cibele, “*o que vocês vieram fazer aqui nesse fim de mundo?*”

⁴⁸ Moradora de Cibele há 50 anos. É viúva, aposentada e ‘ex-benzedeira’ desde que se converteu à Igreja Assembléia de Deus, há 34 anos (entrevista concedida em 05/2006). Ela mora com a filha mais nova que é divorciada. Diz ter aprendido a benzer com o marido, mas nega a benzeção apesar de admitir que era uma prática válida no tempo antigo. Afirmo que só toma os remédios destinados aos cuidados com a saúde acompanhados dos chás que conhece e não acredita muito nos efeitos dos remédios (negação do remédio “oficial”, segundo a observação de Maria Emília Araújo — companheira no trabalho de campo. Em seu depoimento, há contradições. Embora afirme ser evangélica há 34 anos, benzeu crianças em Cibele que não têm essa idade, demonstrando que o trânsito da fé não excluiu a possibilidade de coexistência de crenças aparentemente desconexas. Recebe pessoas agora, não pra benzer, segundo diz, mas pra orar. Analiseo assim que ela não perde o seu lugar no campo religioso mas ressemantiza simbolicamente como uma adequação as pressões exercidas, especificamente em Cibele, pelos neopentecostais, que oficializam na vila um discurso de hegemonia pentecostal e negam as práticas do catolicismo rústico.

Outros apelidos jocosos são freqüentes nas primeiras nomeações de outras Vilas goianas, não só da região, podendo ser citados exemplos como: Quiabo Assado (Diolândia), Pendura Saia (Guaraíta), Cavalo Queimado (Araguapaz), entre outros. Para origem do nome Cibeles, foram encontradas duas versões, marcadamente defendidas por perfis diferentes de informantes: para os ‘mais novos’, a motivação constitui-se de referências míticas, associadas à fertilidade e à fartura; os ‘mais velhos’ diziam que era o nome de um “rótulo de goiabada” trazido pelo fazendeiro que fundou o patrimônio.

Caiçara significa, segundo o Houaiss (2005, p. 1214), “cerca ou paliçada feita em torno de taba ou aldeia indígena, para proteção de animais e inimigos”; “cerca que se faz em torno de roçado ou plantação para impedir a entrada de gado” e, ainda, “abrigo tosco, palhoça”. Seu Manoel Rosário, na Vila de Cibeles, disse no primeiro dia de trabalho de campo: “*Caiçara é velha... Aqui só tinha Caiçara*”. O depoimento foi confirmando por Seu Sebastião Xavier, na Vila de Caiçara: “*Eu sempre morei na roça da Caiçara... Antes não tinha Itapuranga, nem nada.*” O universo rústico de Caiçara (vila atravessada por uma rodovia estadual), oposto à condição espacial de Cibeles (vila isolada em seus acessos, que se abre), resvala-se em conteúdos apresentados de forma confusa. Ambas expressam a necessidade de proteção de uma cultura camponesa que se vê constantemente ameaçada.

VILA DE CAIÇARA - SITUAÇÃO ANTIGA (Município de Faina-GO)

LEGENDA	
	Vila
	Propriedades rurais
Bar
Prostituição
Casa antiga
Fazenda
Chácara

Situação da vila em um recorte de imagem de satélite atual

Fonte:
Trabalhos de campo realizados em julho e outubro de 2006, maio e novembro de 2007.

Concepção:
Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva

Elaboração:
Eliane Ferreira Cordeiro e
Ivanilton José de Oliveira

Figura 11 - Croqui da Vila de Caiçara - Situação antiga.

Figura 12 - Croqui da Vila de Cibele - Situação antiga.

Os dois esboços cartográficos (croquis) das Vilas de Cíbele e Caiçara aplicam-se às narrativas dos informantes acerca da ‘situação antiga’. Definiu-se como ‘situação antiga’ o espaço de tempo que compreende o processo de transição e ‘transferência’ das famílias de agregados de fazendas para os lotes das vilas, bem como o período de registro cartorial dos distritos. Apoiou-se nos discursos coincidentes para organizar espacialmente o arruamento e a alocação dos equipamentos urbanos e residências⁴⁹. A menção ao termo “batizadas” — como se verificou no título desse tópico —, inspira-se nas narrativas dos informantes, que sempre mencionaram a presença da igreja católica como um elemento definidor do surgimento dos patrimônios, como um batismo do lugar.

Muito embora não se tenha obtido, em nenhuma das narrativas dos informantes, ou mesmo ao longo dos documentos pesquisados, informações acerca do modo como se deu o parcelamento das vilas, os traçados iniciais de ambas as vilas indicam a presença de um profissional com noções de agrimensura. O esquadro, o traçado retilíneo, a ordenação, a linha reta, são aspectos que reforçam este tese, elementos típicos das chamadas “cidades modernas, apontados por Corbusier (2000, p.7), próprios da ancestralidade do ‘traçado urbano romano’. Isto porque, ainda em Corbusier (2000, p.35)

Não se criam linhas retas deliberadamente. Chega-se à reta quando se está bastante forte, bastante firme, bastante armado e bastante lúcido para querer e poder traçar linhas retas. Na história das formas, o momento da linha reta é a consumação; há por trás e aquém todos os trabalhos árduos que permitiram essa manifestação de liberdade.

Assim, não se podem ler espacialmente as Vilas de Cíbele e Caiçara como espaços que possuam traçados característicos das cidades goianas do período colonial, conforme estudado por Coelho (2001): tortuosos, cheios de meandros, becos e vielas. No entanto, também não é adequado afirmar serem elas reféns dos caminhos estabelecidos pela ‘linha reta’: percebe-se haver uma comunhão entre a reta e os caminhos tortuosos marcados pelos trilhos que se ajustam às necessidades e práticas dos moradores.

⁴⁹A elaboração dos croquis não tem caráter objetivo, no sentido que os mesmos não figuram exatidão no número de residências — apenas no que se refere ao traçado das ruas e quadras (exceto quanto à proporção) e a distribuição dos equipamentos nas vilas. O objetivo deles é apontar as mudanças do papel dos eixos e a espacialidade de tais equipamentos.

Procurou-se considerar o vínculo entre o que foi descrito como elementos dinâmicos do tempo ‘passado’, de modo que fosse possível escrever os significados de um processo de ‘urbanização’ que ocorre como uma dilação temporal, ou seja, alonga-se no tempo e arrasta os significados e práticas da vida rústica: mesclando, cruzando, coexistindo, complementando e também se opondo contraditoriamente. Portanto, mesmo com a recorrência ao passado, as vilas não devem ser lidas pura e simplesmente como um resíduo histórico, até porque, concorda-se com Roux (2005, p.48-49) quando ele afirma:

O fato dos dois últimos séculos verem a cidade se desenvolver a ponto de pretender à hegemonia não permite afirmar que a ruralidade é um modo de vida ultrapassado, condenado pela história. Somente as modalidades pelas quais a ruralidade está definida autorizam esse tipo de discurso, ou seja, o recurso a alguns grandes indicadores estatísticos (densidades, tipos de atividades, etc.). Porém, se ampliar dessa noção, associando-lhes a certas maneiras de estar-no-mundo — relações à natureza, concepção de solidariedade e de ajuda mútua etc. —, pode-se convencer-se de sua vitalidade, não somente através de um grande número de práticas esportivas e de lazeres dos cidadãos, mas também através de certos conflitos de espaço.

Na “situação antiga” as vilas apresentam plantas regulares com base geométrica, cujos arruamentos foram estabelecidos, exclusivamente, para garantir o acesso aos serviços oferecidos embora dentro das quadras houvesse, desde este momento, uma forte presença de trieros a partir dos quais os moradores circulavam entre suas moradias, quintais e roças. Ambas erigiram-se a partir de ranchos espaçados e uma capela. Nos casos paulistas estudados por Mombeig (1984) a feição típica dos primeiros núcleos urbanos tinha como planta um ‘tabuleiro de xadrez’ dominado pela igreja matriz e seu largo, no entanto os núcleos construídos pelos pioneiros e fazendeiros de São Paulo [patrimônios leigos] estavam apoiados em um novo tipo de traçado, mais geométrico e atento à orientação, à forma e ao tamanho do módulo: o lote para ser vendido. No caso das vilas, ao longo do tempo, o espaço amoldou-se às práticas dos indivíduos, definindo a dimensão irregular dos lotes e, regular, dos arruamentos.

As quadras das vilas, demasiadamente irregulares, vão aos poucos evidenciando uma tendência a configuração geométrica como uma ‘indução’ do plano preestabelecido. O

formato foi elucidado nos croquis (Figuras 11 e 12) quando os informantes da Vila de Caiçara afirmaram a existência de duas ‘ruas principais’, eixos adornados paralelamente e separados por uma quadra: a Avenida Minas Gerais e a Avenida São Paulo. Em Cibeles, apenas um eixo: a antiga Rua do Comércio, configuração pouco complexa, que se inicia na igreja e termina no cemitério. A descrição lembra antigas aglomerações, ‘velhas corruptelas em busca de emancipação’, com um arruado apenas, como retrata o livro *Vila dos Confins*, de Mario Palmério (1976).

A primeira casa da Vila de Cibeles tem mais de 50 anos e localiza-se na antiga “*rua mestre*” nos termos de Dona Alice. Trata-se de uma edificação semelhante a primeira da Vila de Caiçara, localizada na antiga saída principal da vila em direção à Cidade de Goiás, elucidando nossa tese de que os eixos determinavam a dinamicidade e consequentemente as edificações das vilas (Figura 13).

Figura 13: À esquerda, primeira casa da Vila de Cibeles, saída da fazenda Pite; à direita, primeira casa da Vila de Caiçara, saída para a Cidade de Goiás.

Fonte: Arquivo da autora: trabalho de campo, outubro de 2005 e maio de 2006.

Tais moradias possuem elementos apensos a casa goiana colonial, como o telhado (de ‘quatro águas’) e as portas de madeira (no caso de Caiçara, as portas foram trocadas por portas de ferro), elementos característicos da arquitetura vernacular (rústica, primitiva) coexistindo com incorporação de materiais e técnicas mais recentes como alvenaria, ferro e cimento. Outro elemento característico das casas coloniais refere-se as construções sem recuo, ou seja, a construção ocorre na parte frontal dos lotes e, consequentemente, deixa um espaço grande nas laterais e na parte detrás, reservado aos quintais, conforme estudo da morada brasileira realizado por Silva (2004, p.63).

Em Caiçara, as primeiras moradias agruparam-se em torno da igreja católica, cuja padroeira é Nossa Senhora da Guia, localizada no centro nuclear da vila. Segundo Dona Nenzica⁵⁰, moradora e informante, ela e sua família foram os que primeiro construíram casas para morar na vila, motivados pelo fazendeiro Sebastião Xavier, que os ajudou a sair de outra fazenda, cujas relações de trabalho estavam “desfavoráveis pra toda família”. A informante denominou a si e a sua família como “pioneiros de Caiçara” — necessidade de denominação que também apareceu em Cibeles, no depoimento de Dona Alice, que disse ser a “mãe” do lugar, e também na entrevista concedida por pastor Bento, que se auto-referiu como “pai de Cibeles”. Esses ‘pais’ e ‘mães’ de Cibeles e Caiçara são a segunda geração de moradores das vilas. São filhos das famílias migrantes e moradoras de fazenda, que conhecem as vilas desde que foram “batizadas”, metaforicamente — movimento que antecedeu a ida do cartório (registro do lugar), mas demarcou e destacou o sítio urbano.

A igreja católica centralizava as atividades orientadas pelo sistema de crenças, cujas práticas religiosas apresentam forte elo com o catolicismo rústico ou, como quer Brandão (1979), “comunitário”, assim classificado por agrupar um universo mais complexo de ritos. A localização das igrejas católicas traduz espacialmente, segundo Araújo (2006, p.93), “o locus tradicional do poder simbólico”. Ela fica, em Caiçara, no cruzamento de dois eixos importantes da Vila — o que a liga à Goiás Velho (Cidade de Goiás) e à rodovia GO – 230, que faz conexão com o município de Itapuranga.

No passado, as portas de ambas as vilas, para onde convergiam itinerários, estradas e caminhos, voltavam-se para a igreja católica, onde roceiros e fazendeiros tinham acesso ao batismo, casavam-se, realizavam os sacramentos da morte e formalizavam os ritos litúrgicos. Não muito próximo às igrejas formava-se o conjunto urbano a partir de outras edificações: o cemitério, o campo de futebol, o grupo escolar e as casas comerciais. Nas antigas casas comerciais realizavam-se negociações e beneficiamentos de alimentos plantados nas fazendas, o excedente da produção das famílias que eram comercializados pelos fazendeiros. Os laços entre os moradores de fazenda são narrados como se compusessem um universo de aparente satisfação. As atividades de trabalho das famílias estavam, eminentemente, ligadas ao cultivo e outor cuidados depreendidos nas fazendas, sendo que, nos finais de semana, a ida às vilas viabilizava o acesso aos serviços jurídicos e oficiais.

⁵⁰ Nenzica é uma das primeiras moradores da vila de Caiçara. Mora com o marido numa casa feita pela AGEHAB (Agência Goiana de Habitação). Organiza a festa da folia de reis e colhe pimentas com a filha e outras mulheres da vila em uma fazenda da região.

Em Cíbele, o eixo linear, a rua principal do passado, inicia-se na igreja católica e converge para estradas que levam à “antiga Cruzelândia”, nome do atual município de Morro Agudo de Goiás. Não apenas relatos e fotografias demonstram o vínculo com Morro Agudo. A maior parte dos eixos que acessam a vila foram apontados como caminhos que rumam para a cidade de Morro Agudo⁵¹. Os trajetos são delineados a partir do uso, ou seja, para convergir em direção aos eixos que se fazem dinâmicos na vila. A (figura 14) ilustra uma viagem realizada por famílias de moradores da Vila e da roças de Cíbele, no período de dezembro de 1972 a janeiro de 1973, quando ocorriam as festas de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Morro Agudo de Goiás, seguidas do aniversário daquela cidade (05/01). Há igualmente a imagem de um dos eixos da Vila de Cíbele atualmente (Figura 15), que fica em direção oposta a Morro Agudo, pela lógica cartográfica, mas que possui estrada naquela direção, de onde também se acessa a região da “Baixa da Serra”.

Figura 14: Caminhões preparados para viagem à festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Cruzelândia (Morro Agudo de Goiás), 2006.

Fonte: Fotografado do acervo dos informantes em maio de 2006.

⁵¹ Esbocei no caderno de campo em 23/05/2006: “Parece que todos os caminhos levam a Morro Agudo”.

Figura 15: Um dos eixos internos da Vila de Cibeles com placa indicando “Morro Agudo”, 2006.

Fonte: Fotografado do acervo dos informantes em maio de 2006.

Tanto na Vila de Cibeles como em Caiçara, a expressão da fé católica ocorreu, inicialmente, de forma assaz modesta. No caso de Cibeles, os moradores sinalizaram o local onde foi realizada a primeira missa, que persiste marcado por um alicerce, localizado na ‘antiga’ rua principal. Seu Joaquim, 78 anos, ex-agregado da fazenda Córrego Barreiro, localizada no entorno do distrito de Cibeles, relembra o período em que se deu o surgimento do patrimônio.

“Aqui, antigamente, por exemplo, era cerradão, não tinha nada, não, né? Aí começou, eles compraram aqui e inventaram de surgir, fazer o patrimônio aqui. Foi Zé Batista um homem que morava em Itapuranga (...) ele até já morreu, é o pai do (...) ele se mudou pra cá e compraram aqui do Zé Caiado de Alencar — o pai do Antônio. Aqui ele levantou o Patrimônio, o Zé Batista [fazendeiro], não é? Fez tudo “picadão”, as ruas, e foi indo assim, fazendo uns ranchinhos, uns e outros ranchos de palha de arroz, pois se colhia muito arroz. Aí, depois, passou muito tempo, veio um homem pra cá, que morava em Itapuranga, chamava Bedé, tratavam ele de Bedé baiano [escrivão do cartório]. Ele fez uma casinha, um ranchinho ali perto de onde era o posto de telefone antigo. Ali foi a primeira missa celebrada em Cibeles, foi na casa desse Bedé baiano. Depois vieram os comércios, uns e outros punham coisinhas pra

vender. Passou muito tempo pra chegar a energia motora, a lamparina a diesel ficou um tempão, aí depois ele trouxe a energia, fez o posto telefônico e, passado uns tempos, fez o posto de saúde. O primeiro Grupo [escola] era lá onde hoje é o centro comunitário, depois fez esse Grupo aqui no tempo do Otávio [prefeito de Itapuranga] (...). Foi ele que inaugurou esse Grupo, aí foi evoluindo, fez o Grupo, posto telefônico, aí foi surgindo, fez a Igreja Católica, a Igreja Assembléia, a Igreja de Cristo, foi indo assim até o dia de hoje.”

Na descrição do informante, há uma síntese da história da Vila de Cíbele que se divide em dois momentos:

1. A escolha do sítio para edificação do patrimônio: determinada pelo estabelecimento de uma propriedade fundiária e conseqüente definição do traçado das ruas. A construção dos ranchos de palha de arroz trava uma relação com a colheita de uma cultura destinada ao abastecimento das famílias e à comercialização. Os ranchos eram usados para uma visita regular que acontecia nos finais de semana, por ocasião de missa ou de outros rituais litúrgicos, que possibilitavam a sociabilidade e os encontros;
2. O período de deslocamento e “ruptura” dos moradores de fazenda, migração que possibilitou o estabelecimento da moradia na vila e seu entorno. Nesse momento, chegam as casas comerciais, a energia elétrica, o grupo escolar e o posto telefônico. A Igreja Católica (ICA) é construída em alvenaria. Posteriormente o informante fala da chegada das igrejas evangélicas, sendo a primeira a Assembléia de Deus (IAD) e, depois, a Igreja de Cristo (IC).

A menção à Caiçara antiga, tempo da colheita e da fartura de alimentos, das festas e do cultivo de arroz, foi sempre associada à figura dos fazendeiros, os *fortes*, pois, donos das terras, estas lavradas pelos *fracos*, os donos do trabalho. Alguns informantes indicaram proprietários de fazendas e seus herdeiros, *“os graúdos, os fortes”*, como aqueles que dinamizavam a vida dos patrimônios. A mudança do perfil produtivo das fazendas gerou um sentimento de abandono no lugar *“bom pra morar e ruim pra trabalhar”*, como falou Dona Dalmira, completando: *“o povo não interessa mais pelo lugar”*.

A ruptura enviesada da relação com a fazenda é uma sensação da condição presente devido ao afastamento espacial e social dos antigos agregados. Espacial por terem que viver nas vilas e, social, por ingressarem em outras relações de trabalho. O serviço de fazenda tornou-se esporádico e direcionado a outros fins, afinal, segundo Seu Afonso, *“fazendeiro não dá mais roça pra gente tocá”* e corre-se o risco de *“ter que aprender a comer capim e eucalipto”*.

[*eucalipto*], *porque é só isto que tem nas fazenda*”. Institui-se, no lugar das relações antigas, uma nova modalidade de agregação, permitida pela proximidade fazenda-vila, cujos termos de dependência são provisórios e contratuais, elementos já diagnosticados por Brandão (1982) em pesquisa na região do município de Mossamedes (próximo a Cidade de Goiás). A narrativa de Dona Nenzica, da Vila de Caiçara, demonstra as dificuldades da trajetória da família, ressaltando a assídua conexão com a escassez e a fartura.

“A gente sofreu demais na fazenda dos outros, Deus me livre, trabalhava... E aí, quando nós mudou pra cá, pra dentro da rua mesmo... meu irmão, assim era pequeno... e não tinha costume, assim, com muita fartura... Aí, quando nós veio pra cá, meu pai pegou um serviço com Sebastião Xavier (até vocês já devem ter ouvido falar nele...), aí esse Sebastião Xavier foi uma bênção pra nós, esse era um fazendeiro bão, já foi fazendo tudo pra nós. Aí no dia que nós veio... ele falou assim, olha, debaixo de um queto (de forma discreta, sem alardes), eu vou arrumar um jeito pra vocês saírem de lá, dessa fazenda, aí já trouxe um capado (porco), limpou um saco de arroz e trouxe... E o pequeno (irmão mais novo) vai e entra nessas carnes de porco... Não tinha costume, comia só pedaço, né?

Dona Júlia⁵² e Marilo, seu filho, também trabalham para o fazendeiro Sebastião Xavier, ‘fundador’ de Caiçara. Para ela, ele foi “*como um pai*” — uma vez que possibilitou que criasse seus filhos com as ‘sobras’ da farta alimentação sempre constante na sua Fazenda. O informante-chave, Marilo, descreveu suas lembranças de infância ligadas à relação com o fazendeiro:

“Rusvênia, você sabe como que minha mãe criou nós? Aqui tinha um fazendeiro da região. Na época, ele tinha muitos filhos e muitas filhas, ia fazer um casamento. Aí parava assim, pra organizar: aquilo tinha que matar vaca, matar porco, fazia leitoa, tudo isso, então minha mãe era a especialista pra fazer isso. Então ela ia, ela ganhava (...). De tudo que ela fazia, ela ganhava um pouquinho e nisso ela criou nós, 10 filhos, assim. Por exemplo: colhia aquele tanto de roça de feijão, aí ela ia catar pra guardar tudo. Eu, como era o

⁵² Julia é viúva. Mora em Caiçara com dois filhos, Marilo, que é pedagogo e professor na vila, e João, que sofre com problema de alcoolismo e trabalha esporadicamente em serviços braçais. Ela viveu, até casar-se, na Fazenda de Seu Sebastião Xavier, onde conheceu seu marido, mudando-se para a vila com o objetivo de colocar os filhos na escola. As filhas mulheres migraram com os maridos para outras localidades enquanto os filhos permaneceram realizando trabalho em fazenda, exceto Marilo, que estudou e cursou Pedagogia na Cidade de Goiás.

menor, eu não estudava ainda, eu ia a semana inteira. Quando era possível, o fazendeiro buscava a gente aqui cedo. Quando não era, a gente ia a pé. Na maioria das vezes, a gente foi a pé”.

O fazendeiro Sebastião Xavier estabeleceu uma forma diferenciada de venda dos lotes na Vila de Caiçara. Quando as negociações não eram “em dinheiro”, trocava-se o lote e a ajuda pra levantar a casa pelo trabalho das famílias, que passavam anos “pagando” a dívida. Descrito como “*um homem muito farturento*”, o fazendeiro foi patrão e compadre de muitas famílias que se aglomeraram na Vila de Caiçara e nos pequenos sítios do entorno.

Religião, festa e colheita compunham um universo dinâmico que proporcionava os encontros nas vilas. As antigas festinhas chamadas, outrossim de *forró*, são recorrentemente lembradas como bastante animadas e alegres quando não terminavam em arruaças e contendadas. A figura do tocador de sanfona ocupa um lugar de destaque em muitos depoimentos. Dona Alice, anciã da Vila de Cibebe, diz ter tentado convencer o pai para que permitisse seu namoro com um sanfoneiro, mas foi demovida da intenção tão logo o pai lhe proferiu a sentença: “*tocar sanfona, minha filha, não enche a barriga de ninguém*”. A festa vinha sempre em seqüência às atividades de colheita.

“Aqui era festinha, era muita gente em volta aqui, porque aqui, quando cumeçô, aqui ainda tinha muito mato, muito lugar de tocá a roça, — que é o que faiz mais o movimento no princípio (...) igual foi aqui. Então, quando era no tempo de culheita, assim maio, junho (...), movimento aqui era topado (forte, dinâmico), caminhão, camionete, carro de boi, — sabe o que é carro de boi? [ao que respondi, sei], carriandu os treim pra trazer pra cá.” (Seu Joaquim, 78 anos, morador de Cibebe)

As lembranças das missas de agradecimento à colheita, seguidas de festas, leilão e *forró* encadeado pela sanfona; os velhos campeonatos de futebol em que as equipes eram formadas por agregados de vários lugares — Boi Frouxo, Baixa da Serra, Curral de Pedra, Caxambu —; os rituais de enterro e velório, quando o “preparo” dos falecidos ficava a cargo da comunidade — a confecção do caixão e das mortalhas — e até as inúmeras histórias de brigas e contendadas, marcadas por tragédias e violência costumeira, davam a Cibebe o estatuto de lugar agitado.

Segundo a benzedeira, Dona Alice, 87 anos: “*antigamente, tinha até cabaré, numas casinhas ali, perto da entrada da Fazenda Pite*”. Ao longo do seu depoimento, essa mineira de

Patos de Minas, que migrou para a região de Curral de Pedra quando ainda era criança, recorda-se do tempo antigo da vila, inclusive da chegada dos “crentes”, “*gente de crença desconhecida*”, tanto para ela quanto para Dona Margarida, informante da roça de Caiçara. As duas declararam, separadamente, que vieram “*conhecer crente em Goiás*”.

A IAD estabeleceu-se dentro das vilas, realizando cultos domésticos e sem sede definida. Tanto em Cibeles quanto em Caiçara, os pastores sempre formam moradores nas vilas. Em Caiçara, a IC, neopentecostal, ‘não vingou’ e tornou-se a moradia de Dona Genezi e seus netos, deixados pelas filhas que, segundo informantes, “*ganham a vida de forma pouco respeitosa*”. Já em Cibeles, ela permanece, desde sua fundação, em abril de 1992, tendo sido levada por Márcia, informante que se disse insatisfeita com a “*rigidez da Assembléia de Deus*”⁵³.

Consequentemente e curiosamente, Caiçara não discursa negando a benzeção — prática mais elucidativa das igrejas neopentecostais —, enquanto que, em Cibeles, termos como “*feiticeira*” e “*bruxa*” foram recorrentemente utilizados pelas benzedeiros, quando narram a forma como muitos as denominam e suas resistências ao constante assédio dos pentecostais. Algumas, convertidas ao pentecostalismo, tentam explicar sua função anitga, com discursos pentecostais elucidativos, como Dona Judith, na Vila de Cibeles: “*Eu não curava, Deus me usava, na verdade. Quem curava era Deus e principalmente a fé das pessoas. Deus me usava pra curar e graças a Deus eu benzi muita gente que sarou*”.

O trânsito de pastores é freqüente na IC e mais consolidado na IAD. As IADs das vilas de Cibeles e Caiçara estão sob a mesma jurisdição, vinculadas ao município de Itapuranga, que também agrega outras sedes, estabelecidas na “zona rural” ambas as vilas,

⁵³ Segundo Perez (2003, p. 3-4): “O pentecostalismo não é uma presença nova em nosso país. Chega ao Brasil no início do século XX, desde logo chamando atenção pelo seu caráter de ruptura com as tradições religiosas brasileiras, uma vez que (e como relata Pierre Sanchis), fiel ao “princípio radical do protestantismo”, prega que “é pela opção de fé de cada um (a entrega pessoal) em Jesus — e não pela mediação da Instituição, segundo a fórmula católica (‘Creio na Igreja’), que cada fiel é salvo, muda seu destino e, com ele, muda o mundo”. Seu *boom*, no entanto, data dos anos 1950-1960, por meio das missões intensivas, “verdadeiras ‘Cruzadas de Evangelização’”. O neopentecostalismo não se diferencia somente do protestantismo histórico, mas também do próprio movimento pentecostal. Sabe-se que o fundamento teológico do pentecostalismo é a “presença definitiva do Espírito entre os homens no lugar do Filho”. Nesse sentido, caracteriza-se, sobretudo, como um movimento no interior das igrejas cristãs, cujo objetivo é “voltar ao evento fundante da igreja”, isto é, “a hierofania original da descida do Espírito Santo sobre um grupo de pessoas reunidas no Pentecoste”. No entanto, embora tenha no protestantismo sua matriz, dele se distancia em muitos aspectos. O mais significativo, como comenta Antonio Mendonça, diz respeito à descida no Espírito Santo: enquanto para o protestantismo ela “constitui um fato histórico único, não factualmente repetitivo”, uma vez que no momento da descida “o Espírito passou a habitar no meio dos crentes e a distribuir os dons necessários sem os sinais de Pentecoste”, para o pentecostalismo, a descida é um “fato que se repete quando necessário, sendo os dons distribuídos e sinalizados por meio de várias manipulações. Vale dizer que a diferença mais evidente entre um e outro relaciona-se à fixidez, à rigidez e à institucionalização das confissões de fé e ao fechamento dos cânones reveladores do protestantismo, em contraposição à dinâmica do pentecostalismo, caracterizado pela revelação aberta”.

atendendo moradores de fazenda e pequenos roceiros que vivem no espaço dos distritos. Segundo Cássia, esposa do pastor da IAD de Caiçara, há um calendário mensal de festas, circulando em sete localidades: Caiçara, Cíbele, Curral de Pedra, Nova Jerusalém, Nova de Paz, Campininha e Nova Esperança. Essas festas têm duração de um dia e promovem amplo deslocamento dos protestantes moradores da vila e das roças.

O primeiro pastor da IAD de Caiçara foi descrito como um homem muito respeitado entre os moradores, aspecto ressaltado mesmo entre informantes de outras religiões. Seu Germano disse: *“Ele era crente, mas era roceirão assim, igual nós”*. A identidade *crente* não supera a de *roceiro*, sendo as duas, muitas vezes, complementares, quanto à ordem moral: o comportamento ordeiro/honesto que se espera e se confia ao *crente* é respeitado por sugerir semelhança à honestidade que designa os homens bons, camponeses, “de palavra”. Porém, entre crentes e católicos, há diferenças consideráveis no que concerne às representações de crença, moral, noção de pecado, costume e honra. Brandão (1979, p.378), em seu estudo sobre religião popular a partir de Itapira, firma que:

Ora, todo grupo religioso define regras de conduta dos seus afiliados sobre princípios de relações sociais tomadas como medida de referência. Entre católicos e mediúnicos populares, os princípios são de solidariedade e tolerância. Entre os pentecostais, são de reta conduta e intolerância. O código dos preceitos é determinado pela dimensão e o lugar da comunidade de referência. (...) Entre eles [crentes], são freqüentes os ataques e acusações entre “irmãos” por causa de detalhes de não observância de preceitos de reta-conduta (cortar o cabelo, namorar à noite, ver televisão) e os acusados públicos podem ser punidos com graus variáveis da comunidade dos “eleitos”. Pecados como fumar, beber e prevaricar são os verdadeiros pecados, e uma conduta absolutamente moral para com o mau patrão pode ser apenas a extensão de uma ética de recusa sectária, em que “os outros” são tratados segundo a lei, e apenas “os irmãos”, segundo a caridade. Mas entre os católicos de botina, desde que não firam o outro, os pecados de moral pessoal são um problema do sujeito e são irrelevantes se ele os compensa com virtudes sociais fundadas sobre a honra da classe e a solidariedade entre os seus membros.

O benzedor Seu Sebastião Souza, um dos moradores mais velhos de Caiçara, já pensou em “*passar pros pentecoste*”, mas decidiu “*não trocar de religião*” e sim permanecer na sua função de entregar a palavra de Deus, porque “*lá na outra, não posso benzer*”. Ele veio pra Caiçara quando “*só tinha mato e uns ranchinho*”, mas não gosta de morar “*no comércio*”, prefere a roça. Ao longo de sua entrevista, lembra-se de Caiçara-velha, tempo em que “*rodou muita folia*”. Ao citar as qualidades que o homem deve ter, pondera:

“O rapaz pra ser bão tem que ser honesto, trabalhador, não pode ser bebedor e não pode gostar de bandalheira. O rapaz não pode ir no forró e nem beber pinga todo dia”. (Sebastião de Souza, na vila de Caiçara, 2006)

Com a ausência do padre que, diferente do pastor, não mora na vila, as atividades realizadas pela igreja protestante começam a atrair muitos moradores à conversão. No entanto esse fator não parece ser o único responsável pelo aumento do número de protestantes na vila, uma vez que tal ausência sempre foi um elemento corriqueiro entre os roceiros, “pobres sem padre, com a bíblia na mão”, segundo Araújo (2006, p.96), cuja assistência religiosa amplia-se ao fecundo universo de crenças estabelecidas e entrecruzadas. O trânsito religioso expressa-se espacialmente. Do âmbito das crenças, ele foi sintetizado na fala de Seu Zé da Bomba, católico e morador da vila de Cibeles: “*às vezes a gente vai na dos evangélicos porque quer ouvir uma palavra, e todas as palavras são palavras de Deus*”.

A organização espacial das vilas, ao longo do tempo, revela o agrupamento do disperso, do encontro, da conquista, das contendidas e da coesão. A circulação dos fatos da vida social definem um uso doméstico e popular às ruas de maior e menor movimento e importância. Por tal fato, verifica-se que os depoimentos dos moradores mais antigos do lugar coadunam-se com as narrativas dos acontecimentos que motivavam a vida no passado. Os estabelecimentos comerciais, bem como outros equipamentos ‘urbanos’, ganham nova tônica no presente. Isso faz com que as Vilas de Caiçara e Cibeles não eliminem a roça. Ela soma-se, conflitivamente, às vilas — que sustentam as duas —, pois têm equipamentos urbanos, públicos, religiosos e educacionais da cidade (excetuando as normas e leis urbanas) e, ao mesmo tempo, agrega os costumes, a linguagem e a apropriação do tempo, próprios das referências rurais.

PATRIMÔNIOS: TUDO É SONHO,
NEM ROÇA, NEM CIDADE

“A gente morava no Patrimônio de Pedra Lisa. Pedra Lisa era um arruado de 13 casas e o rio por detrás. Pelo arruado, passavam comitivas de boiadeiros e muitos andarilhos. Meu avô botou uma venda no arruado. Vendia toucinho, freios, arroz, rapadura e sal. Os mantimentos que os boiadeiros compravam de passagem. Atrás da venda, estava o rio. Meu avô, de tardezinha, ia lavar a pedra onde as garças pousavam e cacaravam. Na pedra, não crescia nem musgo. Porque o cuspe das garças tem um ácido que mata no nascedouro qualquer espécie de planta. Meu avô ganhou o desnome de Lavador de Pedras. A venda ficou abandonada. É que os boiadeiros agora faziam atalhos por outras estradas. A venda, por isso, ficou no abandono de morrer. Pelo arruado, só passavam agora andarilhos.”

Manoel de Barros (2003)

A origem da palavra patrimônio, segundo Houaiss (2001, p.2148), vincula-se ao antepositivo “pater” — pai (com um valor mais social e religioso do que de simples paternidade física, este expresso em latim preferentemente por “parens” e por “genitor”) — donde o genitor patêr e o latim pater incluem patêr, patrós (ou patéros): pai; avô ou antepassado; fundador; benfeitor, pátrios (pátria); paterno, paternal⁵⁴. Semelhante reunião de sentidos que envolvem o significado do termo coaduna-se a uma idéia central que aparece permeando a relação das pessoas com as vilas estudadas e que será analisada a seguir: ter algo que se possa denominar como “patrimônio” é possuir um bem cujo significado material-simbólico justifique a adjetivação desse nome.

A preservação da noção de Patrimônio, verificada nas falas dos moradores das vilas, os informantes da pesquisa, trouxe uma primeira indagação: o uso do termo suporia uma permanência do sentido histórico que fundou o lugar? Para Orlandi (2007), a apropriação ou reapropriação de uma palavra não significa apropriação de um único sentido. Os sentidos migram (deslocam-se) e a enunciação pode ter diferentes efeitos em cada tempo. Assim, não pode ser literal o modo como uma noção é enunciada quando se desloca do seu sentido original.

⁵⁴ No dicionário da língua portuguesa Houaiss (2001, p.2148), o termo significa “bem ou herança familiar”; “bem ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida num determinado lugar”; “conjunto dos bens, direitos e obrigações economicamente apreciáveis, pertencentes a uma pessoa”.

M. Bakhtin (2004, p.14) sustenta ser a fala manifestação oral da língua, possuidora de uma natureza social, assim, não individual, indissolivelmente ligada às condições de comunicação, que, por sua vez, estão sempre associadas às estruturas sociais. Debatendo com Saussure, para o qual a língua é fato social total — cuja existência funda-se nas necessidades de comunicação —, Bakhtin (2004) aponta os aspectos contraditórios da comunicação das diversas ‘classes sociais’ a partir do conceito de ideologia. Para ele, signo (palavra) e situação social (condições de enunciação e fala) estão ligados.

A conservação da nomenclatura patrimônio alude a questionamentos mais amplos. Entende-se que os conceitos e noções elaborados em algumas circunstâncias históricas, nas incursões intelectuais, lutas políticas, enfim, mesmo aqueles inseridos em estruturas mentais distintas — com seus estatutos e códigos próprios — possam ser importados para outro período e ‘sistema’ de racionalidade, permanecendo operantes e constituindo-se decisivos para a inteligibilidade dos processos sociais que se articulam e dinamizam atualmente segmentos sociais específicos (roça e cidade). Isso torna a noção mais do que uma categoria nativa, assumindo sua importância analítica para o entendimento das Vilas de Cibebe e Caiçara.

Como constante referência ao passado, consubstancializada no presente, a noção de patrimônio tem as funções analítica e nativa. A palavra, originada do prefixo ‘pater’, também está presente no radical de pátria e território. Alia-se, semanticamente, à mesma dimensão telúrica, ou seja, às projeções que se atribuem de modo perenal ou circunstancial ao solo pátrio. Não há diferença entre um (pátria) e outro (território) na discussão ratzeliana. Recuperar o sentido histórico da noção nas falas dos moradores das vilas tem contribuído para justificar a importância de tomá-la como categoria analítica, reconhecendo a importância da permanência. Mesmo estando associada aos motivos da ‘fundação’ dos aglomerados urbanos, a noção conserva-se, demonstrando seu caráter duradouro para nomeação do lugar e a referências às práticas espaciais que marcaram seu surgimento. Araújo (2006, p.95) afirmou:

A idéia de patrimônio ao invés de ‘distrito’ é o que define o lugar para esses sujeitos que tomam a posse desse espaço, tornando-o um *locus* de sociabilidade, de trocas e de um sabor de terra prometida, sabor pioneiro da chegada em carros de boi, do improviso dos ranchos de palha às casas de alvenaria atuais.

Patrimônio é o nome dado ao estabelecimento por doação de um marco religioso ou comercial a partir do qual se originaram muitas aglomerações, algumas das quais se tornaram, aos poucos, municípios⁵⁵ e cidades. Murilo Marx diz haver, na história da cidade, dois elementos basilares: a relação entre Estado e Igreja e o Instrumento Fundiário. A transição de um lugar da condição de arraial para a de freguesia teve como instrumento básico a constituição do patrimônio religioso, firmado pela ligação basilar Igreja e Estado. Para Marx (1991, p.14-15),

A constituição do patrimônio numa nova capela exigia algumas condições, implicava certas conseqüências. Aquelas estão na raiz da germinação urbana; estas no tronco de seu florescimento. O patrimônio religioso decidiu o nascimento dum sem-número de povoações no litoral e nos vastos sertões. O seu aproveitamento, a divisão das terras que o compunham, desenhou de forma paulatina e característica esses arraiais.

Assim, a maneira como o termo comparece, nas fontes orais da pesquisa, indicou o marco religioso, umbilicalmente ligado à presença da construção da capela católica, de forma quase generalizada no caso do Brasil, quando o atendimento dos padres à comunidade sucedia-se com muita freqüência e a igreja exercia importante e definidor papel na gestão e operacionalização das aglomerações. Isso foi a centralidade dos patrimônios, mesmo os leigos, uma vez que, definiu o trânsito da fé dos roceiros, agregados de fazenda e fazendeiros, assim como parte da dinâmica espacial. Garcia (1981, p.28) resgata a formação do município de Hidrolândia em Goiás e diz:

Historicamente as causas determinantes da fundação da cidade de Hidrolândia foram a doação das terras para a formação do patrimônio em 1896 e a construção da capela de Santo Antônio. Surgiu, assim, o arraial de Santo Antônio das Grimpas, administrativamente ligado ao Município de Pouso Alto, atual Piracanjuba (Lei municipal de Pouso Alto, de 7 de abril de 1896). Graças a uma série de melhorias locais, o distrito foi desmembrado

⁵⁵ Sobre o município de Jardinópolis, Sandra Lencioni diz: “O Patrimônio da Capela de Nossa Senhora da Ilha Grande de Batatais, que deu origem ao município de Jardinópolis, foi uma doação de 1859, conforme escritura em anexo” (1989, p. 8).

de Pouso Alto, constituindo-se em município autônomo a 24 de novembro de 1930, com a denominação de Hidrolândia.

Marx (1991) fala dos dois⁵⁶ tipos de patrimônios que demarcam a fundação das aglomerações urbanas no Brasil: os patrimônios religiosos e leigos. A categoria patrimônio recebeu a seguinte conceituação na obra do autor:

São porções de terra cedidas por um senhor, ou por vários vizinhos, para servir de moradia e de meio de subsistência a quem desejasse morar de forma gregária e voltada a certas atividades que tivessem, no fundo, outro tipo de relacionamento e trabalho ou de troca com os doadores. Os grandes concessionários de terra desfaziam-se eventualmente de pequena parte do que detinham para atender à população gregária próxima e consumidora. Entre o mundo rural e urbano, menos quanto ao resultado físico do que como processo social, desabrochavam então pequenas povoações, alterando a paisagem e, lentamente, o meio social. Os patrimônios podiam ser religiosos ou leigos, tendo estes últimos ganhado importância e maior freqüência nos últimos dois séculos já sob outro quadro imobiliário. Marx (1991, p. 38).

O mergulho numa possibilidade de conceituação e formulação de uma categoria que foi lida, inicialmente, como nativa, mas que é, ao mesmo tempo, analítica, requer muito zelo. Das possibilidades para pensar Cibeles e Caiçara, face às novas demandas espaciais e comunitárias que as vilas apresentam, foi significativo observar o aparecimento da noção de patrimônio nas expressões orais, como uma referência histórica, coadunando-se às atuais formas de espacialização dos moradores. Ela implica a síntese da permanente relação com a roça que permeia a vida dos moradores nas vilas. A análise dos processos pelos quais certas características culturais mostram-se num “ambiente geográfico”, definido como base, não implica mera defesa do localismo independente; confirma a possibilidade de pensar a rede

⁵⁶ Também comparece, no estudo citado, a presença do patrimônio público – estabelecimento das áreas comuns das vilas, que podem servir a distintos propósitos, “desde a utilização por parte de todos os moradores para pasto de animais, para coleta de madeiras ou lenha, para algum plantio, bem como constituía uma reserva para expansão da vila, seja prevendo novas cessões de terra, seja a abertura dos correspondentes caminhos e estradas, ruas e praças”. (Marx, 1991, p.68).

de relações que não se desenvolvem da mesma forma em nenhuma parte/tamanho/escala dos lugares.

Esse ‘bom-senso’ do senso-comum na denominação dos lugares transcende a idéia de passado isolado na memória, pois a terminologia retorna com sentido de demarcação de um começo, mesmo que não se restrinja a tal. A recorrência da referência ao lugar a partir do termo patrimônio é uma recorrência temporal que se mostra coletivamente prefigurada como uma prática. Assim, demonstra um modo de expressar uma racionalidade própria do grupo. Afinal, lembra Bourdieu (1979, p. 47-48),

a ordem social é, antes de mais nada, um ritmo, um tempo. Conformer-se com a ordem social é primordialmente respeitar os ritmos, acompanhar a medida, não andar fora do tempo. Pertencer ao grupo significa ter no mesmo momento do dia e do ano o mesmo comportamento do grupo.

Mesmo que as palavras sirvam para expressar novas idéias, a tessitura delas não se altera na representação socialmente disseminada da fundação e origem das vilas. Se a noção permanece é porque ela ainda encontra algum sentido. A relação com o tempo passado é recorrente, tal qual se verifica nos depoimentos dos informantes, como o de Manoel Rosário, que há 50 anos é morador da Vila de Cibele:

Trabalhei uns 10 anos ou mais, levando cargueiro em Goiás direto! Esse patrimônio aqui nem existia! Depois que começou Caiçara, Itapuranga, Morro Agudo... Depois começou aqui... Itapuranga era deste tamanhozinho ainda.

Michel Roux (2005, p.48) afirma que “nosso presente não é condicionado pelo passado”. Para ele, a referência ao passado não significa mecanicamente um desejo de voltar, mas pode traduzir um projeto contemporâneo de prosseguir “uma arte de viver, retido para sua pertinência econômica, social, política ou existencial”. Assim como a denominação capela, patrimônio foi considerado uma nomenclatura ‘corriqueira’ que se difundiu de norte a sul, ao longo dos séculos, dentre inumeráveis assentamentos humanos, a tal ponto que os termos passaram a designá-los de maneira vulgar, constituindo em brasileirismos: patrimônio tal, capela qual, um povoado qualquer, conforme Marx (1991, p.39). Tão caro à literatura clássica como nos estudos de Orlando Valverde (1985), Pierre

Deffontaines (1944), Pierre Monbeig (1984) e Antonio Candido (2001), o termo expressava a transição dos efêmeros e antigos arraiais para a condição de vila, tendo a edificação mais sólida da Capela como marco. Os cultos e festas religiosas foram os dinamizadores da vida nesses lugares, praticamente inexistindo aí a presença de pessoas fora das festividades e eventos religiosos. Segundo Deffontaines (1944, p.299-300),

Às vezes, a *cidade* não tem vida senão nos dias de missa, nos domingos, durante as festas e, sobretudo, na novena do santo padroeiro da aglomeração; durante a semana, a cidade fica vazia, quase todas as casas estão fechadas, os habitantes retornaram para as suas fazendas.

As fazendas, que desde logo surgiram no interior do Brasil, impulsionadas pelos “ciclos bandeirantes”, constituíam-se temas nobres em análises feitas por esses autores. Valverde (1985), por exemplo, pesquisou a instauração dessas fazendas e os locais onde a cultura caipira fora se estabelecendo, considerando questões de ordem fitogeográficas, sociais e econômicas. Em seu texto, o geógrafo discorre sobre as condições de povoamento do Vale do Paraíba e da Zona da Mata mineira, numa pesquisa aprofundada sobre as características das fazendas de café e seu entorno, o qual era permeado de “povoamentos miseráveis”, nos termos do autor, cujas características das construções e planta urbana são semelhantes aos casos estudados. Mais adiante, cita que

Outras cidades resultaram de um patrimônio de terras, doado à Igreja por um ou mais fazendeiros, para nele se erguer uma igreja ou capela. O patrimônio tem dimensões estabelecidas, que são suficientes para abrir uma praça com casas em volta. O templo fica geralmente fora do centro, mais próximo do meio de um dos lados, mas voltado para a praça, em posição proeminente. Completam o centro social o cartório, o clube, o colégio, o hospital, até mesmo a praça. (Valverde, 1985, p.49).

Tendo o sentido de uma noção espacial, o patrimônio tem como referência o conjunto das representações sociais processadas na vida rural brasileira. Assim, quando conteúdos rurais persistem na maior parte dos pequenos núcleos de povoação do interior do País, seja nas ruas do Nordeste, nos bairros paulistas ou nas freguesias amazonenses,

conforme Pereira de Queiroz (1975, p.66) é necessário compreender como esse universo mantém-se e como ele se altera.

Tais conteúdos rurais se apresentam de várias formas. Nota-se a facilidade que os moradores das vilas têm de identificar a presença de um estranho, já que ‘todo mundo se conhece’. Há uma clara noção de pertencimento e um sentimento de localidade existente entre eles. Os níveis de contato e cooperação nas diversas atividades — colheitas comunitárias, mutirões para construção de residências, reuniões para confecção de pamonhas, farinhas e polvilhos, entre outros — exprimem os laços de afinidade entre as famílias, estendendo-se para além dos limites territoriais específicos das vilas (Figuras 16 e 17) e supondo uma unidade de cooperação entre moradores da mesma vila e das vilas vizinhas, como casos entre Cíbele e Caiçara.

Figura 16: Placa na entrada da Vila de Cíbele, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de campo, Novembro de 2007.

Uma vez que vários elementos estejam preservados, inclusive os de nomenclatura, importa notar como as condições de existência desses vínculos podem se apoiar em “soluções mínimas”, como a recriação de novas formas de mutirão que, conforme Cândido (2001, p.103), expressariam novas formas de “ajuste” ao meio. A preservação desses elementos manifesta-se na repetição de noções próprias desses grupos de moradores nos discursos acerca das benesses e das dificuldades, na conveniência e na convivência, nas

pronúncias e silêncios, nos inúmeros sinais que fundamentam a prática cotidiana e a vida coletiva no lugar.

Naquilo que diz respeito à compreensão das questões vinculadas ao universo da moral (quais sejam: honra, decore, vergonha, aceitação, distinção, entre outras), proeminentes em famílias de origem camponesa, o patrimônio confere outros aspectos importantes. Se a noção está solidamente interiorizada e não desapareceu, mesmo que com as tentativas de instituição de outra forma de nomeação — como mencionada no caso do nome “distrito”⁵⁷ —, assim também muitos elementos dos modos de morar conservam-se, dentro do possível. A oralidade viva que reforça o patrimônio convive com outras formas de denominação concretizadas como sinais indistinguíveis vinculado a mecanismos de institucionais e de domínio hierárquico.

Figura 17: Placa indicativa do perímetro urbano da Vila de Caiçara, 2008.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de campo, Fevereiro de 2008.

Com efeito, verifica-se que as permanências, de noções e de práticas, divulgam uma capacidade de existência dos laços indivisos estabelecidos por moradores que possuem, em comum, sua origem social e étnica (econômica, cultural, de naturalidade, entre outros). Essas amarras podem ser, inclusive, advindas dos fluxos migratórios que formaram a

⁵⁷ No distrito de Diolândia, também vinculado ao município de Itapuranga, como Cibele, a prefeitura substituiu a placa “Vila Diolândia” por “Distrito de Diolândia”. Isso ocorreu também com a Vila São José, próxima a Itapuranga, antes identificada da mesma forma e substituída com a sinalização oficial da denominação Distrito.

região⁵⁸, o que relegou aos antigos agregados de fazenda a única e possível fixidez: a moradia nas vilas. Para tanto, elas, rurais pelos conteúdos que as formam socialmente e pelas tradições que mantêm esses vínculos, são também definidas oralmente como “*lugares de gente fraca*”, conforme afirmou Dona Helena de Caiçara, ou, simplesmente, “*currutela de aposentados*”, nos termos de Dona Divina e José Doce.

O estabelecimento do estudo das vilas instaladas numa situação espacial, como produto social só poderá ser compreendido a partir da análise dos grupos sociais que a constituem. Esta compreensão impõe certas limitações, mas não exclui certas contradições, encontradas, também, em unidades sociais mais amplas. Elias (2000, p. 20) reafirma as limitações decorrentes de um estudo dessa natureza, pontuando suas vantagens:

O uso de uma pequena unidade social como foco de investigação de problemas igualmente encontráveis numa grande variedade de unidades sociais, maiores e mais diferenciadas, possibilita a exploração desses problemas com uma minúcia considerável — microscopicamente, por assim dizer.

Ora, diz Sahlins (2003, p. 12), para cada pretensão de universalidade existe uma contra-pretensão de relatividade. A perspectiva do estudo das vilas torna-se difícil pelo fato de que, conforme se verificou nos textos lidos, nos estudos de “pequenas cidades” prevalece uma tendência à reprodução da idéia de *transição*, seja induzida pela força dos dados censitários, seja pela redefinição da divisão territorial do trabalho solavancada pelo processo de industrialização, como defende Lencioni (1985). Mesmo quando esse processo é analisado como fenômeno “não-contínuo, homogêneo, linear”, ele está fadado a se realizar, manifestando-se como “repercussões da produção do espaço urbano no modo de vida dos moradores” (Susuki, 1996 p. 179). A realização da transição tem correspondido sempre à materialização do processo de modernização, entendido como incontornável e unidirecional.

Esta pesquisa, ao contrário, busca refletir sobre tal situação intermediária dos lugares, as condições de existência e de permanência dos conteúdos rurais mediados por uma forma de pertencimento e enraizamento dos sujeitos no lugar. Ainda que algumas referências

⁵⁸ No livro *Campesinato Goiano*, Carlos R. Brandão e José R. Ramalho estudaram o Distrito de Diolândia a partir do projeto Sociedades Rurais do Mato Grosso Goiano. Afirmam os autores que “a região do distrito foi, sobretudo até 1960, uma área de intensa concentração de migrantes vindos de outros pontos do município, da mesma região (o MGG ou Vale do São Patrício), de outras regiões mais distantes de Goiás ou mesmo de outros Estados”. (1985, p.38).

compareçam apenas no plano da *ausência*: da memória, da saudade, do devaneio ou do sonho. Bachelard (2000, p.26) escreve:

Só os pensamentos e as experiências sancionam os valores humanos. Ao devaneio, pertencem valores que marcam o homem em sua profundidade. O devaneio tem mesmo um privilégio de autovalorização. Ele usufrui diretamente de seu ser. Então, os lugares onde se *vive o devaneio* reconstituem-se por si mesmos num novo devaneio. É exatamente porque as lembranças das antigas moradas são revividas como devaneios que as moradas do passado são imperecíveis dentro de nós.

A atenção se dá especificamente no plano da natureza da observação, afinal, o homem não pode viver em meio às coisas sem formar idéias a respeito delas, de acordo com as quais regula sua conduta. O perigo ocorre quando substituímos as idéias que fazemos da realidade pela realidade, indo “das idéias às coisas e não das coisas às idéias” (Durkheim, 2003, p.16 - 17). Cíbele e Caiçara apresentam-se cheias de reminiscências remanescentes. São comunidades guardadoras de saberes prenhes de elementos míticos da fertilidade/fatura/fortuna camponesas, no entanto, ficaram no meio de caminho de um processo de transformação cujas formas e intensidades se desenrolam desigual e contraditoriamente.

Este convívio cotidiano com os elementos que figuram a sociedade moderna não exclui os elementos específicos que caracterizam o modo de vida camponês, mas os recria. O modo de vida camponês é entendido não apenas pela natureza familiar da produção — que se reconduz em cada situação espacial expressando estratégias de produzir e complementar da dieta da família, como se perceberá na ocupação dos quintais e das áreas “públicas” das vilas. Correlaciona-se, ainda, a uma existência que vem conflitando e se articulando a grande propriedade. Por outro lado, há uma relação de mediaticidade relativa com a natureza, no que se refere ao abastecimento da família — os moradores não “compram tudo” que consomem, em parte plantam, trocam, dividem e estabelecem um rico universo de trocas materiais que são, ao mesmo tempo, trocas simbólicas.

Apesar das profundas mudanças nas relações de trabalho ocorridas devido, principalmente, as condições históricas de subordinação do campesinato, destacadas por Woortmann (1981) — mais especificamente, as mudanças ocorridas no sistema produtivo

da fazenda goiana e, ainda, a presença das assistências previdenciárias e outros benefícios do governo —, as formas de transmissão dos saberes se mantêm valorizando a oralidade e os costumes. Assim, as referências tradicionais da organização da casa nos lotes; as formas de conservação dos alimentos; os ritos domésticos e litúrgicos; a criação e plantio das “*miúncas*” (galinhas, porcos, milho, feijão, etc.) para abastecimento doméstico; dentre várias práticas fundamentadas no princípio do parentesco e do compadrio estabelecem uma dinâmica multiescalar, constituída por vias de comunicação alternativas, estradas redefinidas, pelas quais se deslocam pessoas e suas antigas-recentes demandas.

O modo de vida camponês é recriado em face dos impulsos de uma onda modernizadora crescente. É apropriado perceber que semelhantes relações oferecem argumentos para que se afirme ser a ‘transição’ um processo em curso que reafirma contradições entre modos de vida começando pela contradição que denominou essas vilas ‘rurais’, sedes de distritos, como “perímetro urbano”. Cíbele e Caiçara designam uma convergência entre o modificado, o conservado e o negado. Entre as formas citadinas e rurais, compõe-se uma colcha de retalhos cotidianamente ziguezagueada por bicicletas, motos e cavalos.

1 AS VILAS E SEUS CONTEÚDOS RURAIS: LUGARES DE MORAR, TECIDOS NO PRESENTE

“A casa vivida não é a casa inerte. O espaço habitado transcende o espaço geométrico.”

G. Bachelard (2000, p.62)

Pensando acerca dos valores oníricos que constituem os sentidos de morar, Bachelard (2000) acredita que o homem vive o desejo de habitar lugares imaginários e imaginados. Para o autor, morar tem dimensões mais do que físicas ou geométricas: refere-se às escolhas dos espaços em que gostamos de nos encolher e recolher. Assim, implica os sentidos e significados que os homens atribuem à morada, definidos a partir de múltiplas determinações. Em perspectiva semelhante, Tuan (1983, p.14) diz que

O movimento intencional e a percepção, tanto visual quando háptica [tátil], dão aos seres humanos seu mundo familiar de objetos díspares no espaço. O lugar é uma classe especial de objeto. É uma concreção de valor, embora não seja uma coisa valiosa, que possa ser facilmente manipulada ou levada de um lado para o outro; é um objeto no qual se pode morar.

O tratamento da categoria lugar, em Tuan (1983), elucida o caráter sensorial que valoriza a perspectiva da experiência, definida por ele como “um termo que abrange as diferentes maneiras por meio das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade”. Não se acredita serem as características sensoriais e as representações dos grupos sociais suficientes para o entendimento do lugar. É importante considerar as condições materiais de realização da formação econômica e social que se verifica no processo de produção do espaço das vilas estudadas. As ações empreendidas pelos moradores são mediadas pela articulação e sobreposição de múltiplas determinações.

Para Carlos (1996), o lugar define-se mediante várias articulações, conexões e ligações — que transcendem a idéia de tratá-lo de modo estático⁵⁹ ou isolado. Ele se

⁵⁹ Tuan (1981) sugere que, na relação entre tempo e lugar, o tempo deve ser considerado como esfera do movimento enquanto, o lugar, de modo estático, “uma pausa na corrente temporal”.

constrói a partir das relações sociais que se realizam no plano do vivido e são “tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que seja aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida”. Uma importante idéia apresentada na reflexão da autora é a de que o lugar é um fragmento do espaço, sendo, por tal fato, a manifestação das contradições do mundo moderno, embora valha ressaltar que não se acredita que a modernidade se realize numa única e incontornável direção.

Valoriza-se a idéia de que o lugar é parte integrante de uma totalidade que, ao revelar-se à interpretação, não esconde sua multiplicidade de conteúdos. Entendê-lo implica considerá-lo como a expressão dos processos sociais que o atravessam, formando uma comunhão com o mundo, mas “tornando-se, exponencialmente, diferente de outros lugares”, como ressaltou Milton Santos (1997, p.252). Compreende-se a categoria analítica considerando as relações sociais que se estabelecem nele e a dominância de determinadas referências, no caso das vilas, daquelas vinculadas ao modo de vida camponesa.

Rodrigues (1994, p. 75) admitiu ser possível “transmitir informações sem alimentar laços sociais”, ou seja, a comunicação e não a informação é criadora da sociabilidade. Para que se comunique, é preciso que haja partilha de mesmos quadros de experiências e ressonâncias históricas, a existência de um ‘passado comum’. Comunicar, lembra Santos (1994, p. 253), significa “pôr em comum”. Mesmo que se admita serem os aspectos da vida social do grupo estudado partes de um amplo universo de informações — de distintas origens e transmissões —, considera-se que a definição do lugar e de seus conteúdos (sejam rurais ou urbanos) são informadas pelas escolhas, estratégias e astúcias dos moradores, articuladas a redes de um campo social.

Os moradores das Vilas de Cibebe e Caiçara vivem a possibilidade de estender parte dos seus antigos ‘modos de morar’⁶⁰, como falou Dona Brecholina⁶¹: “*aqui é um lugar*

⁶⁰ Entende-se por modos de morar o conjunto de elementos que configuram os lugares nos quais se increvem os habitantes: a definição do uso do espaço dos lotes em que se edificam as moradias; as redes de sinais sociais que se comunicam formando a *conveniência do que deve ser dito, praticado e recomendável*; o reconhecimento de relações vicinais com os vizinhos (nem íntimos, nem anônimos); a comunhão de representações que se estendem e se expandem coletivamente; o uso do tempo. Essa definição é inspirada, dentre outras fontes mais gerais, na obra de Michel de Certeau (2000).

⁶¹ Casada com Senhor Losa, com quem tem uma filha. Teve cinco gestações mal sucedidas e a filha “*só escapou viva, foi depois de muita benção...Mas agora eu não acredito mais nessas coisas...*”. Foram agregados por 20 anos do Fazendeiro Gilberto, até que o marido teve um “derrame” e aposentou-se. A casa em que moram foi comprada com o “acerto de contas feito pelo fazendeiro. É cercada com arame farpado, possui amplo quintal, onde plantam “*alguma coisinha para despesa... apenas...tem umas galinha, um paiol*”. Cuida da limpeza da ICA, trabalho que lhe rende um salário de 100 reais por mês. Vende, não de modo sistemático, produtos da revista Avon e enxovais. O marido é evangélico da Igreja de Cristo, a qual ela tentou seguir, mas não se adaptou à doutrina. Também já frequentou a Igreja Assembléia de Deus, no entanto considerou muito rígida, voltando a ser católica. O discurso religioso é confuso e expressa a vivência desse trânsito nas igrejas

acomodadim... É quase igual na roça". Essa aproximação aos "modos da roça" é recorrente nas falas e entrevistas colhidas nos trabalhos de campo. E vinculam-se às experiências vividas na condição de agregados, que se traduzem numa manutenção das referências espaciais ligadas ao "modo de produção doméstico", aproveitando definição clássica de Chayanov (1974).

Para Woortmann (2001), a definição chayanoviana serviu de escopo para elaboração de uma teoria da economia camponesa a partir do entendimento de que a "família camponesa organiza sua produção por uma avaliação subjetiva baseada na longa experiência de trabalho agrícola da geração presente e das anteriores". A composição dessas referências é percebida quando se entende às condições de moradia nas vilas, traduzindo-se, dentre outras coisas, pela ocupação de áreas onde os moradores praticam seus cultivos e determinam o uso e apropriação do seu chão. Com base nas práticas, os moradores das vilas complementam sua dieta diária com alimentos destinados à "*despesa*" [nome que se dá ao conjunto de alimentos que nutrem as famílias por certo período] como disse a informante Dona Maximina⁶², em Cibeles, sobre os 'mínimos vitais' do seu quintal. Seu Onofre, da Vila de Caiçara, reiterou:

"Aqui é mesma coisa de roça. É comércinho, mais é mesma coisa de roça. De primeiro, tocava muita roça, agora ninguém dá roça. Os fazendeiro foi deixando de dá roça. Agora é pimenta, banana, maracujá, tiração de leite. Agora a gente compra nos quilos e tem uma lavourinha de mandioca e de milho, pra despesa."

As preocupações com a "*despesa*" são retomadas em situações em que os ganhos mensais de dinheiro parecem ser insuficientes para assegurar a fartura — embora fartura, por si mesmo, não possa ser comprada, como se verá em discussão posterior. Cibeles e Caiçara são lugares que se espelham na cidade, mas que não saíram da condição rural, ou seja, não excluíram a "roça". Somam-se, de forma complementar. Segundo Tuan (1983,

pentecostais, sobretudo quando nega a fé nas benzeções, embora admita que elas salvaram a vida de sua única filha.

⁶² Mãe de Márcia, casada com Seu Oliveira. Nasceu em uma "fazenda" da região, pequena chácara no entorno da vila, que não tem mais, porque foi vendida pelo pai, segundo ela, para sanar dívidas relativas a gastos hospitalares com sua mãe. É professora da Escola Estadual de Cibeles e evangélica da Igreja de Cristo. Além de Márcia, tem outros 2 filhos que moram na Espanha, assim como irmãs e cunhados que se mudaram pra o exterior ou estão em Itapuranga. Os parentes que estão distantes, segundo narra, possuem expectativas de um retorno para 'casa', que possibilite abrir um negócio em Itapuranga.

p.209), o que importa nas chamadas ‘sociedades pré-letradas’ é o equilíbrio e a harmonia constante, não uma concepção de possíveis efeitos dos acontecimentos históricos.

A preparação dos casamentos, enterros e demais rituais domésticos (íntimos) e sociais (coletivos) produzem uma dinâmica social que se recria e desenha espacialmente seus conteúdos (Figuras 18 e 19). Para De Certeau (2000, p.43), até a ação de ‘andar na rua’ é a efetivação de um ato cultural, que inscreve os indivíduos em uma rede de sinais sociais que lhes são preexistentes. Esses sinais inauguram uma mistura social que, no caso do bairro, conforme seu estudo é recheada de técnicas de reconhecimento, inscritas na história social dos sujeitos, uma marca de pertença indelével. Atos como sentar nos alpendres e varandas ou recolher-se no interior das casas; caminhar pela rua, ir à igreja; debruçar-se nas janelas ou andar de bicicleta, são formas de inserção social que se praticam nas vilas estudadas. Do modo, tempo e maneira como acontecem, elucidam os comportamentos que constituem o caráter coletivo dos grupos sociais de origem camponesa.

Pereira de Queiroz (1975, p.65) estudou as características culturais do universo rústico brasileiro a partir do povoado de Santa Brígida, afirmando que o sentido de comunidade se dá “pelo laço de habitem a mesma vizinhança, cujas ações e práticas definem-se coletivamente, tendo como base a solidariedade vicinal”. Os processos de identificação e a apreensão dos elementos que orientam as práticas dos grupos são construídos ao longo do tempo. É apropriado recorrer à citação de Bourdieu (1983, p. 32):

A dialética da interiorização e da exteriorização, que constitui o habitus e desenha o mundo das práticas, realiza-se no universo das possibilidades objetivas e das probabilidades subjetivas. Assim, a significação do passado pode ter vários sentidos bem como a re-apropriação desses significados que se dá pela forma como cada homem incorpora esse passado como natureza incorporada, ou seja, faz da história sua natureza.

Figura 18: Cerimônia de Casamento de Wesley e Laís (20 e 17anos) na Vila de Cibeles⁶³, 2007.

Fontes: Acervo da autora. Trabalho de Campo, novembro de 2007.

Figura 19: Registro da ‘prosa’ diária dos senhores Germano e Raimundo na Vila de Caiçara, 2006.

Fontes: Acervo da autora. Trabalho de Campo, maio de 2006.

⁶³ A cerimônia foi realizada na vila de Cibeles, onde parte dos convidados que eram da IAD ficaram do lado de fora da igreja. O casamento não foi celebrado pelo padre, mas por um membro da comunidade. Após a cerimônia religiosa, os convidados juntaram-se na Rua do Comércio, onde foi feito um rancho de palha para a comensalidade. Depois do jantar, os católicos seguiram com o pagode enquanto os pentecostais recolheram-se em suas casas.

Os moradores das vilas — 100% responderam no questionário aplicado (Anexo II) terem nascido ou serem filhos e netos de famílias provenientes de áreas rurais — promovem uma rede de trocas, de socialização e interação que, além de gerar um sentimento de pertencimento e instaurar condições para produção de uma memória coletiva, também produz significados. Para Santos (1997, p.256), “o território compartilhado é a base da operação da comunidade”. A compartimentalidade reaparece nas formas de identificação. Muitos moradores declararam um conjunto de características de matriz identitária — migrante, fraco, roceiro, pobre e sem-letra — aliadas a outras referências que envolvem outros processos de identificação — católico, crente, mineiro, preto, etc.

Numa das entrevistas como, por exemplo, a concedida pelo informante Seu Losa, da vila de Cibeles, é possível identificar duas denominações: goiano e da roça. Morador e informante da vila de Cibeles, ressaltou: “*O meu serviço é este grosseiro mesmo, da roça. Isto porque eu nunca estudei... Freqüentei três dias o banco da escola. Eu sou da roça igual ao povo daqui*”. De Certeau (1996, p. 83 - 84) afirmou que os níveis de pertencimento dos sujeitos estabelecem-se no processo de apropriação do espaço, vinculado a redes de itinerários, funções definidas e trajetos percorridos e selecionados.

Reconhecer a natureza desses itinerários denuncia as redes de virtuosidade, vínculos e princípios que constituem os elos entre moradores e lugar, garantindo a integridade moral e salvaguardando suas heranças e saberes — reconvertidos nas práticas cotidianas, na integridade moral, nas escolhas e astúcias — afinal, para Bourdieu (1975), “o agir é uma astúcia”. Os moradores das vilas articulam espacialmente seus bens materiais e simbólicos que reforçam sua posse a partir dos princípios de reciprocidade praticados. Algumas sugestões míticas foram ressaltadas por Araújo (2006, p.75) quando percebeu um universo “sorvido na presença constante das representações vividas onde a narrativa da memória remete ao passado como um lugar seguro”.

Circundado de referências, a recomposição do passado reforça-se, territorialmente, no presente. Conforme Woortmann (1990, p.17), “o apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação”. Num texto que narra uma história de Cibeles, escrito pelo morador e informante, Seu Itamar Evangelista, verificam-se outros significados atribuídos ao morar:

“Cibeles não é um lugar de recursos, mas é um distrito onde se vive e mora bem, é um lugar onde não preocupamos com segurança, podemos dormir de portas abertas, deixar utensílios do lado de fora que ninguém mexe ou pega, as crianças têm liberdade de brincar na rua, andar de bicicleta sem perigo algum”.

Semelhantes modos de morar são nutridos de referências que se cruzam numa ‘constelação temporal’ — termo utilizado por Massey (2008, p.203), para falar do lugar como eventualidade — e expressam-se no caráter de unidade que tem o grupo, o que se torna mais evidente com o agrupamento dos moradores. O lugar descrito como “bom pra morar”, mas “sem recursos”, em que o “bom” é a liberdade, a segurança e a tranquilidade para educar os filhos, revela uma sociabilidade vicinal e a confiança que o grupo demonstra ter entre si. Antônio Cândido (2001, p.81) diz ser o bairro a estrutura fundamental da sociabilidade caipira. A denominação bairro rural é específica para falar da realidade paulista, mas, apesar disso, o autor considera que, em outros lugares, existem conformações correspondentes a essa unidade territorial tão específica.

Em contínuo, Cândido (2001) identificou dois movimentos que influenciam a unidade do bairro: aqueles de interação mínima, “bairros centrífugos”, e aqueles em que a vida social é mais rica, devido à convergência de vizinhos, os “bairros centrípetos”. O movimento centrípeto explica-se a partir dos elementos que constituem o funcionamento do bairro: o agrupamento básico constituído pelas relações vicinais e pela sociabilidade caipira que ordenam as relações básicas da vida. Os conteúdos dessa sociabilidade, para o autor, são, dentre outros, as festas, as comilanças, as rezas, os mutirões, atividades que sempre ocorriam associadas, no “tempo de antes”.

O surgimento das vilas provocou o agrupamento básico de vizinhos, elemento que, segundo citação supramencionada, caracteriza o bairro rural. Nas vilas, semelhante agrupamento aproximou os moradores de um convívio com um conjunto urbano que não fazia parte da sua cotidianidade: o arruamento, o parcelamento das terras em forma de lotes, o cartório, a escola (antigo ‘grupo escolar’), as mercearias (vendas, bares e comércios) e, mais recentemente, os postos de saúde e policial, embora este último esteja desativado em ambos os casos estudados. No “tempo antigo”, tais equipamentos exerciam uma assistência circunstancial em conformidade com as demandas daquele período.

A definição do espaço público nas vilas — o “patrimônio público”, para Marx (1991) — foi estabelecido a partir de um plano inicial que definiu o traçado das ruas e quadras. O conjunto urbano foi sendo, aos poucos, ajustado à dinâmica da vida dos moradores. As narrativas dos informantes reiteram o papel das atividades comerciais como aquelas que tinham maior “estabilidade” — em termos de uma localização precisa — enquanto os espaços das igrejas, praças (apenas para o caso de Caiçara), escolas, postos de saúde, cartórios e serviço telefônico mudaram sistematicamente. Isto foi possibilitado pela conformação de áreas reservadas às necessidades de expansão das vilas. Observa-se, porém,

que em ambos os casos a existência da rua comercial como logradouro mais instável, que embora mude de lugar (no caso da Vila de Cibele), continua existindo.

Entre as décadas de 1970 e 1980, logradouros públicos das vilas passaram por uma mudança de sede com o processo de reestruturação das redes — construção e alteração de vias que se ligam aos municípios e a outros distritos, mudança da sede das igrejas, das escolas e criação de postos de saúde. A gestão dos equipamentos continuamente obedeceu às normas dos municípios de referência, no entanto os moradores sempre ajustaram, a essas normas, os seus costumes — ora para viabilizar a possibilidade do uso, ora por haver normas oficiais incompatíveis com as praticadas pela comunidade. Com o distanciamento da gestão municipal, os espaços públicos foram utilizados a partir de normas, relativamente flexíveis, estabelecidas, em sua maior parcela, pela comunidade. A refuncionalização, deterioração e “descuido” dos equipamentos públicos demonstram distanciamento de uma possível autonomia municipal, além de indicar, no campo político, o também distanciamento do Estado, aspecto que merece análise mais detida. Assim, os moradores das vilas, estabelecidos em comunidade, criam especializações e distinções, normas e práticas astuciosamente apensadas a suas necessidades.

Figura 20: À esquerda, estabelecimento destinado à Política Militar na Vila de Caiçara, 2007. À direita, estabelecimento destinado à Política Militar na Vila de Cibele, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo, 2007.

Os diretores das escolas públicas definem a gestão escolar de acordo com as ordenações das instituições religiosas de suas referências, conflitando e ajustando ao universo de crenças dos alunos e professores de filiação oposta. Muitas influências dessas referências religiosas aparecem nas atividades pedagógicas desempenhadas pela escola, nas músicas entoadas pelos alunos, nas frases dos deveres escolares, nos cartazes afixados

nos corredores da escola. Cada qual possui inúmeros significados, aspectos apontados e analisados na pesquisa de Araújo (2006) que tratou do campo educacional.

Já os postos de saúde ficam aos cuidados de moradores vinculados à prefeitura a partir de cargos de segurança. Mesmo assim, os responsáveis pelo atendimento estabelecem formas de reorganizar as normas de funcionamento que, embora atentos as normas “oficiais”, definidas pelas prefeituras dos municípios-sede, não deixam de acudir as demandas da vila. Os lotes em que se assentam os postos de saúde são apropriados para produção de cultivares, distribuídos e partilhados pela comunidade, cumprindo o sentido da instituição do patrimônio público ressaltado por Marx (1991, p.69) de ser “uma área para usufruto comum dos moradores”. Parece que qualquer tentativa de gestão oficial soçobra numa gestão comunitária, menos definida pelas forças políticas municipais e mais ajustada às condições de vida dos moradores das vilas.

A análise dos esboços cartográficos na “Situação Atual” (Figuras 21 e 22) — referentes ao período da pesquisa de campo (2005 – 2008) — salienta os elementos para o entendimento da dinâmica das vilas e suas contradições. Os croquis da ‘Situação Atual’ demonstram a intensificação da oferta de serviços públicos e comércios “privados” e maior definição de parcelas destinadas a moradia, diferente dos exemplos dos esboços apresentados no período de fundação dos patrimônios. Eles auxiliam também na compreensão de novas dinâmicas expressadas pelas alterações dos eixos de acesso.

VILA DE CIBELE - SITUAÇÃO ATUAL (2008)

Município de Itapuranga (GO)

Figura 22: Croqui da Vila Cibele - Situação atual (2008).

No caso de Cibeles, a alteração está expressa, claramente, pela substituição da antiga estrada-tronco, que se iniciava junto à ICA (Figura 23). No tempo que compreendeu este trabalho, a antiga entrada estava interceptada por uma cerca de arame, constituindo parte da área de uso de uma chácara que faz fronteira com a vila. A dinâmica estabelecida pelo eixo principal da Vila de Cibeles relegou a IC a uma situação periférica e, conseqüentemente, todos os outros serviços que eram oferecidos naquele eixo, quais eram: grupo escolar, campo de futebol, vendas (mercearias, bares e botecos), cadeia e cemitério.

Figura 23: Igreja Católica em localização periférica na Vila de Cibeles, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo em outubro de 2007.

Todas as localizações anteriores da ICA informadas pelos moradores estavam ligadas à antiga estrada-tronco da vila, mesmo as de caráter provisório. Tais localizações destinavam centralidade a atividades religiosas e suas celebrações, regadas a festividades, leilões e pagodes. Era utilizado um cruzeiro para demarcar o território da fé, o qual se assenta defronte à ICA, como também ocorre em Caiçara. A rua, preenchida de uso religioso, elucida-se como lugar do convívio e das práticas da cotidianidade.

O universo das crenças, praticadas para sustentar os fatos de tradição, conforme Mauss (2003, p.55), reorganiza-se. Instalam-se na ‘nova’ Rua do Comércio da Vila de Cibeles dois templos das Igrejas Pentecostais (Figuras 24 e 25) — IAD e IC —, um posto de saúde e a escola pública — construída na década de 1970, substituindo o antigo grupo escolar — além das ‘vendas’. A mudança do eixo central destina ao culto católico situação oposta à que ela tinha na instituição inicial do patrimônio leigo.

Figura 24: Igreja de Cristo, na Rua do Comércio de Cibeles, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo em outubro de 2007.

Figura 25: Assembléia de Deus, na Rua do Comércio de Cibeles, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo em outubro de 2007.

Com o asfaltamento da GO 230 — que ocorreu segundo o decreto lei nº 9.308, de 15 de junho de 1983 — e a mudança de sede do distrito de Caiçara, da Cidade de Goiás para Faina, intensificaram os deslocamentos proporcionados por esse eixo, ligando as atividades da vila à Itapuranga. Na entrada da Vila de Caiçara, a partir da GO 230, acessava-se a antiga Avenida Minas Gerais que, com a mudança da sede municipal, passou

a se chamar Avenida Ana da Rocha Rezende. Tal avenida enceta-se em frente à praça da ICA (Figura 26) — lembrando as funções da praça nas primeiras cidades, “espaços pra ver a igreja”, como destacou Marx (1991)— e encerra-se próximo à igreja dos vicentinos (Figura 28). Já a AD de Caiçara (Figura 27) encontra-se em localização periférica, assim também como o culto pentecostal naquela vila.

Figura 26: Igreja Católica na entrada da Vila de Caiçara pela GO 230, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo em outubro de 2007.

Figura 27: Igreja Assembléia de Deus, em situação periférica, na Vila de Caiçara, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo em outubro de 2007.

Figura 28: Igreja dos Vicentinos⁶⁴ na saída da Vila de Caiçara, em direção ao município de Faina, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo em outubro de 2007.

Assim, a Vila de Caiçara, considerando o eixo asfaltado, abre-se e fecha-se com igrejas, ambas vinculadas ao culto católico. Ao longo dela há uma predominância da horizontalidade das fachadas e geminação das construções mais antigas, fachadas muito características das moradas coloniais pobres, como as descritas no estudo de Oliveira (2001) sobre a casa pirenopolina (Figura 29). As janelas de vergas retas, de madeira e sem vidro, ainda existem ao longo dessa rua, assim também como em Cibeles, convivendo com a incorporação de outros materiais utilizados mais recentemente nas construções e modificações das fachadas das casas da vila.

⁶⁴ A Sociedade de São Vicente de Paula é uma organização e um movimento católico internacional de leigos, fundada em Paris, França, no ano de 1833, por Antônio Frederico Ozanam. Colocada sob o “patrocínio” de São Vicente de Paula, inspira-se no pensamento e na obra desse Santo, esforçando-se, sob o influxo da justiça e da caridade. Sua atuação é voltada aos trabalhos em creches, hospitais e asilos. É composta por “vicentinos”, pessoas que são unidas entre si pelo espírito de pobreza e de partilha. Foi instalada em Caiçara por influência de um leigo francês de nome Bernardo, que morou na Vila durante um período de 5 anos. Realiza ações individuais, pagando “*contas de luz*”, e outras ações de caridade, como o cuidado de pessoas idosas, conforme falou Dona Joaquina. Os ritos litúrgicos são feitos pelos participantes leigos e em conjunto com a ICA.

Figura 29: Casa de Marilo e Dona Júlia, eixo principal da Vila de Caiçara, 2006.

Fonte: Arquivo da autora. Trabalho de campo, maio de 2006.

Figura 30: Casa Alpendrada de Dona Rosa, Vila de Cibeles, 2007.

Fonte: Arquivo da autora. Trabalho de campo, outubro de 2007.

Em Cibeles, todas as casas são de alvenaria e possuem a presença recorrente — mais do que nas casas da Vila de Caiçara — do alpendre (Figura 30): espaço de transição entre a rua e o espaço doméstico, amplamente utilizado para vários fins de sociabilidade como descarregar produtos agrícolas ou para “servir um café” a um viajante. As datações encontradas para o alpendre são do final do século XIX, tanto em Oliveira (2001) quanto em Vauthier (1975). O alpendre esboça uma “continuidade”, não um corte rígido entre espaço público e espaço privado. Como arquitetura que se conserva, preserva

concomitante, o sentido pelo qual foi construído. Quase não há casas com garagens nas vilas, assim como são incomuns meios de transporte que demandem a existência delas.

Diferente do exemplo da vila de Cibebe, em Caiçara a ICA parece ter sustentado o antigo eixo de deslocamento principal. Na vila de Cibebe, a circulação mais intensa foi redefinida para outra área, alterando a dinâmica de circulação daquela vila a partir do fechamento da antiga via (Figura 31) e abertura de uma nova, reforçada com o asfaltamento feito pela prefeitura de Itapuranga em 2004. O fato estabeleceu a circulação mais dinâmica dos que se dirigem a Cibebe. “*Pra fazer o que lá?*”, perguntam os vizinhos, moradores de Itapuranga, dúvida que se apresentou nos discursos dos próprios moradores da vila: “*Afinal, pra que estudar? Um ‘lugarzinho’ que não tem com o quê?*”, disse Seu Divino.

Figura 31: A antiga entrada principal da Vila de Cibebe entre a ICA (direita) e o Centro Comunitário (esquerda), 2007.

Fonte: Acervo da Autora. Trabalho de Campo, 2007.

A distribuição dos equipamentos públicos na vila de Caiçara é, aparentemente, mais complexa do que em Cibebe, pois eles não ficaram agrupados nem próximos. Essa característica vincula-se ao processo pelo qual a vila passou (erigindo-se como distrito, ganhando status de município e, posteriormente, retornando à condição de distrito). As conseqüências desse processo mostram-se especialmente numa distribuição multicentralizada dos equipamentos públicos, como se tentassem dar autonomia à vila. Tais

tentativas não impediram que muitas obras construídas fossem subutilizadas pelos moradores.

Mesmo com os equipamentos públicos, as vilas não têm recebido da parte dos moradores o estatuto urbano. Tal representação ocorre muito parcialmente, sobretudo quando se observam as diferentes nomeações empregadas para outras localidades, onde o urbano parece estar mais firmemente instalado e autônomo, como os discursos sobre Itapuranga, Faina ou Goiânia. As vilas são chamadas de “rua”, “comércio” e “currutela” [corruptela] enquanto Itapuranga é cidade, semelhante a Goiânia, não “*um lugar abreviado*” como definiu Dona Divina, na vila de Cibeles.

Esse ‘urbano’ aparece parcialmente identificado em oposição à vida na roça, vislumbrado pelo acesso mais facilitado aos equipamentos e instituições mencionadas, mesmo que o uso deles reporte às práticas comunitárias. Por exemplo: o posto de saúde de Caiçara é, também, o lugar da horta do Seu Afonso. A atividade de assistência médica oferecida naquele lugar, duas vezes por mês, não o reforça no campo das representações. Há quem diga que vai lá no “*posto-da-horta*” para “*consultá*” ou na “*horta-do-posto*” para “*comprar couve*”. Assim também ocorre no Posto Telefônico em Cibeles, que nunca foi utilizado para outro fim senão destinado, por Seu Joaquim, à plantação ora de milho, ora de mandioca.

Os informantes Seu Fio e sua irmã, Dona Leneir, são filhos de mineiros da cidade de Formiga e sempre viveram na roça com os pais, que compraram “uma terrinha” na região do distrito de Caiçara. Ambos referiram-se à vila como “rua” que só serve pra quem tem que “*dar estudo aos filhos*”. Caso contrário, o sentimento é de vazio: “*Aqui é fraco, mas é bom... Escola até tem, mas eu não tenho menino*”. Em Cibeles, Dona Antônia usou o termo “currutela”: “*Eu não gosto de morar em currutela. Eu nunca morei em currutela, é a primeira vez*”.

Em ambas as vilas funcionam diariamente vendas (mercearias), bares, escola e igrejas, sobretudo pentecostais. O prédio da cadeia não oferece condições de funcionamento; o posto de saúde possui um calendário que nem sempre é cumprido devido à ausência do médico e de medicações; as igrejas católicas mantêm-se sem a assistência semanal dos padres. A organização de partidas de futebol possui menos frequência do que no passado, no entanto ocorrem esporadicamente jogos entre equipes formadas por empregados de fazendas e moradores das vilas. Porém, na maior parte das vezes, o “campinho” é usado para a diversão das crianças.

Acerca dos procedimentos ligados aos ritos fúnebres, houve uma mudança significativa devido ao processo de terceirização da organização do velório. No período da

pesquisa, houve relatos de três velórios nas vilas estudadas. Um deles, em Cibebe, referia-se a uma jovem assassinada, que não mais morava de lá, mas cujos parentes quiseram que ela fosse enterrada no lugar, alegando que todos da família ficariam juntos quando mortos. Segundo Dona Maximina, da Vila de Cibebe:

“No velório da Regina, matou frango, leitoa... Quem vem para o velório sempre traz alguma coisa pra ajudar, porque junta muita gente, gente que vem de longe pra ver, pra comer, pra pousar. Vieram muitos de Caiçara. Foi uma coisa muito sentida por nós, ela era daqui, linda demais. O marido estava inconsolável. Eu fui ajudar fazer a comida. O Pastor Bento fez o culto, a rua ficou lotada, porque a família dela é quase todinha da Assembléia [de Deus]. Havia muito choro, porque foi uma morte que abalou muito a gente.”

O serviço de preparação do corpo, antes completamente organizado pela comunidade — desde a confecção das mortalhas e caixões —, é agora feito pela PAX (empresa de assistência funeral), situada no município de Itapuranga; a empresa, inclusive, exigiu que se encurtasse o tempo de duração dos velórios. Exceto a preparação do corpo, as famílias organizam o funeral, oferecendo condições para acolher os que vêm velar o corpo. O sentimento de sentir-se abalado pela violência do crime, que teve como decorrência a morte citada, associado ao fato de interromper a vida de uma pessoa jovem, elucida-se nas noções de tempo para nascer e morrer — o dia certo para cada coisa —, pois os ritos de morte são ritos de tempo. Martins (1983, p.259) escreveu:

O povo da roça mobiliza concepções culturais, ritos, crenças, rezas, para que a natureza cumpra o seu ciclo de nascimento-crescimento-envelhecimento-morte, para que o homem viva e morra como a árvore do campo.

Os acontecimentos desfilam-se na organização dos funerais, demonstrando a resistência à ‘terceirização’, que depõe certa desconfiança da comunidade com relação a tudo aquilo que não alude às práticas conhecidas e controladas por ela: *“Tem gente que diz que eles mentem que o velório tem que ser rápido, porque coloca um produto no corpo. Quando eu morrer, eu não quero velório ligeiro. Tem que fazer a missa, rezar os terços, oferecer almoço, janta. Defunto amado é defunto chorado!”*, ressaltou Seu João Doce, da Vila de Cibebe. Araújo (2006), em sua análise

das vilas, narrou sobre um sentimento de suspeita ao saber perito, racional, moderno. A ‘suspeita’ reforça-se na entrevista de Seu João Doce, ao dizer já ter falado para o médico que assiste os moradores de Cibeles: *“o senhor, doutor, está pior que um benzedor”*.

As vilas se confirmam como lugares que convivem com uma oralidade camponesa que roga por assistência, mas, ao mesmo tempo, dúvida e acredita nas formas oficiais de terapêutica. O sufoco dessa oralidade corrobora-se na entrevista com Dona Divina. Ela contou seu constrangimento por força das constantes reclamações que os professores faziam de seu filho, Carlos, alegando mau comportamento e sugerindo que ela conduzisse melhor a educação dele. Embora recorrentemente ela acenasse que o filho não gozava de boa saúde, os professores reafirmavam ironicamente: *“aqui ele é muito bom... Não apresenta doença nenhuma!”* O constrangimento só acabou quando ela descobriu, a partir de uma consulta feita em Itapuranga, que o filho sofria de epilepsia. A informante disse:

“eu levei pra benzer e Dona Antônia disse que era preciso levar ele no médico de cabeça, que ela achava que ele tinha alguma coisa que não se curava só com a benzeção... Quando eu descobri que ele tinha epilepsia, pedi pra enfermeira do hospital fotografar... [pega as fotos e nos mostra], porque eu fiz questão de levar lá na escola pra eles verem que o Carlos é um menino bom. A professora dele diz ter arrependido de reclamar tanto”

A necessidade da ‘fotografia’, uma prova material da situação de saúde de Carlos — assim como ocorreu com outra informante, que fotografou o pai convalescente, para “provar” a suas irmãs distantes que cuidava bem dele —, demonstra o sufocamento da oralidade, muitas vezes insuficiente para definir formas de contrato social entre os grupos camponeses. Ao mesmo tempo em que semelhante oralidade é sufocada, outros exemplos demonstram o modo como ela reafirma-se. Seu Oliveira, da Vila de Cibeles, diz:

Aqui todo mundo é bom pra pagar. Se você for em Itapuranga e quiser comprar qualquer coisa fiado, é só falar que é de Cibeles. Aqui mesmo, o Altair da venda, às vezes nem anota o que eu pego lá, de tanto que ele confia. Mas às vezes ele usa uma caderneta, pra marcar as contas que as pessoas fazem. Tem gente que, se pudesse, ia trabalhar lá em Itapuranga e voltava pra cá, pra morar aqui, o povo é bom, é correto, de palavra!”

Essas configurações reforçam a idéia de que o lugar, embora se espelhe na cidade, não saiu da condição rural. Amplia-se o destino de moradia, enredado num universo de confiança/desconfiança, num tempo que ‘sobra’ para a prosa diária e para composição das trocas de mantimentos e “ajudas” nas necessidades de mão-de-obra para construção de casas, etc. Os moradores vivem de forma intensa suas práticas diárias de encontros para conversar, relembrar o passado, discutir suas opiniões sobre os dilemas e alegrias de suas vidas, ou simplesmente “*contar causos, mentiras e conversas de pescaria*”, como disse Seu Germano da Vila de Caiçara. Realizam-se, freqüentemente, pamonhadas, pescarias, caças e banhos de rio (Figuras 32 a 35). Nos primeiros trabalhos de campo feitos na Vila de Cíbele, houve um discurso que negava a prática da caça. No final da pesquisa, na ocasião de um jantar, uma moradora sugeriu que a carne oferecida não era muito conhecida, dizendo: “*Vê se você conhece essa carne de panela. Não é de porco nem de vaca... (risos)*”.

Figura 32: Crianças na roça de Caiçara limpam os lambaris de uma “bem sucedida” pescaria infantil, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo em outubro de 2007.

Figura 33: Pamonhada de vizinhos na Vila de Cibeles.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo em outubro de 2007.

Figura 34: Mãe, filha e cachorro banham-se no “barranco” de uma fazenda, próxima ao “perímetro urbano” da Vila de Cibeles, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo em outubro de 2007.

Figura 35: Prosa de senhores na porta de uma venda fechada, da Vila de Caiçara, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo em outubro de 2007.

Além das atividades que compreendem a vida nas vilas, os espaços de moradia foram, paulatinamente, modificando-se. Os ranchos do passado cederam lugar às casas de alvenaria, algumas ainda cercadas com arame, como os sítios e fazendas no limite dentro-fora; outras estão separadas por muros feitos “de placa” [espécie inferior de concreto usado para edificação] e raramente de alvenaria. Os quintais mantêm a irregularidade de tamanho e formato, mesmo com tendência à “quadrícula” dos lotes e quadras. Marx (1991, p.112) chamou atenção para esse elemento quando escreveu sobre as formas de estabelecimento dos loteamentos nos patrimônios leigos:

A forma do lote terá — e nisto não há novidade, tão-somente mais explicitação e rigor — vantagens em assumir a figura de um quadrado ou retângulo, geralmente deste último, pois a frente ainda guarda seu privilégio, que interessa ao futuro loteiro, ao loteador, ao governo municipal. Tal quadrângulo, regular e ortogonal, mostra-se como a figura geométrica mais adequada para o retalhamento de uma gleba.

Tanto na Vila de Cibeles quanto em Caiçara, foi comum encontrar quintais onde se acomodam galinheiros improvisados e fogões de lenha, assim como edificações acessórias,

espécies de ‘paiois’ (Figura 36). Os quintais são uma conformação característica singular das casas brasileiras, segundo Silva (2004, p.62), “território velado, não acessível ao olhar público”. Já as casinhas acessórias têm servido para acomodar ferramentas de trabalho, insumos agrícolas e mantimentos (aspecto demonstrado e melhor analisado no tópico a seguir). Apenas em Caiçara, há um conjunto habitacional (AGEHAB) cujas casas (Figura 37), relativamente homogêneas, aparecem concentradas num determinado ponto da vila. Em Cibebe, as casas feitas com auxílio da Agência Goiana de Habitação⁶⁵ (Figura 38) distribuem-se no espaço da vila, assistematicamente e de forma esporádica (Figura 39).

Figura 36: Cômodo de despejo da casa de dona Brecholina e Seu Losa, em Cibebe.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo em outubro de 2007.

⁶⁵ A Agência Goiana de Habitação (AGEHAB) forneceu o dinheiro (5 mil reais para cada casa) e a planta das habitações. A construção foi feita pelos moradores que organizaram mutirões tanto no exemplo da Vila de Caiçara quanto em Cibebe.

Figura 37: Vista do conjunto da AGEHAB, na Vila de Caiçara, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo em outubro de 2007.

Figura 38: Planta de casa da AGEHAB na Vila de Cibeles, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo em outubro de 2007.

Figura 39: Uma das casas da AGEHAB em construção, na Vila de Cibebe.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo em outubro de 2007.

Para Yi-Fu Tuan (1983, p.130), nas sociedades pré-letradas e de camponeses, as próprias pessoas fazem suas casas e demais construções. Por isso, a casa e os objetos constituem um texto que agrupa as regras de comportamento e a visão de mundo. Há, nesse processo, uma consciência espacial que abarca essa ‘casa-cosmos’ que se difere do sentido que a casa recebe em outras sociedades e em outros contextos. Percebeu-se um comportamento caseiro muito semelhante ao dos assentamentos rurais estudados no mestrado, em que as cozinhas, alpendres, quintais e as áreas externas são espaços de convivência mútua entre os moradores da casa e os vizinhos, parentes e compadres.

Assim, a presença dos equipamentos urbanos e das instituições religiosas “oficializadas nos templos” não fez desaparecer outras presenças, tradicionais e familiares, de origem camponesa. Permanecem operantes, embora modificadas na ocasião da pesquisa, as dádivas, os ensinamentos dos mestres-escola; as rezas e benzeções domésticas; os receituários e remédios caseiros (Anexo 2); os rituais vinculados à gestação e ao nascimento; casamentos e velórios. Aliás, tais presenças não destituem o respeito aos sábios do lugar, eleitos e socialmente sustentados por normas próprias que ultrapassam diferenças⁶⁶. As relações com as chamadas “instituições tradicionais”, aqui definidas como

⁶⁶ Numa notação de campo, percebi que a informante, Márcia, 30 anos, evangélica neopentecostal, “desde pequeninha”, segundo disse, mantinha os cumprimentos com os mais velhos da vila pedindo-lhes a “bênção”. O pedido de bênção é uma forma de cumprimento muito comum entre grupos de origem camponesa, tradicionalmente católicos. É ainda ensinado às crianças, e praticado por elas, dirigirem-se aos mais velhos,

aquelas ligadas ao modo de vida camponesa, sucedem nas vilas pela conjunção das casas, pela comunhão das famílias, pela semelhança das referências entre os moradores e, ainda, pelo modo como são interpretadas e absorvidas as permanências e mudanças.

Dona Alice, uma das benzedeiros de Cibeles, é matriarca de uma família que há três gerações mora na vila e em suas redondezas. Sua condição de saúde impede-a de ir às missas, sendo assim, o padre frequenta sua casa levando hóstia e fazendo as rezas. Sua neta, Vaina, também católica, é professora de primeira fase na Escola Estadual de Cibeles, onde também leciona Maximina, pentecostal da IC. Crianças da Vila entoam músicas ensinadas pelas professoras que revelam suas crenças de referência pentecostal e católica, um jogo de disputa de espaços e de transmissão de fé, que pende para a desigualdade, uma vez que, conforme observado em Caiçara e em Cibeles, os diretores e coordenadores das escolas das vilas são de filiação pentecostal.

Na vila de Caiçara, a assistência religiosa de cunho católico tem sido feita pelo Padre Sebastião Romário, vinculado à paróquia do município de Faina, cuja Diocese regente fica no município de Rubiataba. A baixa frequência da presença do padre na comunidade faz com que a fé católica seja sustentada pelos agentes religiosos do povo, benzedeiros e devotos, os quais prestam auxílios religiosos procurando manter os “católicos antigos” firmes na sua fé diante da ameaça constante de avanço do protestantismo, conforme se verifica no fragmento de entrevista abaixo:

Rusvênia — *O padre que reza a missa aqui na vila vem de onde?*

Dona Joana — *De Rubiataba...O padre Sebastião, Padre Sebastião de Rubiataba..*

Rusvênia — *É de Rubiataba...Vincula-se então ao bispado de lá?*

Dona Joana — *É. Porque agora nós é de lá. Vem ele e a freira Gertrude. Uma baianona morena, boa sem tanto!*

Rusvênia — *Ela auxilia o padre em seus trabalhos pastorais?*

Dona Joana — *Vem, anda com o padre... Benze nossas casas. Eu confesso que eu comungo tudo isso.*

sejam parentes ou desconhecidos, na espera da resposta que pode ser “Deus te abençoe”, “Nossa Senhora te abençoe” ou mesmo uma abreviação dessas frases. Percebi que o pedido de bênção foi dito a duas benzedeiros de Cibeles, Dona Rosa e Dona Judith. Cabe anotar também o cumprimento proferido aos evangélicos, substituindo a “bênção” pela “paz do Senhor irmão”. Brandão (1979, p.378) diz: “Só os pentecostais reduzem sua moral de seita a oposições radicais entre os “irmãos” e os outros, a ponto de incluírem nesse última categoria até mesmo os mortos familiares, ocupando-se apenas dos irmãos vivos, parentes ou não.”

Rusvênia — *Eles trazem a comunhão em casa?*

Dona Joana — *Trazem, trazem na nossa casa...a comunhão e a gente que não pode sair muito confessa aqui mesmo. Não, eu não tenho do que reclamar da minha religião, minha filha! Ando contente, menina, com a minha religião... Não falo dos crentes não! Eles pra lá e eu pra cá.*

Na ausência do padre, o auxílio religioso católico de Cibebe é feito por João e Maria, moradores das roças do entorno. No último trabalho de campo feito na Vila, João realizou uma cerimônia de casamento no lugar do padre. Dona Brecholina, moradora e informante, confidenciou: “O João é nosso padre aqui. Ele celebra, batiza, serve nós, porque nem sempre o padre pode vir de Itapuranga, nem sempre ele está disponível...” A ICA de Cibebe é mantida pela Paróquia de Itapuranga, liada à Diocese da Cidade de Goiás que, por sua vez, recebe forte influência teológica do movimento conhecido como Teologia da Libertação, o qual instituiu a chamada Igreja do Evangelho⁶⁷. Essa vertente religiosa admite a realização de celebrações dirigidas por agentes religiosos da comunidade. Tal situação é diferente do caso da vila de Caiçara, onde a ICA permanece fechada na ausência do padre, fazendo com que o casamento seja ‘celebrado’ pelo escrivão do cartório. A tabela abaixo demonstra o funcionamento do campo religioso nas Vilas.

Quadro 2 – Funcionamento do campo religioso nas Vilas Cibebe e Caiçara, 2008.

Igreja	Hierarquias	Práticas Encontradas
IC de Cibebe	Paróquia de Itapuranga ▼ Diocese da Cidade de Goiás	<ul style="list-style-type: none"> • Interação com as benzedadeiras e os curandeiros; • Realização de celebrações e casamentos, no templo da igreja, sem a presença do padre; • Celebrações ocorridas uma vez por semana e dirigidas pelos moradores; • Missas ocorridas uma vez por mês com a presença do padre;
IC de Caiçara	Paróquia de Faina	<ul style="list-style-type: none"> • Interação com as benzedadeiras e os

⁶⁷ Para se entender melhor a ação desse movimento, ver texto de Pessoa, Jadir de Moraes. *A Igreja da Denúncia e o Silêncio do Fiel*. Campinas: Editora Alínea, 1999.

	▼ Diocese de Rubiataba	curandeiros; <ul style="list-style-type: none"> • Missas no templo ocorrida uma vez por mês e apenas com a presença do padre;
IAD de Cibebe	Sede em Itapuranga	<ul style="list-style-type: none"> • Cultos semanais com a presença do pastor; • Atividades nas roças ocorridas uma vez por mês;
IAD de Caiçara	Sede em Itapuranga	<ul style="list-style-type: none"> • Cultos semanais com a presença do pastor; • Atividades ocorridas nas roças uma vez por mês;
IC de Cibebe	Sede em Itapuranga	<ul style="list-style-type: none"> • Cultos semanais com a presença do pastor; • Atividades ocorridas na sede em Itapuranga;
IC de Caiçara (fechada)	Sede em Itapuranga	—
Igreja dos Vicentinos de Caiçara	Sede em Goiânia e São Paulo (apenas de cunho referencial)	<ul style="list-style-type: none"> • Celebrações feitas pelos membros vicentinos, uma vez por mês, com participação da comunidade católica; • Organização de cestas básicas e outros auxílios financeiros.

Fonte: Entrevistas e observações de campo, 2005 – 2008.

O catolicismo rústico que marcou a vida de homens e mulheres do interior do Brasil, desde os tempos antigos, está presente em ambas as vilas e manifesta-se não apenas nos cultos, mas é ligado a outros aspectos da vida cotidiana: ao calendário do plantio e da colheita — “*sempre chove na coresma* [quaresma]!” —; às formas e convivência e aos cumprimentos regados aos pedidos de ‘bênção’; ao caráter de reciprocidade, às relações de respeito que se estabelecem com as antigas benzedadeiras, convertidas ao pentecostalismo, que não benzem mais, mas proferem orações aos que as procuram, continuando a receber visitas freqüentes de solicitantes de receituários, chás e ‘simpatias’. Segundo Novaes (1983) analisando o catolicismo entre os caipiras paulistas:

Ser católico é natural. É dar continuidade aos ensinamentos que fizeram parte do seu processo de socialização, que lhes forneceram elementos para uma determinada visão do mundo e lhes transmitiram práticas adequadas para a relação com os poderes sobrenaturais.

É necessário ponderar uma diferenciação do comportamento religioso dos moradores das vilas, ligados aos aspectos institucionais e oficiais aos quais elas estão apensas. No caso da vila de Cibeles a ICA, por estar vinculada a diocese do município Cidade de Goiás garante autonomia do culto sem padre, realizado pela comunidade de afiliados. Este elemento se diferencia da vila de Caiçara a qual, ligada a diocese do município de Rubiataba, interpõe com mais afinco a assistência do padre, realizando missas apenas com a presença dele. As pentecostais de ambas as vilas — tanto as AD's, nas duas, quanto a IC, apenas em Cibeles, são administradas pelas sedes alocadas no município de Itapuranga.

Os conflitos no campo religioso não ocorrem apenas quanto as filiações opostas. Na vila de Cibeles, a negação da benção e as participações dos crentes da IC nas festas organizadas pela prefeitura — enquanto que os crentes da AD são proibidos de participar pelo Pastor seja, da Festa da Cavalcada ou de quaisquer outras que não sejam organizadas pelos 'irmãos'—, explanam conflitos mais acirrados entre as igrejas pentecostais. As discussões sobre o que é e não é permitido, doutrinas e mandamentos, provocam um trânsito religioso acentuado entre crentes da IC e da AD como o exemplo da fala de Dona Ione, moradora há 17 anos da vila de Cibeles:

Rusvênia - *A senhora é de qual religião? Aqui na vila, frequenta qual igreja?*

Dona Ione - *Igreja de Cristo. A mesma ali da Marta do Itamar.*

Rusvênia - *E faz muito tempo que a senhora é da Igreja de Cristo?*

Dona Ione - *Não, na Igreja de Cristo tem o que... Eu fui pra Igreja de Cristo porque na Igreja de Cristo mais ou menos tem, o que acho que dá, mais ou menos um sete oito anos... Quando cheguei aqui fui pra Assembléia [Assembléia de Deus], aí lá eu fiquei sete anos agora está com 2 meses que eu voltei pra Igreja de Cristo*

Rusvênia- *Ab é por que a senhora mudou?*

Dona Ione - *A Assembléia assim, eles exige demais, não é? A Assembléia é um trem0 que tem doutrina e ao mesmo tempo não tem nada.*

Rusvênia - *Como assim?*

Dona Ione – *É que não pode cortar cabelo, não pode usar uma pintura, não pode arrumar uma unha, uma roupa dependendo... a roupa a manga tem que ser comprida, eu não gosto.*

Rusvênia – *Quando a senhora estava lá usava manga comprida?*

Dona Ione - *Não usava manga do jeito que eu queria... Manguinha curta! Minhas mangas... camisetas eu corto as manga tudo, num dô conta... não! Agora caiu muito não é...agora hoje em dia já não tão assim mais. Mais ai eu fui pra Igreja de Cristo por causa do meu marido que ele gosta da Igreja de Cristo... toda vida goston, ai pra num fica um lá o outro cá a gente juntou as igrejas, porque ele tentou ir pra Assembléia e não gostou não.*

Rusvênia – *e a Católica, a senhora já freqüentou?*

Dona Ione – *Tem quatorze anos que eu sou evangélica. Mais fui a vida toda católica. Recebia folia... a folia do povo da Baixa da Serra ... da Caiçara. Eu gosto. Parece que esse ano já teve. O ano passado eu acho que teve umas duas ai...*

Rusvênia – *Aí a senhora vai ver ela passando?*

Dona Ione - *Pra mim tanto faz até hoje. Eu num freqüento mais também num falo mal. Igual esses dias atrás, teve uma Igreja de Itapuranga, de Goiás não sei onde era. Foi um pessoal da Católica visitando ai, veio aqui em casa, eu recebi eles. Eu acho que igreja num salva ninguém, não é? Antes eu achava que a Assembléia salvava mais. A Assembléia, de primeiro era mais dura. Mas eu acho que hoje em dia não tem isso mais também não, não é? De primeiro a moça que era assim que fosse da Assembléia, num podia andar nem de bicicleta, era difícil. Agora hoje num tem nada disso mais não.*

A presença da IC em Cibeles e sua ausência em Caiçara pode ser o principal motivo das tensões que provocam a negação ao trabalho das benzedadeiras em Cibeles. A conduta religiosa da ICA mostra-se mais flexível e liberal quanto às doutrinas e proibições dirigidas aos fiéis, fazendo cair por terra uma identidade pentecostal estereotipada, mas, elucida

veementemente em suas pregações, uma negação das práticas do catolicismo tradicional⁶⁸. Sugere, ainda, que o “*reino do mal*” [inferno] é organizado e atualizado, exige vigilância constante dos crentes, como a fala do Seu Itamar, de Cibeles:

Seu Itamar- *A gente foi aprendendo assim, que o reino do inferno é muito atualizado, por exemplo, também tem um caso que ela pega uma região tipo Itapuranga, ele usa essa região. Também pega uma região como Itapuranga e trabalha ali só naquela área. Você pode vê que tem uma cidade que as pessoas morre de determinada coisa, suicídios. Já tem área que você pode vê que é uma região que acontece tantos acidentes. Então o reino do inferno é assim, ele trabalha por área sabe, tem região que ele só age daquela forma. Toda região tem um caso de maldição, nós aprendemos assim, que ele pega por área.*

Rusvênia – *Aqui perto tem algum exemplo desses casos?*

Seu Itamar - *Sempre tem um acidente ali naquela local, naquelas curvas em Itapuranga, sempre tem. Naquela área como se tivesse um espírito ali, não é? Tem também a maldição, mas geralmente também da organização do reinos das trevas que trabalha naquela área, porque não vai pegar toda uma área. Nos aprendemos que o inferno também tem as como chama a (...) como uma escadas tem os inferiores, superiores.*

A gestão da ICA em Cibeles se apóia no projeto ‘inovador’ da Teologia da Renovação (Diocese de Goiás) a que, pelas escolhas de trabalho pastoral feitas, segundo Pessoa (1999, p.180) provocou uma “negação das práticas tradicionais do catolicismo”. Contrariamente, Caiçara parece sustentar um catolicismo mais rústico, tanto por não negar as práticas tradicionais, quanto por elas estarem menos ‘burocratizadas’: vários informantes disseram que sabiam fazer “pequenas benzeções”, tendo aprendido em casa com seus avós e pais, as que serviam para curar uma ‘bicheira’ de gado, ‘um quebrante de criança’ [mal estar causado às crianças, quando bebês, por inveja], dentre outros problemas

⁶⁸ Os nomes “feiticeira” e “raizera” foram mencionado pelo Pastor Bento (da AD) para Dona Adelina e revela as tensões do campo religioso na vila de Cibeles. Diferente de Caiçara, as benzedeadas(os) e ex-benzedeadas(os) de Cibeles demonstraram-se demasiadamente acudadas e não revelam a prática da benzeção, ao contrário, dizem, à primeira vista, que não benzem mais. Percebeu-se, contudo, que nessa vila, as práticas neopentecostais — apoiadas pela Igreja de Cristo —, são praticadas com afino ainda assim, alimentadas pela sede desta filiação religiosa presente no município de Itapuranga. Apesar de estarem em menor número, membros da Igreja de Cristo utilizam recursos audios em seus cultos e cantam ao som do play back. Os informantes de Caiçara disseram que naquela vila a Igreja de Cristo não durou mais que um ano, elementos que mereceriam maior investigação.

considerados” mais simples”. Os neopentecostais fortificam o campo pentecostal de tendência mais radical em Cibeles agindo de maneira diferente dos pentecostais da AD, essa, mais aceita em ambas as vilas e também nas áreas rurais circundantes. A AD possui cinco sedes espalhadas nas áreas de fazenda, entre os distritos, sendo curadas por agregados e vaqueiros que moram na área rural das vilas.

As tensões no campo religioso, em Cibeles, também ocorrem entre “católicos institucionais” (aqueles que praticam diariamente requisitos da diocese) e “católicos tradicionais” (aqueles que freqüentam apenas as missas com a presença do padre e vivem uma religiosidade mais liberta dos ritos oficiais). Em Caiçara estas tensões estão atenuadas, pois o trabalho da Diocese de Rubiataba obedece mais aos preceitos tradicionais cujos ritos são socialmente aceitos pelos moradores da vila, excetuando aqueles que reclamam das festividades, menos freqüentes, que eram organizadas pela igreja.

A relação entre o estudo da cultura e as possibilidades materiais de reprodução social dos grupos rurais, mesmo que reduzidos territorialmente, tem sido refletida, nesta tese, por meio das representações socioespaciais dos moradores, assim como da produção do lugar e seus usos. De Certeau (1996, p. 123) afirma que Bourdieu (1975) supôs a existência de um duplo vínculo para analisar as práticas dos grupos em relação ao seu espaço: a referência a um lugar próprio [patrimônio] e a um princípio coletivo de gestão [família e grupo]. Diz o autor:

(...) essas práticas são todas comandadas por aquilo que eu denominei *uma economia do lugar próprio*. Esta recebe, na análise de Bourdieu, duas figuras igualmente fundamentais, mas não articuladas: de uma parte, a maximização do capital (os bens materiais e simbólicos) de que constitui essencialmente o patrimônio; de outra parte, o desenvolvimento do corpo, individual e coletivo, gerador de duração (por sua fecundidade) e de espaço (por seus movimentos). A proliferação das astúcias, de seus êxitos ou de seus fracassos, remete à economia que se esforça por reproduzir e fazer frutificar essas formas distintas, e, no entanto, complementares, da casa: os bens do corpo — a terra e a descendência. Uma política desse ‘lugar’ se acha sempre subjacente a essas estratégias.

A não conversão das Vilas de Caiçara e Cibele, para qualquer outra situação que significasse maior autonomia institucional, é caso comum na história de pequenas comunidades. Semelhante elemento constitui uma importante referência no campo das representações de seus moradores sobre os sentidos do morar. No momento em que compareceram as narrativas da carência de emprego, sobretudo para os jovens, a autonomia municipal pareceu ser a única resolução possível. E todos os aspectos que se ligam à apropriação do lugar — do tempo, da tranquilidade, do uso do chão para plantar, do sentido de comunidade, das trocas que se estabelecem entre os moradores — têm a entonação mudada e o lugar passa a ser acomodado, mesmo que “*sem recursos*”. As idéias acerca das vantagens dos lugares estão para além do “sossego”, comparecendo também nas condições materiais de vida, conforme se percebeu na entrevista abaixo:

Rusvênia — *O que você acha de morar aqui?*

Antônia — *Não, é porque aqui... É porque aqui, no patrimônio, é lugar da gente mais do nosso jeito, assim, sem recurso grande, não é? Indo por aí, pra comprar casa, é até mais barato, porque Itapuranga é caro, não é? Em outros lugares, também é caro, só aqui é mais barato*

Rusvênia — *E é importante morar na própria casa pra senhora?*

Antônia — *É melhor do que pagar aluguel... Porque eu já morei de aluguel, é canseira, é muito caro.*

Rusvênia — *Porque em Itapuranga é diferente daqui?*

Antônia — *Não, eu sempre acho bom, porque aqui é sossegado, num tem assim... Filho da gente pode ficar à vontade enquanto que nas outras cidades é mais difícil, não é?*

Rusvênia — *Onde é mais difícil?*

Antônia — *Na cidade grande.*

Rusvênia — *Grande?*

Antônia — *É. Aqui é muito melhor por causa disso, não. A gente veio mais pra cá por causa disso, não é... Melhor!*

Nesse fragmento de conversa, há pelo menos 3 elementos importantes: ao mesmo tempo em que o lugar é descrito como sinônimo de sossego (1), no qual os filhos são criados “à vontade” (2), há também outros aspectos que o tornam apreciáveis, atrelados às condições materiais de sobrevivência/ existência no lugar. É onde se “mora barato” (3),

onde é possível não viver dependendo de uma “renda fixa” — que é necessária para quem tem que pagar aluguel. Esse fator permite que se verifiquem semelhanças num conjunto de características encontradas em outras vilas e apontadas por Fernandes (1975, p.47 - 48) em seus estudos sobre as pequenas comunidades brasileiras:

No meio desse torvelinho, somente um tipo de pequena comunidade preservou seus padrões de cultura ou de sociabilidade e manteve certa continuidade no tempo, apesar da história. (...) Em toda a parte, ela exprime a linha residual de empobrecimento de heranças culturais nativas e transplantadas, que se fundiam. (...) O denominador ou regulador estrutural e dinâmico desse processo de estabilização do empobrecimento cultural emergiu espontaneamente de estilos de vida adaptados à mera subsistência. (...) um bastião de autonomia da pobreza e da autoproteção dos pobres. (...) um germe de fixação de massas humanas em deslocamento (seja por meio dos povoados erigidos pelas bandeiras ou graças à mineração, seja por intermédio das migrações pioneiras desencadeadas pelo café). Em toda parte, essa pequena comunidade apresenta traços estruturais dinâmicos e análogos, preservando seu equilíbrio demográfico, social e cultural graças ao contexto agrário da civilização e apesar de intercâmbios fortuitos ou permanentes com a economia de mercado.

Semelhante coexistência caracteriza a dialética entre as referências no campo das representações simbólicas coletivas que estão notoriamente conservadas. Há um desencontro entre os conteúdos dos modos de morar (e viver), marcados por ruralidades, e a representação do lugar como forma ‘urbana’, como vila. O tratamento do rural e do urbano, como opostos, não contribui para pensar essas formas espaciais: as vilas são urbanas e isso constitui sua forma jurídica e aparente. São rurais, também, quanto às formas de uso, definidas por Santos (1997, p.61) como “formas geográficas”.

2. TACHOS DE TOUCINHO, CESTOS DE PAMONHA: ARCOS E NÓS DA FERTILIDADE

“Colher se colhe com fartura. Comprar se compra as miséria.”

Dona Margarida, roça de Caiçara, 2007.

A notícia sobre o tamanho de uma porca criada na roça da Família Doce, na região da ‘Baixa da Serra’, estava propagada em toda a Vila de Cibebe. Para abatê-la, solicitaram, com antecedência de uma semana, o serviço de fretamento do ‘Fio’, apelido dado ao Seu Itamar Evangelista. O processo de cevagem [engorda da porca], assim como o trabalho que se opera no abatimento e preparo (a fritura dos toucinhos, a arrumação da ‘carne-de-lata’, a separação das partes mais nobres e a confecção das lingüiças), estava sendo acompanhado com expectativa pelos ‘Doce’. A data de fretamento do serviço foi previamente calculada, uma vez que o consumo da carne destinar-se-ia ao abastecimento dos trabalhadores diaristas, que — arregimentados pelo patriarca da família, Seu João Doce — fariam a limpeza dos pastos de uma fazenda de gado, localizada na área do distrito de Cibebe.

Ao longo do percurso, feito no caminhar do Fio entre a Vila de Cibebe e a ‘Baixa da Serra’, observou-se a presença de cascalho e mata-burros por toda a estrada. Repentinamente, percebeu-se uma mudança significativa no que se refere à qualidade do eixo de circulação, sobretudo em direção às chácaras menores de pequenos produtores, menos abundantes na região. Segundo os informantes, que acompanharam a viagem, o prefeito *“só patrolou a estrada até onde tinha fazenda grande, dos graúdos do lugar”*. A situação expressa a forma de funcionamento do campo político, ou seja, o tratamento privilegiado aos fazendeiros que, com as boas condições da estrada, podem vender sua produção leiteira aos laticínios, enquanto os pequenos produtores, isolados pela precariedade da via que dá acesso às suas terras, têm dificuldades em vender sua produção de leite, destinando-a, muitas vezes, ao fabrico do queijo.

A Baixa da Serra é uma área de fundo de vale que compõe parte da Serra Dourada, de onde provêm muitos dos informantes dessa pesquisa. É um lugar cheio de acidentes naturais, o que dificulta o seu acesso, onde há uma concentração de chácaras menores⁶⁹.

⁶⁹ A Serra Dourada, nome oficial que se dá à microrregião em que se localiza o município de Itapuranga, sede do distrito de Cibebe, é composta por uma sequência de rochas de idade mais jovem. Segundo decreto do Governo do Estado N° 5.169, de 28 de janeiro de 2000, houve uma ampliação da Área de Proteção

Localiza-se entre os distritos de Cibeles e Caiçara. As ‘roças’ pequenas já se constituíram em maior número, “*até fazendeiro comprar tudo e o povo ir morar em cidadinha*”, como disse Dona Divina. Confluem, na Baixa da Serra, roças de milho e guariroba⁷⁰; pasto e plantações de eucalipto; gado branco e gado mestiço.

O gado mestiço tem muitas desvantagens, pois “*dá mais trabalho que os outros, pegam mais dessas doenças de gado, têm mais carrapato e precisam de muito cuidado*”, conforme fala de Dona Divina, que ainda disse: “*Gado mestiço é gado de roceiro pobre*”. Na Baixa da Serra, conservam-se algumas pequenas propriedades de ‘roceiros pobres’ que, além de produzirem o queijo e o leite, plantam roça e prestam serviços a fazendeiros da região.

Fervilharam especulações sobre o tamanho da porca entre os moradores de Cibeles⁷¹. Seu Divino (Figura 40), o tratador, disse-se orgulhoso, pois acreditava que obteria um recorde: “*ser o melhor tratador de porcos da redondeza*”. Com efeito, questionamentos foram feitos a ele acerca das práticas depreendidas na cevagem do animal. Moradores ansiosos fizeram apostas para ver quem acertaria o peso, brincadeira da qual participaram, indiscriminadamente, crianças e adultos (Figura 41). Além das apostas, havia uma ‘ansiedade’ entre as mulheres da vila acerca da comercialização da ‘banha’ resultante da fritura da pele (Figura 42), prática ligada aos hábitos da dieta do campo (Figura 43). A banha é um produto muito presente nas cozinhas dos moradores das vilas e apreciadíssima entre os comensais, sendo utilizada na preparação dos almoços e jantas [como óleo de cozinha], havendo informantes que disseram nunca terem comido um feijão “*sem estar temperado com banha de porco*”.

Ambiental (APA) da Serra, atingindo amplos limites territoriais. Sobre suas características geomorfológicas, é indicado o artigo de Nascimento, Maria Amélia Leite. *Geomorfologia do Estado de Goiás*. Boletim Goiano de Geografia. UFG, Volume 12, n.º 01, jan/dez, 1991.

⁷⁰ Palmeira presente em muitos pratos da culinária goiana, nativa do Paraguai e do Brasil, sobretudo nos Estados da BA, PR, MS e GO, muito cultivada pelo palmito amargo.

⁷¹ Ao chegar a Caiçara, após ter passado uma semana em trabalho de campo em Cibeles, fui abordada por dois moradores que me perguntaram sobre a história da porca, o peso, a riqueza de carnes e a fartura resultante dos toucinhos. Noticiei os informantes mostrando-lhes fotos para seus deleites, causando muitos comentários sobre a notícia.

Figura 40: A porca e seu criador, na Roça do Seu Divino, Baixa da Serra, Cíbele, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo, 2007.

Figura 41: Homens de Cíbele colocando a porca no caminhão do Fio, Baixa da Serra, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo, 2007.

Figura 42: Seu João Doce (que pediu para que eu tirasse a foto) ajudando na fritura da pele da porca, guardada nas ‘latas’, Vila de Cibeles, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo, 2007.

Figura 43: Dona Divina exibe as lingüiças resultantes da porca, Vila de Cibeles, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo, 2007.

Percebeu-se, entre os moradores da vila, um interesse pelos registros fotográficos do “acontecimento do ano” — como descreveu Dona Brecholina. As fotos foram oferecidas como presente, atitude que implicou, de modo inegociável, trocas como: dinheiro (já que a negociação é com um estranho, alguém de fora) e queijos (já que o estranho se mostrou ‘próximo’). Creon, jovem da família Doce, sugeriu outra possibilidade: “*tem como gravar as*

fotos num CD de DVD?” As imagens da vila e do evento da ‘morte da porca’, registradas e reproduzidas na tela de um notebook, criaram um universo de sugestões no campo das representações dos moradores sobre o evento e o lugar. Demonstraram, ainda, que a dádiva e a contra-dádiva, “prestações de hospitalidade”, constituem o sistema de virtudes camponesas manifestas nas práticas das pessoas, a gosto de Mauss (2003, p.188):

De todos os temas muito complexos e dessa multiplicidade de coisas sociais em movimento, queremos considerar aqui apenas um dos traços profundos, mais isolado: o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito e, no entanto, obrigatório e interessado, dessas prestações. Elas assumem, quase sempre, a forma de regalo, do presente oferecido generosamente, mesmo quando, nesse gesto que acompanha a transação, há somente ficção, formalismo e mentira social, e quando não há, no fundo, obrigação e interesse econômico.

O episódio da morte da porca prendeu-se a questões que apareceram em outras narrativas durante os trabalhos de campo, colocando em relevo um tema que perpassou muitos depoimentos e entrevistas: a fartura. A representação da fartura estendeu-se a partir do evento da morte da porca de Cibeles, reaparecendo em contextos diferentes, trazendo à tona os bons tempos de colheita do passado e as ‘pequenas’ farturas obtidas no presente.

As abundantes transações e trocas mútuas entre os moradores, seja de serviços (ajudas), de alimentos (farturas) ou de visitas (regalos), assumem importante significado em Cibeles e Caiçara. Elas não ocorrem como no “tempo da roça” nem se aplicam apenas a “trocas materiais”, mas, também, a trocas de saberes antigos sintetizados de várias formas como os receituários e as benzeções. São saberes que se transmitem ‘familiarmente’, alguns dos quais só podem ser transmitidos entre parentes consanguíneos, como se percebeu no caso das benzeções. Segundo Dona Margarida: *“a gente aprende a benzer dentro de casa. não posso repetir as palavras pra você, menina, benzeção é coisa muito séria, a gente não pode ensinar... Só para quem Deus manda.”*

A menção repetida e insistente à fartura indicou uma saudade que compareceu de forma recorrente nas entrevistas. Ao mesmo tempo em que ela é uma forte e característica

referência do “*tempo antigo*”⁷², sua busca esteve representada no movimento de ocupação do território nacional na direção leste-oeste. O Oeste é conclamado na literatura como símbolo arquetípico da fertilidade. Em *As vinhas da Ira*, Jonh Steinbeck (1972) retratou a sina da família dos trabalhadores rurais, os Joad, migrantes na época da Grande Depressão dos Estados Unidos — do Estado de Oklahoma para a Califórnia —, em busca dos ‘vales verdes’, ansiando o reencontro com a fartura. Nessa obra, o personagem mais velho, o avô, diz:

“Queria estar na Califórnia, onde posso apanhar laranjas quando quiser. Ou então uvas. São coisas que nunca tive bastante. Vou pegar um grande cacho de uvas e esfregar ele na cara e deixar que escorra pela barba abaixo” (1972, p.111).

O sonho da fartura designa, historicamente, a condição dos trabalhadores rurais pobres, migrantes camponeses, em todos os lugares do mundo. Em Goiás, a oeste do Oeste, tanto em Cibeles e Caiçara quanto em outros municípios e cidades, verifica-se o recurso imaginário que chama pela fertilidade simbólica, arquetípica de todos os “Oestes”, expressada de diversas formas na denominação da região do Mato Grosso Goiano.

A fertilidade das pedras é recorrente na persistência dos sufixos e prefixos de muitos municípios de Goiás presentes no Mato Grosso Goiano como, por exemplo: *Itapuranga*, *Itaguaru*, *Itaberaí*, *Itaguari*, *Itaúna*, *Itapirapuã*, *Guaraíta*, *Uruíta* (os dois últimos como alusão ao Rio Uru). Ou mesmo ocorre no que tange à fertilidade dos solos: *Uruceres*, *Ceres*, *Cibeles*; assim como “certa” fertilidade da fé: *Cruzelândia*, *São Benedito*, *São Geraldo*, *São Francisco*, *São Patrício* e muitos outros nomes, sendo que *São Patrício* ou *Vale do São Patrício* é também um dos nomes que caracterizam a região estudada. O nome da sede do município de *Itapuranga* foi “*Xixá*” (referência à árvore *Sterculia Chicha*), espécie não nativa da região, mas que por algum motivo também foi considerada como “deusa da fertilidade e da produtividade” conforme escreveu Lemos (1990).

Ao longo das observações e entrevistas, foi possível constatar uma representação distinta entre a fartura expressa pelo “tempo da roça” e o momento de transição para uma fartura mais comedida, definida, às vezes, como “miséria”. O momento de ruptura com a fazenda significou a perda da possibilidade de cultivar a terra, difícil, sobretudo, pelo fato

⁷² Depoimento de Dona Joaninha (Caiçara): “Morar na roça, a fartura era mais porque tudo tinha, não é? Mandiocas, canavieira na porta, galinha, porco no chiqueiro... Tinha fartura, mas a tudo Deus faz, não é? Vamos conformar, mas o negócio é esse, o prefeito não é ruim... Mas não sei, me conta “a senhora” (referindo-se à pesquisadora) se ele é bom, porque ele nunca veio aqui”.

de as famílias serem numerosas. A ruptura foi marcada pela desvalorização da mão-de-obra dos camponeses e condicionou a experiência de muitos moradores com a escassez, conforme o depoimento de Dona Nenzica da Vila de Caiçara, exposto no trecho abaixo:

“Nóis era oito. Naquele tempo, tava mais difícil, ele [seu pai] trabalhava um mês pra pegar um litro de manteiga. Hoje favoreceu as coisas, não é? Uns dois quilinhos de arroz. Aí nós num saía pra estudá, porque ele achava que todo mundo tinha que trabalhar, não é? Igual eu mesmo, não sei ler... Eu fiquei a vida toda lá, aí depois de velho eu num ia querê também, agora eu não preciso, quer dizer, ainda preciso, mais agora num dá pra ficar indo lá pra escola pra estudá, não é?”

Na pesquisa de Ramalho (1986, p. 90) acerca da posse da terra no município de Mossâmedes, as narrativas dos informantes demarcam, numa perspectiva mais “representativa” do que propriamente “cronológica”, o tempo antigo como um “tempo da fartura”. A idéia de passado reaparece no texto de Cândido (2001), que enfoca a mudança da cultura rústica e tradicional dos caipiras paulistas no que concerne ao acesso aos seus meios de vida, ressaltando as perdas das práticas de solidariedade dos moradores de Bofete. As diferenças entre o tempo antigo e a vida nas vilas estão patentes nas narrativas, como neste fragmento de entrevista com o morador Seu Joaquim, da Vila de Cibeles.

Seu Joaquim — *A Cibeles aqui era um território muito importante, muito importante, que isso aqui foi quando começou, aqui foi um município muito povoado, muito animado, muito movimento, muita fartura, uma coisa muito boa...*

Rusvênia — *Mas me conta sobre como eram as coisas aqui, a vida de vocês no passado...*

Seu Joaquim — *Aqui?*

Rusvênia — *É!*

Seu Joaquim — *... era festinha, era muita gente em volta, porque aqui, quando começou, ainda tinha muito mato, muito lugar de tocar a roça, que é o que faz mais o movimento no princípio (...) igual foi aqui. Então, quando era no tempo de colheita, assim, maio, junho(...) o movimento aqui era topado, tinha caminhão, camionete, carro de boi— sabe o que é carro de boi?—*

carreando os trem pra trazer pra cá e pra lá. Hoje, sempre a gente reclama do jeito que está, porque sempre que faz uma festa aqui a gente vem e olha assim e pensa: “mas, meu Deus, a festa aqui hoje, o movimento está parecendo que não começou”. Aqui, quando era sábado e domingo, o movimento era bom, o movimento era bravo, tinha muita gente. Mas daí o que aconteceu, nasceu aquela de ir pro Mato Grosso, Pará, esse povo pra lá, foi aquela (...), o povo que fazia força aqui foram vendendo tudo, aqueles pedacinhos que tinha e foram embora pro Pará, foram embora pro Mato Grosso, foram embora pra (...), deixando nosso lugar vazio aqui onde está espalhado desse jeito. Mas era bom... (...)

Algumas dessas questões, descortinadas ao longo da pesquisa, constituíram-se como elementos significativos para a compreensão do processo de perda de uma relação mais direta com a fazenda e, concomitantemente, do ‘movimento’ e da ‘fartura’. A saudade do trabalho na roça é a saudade de trabalhar a terra, que expressa abundância de alimentos. O trabalho a partir do qual se produz fartura possui um significado moral para o camponês, como apresentou Woortmann (2002, p.12). No plano mais objetivo, da ordem social camponesa, o plantio é sempre uma possibilidade de realização da herança, da honra do pai e da família. A própria menção à fartura é demonstração dos elementos reguladores das práticas ligadas ao abastecimento das famílias de moradores das vilas (Figura 44). As compras de mês (Figura 45), incorporadas ao universo cotidiano desses moradores, são adequadas a tais práticas, visando recompor e assegurar as práticas dos comensais das vilas.

Figura 44: Armazém da Vila de Cibebe, 2006.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo, 2007.

Figura 45: Os sacos de arroz de Seu Joaquim Viera, Vila de Cibebe, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo, 2007.

A mudança da função social da fazenda, que incorpora outras dinâmicas produtivas, ocasiona não apenas a mudança de acesso a terra, mas a ameaça da perda da possibilidade de reprodução social da família. Isso ficou demonstrado nas respostas obtidas nos questionários aplicados. Quando foi feita a pergunta sobre quantos filhos deve haver numa família hoje, levando em conta o trabalho, a educação e a saúde, a maior parte dos moradores associou a quantidade de filhos desejada à possibilidade de produzir alimentos, seguindo o esquema de quanto mais alimentos, mais filhos e o contrário. Outros, ainda, recuperaram exemplos da própria experiência, dizendo: *“Tem que ter pelo menos cinco. Meu pai teve dezesseis. Tratar, a gente dá um jeito. Fatura não tem, mas o governo ajuda (...) como esclareceu Seu João Doce.”*

No “tempo da roça”, as prestações e contraprestações sucediam de inúmeras formas. Elas circunscrevem-se ao calendário agrícola que dispõe de preparo, cultivo e colheita de alimentos — os *mutirões* e as *traições*—, assim também como a visitas dos ‘parentes’ (quem é visitado deve visitar), reuniões das mulheres para fiar e cardar algodão. Nas vilas, os laços participativos permanecem num outro nível de obrigações e trocas: receitas de preparo de alimentos, artesanato de crochê, uso de chás caseiros, dentre outras várias práticas para ajudar o remédio que o *“doutor indica”* a fazer efeito. Os *mutirões* permanecem, mas a prática da traição ‘não tem mais’, como explicou Seu Sebastião Borges:

Mutirão é assim. Você está com sua roça suja... Faz o mutirão pra limpar. Oferece a festa, convida os amigos pra ir. Mata um porco, dá cachaça pro povo e passa a noite inteira dançando. A traição é mais bonita que o mutirão, porque é sem a pessoa que recebe saber... Sem o dono do serviço saber. Os amigo reúne e não fala nada, chega de madrugada pra ajudá. O povo tinha sua roça, não estorvava fazer traição...

Observou-se o uso do termo *mutirão* (prática antes ligada à doação de tempo de serviço em qualquer atividade relacionada ao trabalho na roça) para denominar as “ajudas” aos vizinhos no conserto de telhados, na construção de muros, entre outras ações que envolvam doação de trabalho ofertada e recebida pelos moradores. O processo de construção das casas populares, feitas sob o planejamento da AGEHAB, recuperou a prática, de uma forma mais ‘flexível’ de *mutirão*/traição, como compareceu na entrevista de Seu Itamar Evangelista: *“Eu fui lá no mutirão do Tóin dar um dia de trabalho pra ajudar a construir as casinhas...Eu entendo desse serviço, fui ajudar”*. Nos relatos sobre como eram feitos os

mutirões no tempo da roça, reaparecem definições que conotam a importância da reunião das pessoas em situações de trabalho, como na entrevista concedida por Dona Olinda, em Caiçara:

Rusvênia — *Nós estávamos falando da questão do mutirão. Como eram os mutirões antigamente...*

Dona Olinda — *Aí nós saía chamando, né? pros vizinho, os amigo tudo chamava, aí reunia nas casa (...) tudo pra casa da gente, daí ia pra roça pra nós trabalhá....*

Rusvênia — *A quem precisa chamar?*

Dona Olinda - *Chama. Se ocê precisá, aí ocê arruma, aí cê chamava, né? : “Ó, tá precisando do dormitório”. Os outros vinham, falava: “não, vamos dá ajuda pra fulano porque... ele tá precisando, a roça dele está atrasada, morrendo no mato, então aí atende...” [dar ajuda é outro termo muito utilizado para falar da prática do mutirão]*

Rusvênia — *E esse costume ainda existe, Dona Olinda?*

Dona Olinda - *Hum?*

Rusvênia — *Esse costume do mutirão?*

Dona Olinda — *Existe!!! Até hoje... Sábado mesmo eu vou dá um...*

Rusvênia — *E, depois do trabalho, tem festa?*

Dona Olinda — *Eu nunca fiz não, eu sou evangélica, mais meu pai já fez, né? Primeiro nós fazia, nós era solteiro e dava pra fazer farra de noite, nós assava, aí trabalhava dia a dia e de noite ia fazer o pagode.*

Rusvênia — *Tem um número de pessoas para se realizar o mutirão?*

Dona Olinda — *De cinco prá riba já é muito (...) aí vai até 100... Tem gente junta (...) é mutirão.*

Dona Olinda organizou um mutirão para a colheita do feijão que plantou em sua pequena chácara, nos arredores da Vila de Cibele. Ela disse ter facilidade para arrumar gente para fazer o mutirão, já que, de certo modo, “*todo mundo é amigo e vive de trocar favor*”. As redes de afetividade e ajudas mútuas constituem as práticas dos moradores nas vilas. Dona Antônia faz tapete “de meia” ⁷³ (Figura 46) com Dona Brecholina, que ganha os

⁷³ A ‘meia’ é uma prática muito comum nas vilas, percebida como reguladora das atividades de trabalho entre os moradores. Observou-se que ela ocorre por vários motivos: seja por falta de habilidade em determinados serviços (trocas de mandioca por polvilho, feitos por mãos mais hábeis para esse tipo de trabalho), ou mesmo

retalhos da filha, que os traz da cidade, mas nunca consegue trabalhar com todo o material. Assim, Brecholina oferece parte da matéria-prima à vizinha, Dona Antônio, que devolve a ela metade do material trabalhado. Os tapetes resultantes do trabalho são ‘comercializados domesticamente’ (trocados por outros produtos) entre as vizinhas.

Figura 46: Os bordados e tapetes de Dona Antônio e da filha Emi, na Vila de Cibeles, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo, 2007.

Seu Divino, dono de uma roça de feijão, ofereceu a terça parte ao vizinho em troca de sua ajuda na colheita. Seu Joaquim, que não conseguiu comer todo o milho que plantou (Figura 47), guardou parte da produção no paiol, que chama de '*quartinho de despensa*' [tulha, despejo, casinha de beneficiamento] de sua casa e levou outra parte para fazer uma pamonhada com seus amigos, coincidentemente, de duas famílias negras como ele, mas, diferentes dele por não serem evangélicas: a da viúva, Dona Adelina, que cuida das netas e que recebeu o apelido de 'feiticeira' da boca do pastor Bento (por causa das suas práticas de benzeções e pelas 'ervas perigosas' que cultivava em seu quintal) e a família de Seu Edson e Dona Antônio. As redes amigáveis de troca de alimentos não são imóveis. Elas parecem estar investidas e atravessadas por ações perspicazes, estratégias entre vizinhos que dão para receber, dão para dar, recebem para se endividarem, formulam um capital simbólico por meio de regras e espertezas verificáveis e cartografáveis.

como contratos como os tapetes de grade feitos por Dona Antônio e a filha Emi com o material cedido por Brecholina, que fica com a metade do resultado do trabalho.

Figura 47: Os cultivos de milho do Seu Joaquim, no espaço do posto telefônico, na Vila de Cibeles, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo, 2007.

Losa e Brecholina foram agregados de senhor Gilberto, um dos fazendeiros do entorno de Cibeles, o qual por muito tempo cedeu quatro alqueires de sua propriedade para a Lavoura Comunitária (LC), onde um grupo de famílias selecionadas pela prefeitura de Itapuranga colhe e planta arroz. No período da pesquisa, a LC de Cibeles estava sendo ‘tocada’ por 87 famílias e o cessionário da terra era um genro do antigo cessionário, médico muito respeitado pelos moradores da vila, chamado José Pequeno. A LC faz parte de um projeto desenvolvido pelas prefeituras dos municípios-sede estudados, financiado, segundo informações coletadas nas prefeituras, pelo Ministério da Previdência e Assistência Social e pelo Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar).

As referências aos projetos da LC manifestam a existência de muitas dúvidas por parte dos moradores-agricultores quanto aos critérios utilizados para a seleção das famílias beneficiárias. Não estão claros, para eles, os termos dos acordos travados entre prefeitura e fazendeiros para a concessão das terras. Elucidam, apenas, que a metade da colheita de arroz proveniente da produção é dividida entre o fazendeiro e o prefeito, respectivamente os ‘cessionários’ da terra e das sementes.

Em Caiçara, a LC estava atendendo apenas uma família, muito numerosa. O responsável pela seleção dos moradores pertence a tal família segundo os informantes. Para o casal Elis e China, o beneficiário era funcionário da prefeitura e teria sido candidato ao cargo de vereador do município de Faina, porém não obteve os votos dos moradores da

vila: *“O Jorge é o candidato a vereador que não ganhou. O pai dele tem uma terrinha onde eles fizeram o mesmo que uma lavoura comunitária... Mas não passa pros outros, só toca a família dele.*

O exemplo demonstra que a disposição dos agentes sociais no campo político — quanto à proximidade no espaço de relações — é favorecida pela estrutura e distribuição das formas de poder e capital social que eles detêm, como discutiu Bourdieu (2004, p.50). As amarras complexas desse expressam o enfrentamento sutil entre os agentes situados em posições diferentes no espaço social. Outros elementos sobre a LC foram recuperados na pesquisa de Araújo (2006, p.100), que sugeriu ser também elo das trocas e dádivas nos lugares pesquisados:

A referência ao “bastante”, no sentido de que os mantimentos colhidos bastam, foi vista nesses espaços da trocas privadas entre hortas nas casas e, também, na lavoura comunitária, numa comensalidade coletiva desses espaços, onde a fraternidade é o ponto de partida, o que garante a troca, o que mantém o dar-receber-retribuir dessa gente.

No que concerne às estratégias para conservação de alimentos, além de exprimirem uma menção forte aos modos de morar do passado, revelam que as noções e referências espaciais permanecem quanto à organização dos lotes nas vilas. Os antigos paióis [estruturas muito comuns nas casas camponesas rurais] (Figuras 48 e 49) transformaram-se numa extensão despejo-cozinha localizada em anexo à casa⁷⁴. Eles sempre são descritos como lugares para guardar mantimentos, semelhantes aos papéis desempenhados pelas tulhas e despensas⁷⁵. Se o paiol é o lugar de guardar a fartura e continua existindo, é porque há fartura para ser guardada.

⁷⁴ Silva (2004, p.64) diz que no Brasil a cozinha — transportada de Portugal — instala-se numa das extremidades da casa por causa do calor e dos cozimentos de alimentos que fazem muita sujeira (cozinha-suja) como depenar galinhas, matar porcos entre outros. Tais elementos explicam a configuração das cozinhas e comodos-acessórios muito evidentes nas casas das vilas.

⁷⁵ Nos Assentamentos Rurais estudados durante a pesquisa de mestrado, percebemos uma divisão de gênero e de espaço de tarefas na produção agrícola das famílias. Próximo a casa, localizavam-se a horta e o pomar, além de plantações menos perenes, como mandiocais, milharais e guaribobais. Já as extensões mais distantes da casa dividiam-se em pasto para o gado e culturas perenes.

Figura 48: Os cômodos-acessórios das casas de Dona Brecholina e Dona Divina na Vila de Cíbele, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo, 2007.

Figura 49: Os cômodos-acessórios das casas de Dona Maximina e de Seu Joaquim, na Vila de Cíbele, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo, 2007.

Nos tempos de hoje, o cultivo dos alimentos, para os moradores que não possuem uma pequena chácara, subsiste em pequenos roçados de quintais e lotes baldios. A limitação de espaço da produção diferencia o acesso à dieta farta do passado, como observou Brandão (1981, p.153):

A comida considerada como “do tempo antigo” era um resultado material de trocas adequadas, e aquela que o lavrador consome hoje em dia deriva da piora de relações nas esferas que ele mesmo reconhece como regendo a produção de alimentos; a circulação dentro e fora do município e as diferenças de acesso para o plantio e o consumo, entre as categorias de produtores. A meio caminho entre a natureza hostil e a sociedade depreciada, o lavrador coloca uma combinação de natureza fértil e trabalho nas fazendas do

passado, como o espaço adequado de acesso à comida do cotidiano.

As habilidades para driblar as diferenças de acesso ao plantio e, conseqüentemente, ao consumo de alimentos vivenciadas nas vilas desembocam um conjunto de tarefas que não devem ser pensadas como se fossem convencionais e prosaicas. No âmbito mais íntimo da cozinha, as práticas culinárias cotidianas, nas palavras de Luce Giard (2002, p.218), constituem-se a partir de receitas que demonstram a astúcia das mulheres, para que a fartura continue incorporada à dieta.

A moradia continua mantendo seus ‘anexos’ — astuciosas estratégias para guardar os alimentos. Seu João Cunha disse que gosta de ver a ‘despensa’ sempre cheia mesmo que os alimentos não estejam sendo consumidos, no entanto a sensação da fartura apresenta-se como uma necessidade dentro do campo social camponês, no qual ele está imerso. Aposentado, ele diz que mesmo quando a despensa está cheia, na ocasião de recebimento do seu ‘salário’, adora trazer muita comida comprada de Itapuranga:

“Mesmo que seja os ‘quilinhos’, gosto de olhar pra despensa e ter o que comer (...) sobrando. O povo desligou. De primeiro, todo mundo era mais folgado, tinha seu capado [porco], tinha seu milho no paiol, passava anos com comida na tulha. Agora ninguém tem nem uma espiga de milho pra tirar uma palha de pito.”

O grau de fartura expressa-se pela forma de nomeação do peso: as latas e os quilos. As “latas” são uma referência de fartura, do tempo em que se imergiam carnes fritas em grandes recipientes com banha de porco, o fabrico da tão falada “carne de lata” (comida forte). São as medidas perdidas pelos moradores. Os quilos manifestam a “miséria”, a mudança do sistema de provisão dos alimentos que agora são adquiridos por meio da compra e complementados por meio das trocas e dos cultivos. São as medidas obtidas no presente que se recuperam, parca e parcialmente, a partir dos usos que se fazem dos espaços dos quintais e outros “vazios” de *fora da casa* — lotes “baldios” da vila e arredores — amplamente ocupados pelo cultivo de milho, mandioca, feijão, banana, guariroba, chuchu, entre outras culturas.

Segundo estudo de Silva (2004, p.65) os quintais eram, historicamente, utilizados para práticas agrícolas destinadas a subsistência, elemento presente na própria definição da

palavra – quintal, “pequena quinta”, “pequeno terreno muitas vezes com jardim ou com horta, atrás da casa”, palavra que se liga, etimologicamente, a idéia de produção rural. O trabalho desse autor promove uma interlocução com vários outros os que mencionaram o papel desempenhado nos quintais: espaços para cultivos e criação de pequenos animais, espaço de para produção alimentar que, no desembocar do século XX, desempenha importante papel no abastecimento alimentar das famílias das pequenas cidades os que deixam de existir “a medida em que funções como abastecimento perdem importância numa sociedade cada vez mais marcada pelas relações capitalistas” (2004, p.72).

Figura 50: À esquerda, chás no quintal da casa de Seu Onofre; à direita, plantação de milho, ambos na Vila de Caiçara, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo, 2007.

Figura 51: À esquerda, horta do Seu Afonso, Vila de Caiçara; à direita, plantação de Guariroba e vaca pastando, num dos quintais expostos da Vila de Cibeles, 2007.

Fonte: Acervo da autora. Trabalho de Campo, 2007.

A concessão de terras para a plantação desses ‘mínimos’ funciona geralmente como uma espécie de “empréstimo”, sendo que tanto chacareiros e fazendeiros cedem terras para cultivo, no entorno da vila, quanto o prefeito, que permite o cultivo em áreas públicas nas

vilas. Esses cessionários recebem parte dos alimentos produzidos às vezes na forma de “meia” ou de outros acordos, como serviços “braçais” prestados pelos que recebem a terra para plantar. A situação nas áreas encontradas parece ter um “princípio”, assemelhando-se a outras situações, como a descrita por Evans-Pritchard (2005, p. 89):

Parte-se do princípio de que um homem tem o direito de cultivar o solo situado atrás de sua casa, a menos que alguém já o esteja usando, e o homem pode escolher qualquer lugar fora da aldeia que não esteja ocupado pela horta dos outros.

A busca pela fartura representa um resgate do passado e da existência. Ao plantar para comer, os moradores da vila detêm a posse temporária do território. Uma criança de 11 anos declarou sem qualquer embaraço que o dono de um milharal produzido na área do posto telefônico de Cibeles não era o responsável pelo “posto”, mas o morador que o cultivou, demonstrando assim conhecer as regras de uso do espaço da vila.

Seu Oliveira, morador de Cibeles, declarou que tinha orgulho de morar num *“lugar que ainda era farto”*, onde se matava *“quatro vacas todos os meses”* para o consumo coletivo. Seu genro, Itamar, afirmou ser uma prática recorrente a compra de bovinos e a divisão das partes entre algumas famílias, estratégia lamentada pelo Pastor Bento da IAD, que pensou em *“abrir um açougue, mas percebeu que não teria sucesso, porque o povo junta e compra a vaca inteira pra economizar...”*.

A apropriação dos espaços nas vilas e imediações é um elemento que constitui a construção do lugar e a tentativa de reviver a fartura consoante experiências do passado. Quando a relação com o dinheiro e a “dependência” acentua-se, semelhantes práticas são decisivas para o abastecimento das famílias e para a melhoria das condições de alimentação dos moradores das vilas. As ações espaciais, a fim de “superar” as dificuldades, redefinem o lugar, no limite da sobrevivência do sistema social camponês.

A vida nos distritos torna possível a reprodução do modo de vida camponês submetido às permanentes condições de plantio, assim como ao universo das crenças, da dieta, da transmissão da educação doméstico-familiar-comunitária e das relações vicinais de troca marcadas pela reciprocidade, compondo a reconstrução dos laços morais. Essa relação é fruto da própria contradição imposta pela condição de reprodução social dos moradores no que diz respeito às atividades de trabalho. No caso dos distritos mineiros, há

uma semelhança nessa relação. Montes (2000, p.8), ao analisar os distritos do município de Uberlândia, diz que:

As vilas urbanas desses distritos têm sua atividade estritamente ligada ao meio rural, uma vez que tais vilas não oferecem condições de trabalho para a reprodução socioeconômica da população.

Todas as práticas apresentadas fazem com que as vilas constituam-se patrimônios para os seus moradores. Desde os vínculos afetivos e vicinais que as compõem, bem como a constante alusão ao onírico — repouso do universo que foi perdido e restaurado nas tramas da vida cotidiana — as menções não ficam apenas no plano da saudade ou do sonho. Elas se preservam nas formas de acesso a terra e à fartura — mesmo que de forma diferenciada em relação ao passado —, nas festas e dádivas manifestas nos lugares, que denotam a preservação do sistema social camponês.

Essa preservação submete-se a questões de ordem social e realiza-se com a formação de percursos e fronteiras estabelecidos numa escala específica de relações entre os que moram nas vilas. As práticas de cultivo que asseguram a fartura constituem os eixos motivadores da manutenção da vida nas vilas, lugares em que a reprodução do território camponês faz-se em meio a múltiplas contradições que são, ao mesmo tempo, astuciosamente, integradas e compostas no cotidiano.

3. “DEUS DÁ O DOM” E “O DIABO PASSA O RABO”: O LUGAR PELA ÓTICA DO USO

— *Futuro pros meus filhos?...O que eu quero? ...Ah! Deus dá o dom!*

Onofre, Vila de Caiçara, 2007.

— *Ao invés de pedir bênção, as pessoa hoje cumprimenta com bom-dia. Tem que tomar cuidado, mia filha! O diabo passa o rabo!*

Margarida, Roça de Caiçara, 2007.

No quintal da pequena chácara, nos arredores da vila de Cibeles, Seu Joaquim Preto e a esposa, Dona Lázara⁷⁶, cultivam guariroba, feijão e milho, além de uma horta e um pomar (Figura 52). Morador aposentado e informante da pesquisa, Seu Joaquim diz que tem a “*impressão de estar fora de casa*” — sensação de estranhamento não raro ocorrida quando ultrapassa o limite demarcado por um trecho de serras que circunda as roças⁷⁷ da vila — sempre que tem de ir à cidade para receber sua aposentadoria, fazer compras ou ir ao médico.

O percurso entre Cibeles e Itapuranga é, quase sempre, feito por intermédio de um ônibus velho que assiste a vila três vezes por semana (segunda, quarta e sexta), como também por meio de fretamentos de carros, modalidade que congrega, necessariamente, a confiança no motorista. Assim como os moradores de Cibeles, também os de Caiçara preferem percorrer o trajeto da GO-230, que liga a vila à Itapuranga, pela facilidade do deslocamento e assistência rodoviária diária do trecho Itapuranga-Caiçara- Faina. Para cada demanda e natureza de deslocamento (Quadro 3), houve a relato da sensação de ‘estar dentro’ ou ‘estar fora’ das vilas, desencadeando um conjunto de astúcias.

⁷⁶ Ex-agregado, o casal não teve filhos e conheceu-se numa fazenda em que trabalhavam quando jovens, localizada próximo à vila. Ele é de Catalão, cidade do sudeste goiano, e nunca conheceu seus pais, tendo sido criado por tios e outros fazendeiros que o “adotaram”. Ela morava com irmãos que só permitiram o casamento depois de observarem que o “preto era trabalhador”. Seu Joaquim possui um apelido a partir do qual é identificado em toda a vila de Cibeles e também conhecido em Caiçara: “Quim-Preto”.

⁷⁷ Utiliza-se ao longo do texto o conceito de *roça* não apenas vinculada ao trabalho nas lavouras, mas às atividades que, em geral, compuseram o trabalho das famílias antes da moradia nas vilas. As atividades de preparação para cultivo compõem parte do que se denomina o trabalho na roça, mas esse trabalho também compreende o serviço dos peões com o gado, conserto de cerca, dentre outros. A roça, outrossim, é definida como lugar, ou seja, pertence a uma ordem de atividades atinentes a um lugar vivido pelos informantes.

Figura 52: Terra arada, “*esperando a quaresma*”, no extenso quintal de Seu Joaquim e de Dona Lázara, no Distrito de Cíbele.

Fontes: Acervo da autora. Trabalho de Campo, dezembro de 2007.

Serviços de frete são realizados por moradores que possuem carros de passeio e/ou caminhonetes *pick-ups* antigas, cujos modelos não são mais fabricados, embora de uso corrente nas vilas. Os modelos mais comuns são as D - 10, D - 20, A - 10 e C - 10 da marca Chevrolet; ou a caminhonete de $\frac{3}{4}$ da marca Ford utilizada para fretes maiores e mudanças residenciais. O pagamento das passagens de ônibus e dos fretamentos de carros nem sempre são feitos com dinheiro. Ocorrem também trocas, como a que Dona Antônia propôs ao motorista do ônibus, na urgência de socorrer sua filha Emi:

A Emi é assim, menina, ela fica aí, pros canto... Eu já benzi, mas ela não está tendo fé. Eu vou ali vê se o motorista leva e traz ela para Itapuranga, pra consultá. O dinheiro que eu tenho ela usa lá. Vou ver se ele quer essa dúzia de ovos...

Quadro 3: Natureza do deslocamento dos moradores das vilas, 2008.

NATUREZA DO DESLOCAMENTO	DE CIBELE PARA:	DE CAIÇARA PARA:
Recebimentos em banco (aposentadoria, pensão, bolsa-família, etc.)	Itapuranga	Itapuranga Faina
Compras de mês	Itapuranga	Itapuranga Faina
Necessidades hospitalares (internações médicas, odontológicas etc.)	Itapuranga	Itapuranga Faina
Ensino de segundo médio e ensino superior	Caiçara Itapuranga	Itapuranga Cidade de Goiás
Cerimônias de casamentos, nascimentos e velórios (indicativos de parentesco consanguíneo e cultural) *** Rezas domésticas, benzeções, missas e cultos domésticos	Área do distrito e comunidades vizinhas: Caiçara Baixa da Serra Boi Frouxo Curral de Pedra Rio do Peixe Morro Preto	Área do distrito e comunidades vizinhas: Cibele Baixa da Serra Boi Frouxo Curral de Pedra Rio do Peixe Morro Preto

Fonte: Tabulação de questionário aplicado no trabalho de campo, 2006/2007.

Muitas vezes, esses transportes serviram, segundo as narrativas dos moradores, para conduzir e acudir pessoas em situação de urgência médica, como relatou Seu Itamar Evangelista em Cibele. No início dos meses, Seu Itamar costuma levar os aposentados pra receberem sua pensão em Itapuranga (Figura 53). Além de motorista, é pedreiro, tesoureiro da Igreja de Cristo e faz pequenas agiotagens com os moradores da vila. Por ser de família de “*gente do lugar*”, tornou-se um homem da confiança de todos: dos camponeses velhos que o conhecem desde “*antes dele nascer*” até os fazendeiros das redondezas para os quais presta serviços de construção civil.

Figura 53: Registro do frete feito por Seu Itamar, no trevo-limite do distrito de Cibebe, acesso à rodovia GO 230.

Fontes: Acervo da autora. Trabalho de Campo, dezembro de 2007.

Os aposentados que se utilizam de seu serviço de frete sentem-se gratos pelo auxílio dispensado na agência bancária quando vão receber o dinheiro da aposentadoria. O frete é contratado, mas o que se troca é estendido pela confiança no manuseio da senha bancária e no pagamento das contas do supermercado. Assim, mesmo com a ‘paga’ do frete, os beneficiários sentem-se em dívida, como exclamou Dona Lázara que, além de tudo, tem incapacidade motora para servir-se do transporte: *“Eu devo muito favor àquele menino, o Fio. Ele é bonzinho, eu confio nele. É ele que leva nós pra receber.”* Afinal, ensina Mauss (1988) que as pessoas morais não trocam simplesmente bens, mas amabilidades, festins, além de prestações voluntárias⁷⁸.

Dona Júlia, de Caiçara, disse que o vereador eleito no distrito, logo após as eleições, *“vendeu o carro que servia o povo, para não ter mais que ajudar ninguém; mas comprou outro e retirou os pneus traseiros, mentindo que não funciona mais, assim não deve obrigação”*. No exemplo obtido pelo depoimento de Dona Júlia, percebe-se a forma de funcionamento do *campo político* de Caiçara que poderia ser expressa por meio de uma equação simples: o voto em

⁷⁸ Ellen Woortmann (2005), ao discutir teorias do parentesco, apresenta a diferença entre troca e reciprocidade nas teorias de M. Mauss e C. Lévi-Strauss. Além de apontar as diferenças conceituais da análise de troca e da reciprocidade entre os autores, a antropóloga apresenta os dilemas relativos à reciprocidade: como prática, ela também se constitui de um contrato dos grupos domésticos e, ao mesmo tempo que expressa uma linguagem de solidariedade, surge como um sistema de repressão.

troca do favor. A ação de retirar os pneus cria a dívida coletiva — mesmo que se tenham certezas ‘individuais’ —, expressando, ainda, uma dificuldade para com a obrigação de retribuir.

A expressão “*deve obrigação*” indica a orientação camponesa, uma vez que a dívida não é do candidato para com os eleitores, mas entre iguais. A dívida permanece sustentada em outros parâmetros de retribuições e ancorada, sobretudo, numa obrigação moral. Afinal, o vereador é, antes de tudo, morador do lugar, ‘um igual em honra’. É definido como uma “*pessoa do lugar*”, que “*conhece muito bem toda a história da vila*”, conforme exclamaram João Batista e João Gouveia, indicando-o como informante oficial para contar a história da vila. Segundo Woortmann (1995, p.89), em grupos camponeses, “retribuir é obrigatório, pois se trata de uma questão de honra e envolve estratégia (...) entre iguais em honra, só pode existir reciprocidade”.

A ‘obrigação de retribuir’ é o eixo central do problema que orientou o clássico *Essai sur le Don*, estudo de Marcel Mauss (1950) cuja publicação em português é de 1988. O texto é construído a partir da reunião de estudos, dentre muitos, que tiveram como referencial empírico a civilização escandinava, envolvendo questões como suas formas de contrato voluntária e obrigatoriamente retribuídas. Mauss (1988) questiona os princípios que dão origem à troca como forma necessária, bem como à divisão do trabalho social, para entender a existência de “uma regra de direito e de interesse que, nas sociedades do tipo atrasado ou arcaico, fazem com que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído” (1988, p.54), elemento sintetizado no conceito de “potlatch”. Assim, demonstra a maneira como as prestações e contraprestações são formas de contrato social incluídas num conjunto de elementos imateriais nas ‘sociedades arcaicas’. Em seus termos: “quando trocam, as pessoas morais (clãs, grupos e comunidades) praticam contratos cuja quebra implica também uma quebra de coesão social” (Mauss, 1988, p. 55).

Roberto DaMata (1978) narra a experiência de um momento de troca, no trabalho de campo, como um pesadelo. Em pesquisa realizada em 1970, numa aldeia indígena apinayé, percebia que os índios realizavam troca com ele: de misangas (que ele levava para o campo) por colares mal feitos. No entanto, já exaurido em concordar implicitamente com a troca, sentindo-se “cansado e explorado”, o antropólogo, descrente, exclamou que “não tinha mais missangas”, quando notou a presença de Pengi (indiozinho da aldeia) em sua casa. Embora a presença de Pengi lhe parecesse o sinal de mais uma troca, o índio estendeu a mão, rapidamente, com uma cabaçinha presa a uma linha de tucum e disse: “*Esse é para o teu ikrá (filho), pra ele brincar...*”.

O exemplo acima faz lembrar um dos primeiros campos feitos em Cibebe quando foi descrita para a informante Márcia a beleza de suas cabacinhas, utilizadas para medir a quantidade de arroz a ser feita nas refeições. Seu filho mais novo, o menino Igor, passou o dia inteiro preparando cabaçinhas para oferecê-las como presente, demonstrando a generosidade misturada a outros ritos: o abraço, a despedida pelas lágrimas, a mistura de sentimentos, elementos que sempre dificultavam uma possibilidade de retribuição⁷⁹.

Trocas, perdas e muitas características que codificam as ações intencionais e pragmáticas dos moradores de Cibebe e Caiçara, vilas atravessadas por conteúdos rurais, demonstraram que, para eles, morar associa-se a referências espaciais — que incluem as necessidades materiais de sobrevivência, bem como as possibilidades de reprodução das práticas que se constituíram com o desdobramento das relações entre fazendeiros e agregados de fazenda. Constitui, outrossim, um amplo sistema territorial, que expressa um sistema relacional, constituído pelas práticas dos indivíduos. As extensões dessas redes de relações são deliberadas pelos conteúdos das práticas e itinerários, os quais, numa realidade preenchida por conteúdos rurais, são conhecidos e controlados.

Os arranjos familiares dos moradores definem-se por intermédio de experiências e configurações determinadas pelas referências culturais. Cândido (2001) enuncia que a composição das famílias no meio rural caipira obedece a padrões que revelam os critérios de sua moral vinculados às condições de manutenção da família. Assim, o rapaz e moça com atributos de ‘trabalhadores’ eram considerados bons partidos embora fosse apenas por via do arranjo feito pelos pais que os casamentos realizavam-se. A discussão compareceu no texto de Woortmamm (1995, p.138), sintetizada na noção de *Keim*, que foi definida como “princípio germinativo”:

Se a Antropologia, em geral, preocupa-se com a lógica dos casamentos realizados, o *Keim* define a lógica tanto dos casamentos realizados como das alianças evitadas. Por intermédio desse conceito cultural, podemos enfatizar outra dimensão do casamento, aquela das relações entre pessoas e famílias. (...) Entre

⁷⁹ Márcia é esposa de Itamar Evangelista, o Fio. Tem 3 filhos: Sara, Igor e Rafael. Ambos são filhos de famílias cujos pais e avós moraram na região. Itamar herdou do pai a fama de boa família e por tal fato é respeitado entre os mais velhos. Ele e Márcia são evangélicos da Igreja de Cristo e foram convertidos depois de adultos. Participam ativamente das atividades religiosas da igreja. São informantes-chaves da pesquisa, pois compõem a família que nos recebeu durante os anos de 2005, 2006 e 2007, até que, no último ano, mudaram-se para Heitorai designados a cuidar da sede da igreja de lá. No entanto, não venderam a casa em Cibebe para onde voltam “*sempre que o trabalho de Deus dá um folga*”, como disse Itamar.

os colonos, *Keim* não se refere apenas à flora, mas seu significado estende-se também aos animais e às pessoas. É importante notar que ele se aplica tanto ao plano da natureza quanto ao da moral.

Segundo os dados colhidos em campo, os critérios que possibilitam a ocorrência de uniões matrimoniais são: o conhecimento entre as famílias dos nubentes; as condições do homem de gerir a casa e ‘sustentar’ uma família; as formas como se encaminhava o processo de oficialização do namoro, que diz respeito às intenções do noivo; a possibilidade de realização da festa de casamento embora haja muitos relatos de práticas como o ‘rapto’ da noiva⁸⁰. Muitos casais mais velhos disseram terem se conhecido ‘diante do altar’. Para evitar surpresas, o Seu Divino Alves, da vila de Caiçara, recorreu ao que na época era considerado ideal:

“Eu mandei pedir o casamento para os velhos (pais da esposa). Pedi ao meu irmão mais velho que fosse lá na casa dela falar das minhas intenções. Eu não queria que acontecesse como com alguns de meus amigos(...), porque o caboclo, quando entrava numa feia [mulher], casava descrente(...)” (parênteses meus)

Sobre os dados disponíveis nos livros de registro de casamentos dos cartórios de ambas as vilas, as profissões declaradas por homens e mulheres nas primeiras décadas registradas foram, respectivamente, “lavradores” e “domésticas”. Ao longo dos registros, a profissão declarada muda, assim como decai significativamente o número de casamentos. No entanto, os padrões definidores dos perfis de nubentes recebiam influência tanto da consangüinidade quanto da afinidade das famílias. Nas práticas matrimônias narradas nas vilas, a permanência da estrutura patriarcal — “é o homem que deve zelar pela esposa e cuidar da casa”, disse Márcia, informante de Cibebe. Emi, jovem solteira, da mesma vila, sofre pela idade avançada (30 anos) e diz que “hoje em dia está difícil arranjar casamento”. O depoimento diferencia-se de outra jovem pentecostal, que afirmou “querer ir pra cidade estudar, arranjar um bom emprego e só depois se casar.”

Woortmamm (1995, p.139), que estudou especificamente a composição de famílias camponesas, aponta a existência do “Keim”, espécie de manutenção de uma linhagem

⁸⁰ A prática do rapto da noiva foi narrada por vários informantes como uma alternativa para legitimar a união sem envergonhar e desonrar o pai, quando era percebido, sutilmente entre os nubentes, que o casamento não era consentido por falta de condições da família da noiva de dar a festa nos moldes de fartura exigidos à época.

segura atinente à confiança da família para com a preservação da propriedade e da ordem cultural. Segundo ela, o sistema de casamento segue, pois, uma ordem cultural e econômica mesmo verificando as outras modalidades de iniciativas matrimoniais, como o rapto da noiva, sem contrariar o respeito à consangüinidade e à afinidade. Tais arranjos estão presentes em algumas declarações sobre arranjos de casamento nas vilas, como se verifica na fala de Dona Alice, da Vila de Cibele.

“Eu era apaixonada por um sanfoneiro que tocava aqui nas festas. Meu pai um dia teve uma conversa muito firme comigo e me disse: — Menina, você já viu sanfona encher barriga? Eu não tive resposta pra esta pergunta, então desisti do sanfoneiro.”

Ter o homem como provedor da família é uma referência que se repete ao longo das entrevistas embora as mulheres estejam, cada vez mais, participando como co-provedoras do orçamento familiar, além de serem responsáveis pela administração das provisões alimentares, que ficam sempre a cargo delas nas cozinhas fartas das vilas. No depoimento de Márcia acerca da situação de seus pais, há uma mistura de elementos: economia doméstica e preservação de uma espécie de relação de gênero demonstrativa da crença de que o abastecimento da casa tem que estar a cargo do chefe de família, que seria, no caso, o seu pai:

Meu pai tem natureza forte e ‘muito dolorido’.... Uma pessoa difícil de lidar. Tem que ter lado [jeito] pra chegar nele. Mas ele acomodou nas costas da minha mãe que tem salário fixo, por mês. Ele nunca sustentou a casa sozinho, o dinheiro fixo é, a maior parte, da minha mãe. É o homem que tem que tomar de conta da família, da despesa da casa e da mulher. Quando ele era caminhoneiro, tinha fartura em casa (...). Eu tenho orgulho de falar sobre aquele tempo! Mas ele deixou escapar pelos dedos (...).”

A fala da informante sugere uma idéia associada à orientação moral que reforça a família patriarcal, afinal, segundo a informante, “é o homem que tem que tomar de conta da família, da despesa da casa e da mulher”. Seu João Doce também ressaltou esse aspecto quando narrou que atrasou seu casamento por não achar que dava conta de “tratar” de uma família. Depois, já casado, conseguiu fazer o casamento dos filhos, motivo de orgulho e reforço da honra: “eu fiz sete casamento. Casei sete filhos, com festa, fartura e dança! Hoje é cada dia mais difícil

fazer festa, porque nas vilas não tem fartura pra casamento e é lugar mesmo é de trabalhim pouco [menor possibilidade de trabalho] e descanso”.

A moradia nas vilas parece exigir uma renda fixa, seja o salário-escola seja a aposentadoria, complementada pelas atividades esporádicas de trabalhos nas fazendas do entorno. Clastres (2003, p.216) estudou o que sempre foi denominado por sociedades “primitivas, arcaicas ou selvagens” — aparentemente “sem Estado” —, e afirmou que elas não podem ser pensadas como “embriões retardatários das sociedades ulteriores” até porque elas “não se encontram no ponto de partida de uma lógica histórica que conduz diretamente ao termo inscrito de antemão, mas conhecido apenas como a *posteriori* ao sistema social. A divisão (com ou sem Estado) evidente nos estudos de Antropologia Política — que para o autor dista a partir de 1940 — elucida os níveis de desenvolvimento dos grupos sociais a partir de sua relação com a tecnologia e com um “modelo jurídico” definido por Estado. Estas reflexões fizeram com que o antropólogo percebesse o equívoco que permeou a compreensão geral de uma ausência de regulação na vida das sociedades chamadas de “tradicionais” ou mesmo nas heranças que restam no comportamento social de grupos sociais até hoje. Assim, mesmo sem Estado há “regulação”, formas de vida e de sobrevivência que estão recompostas nas práticas sociais dos moradores das vilas.

Para alimentação, as práticas de plantio que se recriam no espaço do lotes baldios e quintais. Ora, se de fato a moradia nas vilas exige a estabilidade de rendimentos fixos, ela não é suficiente para explicar os constantes movimentos de entrada e saída de moradores. Alguns informantes mais jovens, por exemplo, querem sair das vilas para estudar e trabalhar numa cidade que lhes ofereça “melhores condições de vida”. Semelhantes pretensões nunca estão separadas de um desejo de retorno, seja “apenas nas férias”, “quando puder comprar uma fazenda”, seja mesmo “quando aposentarem, para curtir a velhice”, conforme se expressaram Marilo e Marta, jovens informantes moradores das Vilas, respectivamente.

Nota-se o comparecimento da idéia de “*lugar bom pra morar*” muito reforçado, inclusive, quando os jovens sugerem o desejo de retornar nas ‘férias’ ou na ‘aposentadoria’. O sentido da palavra férias transparece o desejo de ingressar no ‘mundo do trabalho’. Marilo e Marta, a despeito de não se conhecerem, são filhos de famílias agricultoras e nasceram nas fazendas da região, onde seus pais trabalharam. Nas vilas, eles trabalham: ele, formado em Pedagogia, é professor da Escola Estadual Major João Leite Ortiz de

Camargo, de Caiçara; ela, que tem o ensino médio completo, cuida do Posto de Saúde em Cibeles, cargo comissionado pelo prefeito de Itapuranga, preso aos débeis fios de uma subordinação expressada na ansiedade, quando o prefeito estava “para perder o cargo”. A jovem informante alimenta o sonho de “*continuar os estudos e ingressar numa faculdade*”.

Para Bourdieu (1985), num texto em que aborda o tema da juventude, as divisões por idade são criações arbitrárias. Assim sendo, as categorias por grupos de idade são elementos privilegiados para dar conta da plasticidade cultural e também das transformações históricas. O discurso dos ‘mais jovens’ parece conclamar uma modernidade imaginária reforçada a partir da entrada de ‘novos produtos’, por exemplo, as festas que aludem ao *country*, além das referências ‘enviesadas’ de discussões impregnadas de modismos, como o discurso ambientalista conclamado nas festas anuais da ‘*Cavalcada Ecológica de Cibeles*’⁸¹. Há também as passeatas de ‘Luta pela Paz’, realizadas como atividade das escolas das vilas, no período em que se noticiaram veementemente pela televisão os acontecimentos relativos à intervenção dos Estados Unidos no Iraque.

Depoimentos, leituras, observações e entrevistas evidenciam uma expectativa comum a muitos jovens, em ambas as vilas, atinente ao acesso e à possibilidade de realizar o ensino superior. A principal reclamação é a chamada ‘falta de emprego’, expressão mais ‘moderna’ para se referir ao trabalho substantivado, social e juridicamente, que sugere garantias que se acreditam suficientes para sustentar a vida, por exemplo, a carteira assinada. Porém, mesmo os jovens reconheceram os aspectos positivos de morar na vila, “*pela tranquilidade, pela proximidade da família e pelo contato com a natureza*”, como ressaltou Elis Regina, em Caiçara.

⁸¹ Em um dos trabalhos de campo na vila de Cibeles, por ocasião da realização da festa “III Cavalcada Ecológica de Cibeles”, foram sorteados alguns aparelhos de celular, embora na vila não haja antena que assegure o uso. Moradores inscreveram-se com funcionários da prefeitura responsáveis pela organização do evento, os quais distribuíram camisetas com propagandas dos patrocinadores. Para ganhar as camisetas, eram privilegiados os que participavam como cavaleiros (moradores das fazendas do entorno que se organizaram em grupos de montaria, ‘devidamente uniformizados’ com chapéus e botas).

Figura 54: Passeata “Luta pela Paz” promovida pela Escola Estadual de Cibeles em junho de 2002.

Fontes: Acervo da Escola Estadual de Cibeles, Cedido em Novembro de 2005.

Na Vila de Caiçara, os informantes Rafaela, Diogo e Cristina, estudantes das séries iniciais do Ensino Médio, disseram desejarem ir para Itapuranga quando terminassem os estudos, com o objetivo de cursar o Ensino Superior. Os pais dos adolescentes trabalham como peões de fazendas circundantes às vilas e, assim como os informantes, nasceram nos municípios do entorno: Faina, Itapuranga e Guaraíta. Na entrevista concedida pelos jovens, há uma oposição clara entre *Roça* (também chamada de Fazenda, que pode expressar a condição de agregado) e *Rua*, que é diferente de cidade. A “Rua” foi utilizada como sinônimo de Vila enquanto a Cidade (“que é tudo de bom!”) é um termo mais apropriado para falar de Itapuranga, que, embora não seja a sede do município em que se encontra Caiçara, é o lugar para onde pretendem ir seus jovens moradores.

Mesmo quando a pergunta estava direcionada para outros assuntos, a “falta de emprego” (diferente da “busca por trabalho”) é recorrente. Seu Losa, morador da vila de Cibeles, associa a possibilidade de emprego à “formação escolar”. Seu Sebastião de Souza, ancião da vila de Caiçara, disse: “*meu pai não deixou ninguém estudar. Presente pra nós era a enxada!*”. As duas questões são verificáveis em outros depoimentos, como se vê no fragmento abaixo:

Rusvênia: *A escola, então, é muito importante para mantê-los ainda morando aqui no patrimônio?*

Divina: *Eu acho! Eu acho que é a melhor coisa que nós temos aqui é a escola. Que emprego não tem pra mim aqui e não tem pra ninguém, né? A não ser só os professores...as pessoas aposentadas, a gente num tem (...) muito, tem que lutar de outra forma.*

Rusvênia: *E de que forma que se luta?*

Divina: *Olha, eu, por exemplo, pego é perfume dos outros pra vender, enxoval, essas coisas, e saio vendendo. Pra mim tirar minha porcentagem, não dá pra ficar de braços cruzados, fazendo o quê, né? Meu marido está trabalhando de serviço braçal mesmo. Aqui diminuiu muito o povo por causa de emprego...*

Ao mesmo tempo, a ‘falta de emprego’ e o ‘vazio’ são características apontadas nas informações obtidas sobre o lugar e têm consoante relatividade. Há, ainda, idéias compartilhadas por ‘todo mundo’, práticas executadas por ‘todo mundo’, reuniões e eventos que reúnem e evidenciam a unidade da comunidade, emergindo como uma coesão do grupo intercalada por subgrupos de afinidades religiosas, mas que se funde em eventos que afetam afinidades ligadas à representação da vida no campo.

A ordem moral mantém-se e aprofunda-se, no entanto, mediada pelas contingências do destino: “restar” nos lugares de fim-de-linha como espaços de práticas possíveis não significa restar como existência. Re-significar o lugar implica moldes que sejam coletivos, engenhosidades e habilidades comuns de apropriação desse lugar. Verifica-se que, para os moradores das vilas, a importância do trabalho, da família, da lida com a terra e das formas de preservação das heranças rurais camponesas constituem uma ordem moral. Essa aprendizagem foi, igualmente, elucidada no texto de Klass Woortmann (1990, p.62) quando diz:

O trabalho é, ainda, aquilo que transforma a terra em patrimônio da família. Família, trabalho e terra, nessa ordem social, constituem um ordenamento moral do mundo onde a terra, mais que coisa, é patrimônio, isto é, pessoa moral. De um lado, a relação do homem com a terra é uma relação de troca recíproca, onde o trabalho fecunda a terra que se torna morada da vida. (...) De outro lado, a relação com a terra-patrimônio é uma relação de honra e hierarquia. Sendo a terra “aquilo que passa do pai para o filho” (sentido original do termo patrimônio), e não pertencendo nem ao

pai nem ao filho, mas ao todo expresso pela família, é o patrimônio que materializa a honra da família, mais notadamente da casa, que constitui a honra do pai.

Na caracterização da ordem moral, para Woortmann (1990), definida pela tríade terra, família e trabalho, o conceito de patrimônio aparece para designar o sentido de hierarquia e honra (herdade/ herança), questão que se atribui aos modos de transmitir os saberes no modo de vida camponês. Entende-se, porém, que patrimônio está para além dessas questões. Há o elemento territorial da reprodução da existência, pois o que se transmite são concepções características e concepções extensivas aos modos de morar na terra e organizar esse espaço de morada, apropriar-se dele pelo trabalho e pela honra.

Assim, a existência dos significados atribuídos aos modos de morar não deixou de representar uma confusão quanto à maneira como são absorvidas referências de origem urbana. Embora haja relações entre os homens que permanecem e vigoram, mesmo tendo sido criadas num momento anterior, há também as práticas cujas referências de tempo misturam-se. Não é possível separar a conjunção de características que tornam o lugar apreciável ou mais próximo do sonho de um retorno ao passado: a tranquilidade e o sossego conjugam-se à perspectiva de realização de um cotidiano que nele se desenha. As referências de tempo dividem-se e resumem-se: o “tempo da roça” e “o tempo de hoje” são oposições respeitantes às condições materiais de realização da vida de modo um pouco mais “independente” do que parece ser na “cidade grande” ⁸², um tanto menos independente do que parece ter sido o tempo da roça.

O que faz ser “*quase igual à roça*”, referência corriqueira nos depoimentos de campo, são os laços que tornam possível a referência ao passado e que se incluem no plano de uma saudade intermitente e permite, como que para impedir a sua “morte”, um sentimento de continuidade, ainda que “residual”, dando sentido à existência desses lugares. A dificuldade dos moradores expressa o que falou Martins (2000, p.22) ao refletir acerca da maneira confusa pela qual a modernidade (e o moderno, em oposição ao tradicional) foi interpretada na América Latina, ressaltando a necessidade de superação que se instaura quando o conflito torna-se cotidiano e:

⁸² Lembro-me de que, no período em que morei próximo a Cibeles e Caiçara, na cidade de Itapuranga, encontrei Seu Losa, morador de Cibeles, quando estava numa agência bancária mais ou menos à hora do almoço. Ao me encontrar, após os cumprimentos, ele me disse que estava procurando um lugar pra almoçar. Indiquei alguns restaurantes onde costumava comer. Após o ter feito, ele disse que o que fazia a diferença na cidade era justamente isso: “se você tiver o dinheiro, compra uma marmita. Aqui só mora quem tem o dinheiro, porque nem um café a gente consegue de graça!”

dissemina-se entre valores sociais, de permanente proposição da necessidade de optar entre isso e aquilo, entre o novo e o fugaz, de um lado e, o costumeiro e tradicional, de outro. Porém uma opção esgotada na própria tentativa de optar, pois é opção impossível: o mundo, inclusive o mundo da vida cotidiana, já não é nem uma coisa nem outra, embora pareça ser os dois ou, melhor, os vários e diversos.

Porém, enquanto a roça é a referência do presente-ausente — pois a roça é o passado —, a cidade é a contingência não adequada ao ritmo, ao tipo de inserção vivida por esses indivíduos. Hannah Arendt (1997, p.37), ao citar o pensamento de Kafka sobre a maneira pela qual os homens inserem-se no contínuo temporal de forças, diz:

Kafka descreve como a inserção do homem quebra o fluxo unidirecional do tempo, mas, o que é bem estranho, não altera a imagem tradicional conforme a qual pensamos o tempo movendo-se em linha reta. Visto Kafka conservar a metáfora tradicional de um movimento temporal e retilinear, “ele” mal tem espaço para se manter e, sempre que “ele” pensa em fugir por conta própria, cai no sonho de uma região além e acima da linha de combate — e o que é esse sonho, senão o antigo sonho, anelado pela Metafísica ocidental de Parmênides a Hegel, de uma esfera intemporal, fora do espaço e supra-sensível como a região mais adequada ao pensamento?

Kafka ensina que a quebra da visão unidirecional do tempo leva-nos sempre para uma região sonhada, o que não significa que seja a situação vivida no passado, seu retorno, mesmo porque não se pode retornar ao passado sem ressemantizá-lo, mesmo pela memória. Assim, não é um retorno, mas um transretorno, ou seja, o passado que volta de outra forma, desejado e associado ao presente.

Apesar da ausência de uma noção mais clara de tempo, seja no plano do que já foi vivido (a roça no passado) e que se vive pouco (a roça de hoje), — que comparece como um tempo “saudosos” —, seja no plano do que não é possível viver (a cidade), o significado dos termos *roça* e *cidade* não é fácil de ser apreendido nem está demarcado com um sentido

antagônico para o grupo. No plano do desejo, o desejo pela cidade se oferece como uma possibilidade de acesso fácil a vários elementos da infra-estrutura urbana (asfalto, hospitais, escolas mais qualificadas, emprego remunerado, carteira de trabalho assinada). O desejo pela cidade nunca está associado à “vida tranqüila” ou “vida farta”. Tais elementos vinculam-se à referência do passado que se constitui a partir das várias práticas desenroladas no presente, apenas às condições de reprodução do campesinato.

Para Maurice Halbwachs (2004), um indivíduo, para lembrar seu passado, tem que remeter-se às lembranças dos outros. Assim, diz Moraes Silva (2005), “os espaços lembrados são verdadeiras marcas dos grupos sociais do mundo de antes”. Referir-se a isso sem considerar as astúcias e táticas empreendidas pelos sujeitos em seus depoimentos é confiar numa interpretação fácil. É como se eles realizassem, aleatoriamente, um retorno simples ao passado ou mesmo como se articulassem as conquistas obtidas no “presente” — aos auspiciosos benefícios da aposentadoria rural, da bolsa- escola, da cesta-básica, do vale-gás, da água encanada gratuita e tantos outros —, como se fossem ‘fantasmas’ sobre a honra/moral dos grupos estudados, para quem as conquistas sempre devem ser retiradas do próprio trabalho, conforme reza a moral camponesa. Cândido (2001, p.245) também encontrou esta valorização ao passado em seu estudo:

Esta valorização do passado é constante. A cada conversa sobre as dificuldades presentes surge uma referência a ele, ora discreta e fugidia, ora tornando-se tema de exposição. Os caipiras sabem que essa é uma imagem ideal, e na verdade havia mais mortes e violência, a maleita “abria faia (falha) no povo”, ocorriam anos de míngua e fome. Sabem, por outro lado, que não havia recursos como agora, nem os bens de consumo que lhes dão prazer quando obtidos. No entanto, é a sua maneira de criar uma idade de ouro para o tempo onde funcionavam normalmente as instituições fundamentais da sua cultura, cuja crise lhes aparece vagamente como fim da era onde tinham razão de ser como tipos humanos.

Ao falar do sentido histórico e da tradição não apenas como “herança”, mas como uma percepção do tempo, T.S. Eliot (1932), em *Ensaio rítmico*, reflete sobre uma idéia bastante válida: a de que o modo como formulamos ou representamos o passado molda

nossa compreensão e nossas concepções do presente⁸³. Para tanto, o passado não é pensado como aquilo que “resta”, lugar do “residual”, mas em novos sentidos. Na mesma direção, segundo Said (1995, p.33):

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns na interpretação do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas.

Entre o passado e o futuro, parafraseando Hannah Arendt, a constituição das práticas instalou-se no centro das preocupações dessa pesquisa, considerando que elas engendram o lugar que ora se conecta e ora se desconecta do território imaginado a partir das referências nas quais as práticas assentam-se. A força do passado não nos parece um “fardo” a ser desfeito com a marcha para o futuro. Novamente, Arendt (1997), ao citar Faulkner, para o qual “o passado nunca está morto, ele nem mesmo é passado”, diz:

Do ponto de vista do homem que vive sempre no intervalo entre o passado e o futuro, o tempo não é um contínuo, um fluxo de ininterrupta sucessão; é partido ao meio, no ponto onde “ele” está; e a posição “dele” não é o presente, na sua acepção usual, mas, antes, uma lacuna no tempo, cuja existência é conservada graças à “sua” luta constante, à “sua” tomada de posição contra o passado e o futuro. Apenas o homem insere-se no tempo, e apenas na medida em que defende seu território, o fluxo indiferente do tempo parte-se em passado, presente e futuro; é essa inserção — o princípio de um princípio, para colocá-los em termos agostinianos — que cinde o contínuo temporal em forças que, então, por focalizarem-se sobre a partícula ou corpo que lhes dá direção, começam a lutar entre si e a agir sobre o homem da maneira que Kafka descreve. (Como a inserção do homem quebra o fluxo

⁸³ As idéias de T. S. Eliot acerca da complexa relação entre o passado e presente são utilizadas no texto de Edward W. Said (1995) para discussão dos sentidos do imperialismo, rebatendo o modo como essa noção edificou-se com um caráter essencialmente econômico e pouquíssima atenção ao papel da cultura imperial.

unidirecional do tempo, mas, o que é bem estranho, não altera a imagem tradicional conforme pensamos o tempo movendo-se em linha reta). (1997, p. 37)

Acredita-se que o estudo dessas comunidades e o modo como elas se constituem como patrimônios possa ajudar a compreender aspectos importantes da formação socioterritorial brasileira. Optou-se, nesta pesquisa, por traçar tal compreensão por via das condições de reprodução social dos moradores das vilas Cibeles e Caiçara, sobretudo numa esfera mais doméstica de relação com o espaço. O feixe de luzes para o qual este trabalho direcionou-se concebe-se de elementos articulados e conflitantes dessa captura, as permanências-transformadas e ajustadas à vida das pessoas, vozes que ecoam ao longo do texto, fortalecendo os elos do lugar.

CONCLUSÃO

“Aqui é um lugarzinho que não tem com o quê [sem emprego, sem dinheiro]. Mas fica lindo na foto!”

Emi de Faria, vila de Cibebe, 2007.

As Vilas de Cibebe e Caiçara foram dinâmicos espaços de travessia para onde convergiam caminhos e estradas no passado. Guardam os saldos que fazem referência ao tempo de surgimento do patrimônio, projetados e expressos nas formas espaciais do conjunto urbano: nos arruamentos, nas edificações, nas escolhas estéticas e disposição dos objetos nas casas, nas práticas dos moradores. São vilas rurais inseridas numa região cuja base da estrutura econômica vincula-se, predominantemente, à atividade agrícola: tanto aquela ligada à agricultura de abastecimento e subsistência, quando à atividade pecuária leiteira.

Os deslocamentos vividos pelas gerações de famílias de moradores desencadeiam uma representação, quase generalizada, da condição de “fraco” - como reafirmou Brandão (1981), que pesquisou áreas vicinais - ou mesmo, como exemplificado ao longo da entrevista feita com a informante Dona Divina, “*desrecursados*” [sem herança de terra ou propriedade]. Ao longo dos anos e, na medida em que a relação com a Fazenda se esgarça, a vida se torna ainda ‘mais difícil’ o que desencadeia um processo chamado por Oliveira (1999) como a “sina do retirantismo”.

Apesar disso, se migram ou querem migrar, os moradores das Vilas de Cibebe e Caiçara, também desejam retornar. Chegam e saem ancorados em demandas recorrentes: roceiros pobres; filhos que retornam para viver próximo aos pais e avós; famílias que perderam, mais recentemente, a condição de agregados de fazenda⁸⁴; pessoas que buscam lugares mais ‘baratos’ pra morar. Alguns saíram e voltaram para serem enterrados junto à

⁸⁴ Presenciei, na pesquisa de campo, informantes que mudaram para outros distritos e pequenos municípios de áreas próximas da vilas. Em Cibebe, conheci um casal que deixava suas duas filhas sob os cuidados de uma prima, residente na vila, enquanto trabalhavam numa empreitada para um fazendeiro da região. As meninas eram *tratadas* por Dona Brecholina, que dizia: *elas vêm aqui porque sentem fome, coitadinhas!*. Em Caiçara uma família toda migrou para Goiânia após a ida de uma das filhas mais velhas do casal. Também notifico o sentimento de Marilo, filho de Dona Júlia, de Caiçara: *Eu só fico aqui por causa da minha mãe mesmo!*.

família, em comunidade. Outros simplesmente ficaram nos registros das fotografias, nas lembranças dos objetos, na memória coletiva dos que recosturam o passado com as armas e possibilidades do presente. Os movimentos da vida denotam a tessitura de um conjunto de patrimônios: de dádivas, de cultivares, de trocas, de comensalidades, de ensinamentos, de religiosidades, de causos, de lágrimas emocionadas e de risos frouxos. Imagens que evocam os significados estáveis e possíveis de uma vida social em comum.

As transformações ocorridas na fazenda goiana foram lidas pelos roceiros como uma “passagem do tempo de fartura para o tempo de ambição”, sobretudo pela perda da possibilidade de cultivar a terra “alheia”. Tais elementos são elucidativos das condições materiais de vida presente na trajetória de subordinação vivida pelos moradores, ex-agregados de fazendas, filhos ou netos de pequenos proprietários de terra que, em sua maioria, perderam completamente suas glebas, as que garantiam a subsistência e abastecimento das famílias. Este aspecto compareceu no estudo de Woortmann (1995), acerca do processo de cercamento e a expansão da pecuária na região de Sergipe, que fizeram aparecer as nomenclaturas “forte” e “fraco” nos discursos dos *sitiantes*. Esta denominação demarcou o conflito entre pequenos lavradores e criadores de gado, nas palavras da autora:

Se hoje a cerca é um símbolo do *forte*, pois ela representa o fechamento das “soltas”, no passado ela foi símbolo da subordinação do *fraco*. Posturas municipais se sucederam obrigando os lavradores a erigirem cercas que protegessem as roças da destruição causada pelo gado dos *proprietários*, categoria que surge no discurso do *pequeno*, em oposição à de *sitiente*.

Expressadas espontaneamente, muitas reações foram observadas nos trabalhos de campo feitos nestas vilas, demonstrando a presença de um sentimento intermitente de ausência e de carência, uma saudade repetida do “tempo da roça”. Tais elementos são conflitivos, há uma tensão do “agir-lembrar”, um retorno a um espaço profundo e cumulativo de ensinamentos e visões de mundo, questões que se tornaram aparentemente confusas por serem apresentadas de modo tenso: o passado parece melhor, mas não o era completamente. Afinal, disse Sena (1998, p.23) o sertão é um “lugar e um tempo, um modo de ser e um modo de viver, é o passado sempre presente, o fora do tempo, o que não está nunca onde está.”

Há também outras falas cujas representações são semelhantes ao depoimento dado por Seu Delcídio, de Cibeles: *“aqui é roça purinho... a gente só não pode mais criar porco como na roça, mas é roça”*. Por outro lado, informantes mais jovens admitiram: *“aqui talvez não venha ser uma (grande) cidade”*, como ressaltou o informante Itamar em Cibeles, observando uma ‘urbanidade’ na vila de Cibeles e, de certo modo, estabelecendo uma separação para com a roça. Exclamações conformadas são recorrentes e expressam uma situação de hiato, de ‘trânsito interrompido’, de intransição, mas que se ajusta na expressão de Dona Brecholina: *“mesmo que não é a roça, pra nós, aqui até que é um lugarzin acomodadim [lugarzinho acomodadinho]!”*.

O eterno-retorno ao passado, tantas vezes enunciado nas falas dos moradores, elucida um sentimento coletivo de saudade que inclui explicitamente, uma relação com as atividades desenvolvidas na lavoura as que lhes possibilitavam, segundo relatos, a fartura. Percebe-se um lamento pela quebra da relação de agregação convivendo de forma ambígua com o reconhecimento de uma situação que explicita uma forma de “liberdade” existente no presente — quando o sustento das famílias torna-se uma realidade mais vinculada às estratégias de ocupação territorial dos espaços da vila e à relação mais assistida do Estado (por meio das aposentadorias e outras assistências governamentais).

Os depoimentos, entrevistas e falas obtidas no campo são extremamente sugestivos quanto ao fato de indicarem uma recriação do passado e do modo de vida camponês. Se as noções de tempo não estão muito claras nesses depoimentos, mesmo porque, o passado citado “nem sequer é passado” — parafraseando Halbwachs (2004) —, assim também definições como rural e urbano, vila e roça, cidade e campo possuem seu caráter polissêmico, seu conjunto complexo de critérios de definições, oficiais, nativas ou intelectuais.

Até mesmo cidades que nasceram abertas “ao longo dos caminhos das mulas”, como as apresentadas por Corbusier (2000), podem mudar de função e ordenação urbanas ao longo do tempo: ganhar contornos mais definidos, ângulos mais retos e rigorosos. De modo oposto, as vilas de Cibeles e Caiçara, patrimônios leigos, traçados e ordenados, contrariam seus princípios de fundação com a ocupação de quadras com cultivos, a aberturas de trieiros [estradas alternativas de passagem] a convivência do rústico e do moderno na arquitetura das casas, o diálogo do linear com o tortuoso.

Elas podem ser lidas por suas convergências, similaridades e distinções. Nossa opção foi apontar conteúdos que comparecem espacialmente, os quais nos ajudam a compreendê-las como lugar, tem como referência basilar o modo de vida camponês.

Erigidas entre o final da primeira e início da segunda metade do século XX, estas vilas preservam o saber profundo⁸⁵ tradicional camponês, mesmo diante do constante assédio de ‘cidades’ maiores. Esta conservação, se justifica pela possibilidade de manutenção do elo com a roça e pelas práticas empreendidas pelos moradores tanto no que diz respeito à ocupação dos espaços das vilas como à manutenção da rica sociabilidade vicinal.

Contudo, apóiam-se também na conservação e ajuste das formas de dependência relativa da fazenda e assim densificam um contíguo de tempos passados vividos e não vividos por seus moradores. Quem chega é acolhido pelo tempo. Quem sai o leva. São lugares que sobrevivem negando uma noção de tempo característica de uma “temporalidade linear”, leitura dominante que desconsidera a possibilidade de coexistência e de múltiplas temporalidades lá encontradas. Recriam-se numa intransição: nem roça, nem cidade. Demonstram que entre a roça e a cidade existem vários territórios. Formulam o seu território possível, no Lugar, no Espaço. Patrimônios.

⁸⁵ Duas noções adotadas na tese de Araújo (2006) para se referir aos saberes, astúcias e mitos dos sujeitos das Vilas de Cibele e Caiçara.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Capistrano. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- ALMEIDA, Maria da Conceição Xavier de. *Um mapa inacabado da complexidade*. In: DANTAS DA SILVA Aldo; GALENO Alex. (Org.). *Geografia: ciência do complexus*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 9-41.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. IBGE, Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro, 1953, 1956 e 1973
- ARAÚJO, Maria Emília Carvalho de. *Lugar é Laço: O Saber Profundo nas Comunidades Goianas de Cibeles e Caiçara*. Goiânia, 2006. 320 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- ARRAIS, Tadeu A. *Geografia Contemporânea de Goiás*. Goiânia: Vieira, 2004.
- ARRAIS, Tadeu A. *Goiás: novas regiões, ou novas formas de olhar velhas regiões*. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. (Org.). *Abordagens Geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: IESA, 2002.
- AZEVEDO, Aroldo de. *Embriões das cidades brasileiras*. Separata do Boletim Paulista de Geografia. número 25, 1957.
- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BARREIRA, Celene C. M. A. *Região da Estrada do Boi: usos e abusos da natureza*. Goiânia, 1989. 129 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Faculdade de Ciências Humanas Filosofia, Universidade Federal de Goiás.
- BARREIRA, Celene C. M. A. *Vão do Paranã – a estruturação de um território regional*. São Paulo, 1997. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BARROS, Manuel de. *Memórias inventadas: a infância*. São Paulo: Planeta, 2003.

- BERNARDES, Carmo. *Quarto Crescente*. lembranças. 2 ed. Goiânia: Editora da UFG, 1986.
- BERREMAN, Gerald. "Por trás de muitas máscaras". ZALUAR, Alba (org.). In: *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BERTRAN, Paulo. *Notícia Geral da Capitania de Goiás*. Goiânia / Brasília: Universidade Católica de Goiás e Solo Editora, 1987.
- BERTRAN, Paulo. *Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: Codeplan/UCG, 1988.
- BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Jorge. Zahar, 2004.
- BORGES, B. G. *O Despertar dos Dormentes*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1990.
- BORGES, BARSANULFO G. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: Ed. da UFG, 2000
- BOURDIEU, Pierre *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *A juventude é apenas uma palavra*. In *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma teoria da prática*. In: ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1994. (Col. "Grandes Cientistas Sociais", vol. 39).
- BOURDIEU, Pierre. *O Campo econômico: a dimensão simbólica da dominação*. Campinas: Papirus, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Pierre Bourdieu* entrevistado por Maria Andréa Loyola. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- BRANDÃO, C. R. *A Festa do Santo de Preto*. Rio de Janeiro: Funarte/ Editora da UFG, 1978.

BRANDÃO, C. R. *De Tão Longe Eu Venho Vindo* - símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

BRANDÃO, C. R. *Os Deuses de Itapira*. Doutorado em Ciências Sociais: Universidade de São Paulo. São Paulo: 1979.

BRANDÃO, C. R.. *Os Deuses do Povo: Um Estudo Sobre a Religião Popular*. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1982

BRANDÃO, Carlos R.. *Plantar, Comer e Comer*. Graal: Rio de Janeiro, 1981.

BRANDÃO, Carlos R.; RAMALHO, José Ricardo. *Campesinato Goiano*. Goiânia: Editora da UFG, 1985.

BRASIL, IBGE, *Censos: 1920 – 2006*. Brasil, 2006.

BRASIL, IBGE, Censos: *Tábuas Itinerárias de Goiás*, Brasil, 1954.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. 2. ed. Goiânia, Goiás: UFG, 1985.

CANDIDO, Antônio. *A pequena cidade* IN: FERNANDES, Florestan. Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil. 2. ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1975.

CANDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito* – Estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2001.

CARLOS, Ana F. A. *A Cidade*. São Paulo: Contexto, 1991.

CARLOS, Ana F. A. *O Lugar no/ do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. 1987.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Coleção Teses Universitárias, Editora da UFG, nº 42. Tese de Mestrado, 1986.

CARVALHO, Elísio de. *O fator geográfico na política brasileira*. Rio de Janeiro: Monitor mercantil, 1921.

CASTRO, Iná de. *Imaginário Político e Território: natureza, regionalismo e representação*. In: CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) *Explorações Geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CHAUÍ, Marilena. *Memória e Sociedade – Lembrança de Velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CHAUL, N. N. F. *A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital*. Goiânia: CEGRAF, 2000.

CHAUL, N. N. F. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 2. ed. Goiânia: CEGRAF, 2002.

CHAUL, N. N. F. e RIBEIRO, P. R.. *Goiás: Identidade, Paisagem e Tradição*. 1. ed. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2001.

CHAUL, N. N. F.; DUARTE, L. S. *As Cidades dos Sonhos: Desenvolvimento Urbano em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

CHAYANOV, Alexander. *La organización de LA UNIDAD económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência — pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify. 2004.

COELHO, Gustavo Neiva. *O espaço urbano em Vila Boa: entre o erudito e o vernacular*. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

CORREIA, Margarida M. da S. *Naturalistas e Viajantes Estrangeiros em Goiás (1800 – 1850)*. IN: *Goiás: Identidade, Paisagem e Tradição*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2001.

CORREIA, Roberto Lobato. *Cidades Médias*. IN: SPÓSITO, Maria E. B. *Cidades Médias – Espaços em Transição*. São Paulo: Expressão popular, 2007.

DAMATTA, Roberto. O Ofício de Etnólogo; ou, como ter Anthropological Blues. *Cadernos de antropologia e imagem*, v. 1, 1978.

DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

DEFFONTAINES, Pierre. *Como se constitui no Brasil a rede de cidades*. Boletim Geográfico, São Paulo FFCL USP (14): 141-148, 1944.

DEFFONTAINES, Pierre. *Geografia Humana do Brasil*. Revista Brasileira de Geografia, Ano I, n. 1, Rio de Janeiro, 1939.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. 2. ed. São Paulo: Martin Fontes, 2003.

DUTRA E SILVA, Sandro. *No Oeste, a terra e o céu: a construção simbólica da Colônia Agrícola Nacional de Goiás*. Goiânia, 2002. 140 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. *O PROCESSO Civilizador*. (2 vols). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

ELIOT, T. S. *Ensaio Escolhidos*. Cotovia: São Paulo, 1932/2002 (editado).

ESTEVAM, Luis Antônio. *O tempo de transformação – estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás*. Campinas, 1997. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FAISSOL, Speridião. *O Mato Grosso de Goiás*. Rio de Janeiro: Editora do IBGE, 1952.

FAORO, Raymundo. *Os donos do Poder – Formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro (volume 1): Editora Globo, 1987.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.

FERNANDES, Florestan. *Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil*. 2. ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1975.

FERRATER MORA, José. *Dicionário de Filosofia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

FERREIRA, A. M. *Pires do Rio: a consolidação de uma cidade ferroviária*. In: CHAUL, Nasr Fayad; DUARTE, Luis Sérgio. (org.). *As Cidades dos Sonhos: Desenvolvimento urbano em Goiás*. Goiânia: editora UFG, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

- FRANCO, Maria Sylvania de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1997.
- FUNES, Eurípedes Antônio. *Goiás 1800 – 1850: um período de transição da mineração à agropecuária*. Goiânia: UFG, 1986.
- GEIGER, Pedro Pinchas. *Geomorfologia, em Grande região Centro Oeste*. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1960.
- GEORGE, PIERRE et al. *A Geografia Ativa*. São Paulo: Difusão Européia do Livro/EDUSP, 1966.
- GOFF, Le. *Por amor as cidades*. História Geral, Flanarte Livros, 1998.
- GOMES, Horieste; TEIXEIRA NETO, Antônio. (Org.). *Geografia Goiás/Tocantins*. Goiânia: Editora UFG, 1993.
- GONÇALVES, Carlos W. Porto. *Paixão da Terra*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- GRAHAM, D. H.; HOLLANDA FILHO, Sergio Buarque. *Migrações Internas No Brasil*. SAO PAULO: IPE; USP; CNPQ, 1984.
- GRAHAM, D. H; HOLLANDA FILHO, Sergio Buarque de. As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, H. A. (coord.). *Migração Interna: textos selecionados*. Fortaleza: Etena; BNB, 1980.
- GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. *Divisão Regional do Brasil*. Revista Brasileira de Geografia. 3 (2): 318 – 373, abril/junho, 1941.
- GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. *Formas de Organização Camponesa em Goiás*. Goiânia: Coleção Teses Universitárias, nº 47, Editora CEGRAF, 1988.
- GUMIERO, Maristela P. da Paz. *Os tropeiros na História de Goiás – Séculos XVIII e XIX*. Goiânia, 1991. 109 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Goiás.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Melo, *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- IANNI, Octavio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Cosmos, 1921.

- LE CORBUSIER. *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- LEFEBVRE, Henri. *La producción de l'espace*. Paris: Anthropos, 1984.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEMOS, Tomás Ferreira. *Terra Xixá*, Itapuranga: 1990 (mimiografado).
- LENCIONI, Sandra. *Agricultura e Urbanização*. A Intensificação do Capital no Campo e a Transformação do Urbano. Jardinópolis: o estudo de um lugar. São Paulo, 1985. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- LENHARO, Alcir. A. *Sacralização da Política*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras: 1996.
- LISITA, Cyro. Latifundiários, *Violence et Pouvoir: Lés relations avec la paysannerie et l'église dans l'Etat de Goiás-Bresil*. Thèse de Doctorat en Sociologie (2 tomes), à l'École de Hautes Etudes en Sciences Sociales, sous la direction de Michel WIEVIORKA, Paris, 1992.
- MACHADO, Lia de Osório. *Limites, Fronteiras, Redes*. IN: Damiani, Amélia L. e (orgs.) *Fronteira e Espaço Global*, AGB – Porto Alegre, 1998, p.41 – 49.
- MARQUES, Marta Inês Medeiros. *De sem-terra a "posseiro", a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas de Retiro e Velha – GO*. São Paulo, 2000. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MARTINS, José de Souza (Org.). *A morte e os mortos na Sociedade Brasileira*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1983.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira- A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981
- MARX, Murillo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Edições Melhoramentos/ Editora da USP, 1980.
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel / Editora da USP, 1991.

- MASSEY, Dorren. *Pelo Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MAUSS, Marcel. *Marcel Mauss: Sociologia e Antropologia*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MELLO, Marcelo de. *Luziânia: a fragmentação territorial de um município do entorno de Brasília*. Goiânia, 1999. 189f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás.
- MENDONÇA, Marcelo R. *A questão Regional e campesinato: alhicultura em Catalão-GO*. Goiânia, 1998. 233f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.
- MERRINGTON, John. *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- MOLINA, Suely Ferreira Lopes. *Sobre comidas e o ato de comer em Goiás: uma reflexão acerca da goianidade*. IN: CHAUL, N. N. F. e org. Goiás: Identidade, Paisagem e Tradição. 1. ed. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2001.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec, Polis, 1984.
- MONTES, Silma Rabelo e outros. *Cidade Média e Desenvolvimento Local: relações socioespaciais de Uberlândia e seus distritos*. PDF, (Inédito) 2000.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 3. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- NASCIMENTO, Maria A. L. Soares. *Geomorfologia do Estado de Goiás*. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 1-22, 1991.
- NEVES, Fernando Lima das. *Nas encruzilhadas do “eu” e do “nós”: juventude, auto-imagem e interação social numa pequena cidade*. São Paulo, 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade São Paulo.
- NOVAES, Sylvia Caiuby (org.) - *Habitações Indígenas*. São Paulo: Nobel / Edusp, 1983.
- OLANDA, Elson Rodrigues. *Sancilerlândia - GO: um olhar geográfico em um pequeno município goiano*. In: ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 07., 2005, Porto Nacional: IX EREGEO; UFT, 2005, P. 18.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. *Um lugar no século XIX: Meia Ponte*. In: Nasr Fayad Chaul; Luis Sérgio Duarte. (Org.). *As cidades dos sonhos: desenvolvimento urbano em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 2004.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. *Uma ponte para o mundo goiano do século XIX: um estudo da casa meia-pontense*. Goiânia: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira. 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Território e Migração: uma discussão conceitual na geografia*. Conferência do Simpósio Nacional de Migração, Nação, Lugar e Dinâmicas Territoriais, São Paulo: Departamento de Geografia – FFLCH / USP / UGI, 1999. (inédito)

OLIVEIRA, João Pacheco de. *A viagem de volta: reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas do Nordeste*. Projeto Estudo sobre Terras Indígenas no Brasil (PETI). Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1994.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *A cultura, as cidades e os rios na Amazônia*. Amazônia Artigos – SOMALU – Revista de Estudos Amazônicos. Manaus, PPGSCA – UFAM, ano 2, n. 2, PP. 27 – 29.

ORLANDI, Eni Puccinilli. *As formas do silêncio – No movimento dos sentidos*. Campinas / São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

ORTÊNCIO, Bariani. *Sertão sem fim*. 2. ed. Goiânia: UFG, 2000.

PALMÉRIO, Mario. *Vila dos Confins*. José Olympio. Rio de Janeiro, 1976.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O Campesinato Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1976.

PEREZ, Léa Freitas. Conflito religioso e politeísmo dos valores em tempos de globalização. In: www.antropologia.com.br/arti/colab/a25-lfreitas.pdf. Acesso em 09/03/2008.

PESSOA, Jadir de Moraes. *A Igreja da Denúncia e o Silêncio do Fiel*. Editora Alínea: Campinas, 1999.

PESSOA, Jadir de Moraes. *A Revanche Camponesa: cotidiano e história em Assentamentos de Goiás*. Campinas, 1997. 325 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

PESSOA, Jadir de Moraes. *Cotidiano e história: para falar de camponeses ocupantes*. Goiânia: UFG, 1997.

PIMENTEL, Sidney Valadares. *O chão é o limite: a festa do peão boiadeiro e a domesticação do sertão*. Goiânia: UFG, 1997.

POHL, Johann Emmanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: USP, 1976. (Coleção Reconquista Brasil, 14).

POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*, seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth. São Paulo: Unesp, 1998.

PRITCHARD, Evans. *Os Nuer – Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

QUIJANO, Aníbal. *Fujimorismo y Populismo em Burbano*. IN: LARA, F. de (orgs.) *El fantasma del populismo*. Caracas: Nueva Sociedad/ILDIS, 1998.

RAMOS, Hugo de Carvalho. *Tropas e Boiadas*. 8ª ed., Goiânia: Fundação Pedro Ludovico Teixeira. Editora UFG, 1998.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: A Influência da Bandeira na Formação Social e Política do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1970.

RODRIGUES DA SILVA, Rusvênia L. B. *Sobre o camponês do Sertão: produção do Espaço e Identidade Camponesa em Assentamentos do Município de Goiás*. Presidente Prudente, 2003. 189 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista.

RODRIGUES GARCIA, José Luiz. *Nuestros magníficos passados*. Revista La Espera. Madri, 1994.

ROSA, Guimarães. *O Grande Sertão – Veredas*. São Paulo: Nova Fronteira, 2001.

ROUX, M. *O Re-encantamento do território* (O território nos rastros da complexidade). In: DANTAS DA SILVA Aldo; GALENO Alex. (Org.). *Geografia: ciência do complexus*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 9-41.

ROUX, Michel. *O Re-encantamento do Território* (O território nos rastros da complexidade). In: DANTAS DA SILVA Aldo; GALENO Alex. (Org.). *Geografia: ciência do complexus*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p.42-66.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro, J. Zahar, 2003.

- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras: 1995.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: USP, 1975.
- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo, Razão e Emoção*, São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Paulo F. *A arquitetura religiosa em Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. *DERRIDA e a defesa da honra da razão*. Revista Cult, São Paulo. A.10, vol 117, p.43, set. 2007.
- SENA, Custódia Selma. *A categoria sertão: um exercício de imaginação antropológica*. Sociedade e Cultura, Goiânia. Volume 1, número 1. Janeiro/ junho, p. 19 – 28, 1998.
- SEPLAN – *Goiás em Dados*. Goiânia: SEPLAN, 2005. 116 p.
- SILVA E SOUZA, Luiz Antônio da. *Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e Causas mais notáveis da Capitania de Goyas*. IN: Teles, José Mendonça. Vida e obra de Silva e Souza. Goiânia, Oriente, 1978.
- SILVA JUNIOR, Valter Ferreira da. *Construindo identidades – Memória e Cotidiano de Migrantes Mineiros no Vale do São Patrício 1940/1950*. (dissertação de mestrado) Universidade de Brasília, 2002. (123)
- SILVA, Armando Correia da. *O Espaço fora do Lugar*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SILVA, Luís O. Os Quintais e a Morada Brasileira. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 01, n. 12, p. 61-78, dez. 2004.
- SILVA, Maria A. M. Das Mãos à Memória. In: ECKERT, Cornélia; MARTINS, José de Souza; NAVAES, Sylvia Caiuby (Org.). *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. Bauru: EDSC, 2005, p. 295-315.
- SILVA, Maria A. M. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: EDUNESP, 1999.
- SILVEIRA, Maria Laura. *Uma situação geográfica: do método a metodologia*. Revista Território, ano IV, número 6, jan – jun. 1999.
- SMITH, NEIL. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Beatriz Ribeiro; OLIVEIRA, Bianca S. *O papel das cidades locais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no contexto regional*. Revista Horizonte Científico, PROPP; UFU; UBERLÂNDIA, v. 1, n. 1, p. 01-27, 2002.

SOARES, Beatriz. *O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica*. IN: SPÓSITO, Maria E. B. Cidades Médias – Espaços em Transição. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SORRE, Max. *Les fondaments de la géographie humaine*. Paris: Armand Colin, 1952.

SPIX, J. B. vom. MARTIUS, C. F. P. von. *Viajem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB / Imprensa Nacional, 1938.

STEINBECK, John. *As vinhas da ira*. Trad. Ernesto Vinhaes e Herbert Caro. Rio de Janeiro: Bruguera, 1972.

SUZUKI, Julio César. *De povoado a cidade -- A transição do rural ao urbano em Rondonópolis*. São Paulo, 1997. 214. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SWEEZY, PAUL. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TEIXEIRA NETO, Antônio. *O Estado de Goiás na cartografia luso-brasileira dos séculos XVII e XIX*. 1975. Tese (Doutorado) – Université Paris VII. Mimeografado.

TEIXEIRA NETO, Antônio. *O território goiano: formação e processo de povoamento e urbanização*. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. (Org.). Abordagens Geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade. Goiânia: IESA, 2002. p. 11-45.

TUAN, Y FU. *Espaço e Lugar – A perspectiva da Experiência*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1983.

TURNER, Frederick Jackson. *The significance of the frontier in American History*. Apud: MARTINS, José de Souza. FRONTEIRA - A degradação do Outro nos confins do humano. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

VALVERDE, O. *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1985.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *A Cidade da Geografia no Brasil*. IN: Carlos, Ana Fani A. (orgs). Os caminhos da reflexão sobre a Cidade e o Urbano. São Paulo: Editora da USP, 1994.

- VAUTHIER, L. L. "*Casas de residência no Brasil*". In: Arquitetura Civil I. São Paulo: FAU-USP/MEC-IPHAN, 1975. pp
- VEIGA, José Eli da. "*Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*". 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- VELHO, Gilberto. "*Observando o familiar*". In: NUNES, Edson de Oliveira.
- VELHO, Otávio G. C. Alves. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1972.
- VIDAL E SOUZA, Candice. *A Pátria Geográfica – Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro*. Goiânia: UFG, 1997.
- WAIBEL, Léo. *As Zonas Pioneiras do Brasil*. Revista Brasileira de Geografia, Ano XVII, nº 4, 1955. p. 389/417.
- WAIBEL, Léo. *Capítulos de Geografia Tropical do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- WOORTMANN, E. *Herdeiros Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- WOORTMANN, K. *Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral*, in: Anuário Antropológico/ 87, p. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro, 1990.
- WOORTMANN, K. *O modo de produção Doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins*. (Mimeo), Brasília, 2001.

ANEXOS (I, II e III)

ANEXO I

DISTRITO / MUNICÍPIO: _____

IDENTIFICAÇÃO GERAL

Nome dos membros da família	Data de Nascimento	Sexo (F / M)	Estado Civil	Grau de Parent.	CONDIÇÕES DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA			Escolaridade	
					Doença Crônica (S / N) Qual	Invalidez/ Dependênc	Pensão/Aposentad Valor	Estuda? (S / N)	SÉRIE
1.									
2.									
3.									
4.									
5.									
6.									
7.									
8.									
9.									
10.									

Estado Civil: 1 – Solteiro(a); 2 – Casado(a); 3 – Viúvo(a); 4 – Amigado(a); 5 – Separado (a).

Parentesco: 1 – Cônjuge; 2 – Filho(a); 3 – Genro/Nora; 4 – Pai/Mãe; 5 – Sogro(a); 6 – Irmão(a); 7 – Cunhado(a); 8 – Enteadado(a).

Escolaridade: 1 – Menor de 7 anos; 2 – Não lê nem escreve (maior que 7 anos); 3 – Só escreve o nome; 4 Ensino Fundamental / I fase incompleto (Antigo primário);

5 – Ensino Fundamental / I fase completo (Antigo primário); 6 – Ensino Fundamental / II fase incompleto (Antigo ginásio); 7 – Ensino Fundamental / II fase completo

(Antigo ginásio); 8 – Ensino Médio incompleto (antigo 2º grau); 9 – Ensino Médio completo (antigo 2º grau); 10 – Ensino Profissionalizante; 11 – Supletivo;

12 Superior incompleto; 13 – Superior completo.

TRAJETÓRIA FAMILIAR E CULTURAL

1. Onde você nasceu?

Município _____

UF _____

3. Antes de vir para o distrito,
você morava:

0. SR

1. no meio rural no mesmo município _____

2. no meio urbano em outro município goiano _____

3. outra resposta _____

5. Qual é/era a profissão de seu avô ?

O – SR

1 – agricultor / trabalhador rural / lavrador

2 – motorista de taxi

3 – comerciante

4 – operário

5 – professor

6 – funcionário público

7 – motorista de caminhão

8 – pedreiro ou servente

9 – peão

10 – carpinteiro/marceneiro

11 – outra _____

6. Quais são os ofícios já realizados por você ao longo da vida?

O – SR

1 – agricultor / trabalhador rural / lavrador

2 – motorista de taxi

3 – comerciante

4 – operário

5 – professor

6 – funcionário público

7 – motorista de caminhão

8 – pedreiro ou servente

9 – peão

10 – carpinteiro/marceneiro

11 – dona de casa

11 – outra. _____

2. Se nasceu fora do Estado de Goiás, após

deixar seu Estado de origem, você morou em
outros Estados, antes de chegar a Goiás ?

0 - Não respondeu

1- Não

2 - Sim. Qual ? _____

4. Qual é/era a profissão de seu pai ?

0 – SR

1 – agricultor / trabalhador rural / lavrador

2 – motorista de taxi

3 – comerciante

4 – operário

5 – professor

6 – funcionário público

7 – motorista de caminhão

8 – pedreiro e servente

9 – peão

10 – carpinteiro/marceneiro

11 – outra _____

5.1. Se na questão anterior respondeu 1, dizer em
que condição:

0 – SR

1 – proprietário

2 – arrendatário

3 – assalariado

4 – diarista

5 – meeiro

6 – posseiro

7 – outra

61 Se na questão anterior respondeu 1, dizer em que
condição:

0 – SR

1 – proprietário

2 – arrendatário

3 – assalariado

4 – diarista

5 – meeiro

6 – posseiro

7 – peão

8 – outra

07. Qual é a condição de sua moradia na vila:

O – SR

1 – própria

2 – alugada

3 – cedida

4 – posse

5 – financiada

6 – outra. _____

08. Recebe algum tipo de benefício do governo, qual?

O – SR

1 – Aposentadoria

2 – Pensão (viuvez)

3 – Bolsa Escola

4 – Bolsa Família

5 – Benefício do INSS

6 – Outro _____

09. A principal renda da sua casa vem de qual membro da família?

O – Homem

1 – Mulher

2 – Filhos

3 – Ajuda de parentes

4 – Vizinhos

5 – Outro: _____

10. Além da alimentação e despesas com a casa, o que mais é gasto na sua família com sua renda.

O – Remédios

1 – Passeios em outra cidade

2 – Guarda Dinheiro ou faz alguma reserva financeira

3 – ajuda parentes e amigos

4 – Outra _____

CONCEPÇÕES DE FUTURO PARA A FAMÍLIA

10. Na sua opinião, levando-se em conta o trabalho, a educação e a saúde, quantos filhos, hoje, deve ter hoje uma família?

0 – SR

1 – no máximo dois

2 – no máximo 3

3 – no mínimo 5

4 – nenhum

5 – quantos Deus quiser mandar

12. Qual é a profissão que você desejaria para seus filhos ? (os homens)

(deixar a resposta em aberto e codificar)

0 – SR

1 – agricultor

2 – técnico agrícola

3 – comerciante

4 – engenheiro ou advogado ou médico

5 – professor

6 – operário (trabalho em fábrica)

7 – padre ou pastor (no caso evangélico)

8 – funcionário público

9 – outra. _____

10 – não se aplica

14. O que você pensa que hoje é melhor para o futuro dos filhos? (os homens)

0 – SR

1 – fazer os estudos e procurar emprego na cidade

2 – fazer o máximo de estudos possível

3 – fazer os estudos e voltar para a agricultura

4 – casar-se e continuar na agricultura

11. Na sua opinião, levando-se em conta o trabalho, a educação e a saúde, é preferível ter:

0 – SR

1 – filhos homens

2 – filhas mulheres

3 – não faz diferença

4 – não tem ainda uma idéia formada

13. Qual é a profissão que você desejaria para suas filhas ? (as mulheres)

(deixar a resposta em aberto e codificar)

0 – SR

1 – agricultora

2 – técnica agrícola

3 – comerciante

4 – engenheira ou advogada ou médica

5 – professora

6 – operária (trabalho em fábrica)

7 – freira ou pastora (no caso evangélico)

8 – funcionária pública

9 – outra. _____

10 – não se aplica

15. O que você pensa que hoje é melhor para o futuro das filhas? (as mulheres)

0 – SR

1 – fazer os estudos e procurar emprego na cidade

2 – fazer o máximo de estudos possível

3 – fazer os estudos e voltar para a agricultura

4 – casar-se e continuar na agricultura

16. Na sua opinião, para que as famílias consigam manter, com eles, os filhos (os homens), será necessário existir no lugar:

(Assinalar apenas uma, a mais importante)

- 0 – SR
- 1 – escola de qualidade até o segundo grau
- 2 – escola de qualidade até a faculdade
- 3 – formação técnica agrícola
- 4 – empregos no trabalho agrícola
- 5 – empregos fora da agricultura
- 6 – condições de casamento
- 7 – Outra resposta _____

18. Quais são as principais formas de lazer presentes no distrito

- 0 – bares
- 1 – córregos da região
- 2 – igrejas
- 3 – ir pra roça
- 4 – festas (quando ocorrem)
- 5 – outra _____

17. Na sua opinião, para que as famílias consigam manter, com elas, as filhas (as mulheres), será necessário existir no lugar:

(Assinalar apenas uma, a mais importante)

- 0 – SR
- 1 – escola de qualidade até o segundo grau
- 2 – escola de qualidade até a faculdade
- 3 – formação técnica agrícola
- 4 – empregos no trabalho agrícola
- 5 – empregos fora da agricultura
- 6 – condições de casamento
- 7 – Outra resposta _____

19. Qual é o principal evento do distrito (principal festa)

- 0 – cavalgada
- 1 – folia de reis
- 2 – festas religiosas da igreja católica
- 3 – festas religiosas da igreja protestante (pentecostal e neopentecostal)
- 4 – festas organizadas nos bares
- 5 – outra _____

SOBRE A PRESENÇA DAS IGREJAS NOS DISTRITOS

20. Religiosamente, você se declara:

- 0- nasceu católico e continua católico
- 1 – foi católico e agora é evangélico da A.D.
- 2 – foi católico e agora é evangélico de outra denominação
- 3 – nasceu evangélico da A.D.
- 4 – outra _____

21. Para quem respondeu CATÓLICO

Sobre a missa com que periodicidade você costuma ir a igreja:

- 0 – semanalmente
- 1 – uma vez por semana
- 2 – sempre que ocorre celebração
- 3 – só nas missas com a presença do padre
- 4 – só aos domingos

22. Para quem respondeu EVANGÉLICO

Sobre os cultos com que periodicidade você costuma ir a igreja:

- 0 – semanalmente
- 1 – uma vez por semana
- 2 – sempre que há cultos
- 3 – só nos cultos com a presença do pastor principal
- 4 – só aos domingos

23. Você costuma freqüentar atividades de outras igrejas diferentes da sua

- 0 – sim
- 1 – não
- 2 – nunca
- 3 – outra _____

24. Para quem se declarou EVANGÉLICO, você:

- 0 – Converteu-se por influência da família
- 1 – Converteu-se após passar por um problema de saúde
- 2 – Converteu-se por acreditar mais em outra religião
- 3 – Converteu-se mais não vê separação entre essa e outra religião
- 4 – outro _____

25. Para quem se declarou CATÓLICO, você:

- 0 – Sempre foi católico
- 1 – É católico porém não praticante
- 2 – É católico e freqüenta a missa com regularidade
- 3 – É católico e freqüenta todas as missas
- 4 – Outra situação _____

21. (Para quem mudou de religião) Das razões abaixo, qual é a que melhor explica a sua mudança de religião?

0 – SR

1 – um acontecimento trágico, pessoal ou na família (como doença, acidente ou morte)

2 – a religião atual explica melhor sobre Deus, a salvação e os pecados do homem

3 – fui convencido por um(a) amigo(a)

4 – fui convencido pelo(a) coordenador(a) do meu grupo ou da minha área

5 – estava precisando de uma religião mais fervorosa, mais envolvente, mais alegre

6 – para fugir de um vício

7 – outra. Qual? _____

19. Você começou a participar dessa religião

0 – SR

1 – antes de chegar ao distrito

2 – depois de chegar ao distrito

3 – não se aplica

Porque:

18. Nessa religião, você tem uma frequência

0 – SR

1 – diária

2 – duas vezes por semana

3 – semanal

4 – mensal

5 – indefinida

6 – não se aplica

21. Das razões abaixo, qual é a que melhor explica a sua mudança de religião?

0 – SR

1 – um acontecimento trágico, pessoal ou na família (como doença, acidente ou morte)

2 – a religião atual explica melhor sobre Deus, a salvação e os pecados do homem

3 – fui convencido por um(a) amigo(a)

4 – fui convencido pelo(a) coordenador(a) do meu grupo ou da minha área

5 – estava precisando de uma religião mais fervorosa, mais envolvente, mais alegre

6 – para fugir de um vício

7 – outra. Qual? _____

SOBRE OS TIPOS DE DESLOCAMENTOS

NATUREZA DO DESLOCAMENTO	DE CIBELE PARA:	DE CAIÇARA PARA:	SENSAÇÃO (DENTRO / FORA)
Recebimentos em Banco (Aposentadoria, Pensão, Bolsa família, etc.)			
Compras de mês			
Necessidades hospitalares (internações médicas, odontológicas etc.)			
Ensino de segundo grau e Ensino Superior			
Cerimônias de casamentos, nascimentos e velórios (indicativos de parentesco consangüíneo e cultural) *** Rezas domésticas, benzeções, missas e cultos domésticos			

ANEXO II

RECEITAS DOMÉSTICAS DE PRÁTICAS DOS MORADORES DE CIBELE E CAIÇARA

DIETA DA GESTANTE

- Não pode: chupar muito limão ou comer pimenta
- Não pode ter desejo de comer qualquer coisa e não realizar senão o bebê nasce de “boca aberta”;

EVITAR DURANTE A GRAVIDEZ

- Se entrar em casa, pela porta da sala, e o bebê for nascer de parto normal ele pára;
- Quando a mulher grávida se assusta o bebê nasce gago(exemplo do sobrinho da informante Márcia, de Cibele);
- Quando a mulher grávida coloca um molho de chaves ‘guardadas’ no seio o bebê nasce com o lábio cortado (lábio leporino);
- Quando a mulher grávida coloca folhas ou moedas nos seios o bebê nasce com o desenho do objeto em alguma parte do corpo” (história do filho de dona Divina, em Caiçara);

PARA DESCOBRIR O SEXO DO BEBÊ

- A lua minguante favorece o nascimento de menino e lua cheia favorece de menina;
- Para descobrir o sexo do bebê: oferece-se 2 cadeiras para mulher sentar e dispõem-se um garfo de cozinha em uma e uma colher em outra. A escolha do garfo indicará o nascimento de um menino e da colher de uma menina;
- Ferve-se o Rim do porco. Se ele abrir é mulher se fechar é homem;
- O dia em que se prepara as roupas do bebê se chegar visita na hora o bebê será do sexo correspondente ao da visita;
- Para saber se é menino ou menina deve-se perguntar: Ventou na sua casa?

CUIDADOS A SEREM TOMADOS APÓS O PARTO

- A cirurgia para não ter filhos: deve ser feita na Lua Nova para mulher não engordar depois;
- Até o sétimo dia de resguardo nem a mulher e nem o bebê podem sair do quarto;
- A mulher não pode lavar a cabeça por 40 dias;
- A dieta da mulher, no período do resguardo, deve ser sopa de galinha caipira ou sopa de fubá com costela de porco magra;
- Durante 20 dias não pode comer arroz;
- O umbigo da criança deve ser guardado e enterrado no local bem escolhido pelos pais, de acordo com as pretensões e desejos para o futuro profissional da criança. Antigamente enterravam-se na porteira do curral e diante de fazendas. Agora se enterram próximo as escolas. Se ratos ou galinhas carregarem o filho vira ladrão;
- No sétimo dia de nascimento, tão logo o umbigo caia, ele deve ser fervido e a água oferecida a criança recém-nascida;
- Cortar a unha do bebe e coloca no violão (musico) na bíblia (sentido de apropriação e adaptação de práticas que expressa a entrada da igreja evangélica);

ANEXO III

Sistema de Plantio Manual de Café, Arroz, Feijão, Milho e Mandioca

Café

- Abrem-se covas de 20 á 30 cm de profundidade;
- Coloca-se entre 6 e 7 sementes por cova. Após nascidas, seleciona-se de 3 a 4 “pés” provocando uma espécie de limpeza;
- Os espaços entre as ‘ruas’ plantadas devem ser de 2/2 metros;
- Colhe-se manualmente no próprio pé;
- Abana-se o arroz com uso da peneira manual. Após abaná-lo coloca-se para secar até o ponto de ensacá-lo e consumi-lo.
- Entre os espaços das “ruas” plantam-se outros cultivares como a mandioca (no caso da foto);

Plantação de café de Seo João Docê no quintal da sua casa, Cibeles, maio de 2007.

Fonte: Acervo da autora, Trabalho de Campo, Maio de 2007.

Arroz

- Planta-se usando matraca⁸⁶ no espaçamento de 20/20 cm entre as covas e 60/60 cm entre as ruas;
- Cada cova deve conter de 20 a 25 sementes;
- Após 120 dias realiza-se a colheita quando o arroz apresenta cachos e fica amarelo;
- Colhe-se com auxílio do cutelo⁸⁷;
- Após corte demora-se o tempo de 2 a 3 dias secando. Leva-se ao batedor que o abana com o uso de uma pá. Ensaca-se e comercializa-se ou beneficia-se com uso de máquina de beneficiamento;

Escola de Cibeles em visita a plantação de arroz da lavoura Comunitária, fevereiro de 2006.

Fonte: Cedida pela Escola Estadual de Cibeles.

⁸⁶ Ferramenta de plantio que seleciona de 20 a 25 sementes por cova. Ela se usa normalmente em roça de teco, onde a terra contém pequenos pedaços de teco, pois foram recém cortadas suas árvores e, por isso, não é possível entrar com trator para arar ou gradear.

⁸⁷ Instrumento composto de uma lâmina cortante e semicircular, presa a um cabo de madeira.

Milho

- Abrem-se as covas com uso da matraca ou enxada;
- Esparrama-se de 3 a 4 sementes com a mão por cova;
- O espaçamento entre covas é de 40 a 50 cm e entre ruas de 70 a 80 centímetros;
- Ocorre a colheita entre 4 a 5 meses (quando ele “coloca a boneca pra fora”), assim está maduro;
- Pode ser colhido manualmente quebrando a espiga no pé e carregando com uso de balaio fazendo monte. O carro de milho forma-se com 40 balaies.

Roça de milho do Seo Joaquim no lote do Posto Telefônico de Cibeles, março, 2006

Fonte: Acervo da autora, Trabalho de Campo, Março de 2006.

Feijão

- Planta-se no período das águas (meio das águas pro final)
- Planta-se com auxílio da matraca manual
- Espaço entre as covas de 30 cm e 70/80 cm por rua
- O espaço entre o plantio e a colheita leva 90 dias
- Colhe-se arrancando manualmente. Após a colheita é carregado no terreiro. Bate-se com cambito e após bater está pronto para ensacar e comercializar.

Roça de Feijão do Seo Divino Alves, no seu quintal, em Caiçara, março, 2006

Fonte: Acervo da autora, Trabalho de Campo, Março de 2006.